

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS



2 20 2011



PORTUGAL TELECOM



Portugal Telecom, SGPS, SA

Sociedade aberta

Capital social 26.895.375 Euros

Matrícula na Conservatória
do Registo Comercial de Lisboa
e de Pessoa Coletiva n.º 503 215 058

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa

As designações “PT”, “Grupo Portugal Telecom”, “Grupo PT”, “Grupo” e “Empresa” referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

8		MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
10		MENSAGEM DO PRESIDENTE EXECUTIVO
16	01	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
32	02	ASPETOS REGULAMENTARES
40	03	PERFIL ESTRATÉGICO
52	04	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
66	05	ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
82	06	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS
96	07	RECURSOS HUMANOS
98	08	PT NO MERCADO DE CAPITAIS
106	09	PRINCIPAIS EVENTOS
112	10	PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS
118	11	PERSPETIVAS FUTURAS
122	12	DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
124	13	ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS
127		DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
244		RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA
246		CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS
248		RELATÓRIO DE AUDITORIA
251		GLOSSÁRIO
252		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
253		INDICADORES-CHAVE
257		INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS
259		CONTACTOS



PORTUGAL TELECOM

TELECOMUNICAÇÕES EM PORTUGAL		RECEITAS (MILHÕES DE EUROS)
Segmentos de cliente		
Residencial		682
Pessoal	PT Comunicações 100%	768
Empresa	TMN 100%	982
Outros		459

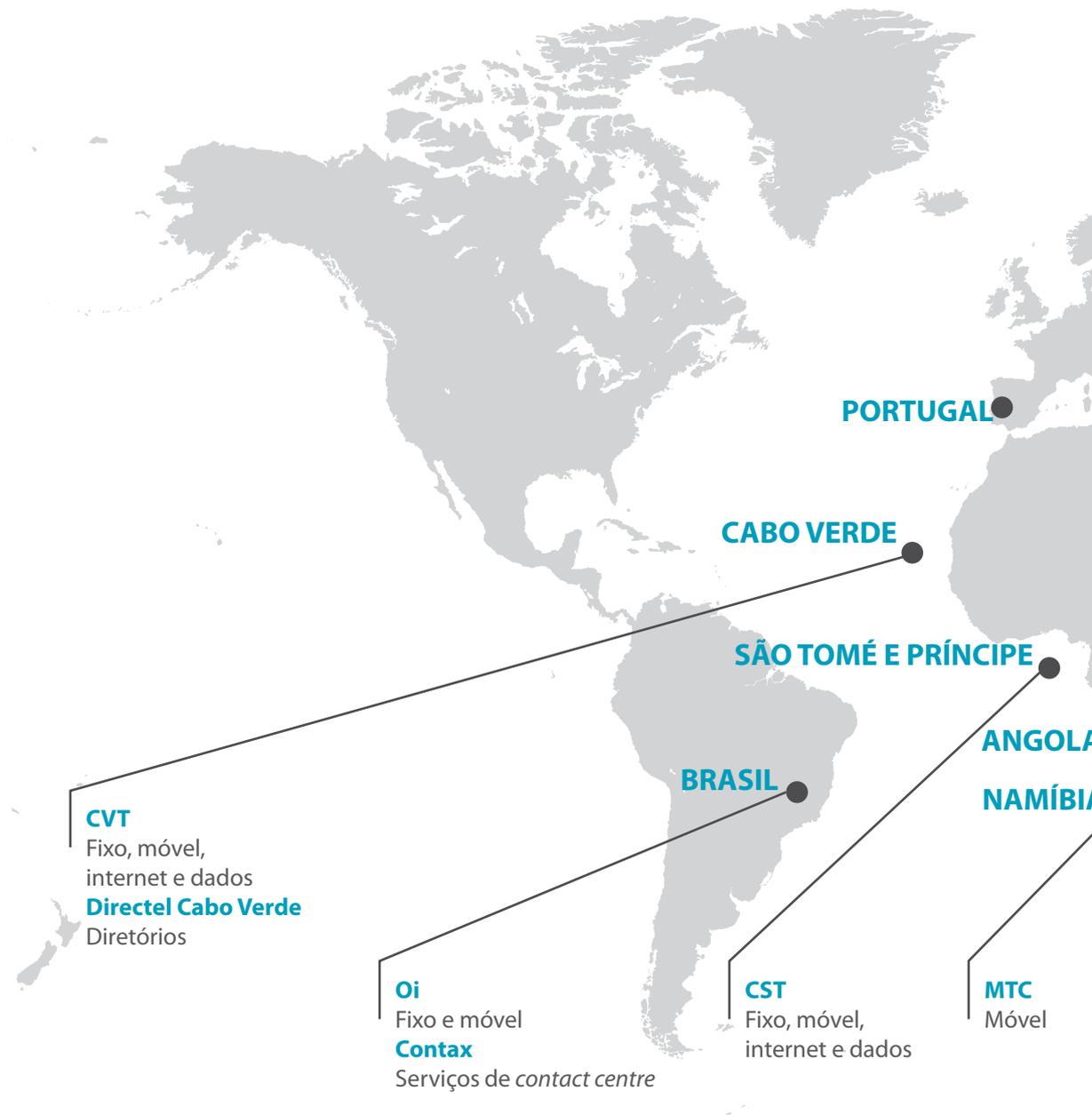
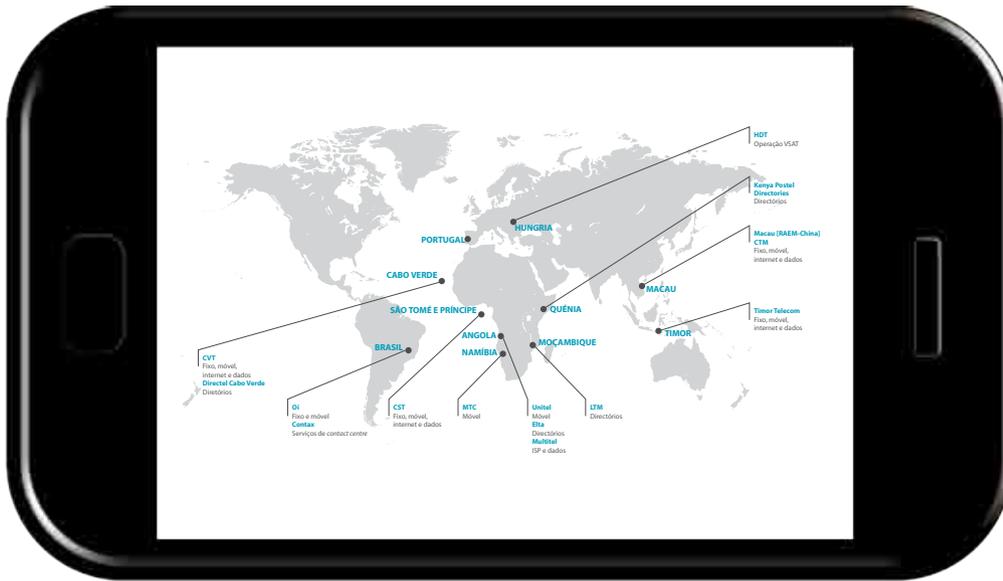
TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL (1)		RECEITAS (MILHÕES REAIS, 100%)
Segmentos de cliente		
Residencial		10.501
Pessoal	Oi 25,6%	8.190
Empresa		8.470
Outros		746

(1) Informação para 12 meses de 2011

OUTROS NEGÓCIOS DE TELECOMUNICAÇÕES			RECEITAS (MILHÕES DE EUROS)
Unitel 25% (a)(b)	Angola	Móvel	1.282
CTM 28% (b)	Macau	Fixo, móvel	356
MTC 34% (a)	Namíbia	Móvel	159
CVT 40% (a)	Cabo Verde	Fixo, móvel	84
Timor Telecom 41%	Timor Leste	Fixo, móvel	48
CST 51% (a)	São Tomé e Príncipe	Fixo, móvel	12

(a) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (b) Estas empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

OUTROS NEGÓCIOS
Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];
Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%];
Call centres e serviços de telemarketing [Contax no Brasil 44,4%, PT Contact 100%]



CVT
 Fixo, móvel,
 internet e dados
Directtel Cabo Verde
 Diretórios

Oi
 Fixo e móvel
Contax
 Serviços de *contact centre*

CST
 Fixo, móvel,
 internet e dados

MTC
 Móvel

PORTUGAL

CABO VERDE

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

BRASIL

ANGOLA
NAMÍBIA

PORTUGAL TELECOM



Senhores Acionistas,

Com a apresentação do Relatório e Contas de 2011 à Assembleia-Geral de 27 de Abril cumpre-se o mandato do Conselho de Administração iniciado em 27 de Março de 2009, para prosseguir as linhas mestras do plano estratégico plurianual aprovado em Abril de 2008.

O triénio de 2009 – 2011 foi marcado por transformações estruturais no Grupo PT, quer no seu perímetro, quer na sua matriz de organização, quer nas políticas centradas na inovação e no investimento em contraciclo que dotaram a PT das mais avançadas plataformas tecnológicas do sector. Na sequência de uma oferta não solicitada, a PT vendeu à Telefónica em 2010 a posição de 30% que, através da Brasilcel, detinha na Vivo, naquela que foi a maior transação do ano na Europa, e a maior alguma vez levada a cabo em Portugal. Esta venda, feita a um múltiplo de 10,6x EV / EBITDA, incorporou um prémio significativo quer face ao valor de mercado do ativo, quer face ao valor percebido pela comunidade de analistas. Esse prémio refletiu em larga medida o mérito do trabalho e do comprometimento da PT no desenho da estratégia da Vivo e respetiva implementação operacional ao longo dos vários anos em que a PT foi, em conjunto com a Telefónica, acionista controladora da Vivo.

Na sequência do desinvestimento na Vivo, e num quadro global de crescente importância estratégica do mercado Brasileiro, a PT estabeleceu com a Oi e com os seus acionistas controladores uma parceria estratégica que culminou na aquisição, em 28 de Março de 2011, de uma posição de 25,6% na Oi e, reciprocamente, na compra ainda em curso por esta de uma posição de até 10% na PT. Com esta parceria, alicerçada em participações recíprocas, a PT alarga os seus horizontes e aumenta a sua escala num contexto internacional altamente competitivo e continua significativamente exposta ao Brasil, África subsaariana e Sudeste asiático, que constituem geografias de elevado potencial de crescimento demográfico e económico. Com efeito, no triénio que agora termina a PT aumentou o seu número de clientes de 70 milhões para 93 milhões e gera, hoje em dia, 58% das suas receitas nas geografias internacionais, claramente acima dos 50% que gerava em 2008, que também já registava um crescimento de 55% face a 2005.

O triénio que agora finda foi também um período no qual a PT realizou investimentos de carácter estruturante em Portugal, tendo operado uma profunda transformação e modernização da sua matriz tecnológica. Investimos na televisão, tendo conseguido no curto prazo de quatro anos desde o *spin-off* da PT Multimédia em Novembro de 2007. O sucesso que obtivemos nos serviços de *triple play* levaram a PT a decidir e anunciar em 2009, um significativo investimento em fibra ótica até casa do cliente (FTTH). Este investimento levou a fibra a um milhão de casas em 2010, num contexto em que o sector das telecomunicações desinvestia.

Portugal atingiu a vanguarda das telecomunicações na Europa e no mundo, cumprindo esse objetivo e, reforçando o compromisso assumido pela PT com a modernização tecnológica de Portugal, anunciámos a cobertura de mais 600 mil casas com fibra, tendo no decurso de 2011 concluído esse exigente desafio que nos permite oferecer maiores velocidades, melhor qualidade de serviço e novos produtos associados à televisão e à banda larga, num mercado cada vez mais segmentado e apetente de soluções à medida do cliente. 2011 foi também o ano do investimento na preparação e lançamento da 4ª Geração móvel, a tecnologia 4G / LTE, que vai permitir elevar as fronteiras da banda larga móvel e oferecer, cada vez mais, novos serviços baseados na televisão, na imagem em tempo real e na captura de oportunidades de verdadeira convergência fixo-móvel.

2011 foi ainda o ano do investimento em *cloud computing*, através do lançamento da construção de um centro de computação e de armazenamento de dados na Covilhã, o que irá permitir inovar e diversificar ainda mais os serviços que oferecemos aos vários segmentos de clientes.



Aquelas que eram expectativas do início do mandato são hoje realidades: A PT conseguiu inverter a tendência para o desaparecimento do negócio fixo; atingiu a co-liderança na televisão, e consolidou a liderança no móvel. Fizemo-lo em Portugal e estamos agora a fazê-lo também no Brasil, enquanto parceiros tecnológicos da Oi e em estreita convergência de esforços e de objetivos com os nossos parceiros e com a sua Administração.

Efetuada a simplificação da estrutura Societária e definidas as políticas de investimento e de dividendos, a Oi está preparada para capturar as significativas oportunidades de crescimento geradas pelo acelerado desenvolvimento do país, em televisão, em banda larga fixa e móvel, em convergência e em *cloud computing*. A presença da rede fixa da Oi em todo o tecido urbano do Brasil, que, antes da reinvenção do fixo, era um encargo pesado, é hoje um enorme potencial e uma vantagem competitiva para a transformação estrutural já em desenvolvimento.

No quadro das operações em África e no Sudeste Asiático cumpre assinalar o lugar de vanguarda de que as mesmas disfrutam nas respetivas geografias, constituindo um fator de aceleração do crescimento económico e do desenvolvimento social.

A economia dos Países desenvolvidos enfrentou em 2011 dilemas cruciais cuja resposta moldará o mundo novo que emergirá da crise desencadeada em 2007 e que desde então contaminou todas as economias desenvolvidas atingindo progressiva e sucessivamente sectores fundamentais da vida dos Países e dos espaços económicos onde estão integrados. Em 2011 acentuou-se a crise das dívidas soberanas colocando seriamente em causa o acesso de vários Países ao mercado de capitais. Esta pressão afetou particularmente os Países do sul da Europa e economias periféricas, mas impôs também constrangimentos relevantes noutras economias nucleares da Zona Euro e da União Europeia. No contexto da crise acentuada nos mercados de capitais, e perante a falência no funcionamento dos mecanismos Europeus de integração e de solidariedade agravaram-se os desequilíbrios estruturais das economias mais frágeis da Zona Euro. A Grécia e a Irlanda em 2010 e Portugal em Maio de 2011 solicitaram assistência financeira externa face à iminência da rutura que enfrentavam. Seguiram-se as inevitáveis consequências na notação das dívidas soberanas e os reflexos automáticos na generalidade das notações da dívida dos emitentes.

A PT não ficou imune a esta situação, tendo visto as notações da sua dívida refletir o movimento da dívida soberana. A Fitch, cuja metodologia tem um menor peso do *rating* da dívida soberana, mantém a PT em investment grade (triplo B). A Moody's desceu o *rating* da PT para Ba1e a S&P para BB+ em todos os casos um *rating* mais forte do que o da dívida soberana, valorizando os fundamentais da empresa, a solidez do seu balanço, a flexibilidade financeira e a sustentabilidade das suas políticas e compromissos com os investidores e os *stakeholders*.

No triénio que agora se conclui, a PT teve um TSR de 19% que compara com um desempenho mais modesto de 0% do índice das telecomunicações da Zona Euro e com -1% do PSI 20; -13% do FTSE MIB Itália e 9% do IBEX.

Por isso, senhores Acionistas, o legado que este Conselho vos entrega é uma empresa que soube superar com sucesso os limites e as contingências que lhe foram impostos pelos contextos mais próximo e mais longínquo que estão a revolucionar a geografia económica e política de um mundo em acelerada mutação.

A PT consolidou a sua opção pelo reforço da sua presença nas geografias de grande crescimento demográfico e económico e acelerou o ritmo da sua transformação organizacional e tecnológica tornando-se num parceiro apto, ativo e disponível para a modernização e desenvolvimento das comunidades humanas que serve, dos seus clientes e dos stakeholders que sustentam o seu projeto.



Henrique Granadeiro

Presidente do Conselho de Administração



Caros Acionistas,

2009-2011: um mandato transformacional com aposta na inovação e execução operacional

Durante o ano de 2011 continuámos a levar a cabo o processo transformacional definido e iniciado em 2008 materializado em cinco objetivos estratégicos partilhados por toda a organização:

1. Atingir os 100 milhões de clientes
2. Aumentar a contribuição dos nossos ativos internacionais para dois terços das nossas receitas;
3. Reforçar a nossa liderança em todos os mercados em que estamos presentes;
4. Atingir um desempenho operacional e financeiro no quartil superior entre os nossos pares Europeus, e
5. Sermos PT uma referência de sustentabilidade em todas as geografias onde atuamos.

Relativamente a estes objetivos, extremamente ambiciosos à data da sua definição e que mais se tornaram com os acontecimentos económicos na Europa que entretanto ocorreram, foram dados sólidos passos e o ano de 2011 vem confirmar que continuamos a trilhar o caminho correto. Com efeito, os resultados do mandato que agora termina são ilustrativos do grau de execução desses mesmos objetivos.

- A PT termina 2011 com 93 milhões de clientes nas suas várias geografias, tendo os ativos internacionais sido o grande motor do crescimento com a adição de 23 milhões de clientes nos últimos três anos. É ainda de destacar o crescimento de quase um milhão e meio de clientes em Portugal, fruto do sucesso da televisão por subscrição e da banda larga fixa e móvel. Este desempenho sólido na TV e na banda larga permitiu reverter de uma forma duradoura a perda de linhas de voz fixas que é tradicional nos mercados desenvolvidos, em particular no Europeu. Ainda de referir que o crescimento de clientes está significativamente afetado pela venda da nossa posição na Méditel, operador em Marrocos, que tinha à data da venda, Setembro de 2009, mais de nove milhões dos clientes.
- Terminámos 2011 com uma contribuição de 58% dos nossos ativos internacionais para as receitas consolidadas, fruto dos nossos significativos investimentos no Brasil, em particular na Oi e na Contax. Atualmente o Brasil contribui já com cerca de 53% das nossas receitas.
- Crescemos significativamente em todos os mercados onde operamos, em particular em Portugal, e somos líderes em todos os segmentos de clientes, incluindo o segmento residencial, pessoal e de empresas. Ganhámos considerável quota no mercado de televisão por subscrição em Portugal, tendo solidificado ainda mais a nossa posição na banda-larga e na voz, quer fixa quer móvel.
- Continuamos a ser uma referência em termos da rentabilidade no contexto Europeu, tendo conseguido alcançar, em 2011, margens de 45,1% em Portugal e de 35,6% a nível consolidado. Em Portugal, fruto do enfoque na gestão criteriosa de custos e da escala obtida no serviço de televisão, conseguimos crescer 1,0pp a nossa margem, mesmo num contexto marcado pela desaceleração económica, por movimentos regulatórios adversos e por forte investimento em tecnologia e na atividade comercial.



Apesar do último triénio ter sido marcado pelo eclodir da crise soberana, a qual teve um particular impacto nas economias periféricas da Zona Euro e também em Portugal, apresentámos um retorno acionista total de 19,0%, claramente acima do índice de referência das telecomunicações na Zona Euro, o qual ofereceu um retorno nulo no período. De facto, apesar do diferencial das obrigações soberanas Portuguesas face às alemãs ter aumentado significativamente, a PT ofereceu o segundo melhor retorno acionista total entre os membros do índice *DJ Euro Stoxx Telecom*.

- Somos referência em termos de sustentabilidade, sendo parte integrante dos mais importantes índices e rankings desta área, nomeadamente o DJSI, onde estamos entre as cinco melhores empresas do mundo, e o *FTSE4Good*. Já em 2012, passámos a integrar o ranking internacional das empresas mais éticas do mundo (*The World's Most Ethical Companies* - WME), sendo este um importante reconhecimento que distingue as melhores práticas da PT ao nível da ética. Das 145 empresas que integram o ranking, em diversas categorias, a PT é o único operador de telecomunicações português a integrar esta lista. De recordar ainda que, a par desta distinção, a PT foi a primeira empresa portuguesa a estar presente no *Dow Jones Sustainability World Index* e no *FTSE4Good*.

Mais significativo do que os objetivos atingidos são as várias iniciativas que levámos a cabo, colocando a PT numa posição invejável para enfrentar os desafios futuros. O triénio 2009-2011 foi de facto um mandato transformacional, durante o qual investimos significativamente para construir vantagens competitivas, diferenciadoras e sustentáveis para o futuro. Neste contexto, construímos uma rede de fibra até casa do cliente (FTTH – *Fibre to the Home*) que cobre 1,6 milhões de casas, sendo esta uma das melhores e mais avançadas infraestruturas de fibra na Europa e no mundo, tendo sido distinguida em fevereiro de 2011 pelo FTTH Council como a melhor implementação de fibra na Europa. Este investimento, o qual é acompanhado pelo assinalável sucesso da PT na televisão por subscrição, permite-nos olhar para o futuro com a confiança de quem alcançou uma sólida sustentabilidade no seu negócio e está a caminhar a passos largos para a liderança em todos os segmentos de mercado. Fomos ainda precursores em Portugal no lançamento do LTE – *Long Term Evolution*, a quarta geração móvel, tendo lançado um ambicioso programa de investimento que nos garante a maior cobertura nacional e uma oferta inovadora e pioneira que permite a partilha de tráfego entre equipamentos. Ao longo do triénio 2009-2011 investimos mais de 2 mil milhões de Euros em Portugal, representando cerca de 22% das nossas receitas, sendo este um ciclo de investimento ímpar nas telecomunicações em Portugal e na Europa.

Este foi também um triénio marcado pela aquisição da Vivo por parte da Telefónica e pelo estabelecimento duma parceria estratégica com a Oi. Estamos convictos que o sucesso do turnaround da Vivo, no qual estivemos profundamente envolvidos acompanhando as operações e promovendo a partilha de melhores práticas entre as nossas operações em Portugal e a Vivo, terá sido um fator muito relevante que levou à oferta de 7,5 mil milhões de Euros feita pela Telefónica. Esta incorporou um prémio significativo (10,6x EV / EBITDA) face aos múltiplos de mercado e de transações similares e face ao valor percebido pela comunidade de investidores e analistas. Através da parceria estratégica com a Oi, que passou também pela aquisição duma posição de controlo conjunto de 25,6% em 28 de março de 2011, iremos continuar a ser atores relevantes no mercado brasileiro de telecomunicações, o qual nos oferece escala e exposição significativa a uma geografia de elevado potencial de crescimento. Este processo já deu já frutos, tendo a Oi visto aprovada pelos seus acionistas a operação de simplificação societária anunciada em 24 de maio de 2011, apenas dois meses após a entrada da PT na empresa. Iremos continuar a dedicar à Oi uma parte significativa da nossa atenção, do nosso tempo e do nosso esforço. Em conjunto com os nossos parceiros e com a equipa de gestão local, iremos continuar a promover a partilha de conhecimentos, de experiências e de inovação tecnológica entre a PT e a Oi, por forma a contribuir para apoiar a gestão local nos desafios que se avizinham no turnaround operacional da Oi permitindo que esta capture ainda mais as oportunidades de crescimento no mercado brasileiro.

O ano de 2011: um ano exigente num contexto internacional desafiante

Durante este ano continuámos a inovar em Portugal, a antecipar as tendências de mercado e a levar o significado da convergência para um novo patamar com a introdução de novos serviços e produtos verdadeiramente convergentes em todos os segmentos de mercado. No segmento residencial de destacar o Meo Go, um serviço que permite ter uma experiência única de televisão em todos os ecrãs (*smartphone, tablet* e PC). Lançámos ainda o Meo Kanal, um serviço inovador que pretende levar a experiência das redes sociais à televisão, permitindo uma partilha fácil e intuitiva de conteúdos entre os vários utilizadores do Meo. Fruto da inovação e de um forte enfoque na dinâmica comercial ultrapassámos o milhão de clientes de televisão, tendo fechado o ano com 1,04 milhões de clientes e tendo adicionado 212 mil novos clientes e atingido a co-liderança num serviço onde registávamos apenas 21 mil clientes em final de 2007.

No segmento pessoal continuámos a investir na promoção e popularização dos tarifários flat, os quais dão mais benefícios aos utilizadores, em particular no tarifário pré-pago “e nunca mais acaba”, que ultrapassou os 750 mil clientes, e no tarifário pós-pago “unlimited”. Lançámos também a oferta 4G, no mesmo dia em que recebemos a licença de operação. Esta nova tecnologia, permite oferecer no móvel velocidades até agora apenas acessíveis no fixo. A PT está comprometida em investir nesta nova tecnologia de forma a oferecer aos seus clientes serviços cada vez mais diferenciados, incluindo vídeo e televisão em tempo real, de modo a transformar esta oportunidade num sucesso comercial. A oferta que lançámos é desde logo inovadora na forma como permite partilhar tarifários entre vários equipamentos e também pelo facto de o Meo Go, oferta de televisão móvel em tempo real distintiva da PT, e também o Musicbox, serviço de streaming de música, estarem disponíveis dum modo convergente entre o fixo e o móvel e entre os vários ecrãs e dispositivos de acesso. Quisemos também fazer a diferenciação pela cobertura, e assim estamos comprometidos em expandir a cobertura deste serviço, em população, dos 20% à data de lançamento para 80% em Abril de 2012, aquando da libertação das novas frequências, e para 90% no final de 2012.

No segmento empresarial continuámos a expandir a nossa oferta vertical e horizontal com a introdução de soluções individualizadas para diversas indústrias, nomeadamente hotelaria e restauração. Continuámos a desenvolver e a oferecer produtos e serviços de *cloud computing*, através do *Smart Cloud PT* e através do *SmartWay*.

Estas ofertas lançadas em 2011 são parte de um caminho consistente que concretiza a nossa visão de que a tecnologia é um meio para permitir aos nossos clientes alcançar os seus objetivos. Neste sentido, a PT antecipou as necessidades de mobilidade e largura de banda dos clientes, um tsunami de dados, tendo investido na rede de fibra. Completámos em 2011 a cobertura adicional de 600 mil casas elevando assim o total de casas passadas com fibra da PT, mesmo até dentro da casa, para um milhão e 600 mil. A nossa rede móvel tem já cerca de 90% das estações base com fibra, o que permite sustentar as velocidades do 4G. Em 2011 lançámos ainda a primeira pedra na construção do *Data Centre* da Covilhã, o sexto maior do mundo à data do anúncio, e que será uma referência ao nível da eficiência energética e impacto ambiental.

No Brasil, através de um esforço conjunto com os parceiros e também da gestão local, a Oi conseguiu levar a cabo a simplificação societária, a qual reduz o número de empresas do grupo Oi cotadas no mercado de capitais de três para uma e o número de classes de ações de sete para duas. A Oi transforma-se assim numa empresa mais simples de gerir e potencialmente mais atrativa para o mercado. Este era um passo crucial para a articulação de um turnaround operacional da Oi, o qual fica agora dado, mas também para que a Oi possa definir, a seu tempo, uma política de dividendos que seja sólida e previsível. Entretanto, investimos tempo e recursos significativos no estabelecimento do Comité de Engenharia e Redes, Tecnologia e Inovação e Oferta de Serviços do Conselho de Administração da Oi S.A. o qual definiu já um vasto conjunto de iniciativas e prioridades para um reposicionamento estratégico, tecnológico e comercial da Oi. Estamos conscientes que permanecem grandes desafios para que se leve a cabo um turnaround com sucesso na Oi, mas estamos confiantes que a Empresa e os seus recursos humanos, em conjunto com os acionistas e a gestão local, será capaz de levar a cabo com sucesso esse projeto.

Em África tivemos um ano repleto de acontecimentos em que a partilha de melhores práticas entre a PT e as suas subsidiárias continuou a ser uma vantagem competitiva de relevo. Em Cabo Verde levámos a cabo o lançamento do 3G e concluímos o anel inter-ilhas. Ainda em Cabo Verde, lançámos o serviço “Dá \$aldo Internacional”, um serviço inovador que permite aos emigrantes cabo-verdianos que são clientes da TMN partilhar saldo com a sua família e amigos em Cabo Verde e lançámos os serviços CVT Negócios para empresas. Orgulhamo-nos de que a CV Telecom tenha uma das mais avançadas infraestruturas de telecomunicações em África, a qual compara muito favoravelmente com a maioria das infraestruturas Europeias. Na Namíbia alcançámos os 2 milhões clientes e temos uma infraestrutura móvel que é já 4G. Em São Tomé investimos no cabo submarino, a rede 3G e fibra nos principais pontos do país. Em Timor-Leste continuámos a investir na qualidade e cobertura da rede móvel e fixa e também reforçámos a nossa rede de distribuição. Neste contexto foi com entusiasmo que celebrámos a marca dos 600 mil clientes móveis em Dezembro de 2011.

Em termos financeiros, 2011 foi um ano marcado pelo acentuar da crise das dívidas soberanas, colocando dificuldades no acesso de vários países da Zona Euro ao financiamento nos mercados de capitais. Esta tensão afetou mais significativamente os países da Europa do Sul e economias periféricas, que viram os diferenciais das suas obrigações aumentar face à Alemanha, considerada ativo refúgio. Este contexto de dificuldade no acesso aos mercados de capitais levou a que, em Maio de 2011, Portugal tivesse que solicitar assistência financeira externa, tal como fora o caso da Grécia e da Irlanda em 2010 tendo também sido penalizado pelas agências de notação com a notação da dívida soberana de Portugal ser reduzida para a zona de elevado risco. Este movimento teve impacto na generalidade das notações da dívida dos emitentes em Portugal e, neste contexto, a PT não ficou imune a esta situação, tendo visto as notações da sua dívida refletir o movimento da dívida soberana. Atualmente, a PT tem o *rating* de BB+ na S&P e Ba1 pela Moody's,

em ambos os casos um *rating* mais forte do que o soberano. No caso da Fitch, agência cuja metodologia tem um menor peso derivado do *rating* soberano, a PT mantém uma notação de BBB, estando esta na região de *investment grade*. Mas 2011 foi também um ano recorde em termos de emissão de dívida por parte da PT. De destacar, entre outras, a emissão de uma obrigação no montante de 600 milhões de Euros ao abrigo do programa de Eurobonds em fevereiro; a emissão de um credit facility de 1.200 milhões de Euros com oito bancos internacionais de inequívoca qualidade e solidez em março e abril; e ainda a emissão de 240 milhões de Euros com o Banco Europeu de Investimento ao abrigo dos nossos avançados investimentos em tecnologia já em dezembro. Estas operações de financiamento, feitas de uma forma atempada, permitem-nos olhar com conforto para o futuro na medida em que temos já completamente financiados todos os nossos compromissos e maturidades até final de 2013. Estamos a cumprir os compromissos que assumimos com os nossos acionistas, apesar da deterioração da envolvente externa e macro económica, tendo já anunciado a proposta do pagamento do dividendo de 0,435 Euros por ação em maio de 2012, o qual soma ao dividendo intercalar, de 0,215 Euros por ação, que anunciámos em dezembro de 2011 num total de 0,65 Euros por ação.

Perspetivas para o futuro: uma ambição que se mantém intacta

Alavancando o processo transformacional que iniciámos em 2008 e continuámos neste triénio, definimos uma agenda de crescimento ambiciosa. A nossa ambição permanece intacta. Vamos continuar a investir em tecnologia de ponta e inovação, em diferenciação e na qualidade dos nossos produtos e serviços, para continuar a reforçar a nossa quota de mercado em todas as geografias onde operamos. Continuaremos empenhados numa sólida execução e em assegurar um crescimento saudável para a nossa empresa, criando valor para todos os *stakeholders* e, em particular, para os nossos acionistas, observando sempre uma forte disciplina estratégica, financeira e operacional.

Finalmente gostaria de agradecer o suporte e a confiança que recebemos dos nossos acionistas, o compromisso, dedicação e profissionalismo dos nossos colaboradores e também dos nossos fornecedores, sem os quais estes resultados não teriam sido possíveis. Quero agradecer muito em especial a confiança dos nossos clientes, a qual retribuo assumindo o compromisso de que iremos continuar a investir para que lhes possamos sempre oferecer as melhores, mais sofisticadas e competitivas soluções e serviços. Porque, para nós, $4 = 3 + \infty$



Zeinal Bava

Presidente Executivo





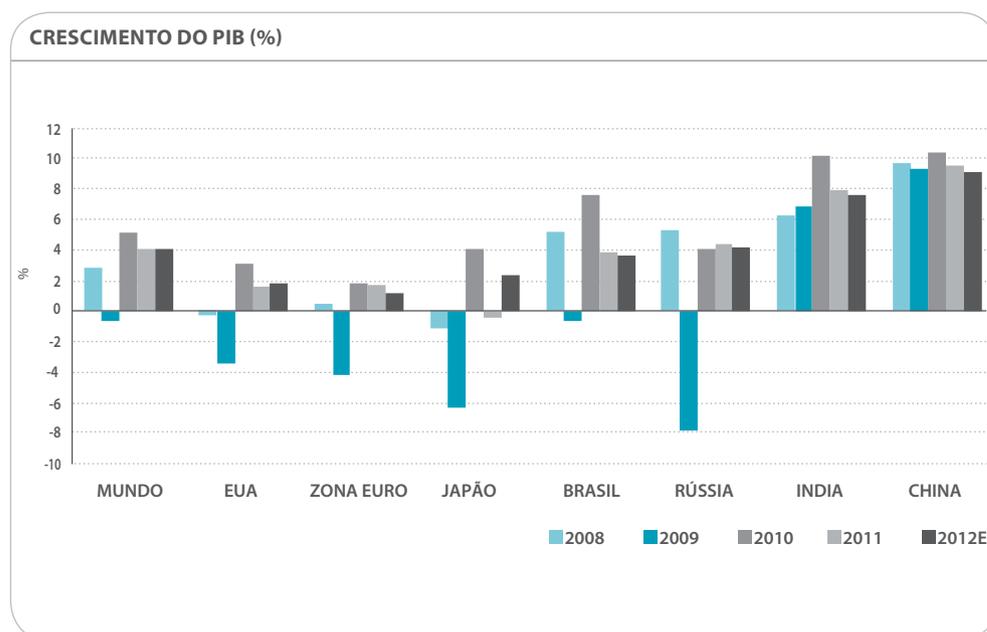
01

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



1. CONTEXTO ECONÓMICO INTERNACIONAL

O ano de 2011, como o ano anterior, ficou marcado pela crise do risco soberano na Zona Euro, de uma forma mais acentuada nos países da Europa do Sul. A necessidade de ajuda externa à Grécia, em abril de 2010, e à Irlanda, em novembro de 2010, estendeu-se a Portugal, que solicitou apoio financeiro à União Europeia (UE) através da Comissão Europeia (CE) e do Banco Central Europeu (BCE) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em maio de 2011. A disseminação desta crise foi também visível em outras economias periféricas como a Bélgica, Espanha, e Itália e, embora com menor intensidade, em economias consideradas *core*, como a Áustria e a França. Esta crise nos mercados financeiros mudou claramente as tendências do mercado, aumentando a aversão ao risco entre os investidores e reduzindo significativamente a liquidez nos mercados monetário e de crédito.

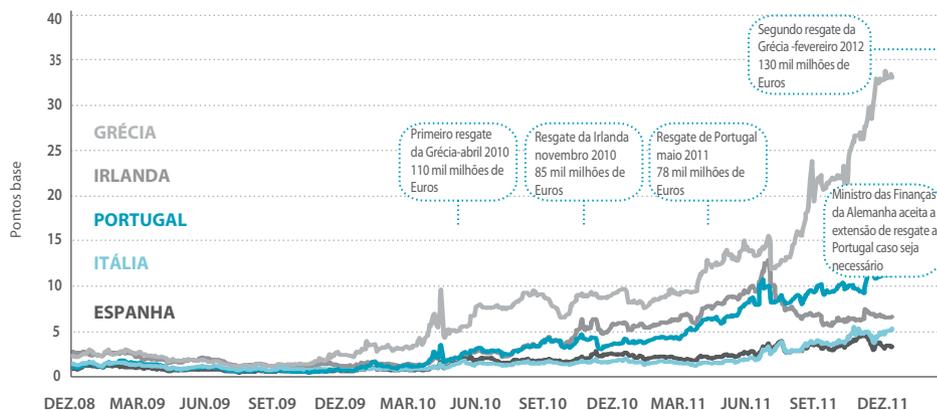


Fonte: World Economic Outlook, FMI, setembro 2011

Neste contexto, os líderes da UE, já no final do ano, reforçaram as regras de consolidação fiscal e de controlo orçamentais e, simultaneamente, o BCE adotou uma política menos restritiva, reduzindo a taxa de juro de referência (REFI) através de dois cortes consecutivos de 25pb no 4T11, reforçando a liquidez no sistema financeiro.

A aversão ao risco acima referido materializou-se: (1) na queda das taxas das economias de refúgio, como a Alemanha ou a Suíça - a rentabilidade das obrigações Alemãs a 10 anos caiu de 2,963% em dezembro de 2010 para 1,829% no final de 2011; (2) no aumento dos *spreads* da dívida soberana dos países com maior risco face às obrigações Alemãs - os *spreads* da dívida soberana a 10 anos de Espanha e Itália face às Alemãs aumentaram de 249pb e 185pb para 326pb e 520pb, respetivamente, e (3) na depreciação do Euro face ao Dólar, de -3% no ano de 2011, mas claramente mais pronunciada no 2S11 (-11%).

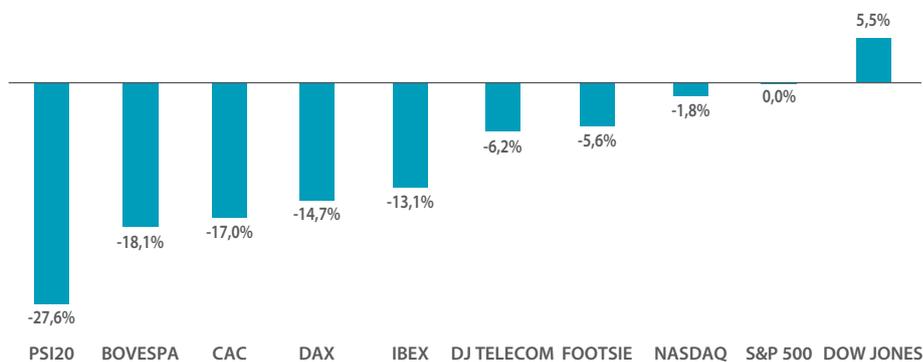
SPREADS DAS YIELDS DOS TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA VS. ALEMANHA | ECONOMIAS SELECIONADAS



Fonte: Bloomberg

As preocupações em torno da crise da dívida soberana refletiram-se também nos mercados acionistas, com quedas significativas nos principais índices Europeus: Euro DJ Stoxx 50 -17,1%, DAX -14,7%, CAC40 -17,0%, IBEX -13,1% e PSI20 -27,6 %. Nos EUA, os mercados foram menos penalizados do que os seus congéneres Europeus, tendo beneficiado de uma política monetária mais expansionista pela Reserva Federal (FED) e de melhores perspetivas para a economia dos EUA: DJones 5,5%, SPX 0,0% e Nasdaq -1,8%. Na China e no Brasil, o focus das autoridades monetárias sobre o controlo dos preços e da inflação, particularmente na China, resultou na queda dos mercados acionistas: Shanghai Composite -21,7% e Bovespa -18,1%.

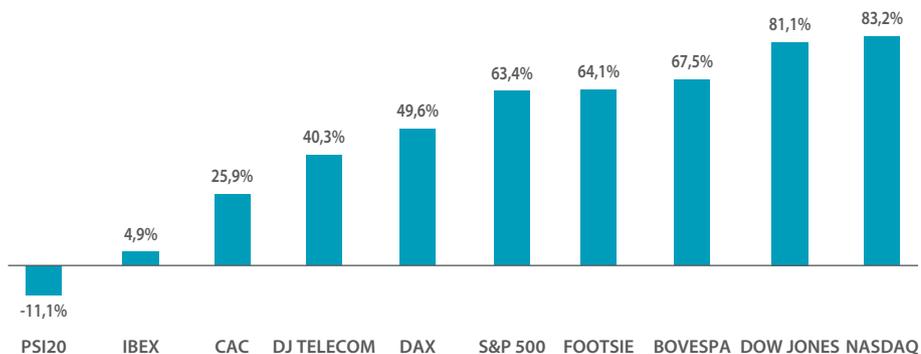
DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS EM 2011



Fonte: Bloomberg



REMUNERAÇÃO TOTAL ACIONISTA DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS EM 2011



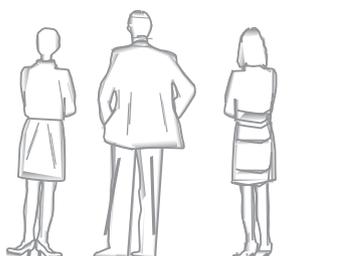
Fonte: Bloomberg

O alívio das pressões inflacionistas no final de 2011 foi suportado pela tendência de descida dos preços das matérias primas. O índice de preços ThomsonReuters/Jeffereis CRB caiu 8,3% em 2011 e 17,8% desde o pico anual em 2 de maio de 2011. O preço do petróleo (Brent) por barril subiu de 94,91 dólares em 31 de dezembro de 2010 para 106,3 dólares em 31 de Dezembro de 2011, tendo diminuído 12,7% desde o máximo anual de 29 de abril de 2011, refletindo expectativas mais moderadas em relação à evolução da procura global.

BRENT



Fonte: Bloomberg



COMMODITIES

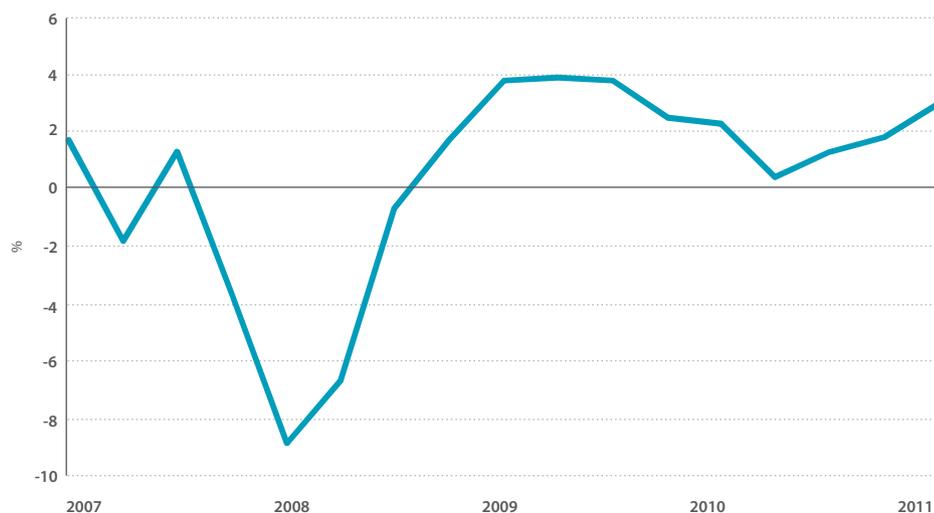


Fonte: Bloomberg

1.1 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

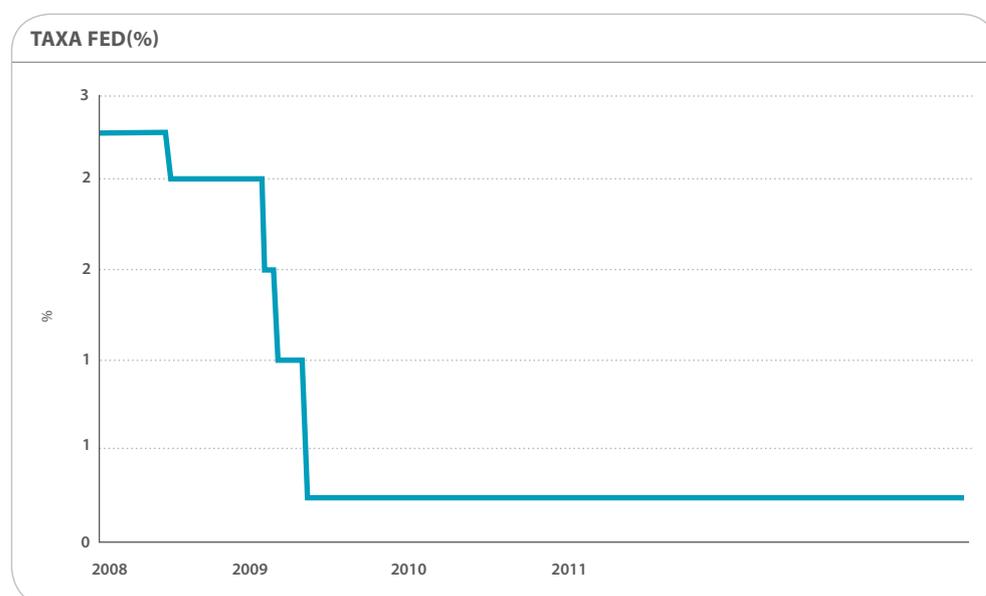
Em 2011 a economia Norte-Americana cresceu 1,7%, desacelerando de um crescimento de 3% registado em 2010. Apesar de um ritmo crescente de expansão da atividade ao longo do ano, com o PIB a crescer de 0,4% no 1T11, em termos anualizados, para 2,8% no 4T11, o crescimento anual foi inferior às expectativas iniciais, refletindo os impactos negativos de alguns choques sobre a economia americana. Estes incluíram os efeitos na produção resultantes do sismo ocorrido no início do ano no Japão, da ausência de suporte nos mercados acionistas e do mercado habitacional que, normalmente, sustenta o consumo das famílias, o crescimento deste agregado decorreu principalmente de: (1) uma melhoria no mercado de trabalho, assistindo-se à criação de mais de 1,6 milhões de novos empregos em 2011 e à redução do desemprego de 9,1% para 8,5% da população ativa, entre os primeiros meses e os últimos meses de 2011, bem como (2) a tendência de descida da taxa de poupança, que recuou de 5,2% para 4% do rendimento disponível entre o início e o final do ano.

CRESCIMENTO DO PIB (%)



Fonte: Bloomberg

A inflação homóloga encerrou o ano de 2011 em 3%, subindo de 1,5% em 2010 e acima do *target* de 2% definido pela autoridade monetária, mas com tendência claramente decrescente no último trimestre de 2011. Neste contexto, a FED prosseguiu até ao final do primeiro semestre de 2011, com o 2º programa de *quantitative easing* (QE2), completando a aquisição de 600 mil milhões de Dólares de Treasuries de longo prazo e manteve o *target rate* dos *fed funds* em níveis historicamente baixos (no intervalo de 0% e 0,25%). A fraca tração da retoma da atividade levou a FED a adotar medidas adicionais de política monetária no segundo semestre de 2011. Estas novas medidas incluíram: (1) a decisão de manter a dimensão do seu balanço, substituindo os títulos que atingissem a maturidade pela aquisição de novos títulos, e (2) anunciou a intenção de manter os juros de referência em níveis excepcionalmente baixos até, pelo menos, meados de 2013. Finalmente, a FED anunciou a operação *twist*, que ocorrerá até meados de 2012, com vista a alongar a maturidade do seu balanço, através da aquisição de 400 mil milhões de Dólares de Treasuries com prazos compreendidos entre 6 e 30 anos, por substituição de instrumentos com prazo de três anos ou menos.

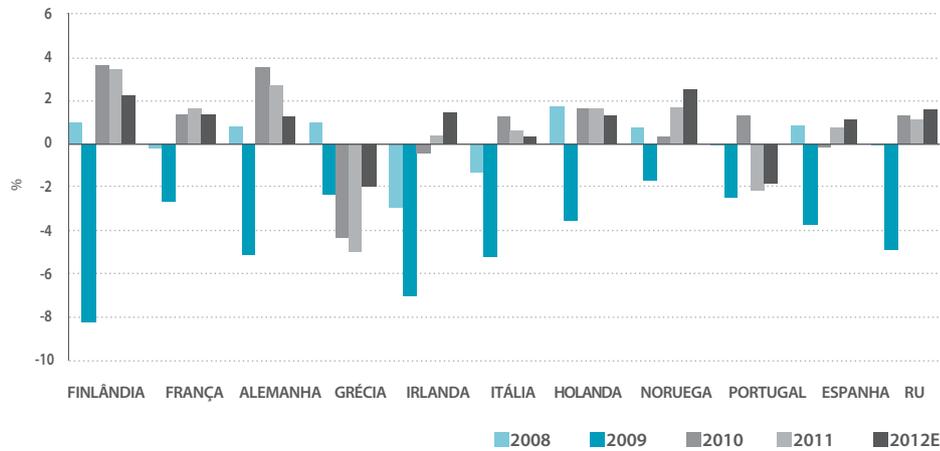


Fonte: Bloomberg

1.2. UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA | ZONA EURO

Após uma aceleração significativa no início do ano de 2011, em resultado da forte expansão do investimento, em particular do investimento em construção que beneficiou de condições climáticas favoráveis, a economia da Zona Euro registou uma desaceleração gradual ao longo do ano de 2011, tendo-se registado uma contração da atividade no 4T11. Neste contexto, o crescimento anual da Zona Euro foi de 1,5% em 2011, desacelerando de 1,9% registado em 2010. Apesar do forte crescimento da Alemanha (de 3% no conjunto do ano), a principal economia da Zona Euro, o desempenho foi muito heterogéneo entre os vários Estados-membros. Com efeito, as economias da Europa do Sul registaram um desempenho mais fraco, com variações anuais negativas do PIB na Grécia e em Portugal, e com registos inferiores a 1% em Espanha e Itália. O acentuado esforço de consolidação orçamental exerceu um efeito mais restritivo sobre a atividade nestas economias. De fato, a deterioração do sentimento e a maior restritividade da política orçamental acabaram por se refletir numa contração da atividade no 4T11. O abrandamento a que se assistiu no decurso do ano resultou: (1) do forte esforço de consolidação orçamental (em termos agregados, o défice orçamental da Zona Euro reduziu-se de 6,2% do PIB em 2010 para 4,1% do PIB em 2011); (2) da desaceleração evidenciada pelo consumo privado num contexto de deterioração das condições do mercado de trabalho, e (3) da desaceleração das exportações, refletindo o abrandamento da procura externa, em especial das economias emergentes.

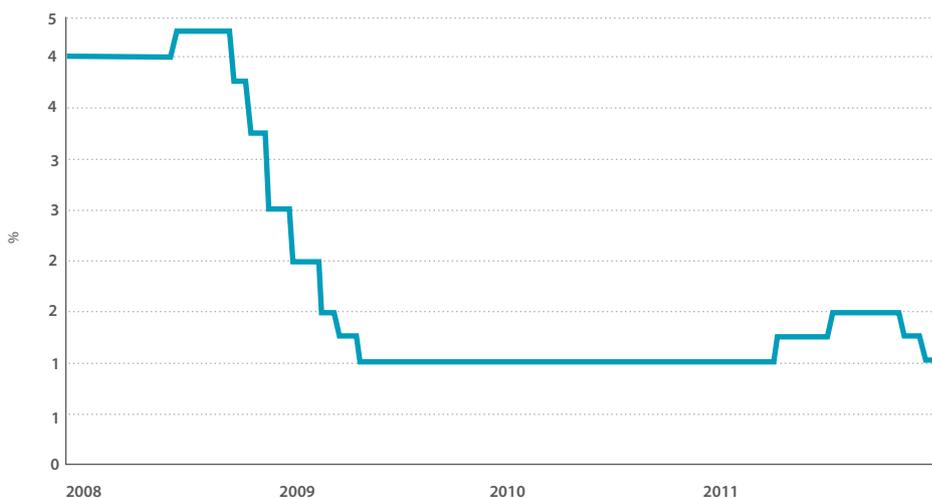
CRESCIMENTO DO PIB (%)



Fonte: World Economic Outlook, FMI, setembro 2011

Apesar de um crescimento lento, a taxa de inflação média anual foi de 2,7% (2,7% registado em dezembro de 2011), tendo aumentado de 1,6% em 2010 (2,2% registado em dezembro de 2010), refletindo principalmente o aumento dos preços da energia e da alimentação, enquanto que a inflação *core* média na Zona Euro situou-se em 1,4%, relativamente estável ao longo do ano, refletindo a ausência de pressões inflacionistas. Em resultado, no 2511 o BCE diminuiu a taxa de juro de referência para 1%, em dois movimentos de 25pb cada, em novembro e em dezembro, após ter aumentado duas vezes a taxa de juro de referência no 1511¹. Adicionalmente, num contexto de falta de confiança dos agentes económicos e de falta de liquidez no sistema bancário, o BCE implementou também medidas não convencionais, incluindo: (1) injeções de liquidez no sistema bancário; (2) aquisição de títulos de dívida soberana no mercado secundário, especialmente nos países das economias periféricas, e (3) a suspensão da exigência de requisitos mínimos de níveis de *rating* para a aceitação de títulos de dívida pública portuguesa e de todos os títulos garantidos pelo Estado Português como colateral nas operações de refinanciamento, medida que havia sido tomada anteriormente em relação à Grécia e à Irlanda.

REFI (%)



Fonte: Bloomberg

¹ O BCE aumentou a taxa de referência em 25pb em abril para 1,25% e 25pb em junho para 1,5%.

Em resultado das diferentes tendências económicas e expectativas no 1S11 e no 2S11 e, como referido acima, o Euro fortaleceu-se face ao Dólar no 1S11 e desvalorizou-se no 2S11, tendo fechado o ano em 1,296 Euro/USD, relativamente estável face a 2010 (1,337 Euro/USD), após ter atingido o máximo em 4 de maio de 2011 em 1,494 Euro/USD.



Fonte: Bloomberg

2. ACTIVIDADE ECONÓMICA NAS PRINCIPAIS GEOGRAFIAS ONDE A PT ESTÁ PRESENTE

2.1. PORTUGAL

O ano de 2011 ficou marcado pela deterioração das condições financeiras da economia portuguesa e pelo pedido de apoio financeiro externo, na sequência da deterioração das condições de financiamento no mercado primário e de maior aversão ao risco dos investidores relativamente à dívida soberana de Portugal. Este aumento da perceção do risco traduziu-se pelas consecutivas revisões em baixa do *rating* da dívida soberana Portuguesa. Com efeito, em 2011² o *rating* de Portugal foi revisto em baixa: (1) em 4 níveis pela Moody's, de A1 em 21 de dezembro de 2010 para Ba2 em 5 de julho de 2011; (2) em 3 níveis pela S&P de A- em 30 de novembro de 2011 para BBB- em 05 de dezembro de 2011, e (3) em 6 níveis pela Fitch de A+ em 23 de dezembro de 2010 para BB+ em 24 de novembro de 2011. Em resultado, a *yield* dos títulos da dívida pública soberana a 10 anos aumentou significativamente, ao longo do ano, de 6,6% em 31 de dezembro de 2010 (*spread* de 3,64pp face aos títulos da dívida pública da Alemanha a 10 anos) para 13,36% em 31 de dezembro de 2011 (*spread* de 11,54pp face aos títulos da dívida pública da Alemanha a 10 anos).

Na sequência das eleições em junho de 2011, o novo governo português tem vindo a implementar as medidas acordadas com a União Europeia / Comissão Europeia (UE / CE), com o Banco Central Europeu (BCE), e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) como parte do pacote de apoio financeiro no montante de 78 mil milhões de Euros. Este programa de ajustamento financeiro começou a ser implementado em maio de 2011, tendo sido já objeto de três³ avaliações favoráveis por parte das entidades supra mencionadas. Ao nível da consolidação orçamental, o défice público reduziu de 9,8% do PIB em 2010 para um valor próximo de 4% do PIB em 2011. Embora tenha beneficiado de medidas extraordinárias, nomeadamente a transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos, a consolidação orçamental resulta também de: (1) um importante esforço para reduzir a despesa do Estado, com um crescimento inferior ao orçamentado, e (2) uma execução favorável das receitas fiscais, em linha com o previsto. Para 2012, estima-se um superávit primário de 0,3% do PIB e um défice estrutural de 2,6% do PIB.

² Em 15 de março de 2011, o *rating* do crédito de longo prazo da República Portuguesa era: (1) Ba3 da Moody's; (2) BB da S&P, e (3) BB+ da Fitch
³ A terceira revisão trimestral do programa económico de Portugal por parte da CE, BCE e FMI ocorreu entre 15 e 27 de Fevereiro

DÉFICE (% DO PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

Registaram-se igualmente progressos significativos ao nível das reformas estruturais, num ambiente de estabilidade política e social, incluindo mudanças no mercado de trabalho, reformas no mercado de arrendamento e outras reformas destinadas a aumentar a concorrência nos diversos mercados. No mercado de trabalho foram implementadas mudanças significativas, visando aumentar a flexibilidade e a redução dos custos unitários, com impactos positivos sobre a competitividade. O sector da habitação também beneficiou das reformas implementadas no mercado de arrendamento, favorecendo a mobilidade, a redução do endividamento e a absorção da oferta de habitação. Finalmente, há várias medidas destinadas a aumentar o ambiente concorrencial, incluindo o programa de privatizações, o fim das *golden shares*, uma nova lei sob a concorrência e uma reforma da justiça, incluindo uma maior flexibilidade nos processos de insolvência e recuperação de empresas.

As medidas de consolidação orçamental e a deterioração das condições de crédito contribuíram para uma contração da procura interna em 2011, levando a uma queda no consumo público e privado (cerca de 3% em termos médios anuais) e no investimento (cerca de 11%). As exportações de mercadorias e de serviços mantiveram, no entanto, um crescimento sólido (cerca de 7% em termos reais), com um peso crescente das vendas para mercados emergentes (África, América Latina e Ásia). Esta evolução favorável das exportações atenuou o impacto dos fatores acima referidos na evolução do PIB, que diminuiu 1,5% em 2011.

O crescimento das exportações contribuiu ainda, em conjunto com o processo de *deleverage* em curso, para uma redução significativa do défice externo de 8,8% do PIB para um valor próximo de 6,5% do PIB. Estima-se que este processo irá continuar em 2012, prevendo-se uma redução adicional para cerca de 2% do PIB.

O *stock* das responsabilidades externas líquidas da economia portuguesa registou também uma redução, atingindo um valor estimado perto de 103% do PIB, comparando com um máximo de 110% do PIB observado em 2009.



PORTUGAL - PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS

Taxas de cresc. real(%), except. quando indicado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	1,6	0,8	1,4	2,4	0,0	-2,9	1,4	-1,6
Consumo Privado	2,7	1,7	1,8	2,5	1,3	-2,3	2,1	-3,9
Consumo Público	2,4	3,4	-0,6	0,5	0,3	4,7	0,9	-3,9
Investimento	3,7	-0,9	-0,6	2,1	-0,1	-13,3	-3,6	-10,7
Exportações	4,1	0,2	11,6	7,5	-0,1	-10,9	8,8	7,4
Importações	7,6	2,3	7,2	5,5	2,3	-10,0	5,4	-5,5
Inflação (IPC)	2,4	2,3	3,1	2,5	2,6	-0,8	1,4	3,7
Saldo Orçamental (% do PIB)*	-3,4	-5,9	-4,1	-3,1	-3,6	-10,1	-9,8	-4,0
Dívida Pública (% do PIB)	57,6	62,8	63,9	68,3	71,6	83,0	93,3	101,6
Desemprego (% da população activa)	6,7	7,6	7,7	8,0	7,6	9,5	10,8	14,0
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	-6,0	-8,2	-9,1	-8,9	-11,1	-10,1	-8,8	-6,1

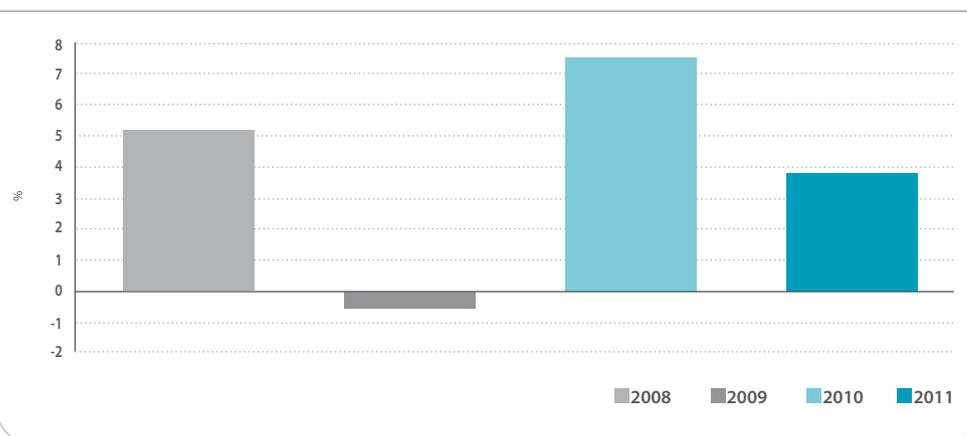
Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, ES Research.

*Em 2011 assume o efeito da integração dos Fundos de Pensões da Banca.

2.2. BRASIL

Em 2011, a economia brasileira continuou a mostrar um desempenho resiliente, apesar do contexto internacional. Com efeito, o PIB cresceu 3,0% em 2011, após ter crescido 7,5% em 2010. O crescimento em 2011 foi impulsionado pelo consumo privado, que continua a ser alavancado na redistribuição do rendimento e no forte crescimento da classe média. O ano de 2011 continuou a apresentar condições favoráveis no mercado de trabalho brasileiro, que registou a menor taxa de desemprego média anual histórica, de 6% da população ativa, e simultaneamente registou um aumento da massa salarial de 5,2% em termos reais.

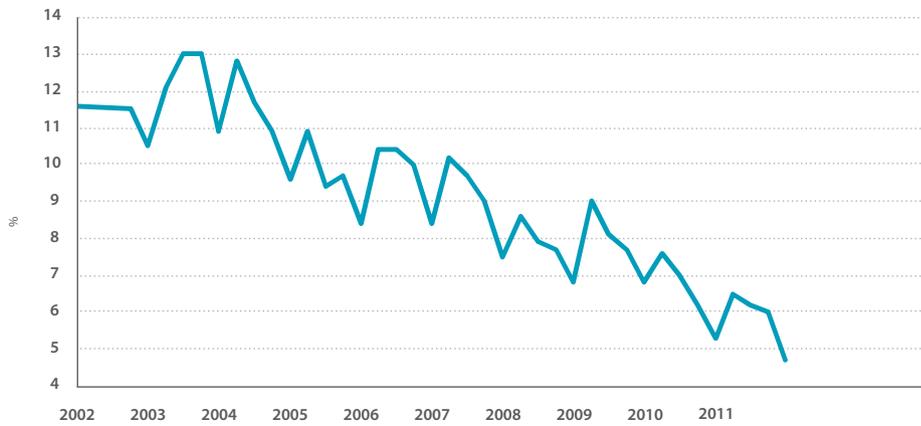
BRASIL | CRESCIMENTO DO PIB (%)



Fonte: World Economic Outlook, FMI

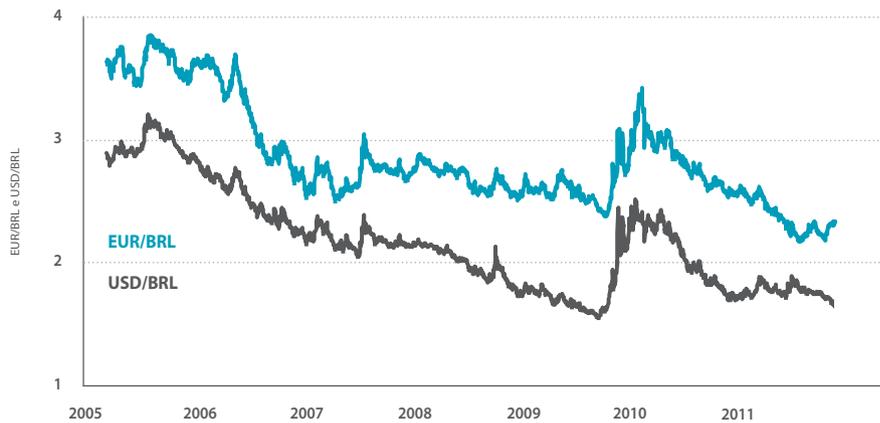


TAXA DE DESEMPREGO (%)



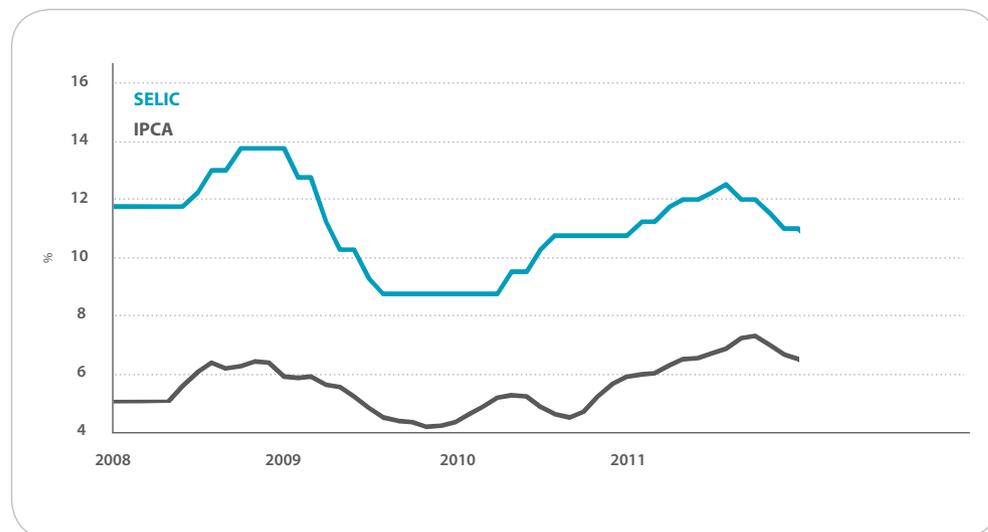
Fonte: Bloomberg

A economia brasileira registou igualmente uma evolução favorável em termos de exportações e da balança comercial externa, que refletiram as elevadas cotações das *commodities*, beneficiou do dinamismo das economias emergentes e da liquidez disponibilizada pelos bancos centrais das economias avançadas. Em resultado, em 2011 o saldo da balança comercial brasileira aumentou 47,8%, face ao período homólogo, para cerca de 30 mil milhões de Dólares, o mais elevado desde 2007, com um montante recorde de exportações (+26,8% face ao período homólogo, para 256 mil milhões de Dólares) e importações (25,7% face ao período homólogo, para 226 mil milhões de Dólares), claramente um sinal do dinamismo do comércio externo. Esta solidez dos princípios fundamentais, em conjunto com as oportunidades decorrentes dos eventos desportivos que o país organizará nos próximos anos, bem como as iniciativas relacionadas com as infraestruturas necessárias para esses eventos, continuará a impulsionar as oportunidades económicas e a atrair investimento estrangeiro. Refletindo este desempenho, a taxa de câmbio BRL/USD registada em 2011 (câmbio médio de BRL/USD de 1,675 em 2011) melhorou em relação a 2010 (câmbio médio de BRL/USD de 1,759 em 2010), embora tenha passado de BRL/USD 1,660 em 31 de dezembro de 2010 para BRL/USD 1,863 em 31 de dezembro de 2011.



Fonte: Bloomberg

Em resultado do desempenho económico, tanto interno como externo, a inflação encerrou o ano em 6,5%, em linha com o limite máximo definido para a inflação. Apesar disso, o Banco Central do Brasil reverteu o processo de pressão monetária e diminuiu a taxa de referência SELIC, desde o seu pico de 12,5% em julho e agosto de 2011, para 11,0% em dezembro de 2011 (em comparação com 10,75% em dezembro de 2010). Desde o final de 2011, a taxa SELIC foi reduzida mais duas vezes para 9,75%, refletindo uma política expansionista contínua e um foco da autoridade monetária na defesa da atividade económica.



Fonte: Bloomberg

2.3. ÁFRICA

As economias africanas recuperaram rapidamente após a desaceleração causada pela recessão global. Em 2010, o crescimento económico médio de África foi de 4,9%, crescendo de 3,1% em 2009 e espera-se para 2011 um crescimento de cerca de 3,7%. Em particular, a África Subsaariana está a apresentar um desempenho macroeconómico sólido, com muitas economias a crescer próximo das taxas médias do período pré-crise. A desaceleração global não tem afetado significativamente a região, até ao momento, mas os riscos de *downsizing* aumentaram, ou seja, o aumento da inflação e da exposição às oscilações das cotações das *commodities*.

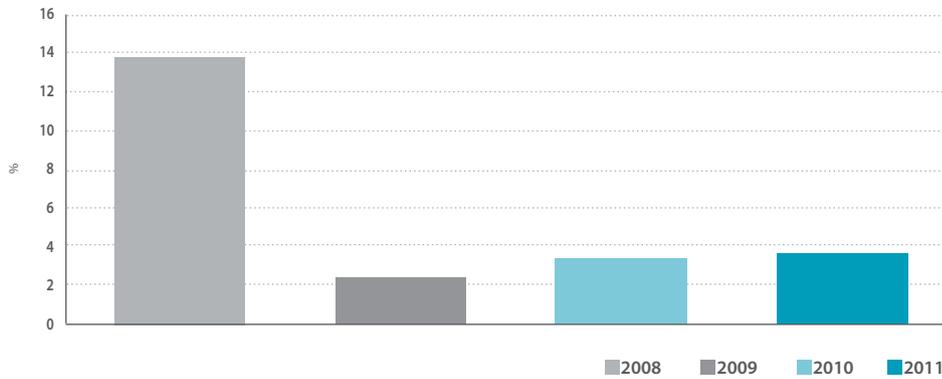
2.3.1. ANGOLA

A intensificação do crescimento da atividade económica em Angola ao longo de 2011, que se estima ter crescido 3,7%⁴, foi fundamentalmente impulsionado por um melhor desempenho do sector petrolífero, alavancado na recuperação dos preços do petróleo e na respetiva procura mundial, com Angola a consolidar a sua posição como o segundo maior produtor na África Subsaariana, tendo aumentado os volumes ao longo de 2011: 1,8 milhões de barris por dia em dezembro de 2011, que compara com uma média de 1,7 milhões de barris por dia em 2011.

Para além do sector petrolífero, a economia de Angola tem tido um bom desempenho, o investimento em infraestruturas continuou a avançar a um ritmo rápido e em diversas áreas, incluindo estradas, ferrovias, habitação e outros projetos de recuperação nacional. Estes fatores continuaram a fomentar o investimento estrangeiro em Angola, sendo um dos países com maior investimento estrangeiro em África.

⁴ Estimativa do FMI de 24 de janeiro de 2012

ANGOLA | CRESCIMENTO DO PIB (%)

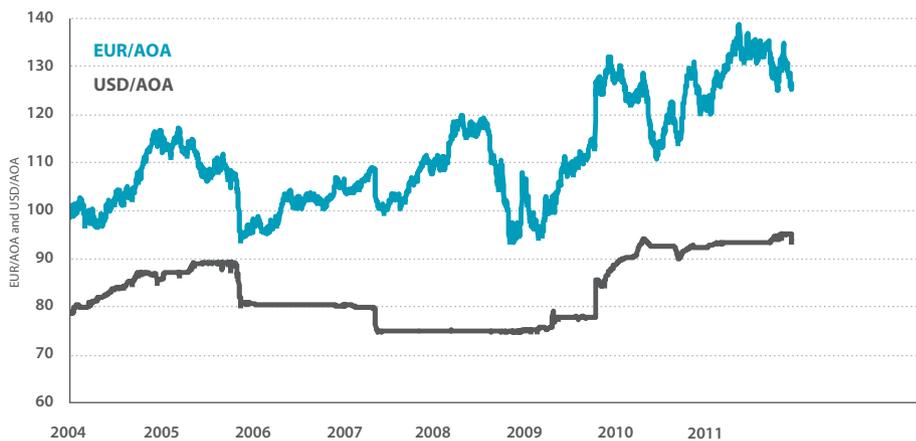


Fonte: World Economic Outlook, FMI

Relativamente ao crédito, Angola também registou uma boa evolução em 2011, o *rating* soberano foi atualizado pelas três principais agências de *rating*: (1) S&P, de B+ para BB-, com *outlook* estável; (2) Moody, de B1 para Ba3, com *outlook* estável, e (3) Fitch, de B + para BB-, com *outlook* estável. Estas revisões em alta da notação de risco demonstram claramente a confiança que continua a ser construída no país.

No plano cambial, uma vez que as autoridades angolanas decidiram abandonar o peg face ao Dólar, e após uma desvalorização inicial, o Kwanza ficou praticamente estável face ao Dólar. Em 2011, oscilou no intervalo de USD/AOA 92-95 e valorizou face ao Euro. A inflação manteve-se elevada ao longo de 2011, com a inflação média anual a aumentar para um valor próximo 15%, condicionada principalmente pelo desempenho dos preços dos produtos alimentares e bebidas. Este desempenho dos preços dos produtos alimentares e das bebidas continuou a ser suportado pelas dificuldades ao nível da capacidade logística e de distribuição. Ao nível da política monetária, o Banco Nacional de Angola, considerando "a necessidade de promover o crescimento económico nacional" reduziu em abril a taxa de desconto de 25% para 20%, valor que se manteve até ao final do ano, e a taxa de redesconto diminuiu 5pp, passando de 30% para 25%.

EUR/AOA E USD/AOA

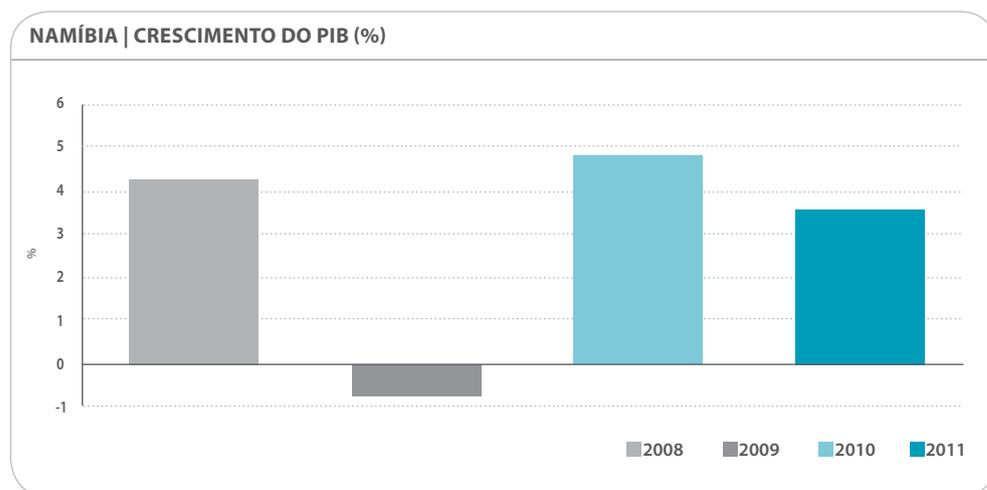


Fonte: Bloomberg



2.3.2. NAMÍBIA

Após uma contração de 0,7% em 2009, a economia da Namíbia cresceu 4,2% em 2010 e 3,6%⁵ em 2011, impulsionada por: (1) uma rápida recuperação nas atividades de minério; (2) uma melhoria sustentada da procura mundial de produtos minerais, e (3) uma extensão do crédito. Com efeito, o FMI estima que a Namíbia cresça a um ritmo mais rápido em 2012, atingindo os 4,2%, enquanto o défice fiscal e o PIB deverão contrair para 4,7% de 8,9% (estimativa para 2011). A taxa média de inflação estimada deverá descer para 5,5% de 5,7%.



Fonte: World Economic Outlook, FMI

O desemprego e a desigualdade de rendimento são elevados⁶. Neste contexto, as políticas fiscais aumentaram significativamente, com a introdução de um novo programa pelo governo, nos últimos anos, visando aumentar o crescimento de longo prazo e reduzir o desemprego através: (1) do aumento das despesas de infraestrutura; (2) da criação de empregos temporários no sector público, e (3) da introdução de novas medidas orientadas para os sectores da agricultura, turismo, transporte, habitação e saneamento. O Banco da Namíbia tem mantido a taxa de juro em 6% desde dezembro de 2010, 50pb acima da taxa do Banco de Reserva Sul Africano. As condições no sector bancário melhoraram, em simultâneo com a recuperação da economia, e a supervisão do sector de instituições financeiras não bancárias está a ser reforçada.

O FMI referiu que a perspetiva económica parece promissora, apesar de enfrentar potenciais riscos, tais como: (1) um clima externo frágil que apresenta riscos para a procura e preços das *commodities*, e (2) crescentes pressões sobre os preços de serviços não transacionáveis, num cenário de expansão da situação fiscal. Estes riscos podem limitar os esforços para fortalecer a competitividade externa da Namíbia e a diversificação económica. No entanto, existem boas perspectivas de investimento e crescimento no sector dos recursos naturais, e é esperado um crescimento contínuo em áreas como a construção, a indústria e os serviços.

2.3.3. CABO VERDE

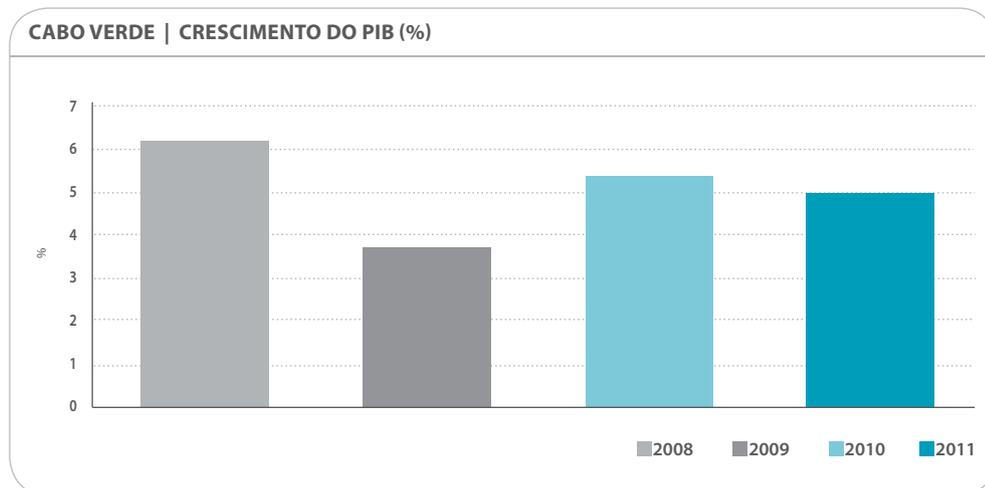
O crescimento do PIB mantém-se resiliente, apesar da exposição económica e financeira do arquipélago a alguns países Europeus, em que a crise da dívida financeira tem sido uma das principais causas da atual turbulência.

O desempenho macroeconómico de Cabo Verde é sólido mas enfraqueceu em 2011. O crescimento do PIB deverá ter desacelerado para cerca de 5% em 2011 (de 5,4% em 2010), refletindo o ambiente externo negativo, devido às condições económicas e financeiras adversas e ainda por resolver na Europa. Apesar desta desaceleração no ritmo de crescimento, os investimentos públicos e o turismo sustentaram a atividade económica. O turismo tem sido influenciado positivamente pela turbulência em alguns países do Médio Oriente e do Norte de África. Por outro lado, a inflação subiu para 4,5% em 2011 (final do período, de 2,1% em 2010), refletindo os preços do sector alimentar e os choques nos preços do combustível. A inflação *core* mantém-se controlada.

⁵Estimativa do FMI de janeiro de 2012 – World Economic Outlook.

⁶Inquérito ao Emprego, do FMI de 2008. A taxa de desemprego é de 51,2% e a medida estreita, que inclui apenas aqueles que procuraram trabalho nas últimas semanas antes da pesquisa é de 37,6%

O *target* fiscal para o ano de 2011 foi cumprido, com o aumento das receitas fiscais, apesar do desempenho abaixo do esperado das receitas não fiscais, e com a execução da despesa abaixo do orçamento. O défice fiscal global, incluindo subsídios, atingiu os 15 mil milhões de Escudos cabo-verdianos, ou 9,9% do PIB.

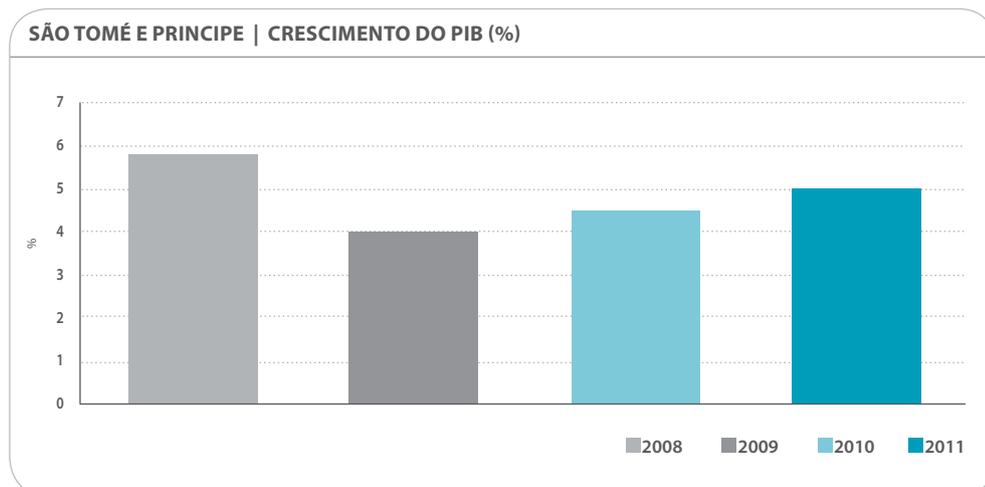


Fonte: World Economic Outlook, FMI

As condições monetárias começaram a reduzir após o segundo semestre de 2011, quando o BCV adotou uma política monetária mais restritiva, nomeadamente: (1) aumento das necessidades de reservas; (2) reinício das operações de *open market* para absorver o Escudo, e (3) aumento da intervenção nas taxas de juro. A taxa de câmbio do Escudo cabo-verdiano está indexada ao Euro.

2.3.4. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A economia de São Tomé e Príncipe está a recuperar gradualmente depois de uma forte desaceleração em 2009, que refletiu uma queda do investimento direto estrangeiro como resultado da crise financeira global. O crescimento do PIB para 2011 é estimado em cerca de 5%, com os projetos financiados no exterior a ajudar o desenvolvimento das atividades de construção, comércio, turismo e agricultura. Este crescimento deverá aumentar em simultâneo com o aumento da exploração de petróleo. As autoridades públicas estimam que a produção de petróleo irá começar em 2015. A inflação baixou substancialmente desde 2008, mas ainda permanece elevada (2011: 12,0% no fim do período e de 12,4% média do período). A taxa de câmbio está indexada ao Euro desde janeiro de 2010.



Fonte: World Economic Outlook, FMI

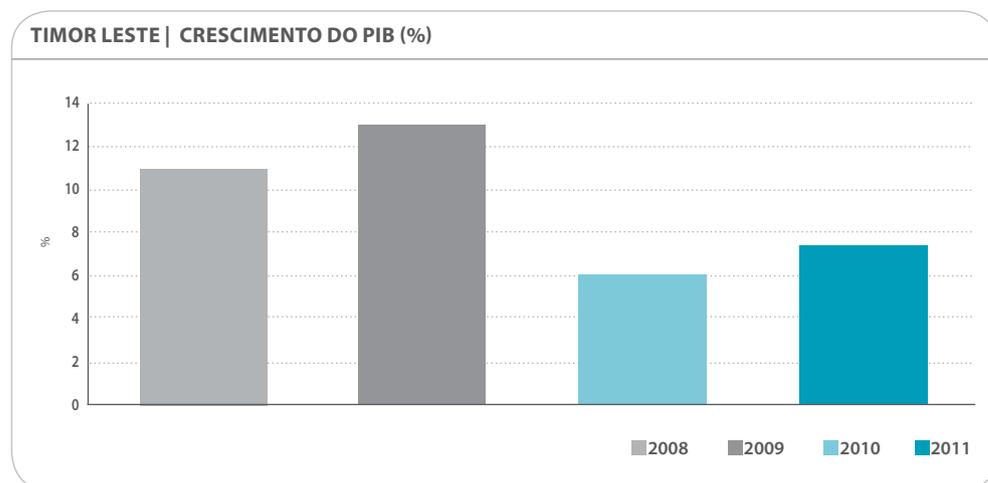
2.4. OUTRAS GEOGRAFIAS

2.4.1. TIMOR-LESTE

Em 2011, estima-se que o crescimento tenha permanecido forte em cerca de 10%, suportado pela despesa do governo. A inflação em Díli manteve-se elevada, tendo aumentado para 13,4% em dezembro de 2011, devido aos elevados preços dos produtos alimentares, à desvalorização do Dólar e à forte procura devido ao aumento da despesa pública.

O governo lançou o “Plano de Desenvolvimento Estratégico”, com o objetivo de transformar Timor-Leste num país com rendimentos acima da média em 2030, aumentando o investimento público para melhorar as infraestruturas do país. Neste contexto, as despesas de capital aumentaram em 2011: estima-se que a despesa total do governo tenha aumentado para 1,2 mil milhões de Dólares, de 0,8 mil milhões de Dólares em 2010. No entanto, devido ao aumento das receitas de petróleo, é expectável que o saldo fiscal tenha continuado a registar valores positivos muito acima de 50% do PIB em 2011. A maioria dos Fundos de Petróleo investe em títulos de dívida pública americana. Estima-se que o saldo positivo da balança comercial se tenha mantido acima de 50% do PIB em 2011 devido às elevadas receitas do petróleo.

Dado o forte aumento da procura de petróleo e a subida dos preços, as perspetivas de crescimento económico e de redução da pobreza são promissoras.



Fonte: World Economic Outlook, FMI

02

ASPETOS REGULAMENTARES



PORTUGAL

Portabilidade

Em resultado da transposição, em setembro de 2011, do novo quadro regulamentar para o sector das comunicações eletrónicas, em 28 de outubro de 2011, a ANACOM lançou uma consulta pública sobre o projeto de regulamento de alteração ao Regulamento da Portabilidade. As alterações propostas pela ANACOM prendem-se, no essencial, com a necessidade de garantir a implementação da portabilidade (fixa e móvel) em um dia útil e o reforço dos direitos dos assinantes em matéria de portabilidade.

O documento esteve em consulta pública até ao dia 14 de dezembro de 2011, aguardando-se a decisão final da ANACOM.

Televisão Digital Terrestre

A PT Comunicações prosseguiu a sua atuação no âmbito da TDT, tendo cumprido todas as obrigações de cobertura que lhe estão impostas na Licença atribuída e tendo concluído com sucesso o processo de alteração de canal, em cumprimento da deliberação de 4 de abril de 2011, em que a ANACOM aprovou a decisão final relativa à substituição do canal 67 (838-846MHz) consignado à PT Comunicações, S.A. para o território continental, pelo canal 56 (750-758MHz) no âmbito do serviço de radiodifusão televisiva digital terrestre (TDT).

A PT Comunicações aguarda, agora, a fixação dos critérios, em Portaria do Governo, com vista ao ressarcimento dos custos incorridos no aludido processo de alteração de canais do MUX A.

Em 24 de março de 2011, a ANACOM deliberou sobre a atribuição de subsídio à aquisição de equipamento TDT por parte de cidadãos com necessidades especiais, grupos populacionais mais desfavorecidos e instituições de comprovada valia social, estando a PT Comunicações a atribuir os subsídios em cumprimento da citada deliberação.

Em 31 março de 2011, a ANACOM aprovou o Plano de Promoção e Informação a cumprir pela PT Comunicações, no âmbito da TDT, tendo a empresa realizado as vagas da campanha televisiva a que se encontrava vinculada, tendo terminado a campanha, em novembro de 2011, à qual se seguiu a campanha televisiva protagonizada pela ANACOM.

Em 7 de abril de 2011, a ANACOM deliberou sobre a definição do procedimento de comparticipação de instalações e equipamentos nas zonas abrangidas por meios de cobertura complementar (DTH) no âmbito da TDT, garantindo a igualdade de acesso à TDT por parte das populações cobertas por TDT e por DTH. Também quanto a esta deliberação a PT Comunicações está a cumprir escrupulosamente as determinações da ANACOM.

No contexto da preparação da migração da população para a TDT, realizaram-se, durante o ano de 2011, com sucesso, três pilotos, em Alenquer, Nazaré e Santarém.

Ofertas Grossistas Reguladas

A ANACOM aprovou, por deliberação de 20 de outubro de 2011, o sentido provável de decisão (SPD) sobre os procedimentos a cumprir na aferição da qualidade de serviço das ofertas grossistas reguladas.

Este projeto de decisão determina que a PT Comunicações (PTC) deve alterar as várias ofertas de referência que tenham prazos de reparação de avarias (ORALL, ORCA, ORCE, Rede ADSL PT, ORLA), no prazo de 30 dias úteis, após a notificação da decisão final da ANACOM, em conformidade com os diversos requisitos. Na referida deliberação, a ANACOM determinou à PTC o envio, ao Regulador, no prazo de 20 dias úteis, de informação sobre as avarias verificadas no âmbito da ORALL, desde janeiro de 2011, bem como as medidas já tomadas, ou que pretende vir a tomar, no contexto da oferta e das áreas em questão, que visem minimizar as avarias geralmente associadas aos meses de maior pluviosidade.

O SPD sobre os procedimentos a cumprir na aferição da qualidade de serviço das ofertas grossistas reguladas esteve em consulta pública até 19 de dezembro de 2011, aguardando-se agora a decisão final da ANACOM.

Oferta de Referência de Circuitos Alugados (ORCA) e Oferta de Referência de Circuitos Ethernet (ORCE)

ANACOM aprovou, por deliberação de 17 de novembro de 2011, o sentido provável de decisão sobre as alterações à oferta de referência de circuitos alugados (ORCA) e à oferta de referência de circuitos Ethernet (ORCE). Nos termos do SPD, a ANACOM propõe-se deliberar, entre outros aspetos, que a PT Comunicações reduza, na ORCA, o preço de toda e qualquer componente do tarifário (incluindo circuitos CAM) dos circuitos de 2 Mbps, 34 Mbps e 155 Mbps respetivamente em 35%, 40% e 45%.

Este projeto de decisão foi submetido a audiência prévia dos interessados e a consulta pública, tendo sido fixado, em ambos os casos, um prazo de 20 dias úteis. A receção de comentários terminou a 30 de dezembro de 2011, aguardando-se a decisão final da ANACOM.

PRI e PRAI 2011

No dia 22 de dezembro de 2011, a PT Comunicações publicou as novas versões da Oferta de Referência de Interligação (ORI) e da Proposta de Referência de Acesso à Internet (PRAI). As alterações realizadas não implicaram modificação dos preços.

Mercados grossistas de terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais

A 1 de abril de 2011, a ANACOM submeteu a Consulta Pública o texto relativo à Definição Metodológica, no âmbito do Desenvolvimento e Implementação do Modelo de Custeio de Terminação Móvel. A opção avançada pelo Regulador consubstanciou-se num modelo LRIC *bottom-up* puro, desenvolvido em colaboração com a consultora Analysis Mason. A consulta encerrou a 13 de maio e o respetivo relatório foi aprovado a 1 de julho, tendo a ANACOM indicado que nova consulta se seguiria, desta vez sobre a implementação do modelo LRIC, com a consequente definição do novo *glide-path* aplicável às taxas de terminação móvel.

A 3 de outubro de 2011, a ANACOM aprovou o Sentido Provável de Decisão (SPD) sobre a Especificação da Obrigação de Controlo de Preços, no âmbito da análise dos Mercados Grossistas de Terminação de Chamadas em Redes Móveis Individuais. Neste SPD a ANACOM incorporou os seus entendimentos decorrentes da Consulta de 1 de abril, apontando o modelo de custeio desenvolvido com base da opção LRIC puro para um custo do serviço grossista de terminação móvel de 1,25 cênt. por minuto.

Para atingir este valor, a ANACOM propôs um *glide-path* ao longo de quatro trimestres: dos 3,5 cênt. por minuto, em vigor desde Agosto de 2011, as MTRs desceriam para (i) 2,75 cênt. por minuto em fevereiro de 2012; (ii) 2,25 cênt. por minuto, em maio de 2012; (iii) 1,75 cênt. por minuto, em agosto de 2012; e, finalmente (iv) 1,25 cênt. por minuto, em novembro de 2012.

Esta consulta decorreu até ao dia 22 de novembro de 2011 não sendo, até à data, conhecida a decisão final da ANACOM.

Espetro Radioelétrico

Em 10 de Fevereiro de 2010, a ANACOM aprovou a decisão final sobre a disponibilização e utilização de meios electrónicos nos procedimentos que envolvam a comunicação entre esta Autoridade e os titulares de licenças de rede ou de estação de radiocomunicações, bem como em todos os requerimentos que lhe sejam submetidos, nos termos do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de Julho, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 264/2009, de 28 de Setembro.

Em 31 de Março de 2010, a ANACOM aprovou o Quadro Nacional de Atribuição de Frequências (QNAF) a vigorar em 2009/2010, bem como o relatório da respectiva consulta pública, lançada a 23 de Dezembro de 2009.

Em 8 de Julho de 2010, a ANACOM decidiu, no contexto do *refarming* do espectro radioelétrico nas faixas de frequências de 900 MHz e 1800 MHz, unificar, num título, as condições aplicáveis ao exercício dos direitos de utilização de frequências atribuídos à TMN para a prestação do serviço móvel terrestre, de acordo com as tecnologias GSM 900/1800 e UMTS.

Em 16 de Dezembro de 2010, a ANACOM aprovou a decisão final sobre a designação e disponibilização da sub-faixa dos 790-862 MHz para a prestação de serviços de comunicações electrónicas, em conformidade com a Decisão 2010/267/UE, incluindo a correspondente alteração do Quadro Nacional de Atribuição de Frequências.

Em 6 de Janeiro de 2011, a ANACOM aprovou a decisão final sobre a introdução de serviços de comunicações móveis a bordo de embarcações (MCV).

Por deliberação de 17 de Outubro de 2011, o Conselho de Administração da ANACOM aprovou o Regulamento que fixa o regime aplicável ao leilão para a atribuição de direitos de utilização de frequências nas faixas de 450 MHz, 800 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz e 2,6 GHz, o qual veio a ser publicado como Regulamento n.º 560-A/2011, no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 201, a 19 de Outubro (doravante, «Regulamento do Leilão»).

Foram submetidos a leilão 39 direitos de utilização de frequências, dos quais 6 na faixa de 800 MHz e 14 na faixa de 2,6 GHz. O modelo de leilão foi do tipo simultâneo, ascendente, aberto e de múltiplas rondas. Foram fixados *spectrum caps* na atribuição do espectro. A utilização obedecerá ao princípio da neutralidade, de serviço e de tecnologia, sem prejuízo da observação das disposições constantes no Regulamento das Radiocomunicações (UIT), no Quadro Nacional de Atribuição de Frequências.

A faixa de 800 MHz só pode ser utilizada a partir de 26 de Abril de 2011, após a conclusão do processo de desligamento do serviço de Radiodifusão Televisiva Analógica a cumprir nos termos fixados no “Plano para o Switch-Off”, aprovado por decisão da ANACOM de 24 de Junho de 2010, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2009, de 17 de Março e, está sujeita ao estabelecimento de condições técnicas e geográficas de compatibilização com as condições de utilização da faixa existentes em Espanha e em Marrocos.

Nos termos do Regulamento do Leilão, os titulares de direitos de utilização de frequências que, no termo do leilão, passem a deter 2 x 10 MHz na faixa dos 800 MHz ou pelo menos 2 x 10 MHz na faixa dos 900 MHz, ficam obrigados a permitir o acesso em condições não discriminatórias às suas redes. Os titulares estão obrigados a aceitar a negociação de acordos que permitam que as suas redes sejam utilizadas para operações móveis virtuais de terceiros, nas diversas modalidades balizadas por full MVNO e light MVNO, para a prestação de serviços de comunicações electrónicas a utilizadores finais, equivalentes aos que oferecem aos seus próprios clientes.

A ANACOM aprovou, a 6 de janeiro de 2012, o relatório final do leilão para a atribuição de direitos de utilização de frequências nas faixas dos 450 MHz, 800 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz, 2,6 GHz (leilão multifaixa).

O leilão multifaixa alcançou um montante final de 372 milhões de Euros, distribuídos por cada um dos licitantes vencedores do seguinte modo: 113 milhões de Euros (Optimus), 113 milhões de Euros (TMN) e 146 milhões de Euros (Vodafone).

Sistema de Contabilidade Analítica

A ANACOM aprovou, por deliberação de 7 de abril de 2011, o sentido provável de decisão sobre a revisão do cálculo da taxa de custo de capital da PT Comunicações, aplicável aos exercícios de 2010 e 2011. Este projeto de decisão foi submetido a audiência prévia das entidades interessadas, tendo o prazo para receção de comentários terminado a 26 de maio.

Por deliberação de 26 de Agosto de 2011, a ANACOM aprovou a decisão final sobre esta matéria, sendo a taxa de custo de capital para os anos 2010 e 2011, de 11,6% e 11,0%, respetivamente.

Liquidação e cobrança da taxa de atividade

A 31 de maio de 2011, a ANACOM procedeu à retificação do valor das taxas devidas pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas referentes aos anos de 2009 e 2010, após apuramento dos custos administrativos reais em 2010, e revisão do valor das provisões em ambos os anos. Na sequência destas correções, houve lugar a reembolsos aos operadores.

Por deliberação de 25 de novembro de 2011, a ANACOM fixou a percentagem contributiva t2 (aplicável no caso da PT Comunicações) em 0,5714%, cálculo que teve por base um montante de custos administrativos de aproximadamente 30 milhões de Euros em 2011.

Tarifário do Serviço Universal

Por deliberação de 11 de novembro de 2010, a ANACOM decidiu não se opor à proposta de tarifário residencial do serviço telefónico num local fixo, no âmbito do serviço universal, apresentada pela PT Comunicações em 29 de setembro, e posteriormente alterada em 22 de outubro de 2010. Os preços em causa entraram em vigor a 1 de janeiro de 2011.

Por deliberação de 19 de novembro de 2010, a ANACOM decidiu não se opor à proposta de tarifário aplicável às comunicações originadas na rede da PT Comunicações e com destino à rede dos OPS, apresentadas pela PT Comunicações a 8 de novembro de 2010, e que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2011.

Postos Públicos

A ANACOM aprovou, por deliberação de 18 de março de 2011, o lançamento de uma consulta pública sobre a prestação do serviço de postos públicos no âmbito do serviço universal, que decorreu até ao dia 20 de abril.

De acordo com o relatório da consulta, aprovado a 7 de julho de 2011, a ANACOM entendeu que: (i) se justifica a manutenção do serviço de postos públicos como uma das prestações do SU; (ii) as atuais condições de prestação do serviço de postos públicos no âmbito do SU devem ser alteradas de forma a permitir uma redução significativa do parque de postos públicos em funcionamento no quadro dessa prestação.

A ANACOM manifestou ainda a intenção de, oportunamente, efetuar a revisão das atuais condições associadas a esta prestação do SU.

Custos Líquidos do Serviço Universal

Entre 1 de fevereiro e 22 de março de 2011 tiveram lugar duas consultas públicas, lançadas pela ANACOM, relacionadas com os Custos Líquidos do Serviço Universal: (i) uma sobre a definição do conceito de encargo excessivo e (ii) outra sobre a metodologia de cálculo dos CLSU.

Por deliberação de 9 de junho de 2011, a ANACOM aprovou as decisões sobre a definição do conceito de encargo excessivo e sobre a metodologia de cálculo dos CLSU, tendo a PT Comunicações apresentado uma reclamação em 6 de julho, face às conclusões alcançadas pelo Regulador. As decisões finais nesta matéria foram adotadas a 18 de agosto, tendo o Regulador atendido a algumas das contestações apresentadas pela PT Comunicações, e retificado a metodologia de cálculo dos CLSU em conformidade.

No final de 2011, a PT Comunicações remeteu à ANACOM os cálculos referentes aos CLSU para o período 2007-2010. Os resultados obtidos serão submetidos a auditoria independente, processo que ainda não teve início mas que, de acordo com o Plano Estratégico 2012-14 da ANACOM, deverá estar concluído no final de 2012.

Designação do(s) Prestador(es) do Serviço Universal

Entre 16 de novembro e 30 de dezembro de 2011 decorreu uma consulta Pública sobre o processo de designação do(s) prestador(es) do Serviço Universal (SU), que foi dividido em três lotes de serviços: (i) Serviços Telefónicos, (ii) Postos Públicos, e (iii) Listas & Serviços Informativos. Para além desta divisão em lotes, a prestação dos Serviços Telefónicos e dos Postos Públicos, por sua vez, seria ainda dividida em 3 regiões geográficas.

De acordo com o texto da consulta, o processo de seleção do(s) prestador(es) do SU consiste em designar aquele(s) que, assegurando a qualidade e a acessibilidade dos preços, apresente(m) menores custos líquidos associados à prestação dos serviços em causa, ou, no caso dos serviços de listas e serviços informativos, a mais elevada remuneração a pagar ao Estado. Afirma-se, ainda, o respeito pelo princípio da neutralidade tecnológica, e o conceito de acesso funcional à internet mantém-se enquanto ligação que permite uma velocidade de transmissão de 56 kbps, sendo, no entanto, esperados contributos neste âmbito, relacionados com a possibilidade de o mercado assegurar débitos mais elevados.

A 14 de Fevereiro de 2012, a ANACOM tomou uma decisão final sobre esta matéria, emitindo as suas recomendações para o Governo. A ANACOM anunciou também que irá lançar uma consulta pública sobre a constituição do fundo de compensação dos CLSU. Espera-se que, após essa consulta, o Governo lance o concurso para designação da(s) empresa(s) que assegurarão a prestação do SU.

Novo quadro regulamentar Europeu para as comunicações eletrónicas

Em 26 de maio de 2011, entraram em vigor, na UE, as disposições que alteraram o pacote regulamentar aplicável ao sector das comunicações eletrónicas. Em Portugal, tais disposições entraram em vigor em 14 de setembro, na sequência da publicação da Lei n.º 51/2011, de 13 de Setembro.

As principais alterações introduzidas no quadro regulamentar respeitam a:

- Reforço dos direitos dos consumidores;
- Reforço das garantias de concorrência entre operadores, para permitir maior escolha aos consumidores;
- Promoção do investimento em novas infraestruturas de comunicação, designadamente através da libertação de espectro para a prestação de serviços de banda larga;
- Segurança e integridade das redes.

Consumidor

Em 2011, a ANACOM adotou um conjunto de medidas destinadas a reforçar os direitos dos consumidores.

Por deliberação de 13 de janeiro de 2011, a ANACOM aprovou o sentido provável de decisão que visa alterar a sua decisão, de 21 de abril de 2006, relativa ao objeto e forma de disponibilização ao público das condições de oferta e de utilização de serviços de comunicações eletrónicas, o qual propunha a introdução de alterações relevantes relativamente à disponibilização de informação pré-contratual.

Este projeto de decisão foi submetido ao procedimento geral de consulta, podendo os interessados pronunciar-se até 16 de fevereiro de 2011.

Por deliberação de 10 de outubro de 2011, a ANACOM aprovou a sua decisão final nesta matéria, tendo concedido às empresas que oferecem redes de comunicações públicas e que prestam serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público um prazo de 120 dias úteis para implementação das alterações aprovadas. Esta deliberação vem impor aos operadores a obrigação de, relativamente a ofertas standardizadas destinadas ao público (incluindo a cidadãos com necessidades especiais), divulgarem, nos seus pontos de venda, incluindo nas vendas ao domicílio, um conjunto de informação relativa aos serviços de comunicações eletrónicas que prestam.

Em 1 de junho de 2011, a ANACOM lançou o COM.escolha, uma nova ferramenta de consulta/comparação de tarifários e de simulação de consumo dos serviços de Internet, telefone móvel, telefone fixo e televisão, visando auxiliar os clientes particulares e/ou residenciais a escolher os serviços de comunicações eletrónicas mais adequados às suas necessidades. A informação constante na ferramenta é disponibilizada pelos operadores de comunicações eletrónicas.

A ANACOM aprovou ainda, por deliberação de 27 de outubro de 2011, o projeto de decisão sobre os procedimentos exigíveis para a cessação de contratos, por iniciativa dos assinantes, relativos à oferta de redes públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público.

A ANACOM estabelece ainda que os operadores deverão implementar as medidas determinadas pela ANACOM prazo de 90 dias úteis contados da deliberação final e que os contratos de adesão sejam alterados no mesmo prazo, para dar cumprimento à deliberação final, devendo assegurar-se que os contratos explicitem: (i) o conteúdo obrigatório da declaração do assinante; (ii) os documentos a apresentar com a declaração; (iii) os suportes, meios e contactos disponíveis para a apresentação da declaração.

Este projeto de decisão foi submetido a consulta pública, tendo o prazo para receção de comentários terminado a 28 de novembro de 2011.

Segurança das redes

A ANACOM aprovou, por deliberação de 22 de dezembro de 2011, o sentido provável de decisão (SPD) sobre as circunstâncias, formato e procedimentos aplicáveis à comunicação das violações de segurança ou das perdas de integridade com impacte significativo no funcionamento das redes e ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. Este SPD contempla ainda as condições em que a ANACOM considera existir um interesse público na divulgação dessa informação ao público, assim como do seu conteúdo, meios e prazos.

O SPD esteve em consulta pública até 27 de janeiro de 2012, aguardando-se agora a decisão final da ANACOM.

Serviços de valor acrescentado com base no envio de mensagens

A entrada em vigor da Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro veio introduzir, a partir de 14 de setembro de 2011, o barramento por defeito do acesso aos serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagens.

Roaming

Terminou em 11 de fevereiro de 2011 o prazo para envio de contributos à consulta pública da CE sobre a revisão do Regulamento 544/2009 (*Roaming II*), lançada em 8 de dezembro de 2010.

Por considerar que o mercado dos serviços de *roaming* não é, ainda, concorrencial, a CE avançou, no âmbito do futuro Regulamento "*Roaming III*", com medidas inovadoras, face às presentes no atual *Roaming II*, que expira a 30 de junho de 2012.

Para além da manutenção das disposições já existentes relativas a mecanismos de transparência e controlo de despesas; limites de preços aplicáveis às tarifas grossistas de voz, sms e dados; e preços máximos aplicáveis às tarifas retalhistas de voz e sms, a CE propõe, adicionalmente, introduzir (i) um teto nos preços das tarifas retalhistas de dados, em (julho de 2012); (ii) a obrigação de fornecimento de acesso à rede, por parte dos operadores móveis, para efeitos da prestação de serviços de *roaming* (julho de 2012); e (iii) a obrigação de desagregação do serviço de *roaming*, mantendo o cliente o mesmo número (julho de 2014).

A decisão final da CE reativamente ao conteúdo do *Roaming III* apenas deverá ser conhecida em maio em 2012.

Net Neutrality

A Comissão Europeia divulgou as suas conclusões da consulta pública realizada sobre *Net Neutrality* (NN), que decorreu entre 30 de junho e 30 de setembro de 2010. De forma sumária a CE concluiu que as medidas previstas no Quadro Regulatório de 2009 são suficientes para a abordagem das questões relativas a NN.

Ao longo de 2011 o BEREC (Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas) procedeu a diversas iniciativas:

- A 15 de abril, solicitou a resposta a um conjunto de questões relativas à aplicação dos princípios da neutralidade da rede, nomeadamente eventuais limitações no acesso à Internet suscetíveis de afectar o utilizador final. Em particular o acesso a aplicações VoIP para redes móveis e condicionamento no acesso a aplicações e no acesso a distribuição de conteúdos.
- Em outubro, lançou uma consulta pública sobre a sua proposta de linhas de orientação em matéria de neutralidade de rede e transparência. O Grupo PT remeteu os seus comentários numa posição em conjunto com outros operadores, em sede da APRITEL.
- Em dezembro, o BEREC solicitou o preenchimento de um questionário sobre tráfego IP. Com este questionário o BEREC pretendeu aferir eventuais processos de bloqueio ou constrangimento no acesso a aplicações, bem como medidas de gestão de tráfego utilizadas pelos ISPs que possam ter impacto na degradação do serviço. A PT Comunicações e a TMN remeteram, em 20 de janeiro de 2012, à ANACOM as respostas solicitadas pelo BEREC.

A CE irá decidir até ao primeiro trimestre de 2012, e de acordo com as conclusões do estudo do BEREC, se será necessário adotar medidas para garantir a abertura e a neutralidade das redes.

Informação Estatística

A ANACOM aprovou, por deliberação de 3 de março de 2011, a decisão final sobre os indicadores estatísticos que devem ser remetidos, trimestralmente, a esta Autoridade pelos prestadores de serviços de comunicações eletrónicas em local fixo e VoIP nómada. Com a entrada em vigor deste novo questionário foram revogados alguns questionários, tendo-se, também, procedido à integração de informação que era anteriormente enviada noutros formulários.



PERFIL ESTRATÉGICO

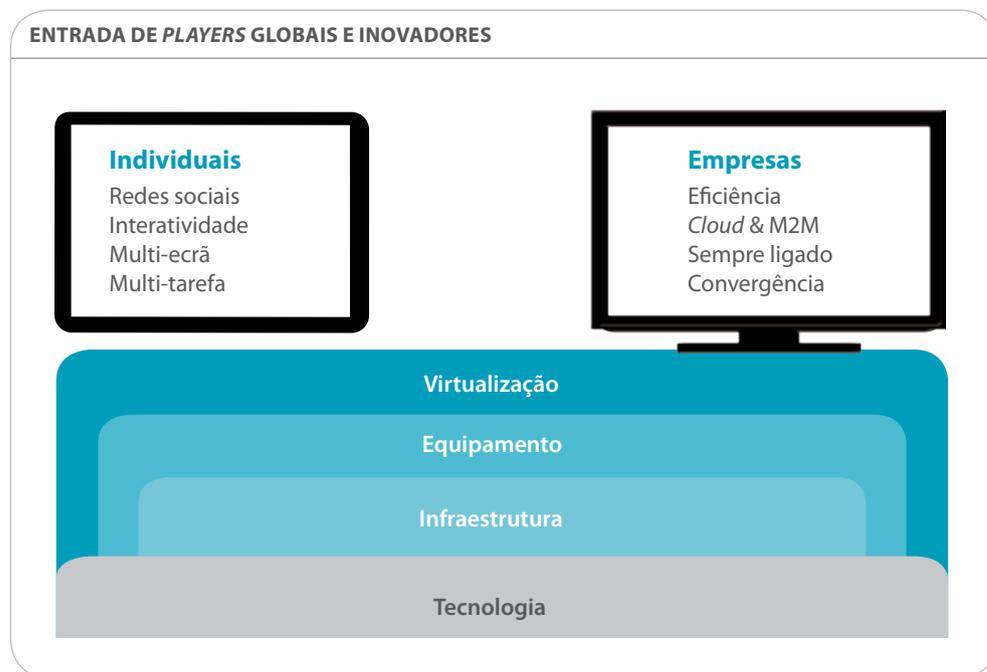


CONTEXTO DE NEGÓCIO: UM SECTOR EM RÁPIDA MUDANÇA COM O APARECIMENTO DE VÁRIOS CONCORRENTES

SECTOR GLOBAL DAS TELECOMUNICAÇÕES

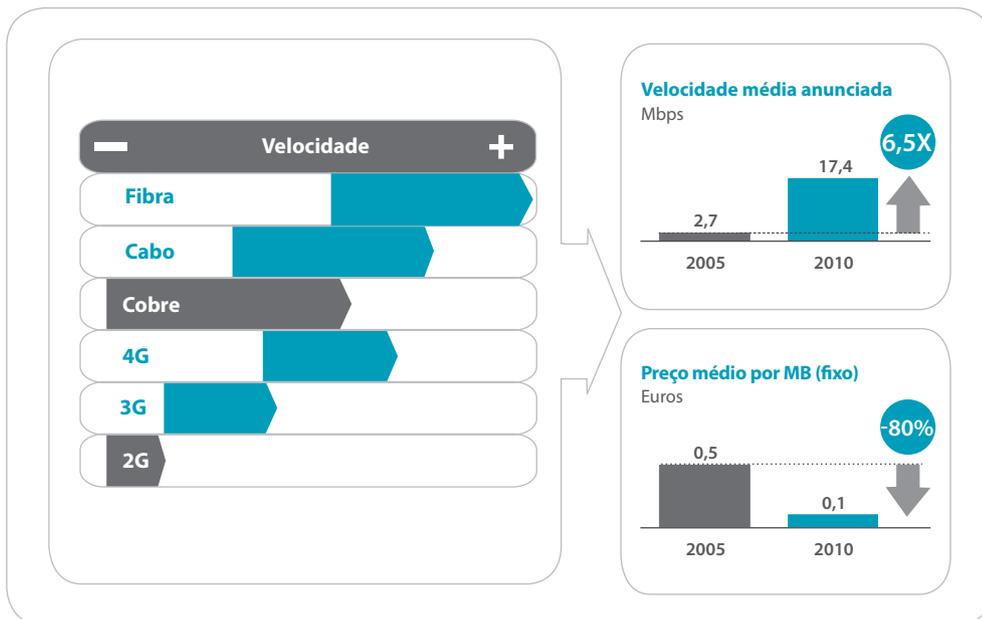
Transformação dos hábitos de consumo impulsionados pela tecnologia

A proliferação de novos e inovadores *players* nas telecomunicações, média e tecnologia e o surgimento de *players* globais está a impulsionar o aparecimento de novas e inovadoras aplicações, criando necessidades adicionais ao utilizador final. Esta proliferação de novas aplicações e serviços também está a contribuir para a transformação dos hábitos de consumo, promovendo a interatividade através das redes sociais, aumentando a propensão para multi-tarefa e fomentar a utilização de multi-ecrã para várias aplicações.



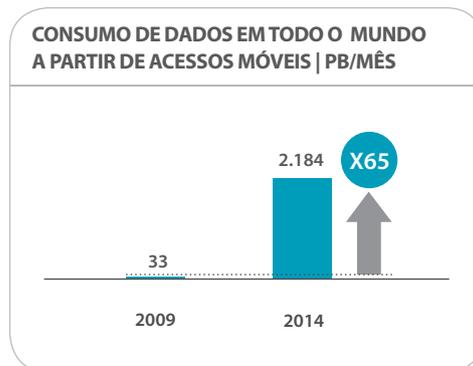
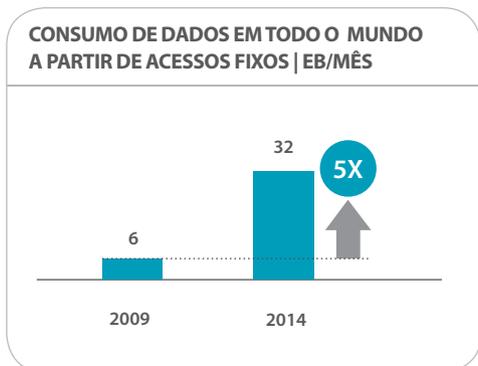
Evolução tecnológica e desenvolvimento de novas tecnologias de acesso

O desenvolvimento de novas tecnologias e de redes de acesso continua a ser uma tendência primordial, com os operadores a anunciarem os seus planos, testes e investimentos em Redes de Nova Geração (RNG), nomeadamente em Fibra até casa do cliente (FTTH) e *Long Term Evolution* (LTE-4G) na rede móvel. Os investimentos que estão a ser realizados em novas tecnologias de acesso, que são significativamente mais eficientes na transmissão de dados, vai permitir aos operadores aumentar as velocidades de acesso a custos mais baixos.



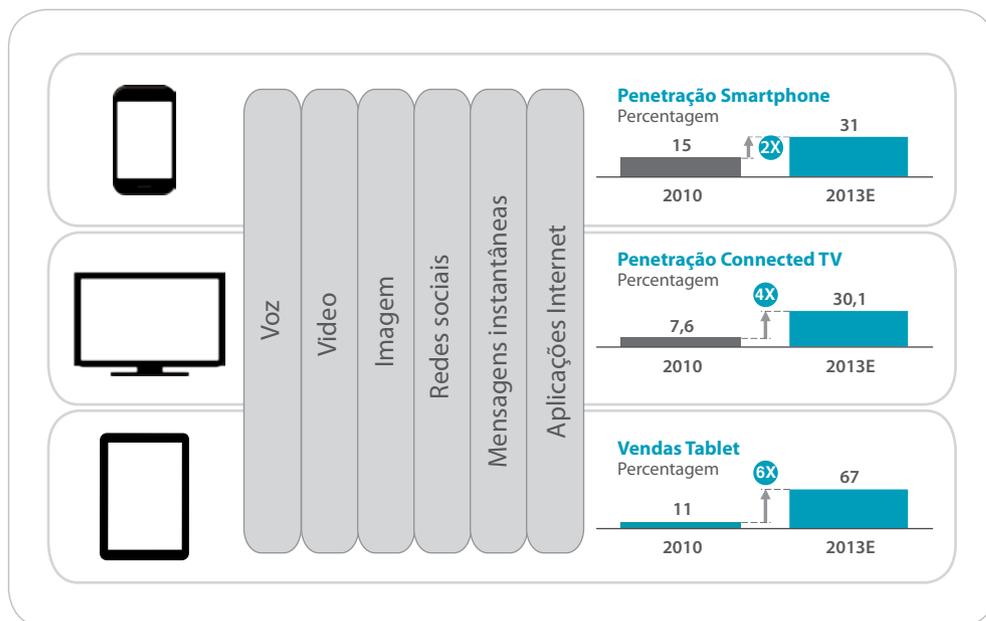
Fonte: Screen Digest; Cisco VM Global IP traffic forecast, 2010-2015; Yankee

A disponibilidade de velocidades de acesso cada vez mais rápidas, tanto na rede fixa como na rede móvel, permite uma explosão no consumo de dados, ao mesmo tempo que uma maior conectividade e capacidade dos equipamentos terminais com acesso a voz, dados e vídeo configuram um contexto de aparecimento de novos serviços. Consequentemente, é estimado que, em todo o mundo, se verifique a médio prazo um crescimento exponencial do consumo de dados, aumentando 5x na rede fixa para 32 Exabytes por mês e na rede móvel 65x para 2 Exabytes por mês, entre 2009 e 2014.

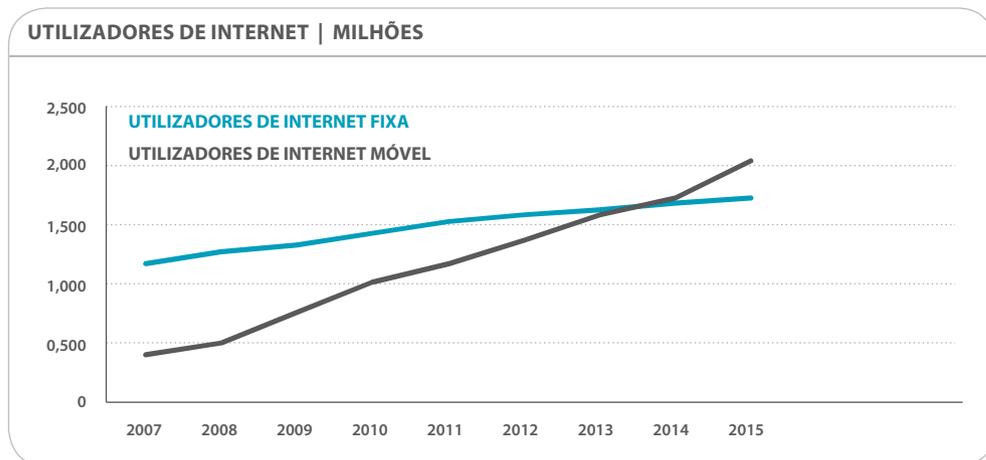
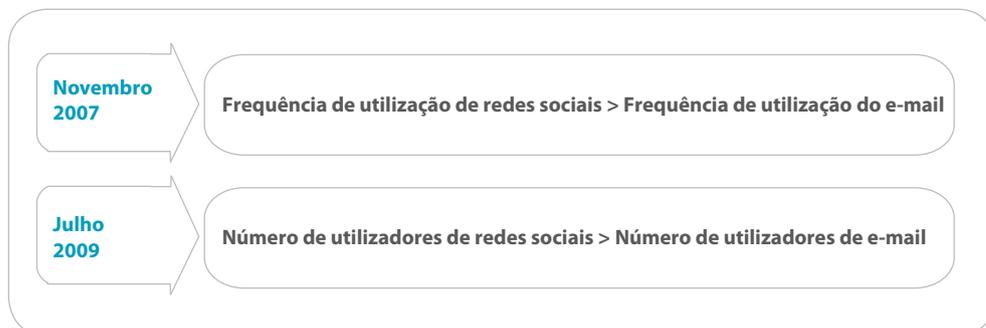


Alteração dos padrões de consumo devido a novos dispositivos de acesso

O rápido desenvolvimento e disponibilidade de novos dispositivos de acesso está a aumentar, significativamente, o número de utilizadores de Internet, que se está a tornar bastante mais individual e de utilização mais frequente, catalisando assim uma explosão no consumo de banda. Os dispositivos de acesso como PCs, TVs e terminais móveis estão também a tornar-se cada vez mais convergentes, permitindo fortalecer a tendência de *triple-play multi-screen* no sector. Exemplos desta tendência são os *smartphones*, os *tablet*, os PCs, os *internet pads* e os *e-books*. Com efeito, a proliferação destes dispositivos que estão conectados à Internet, adicionado ao computador e ao *laptop*, está a aumentar significativamente a capacidade de os utilizadores estarem sempre *online*.



Fonte: Screen Digest; Yankee



Facebook	695 mil atualizações de estados por segundo no Facebook
Google	Informação processada por hora equivalente a mais de 1,5 milhões de filmes
Youtube	Mais de 20 horas de conteúdos <i>uploaded</i> por minuto
Gmail	2.9 milhões de e-mails enviados por segundo

Fonte: "Powering growth through digital advantage", McKinsey & Company

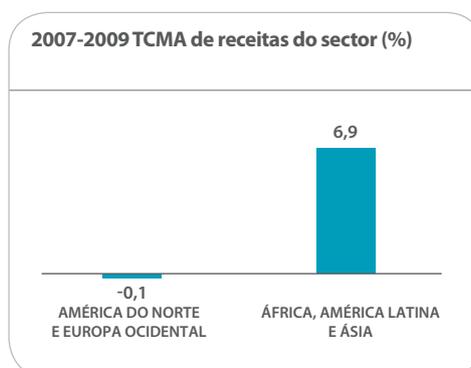
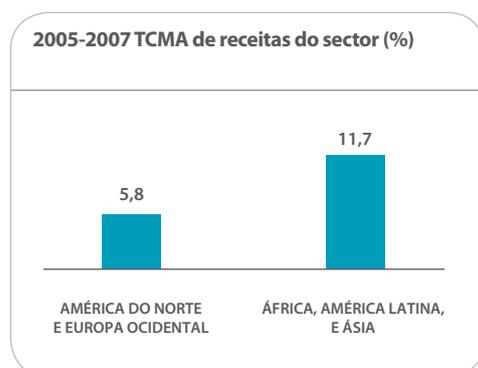
Estão a ser criadas novas fronteiras globais

O sector das telecomunicações irá continuar a expandir-se mas de uma forma bastante sobreposta com os fabricantes de equipamentos, fornecedores de Internet e empresas de média, uma tendência proporcionada pelo crescimento da conectividade e de maiores velocidades de acesso que irão permitir o aparecimento de serviços baseados em *cloud*. É esperado que os operadores de telecomunicações mantenham o tradicional acesso a serviços e a facturação aos utilizadores que acedem a este infindável número de serviços, como música (iTunes), vídeo (Youtube), fotos (Facebook, Picasa, Flickr), aplicações (Google, App Store), retalho (Amazon, eBay). Em resultado, há uma tendência de consolidação no sector das telecomunicações marcada pelo aparecimento de novas marcas e concorrentes globais. Os serviços com base em *cloud* não estão apenas a emergir como uma sólida realidade nos segmentos de consumo, como o pessoal e o residencial referenciados acima, mas também no segmento empresas, com novos conceitos de oferta, como ofertas de *software* e de infraestrutura a tornarem-se serviços bastante populares.

OPERADORES DE TELECOM (Serviços tradicionais de acesso e <i>billing</i>)	Música	Kazaa Myspace itunes
	Vídeos	Hulu Youtube Netflix
	Fotos	Facebook Flickr Picasa
	Apps	Google App Store Sales Force
	Compras	Amazon.com Groupon Ebay

Um novo paradigma de crescimento: mercados emergentes como motor de crescimento

Os mercados emergentes continuam a liderar o crescimento do sector das telecomunicações, tendo crescido a taxas duplas dos mercados desenvolvidos (CAGR 2005-07 de 11,7% em África, LatAm e Ásia, que compara com 5,8% de crescimento na Europa Ocidental e na América do Norte). É esperado que esta tendência se torne mais proeminente no futuro, dado que o sector se manteve estável na Europa Ocidental e na América do Norte no período de 2007-2009, comparado com um TCMA de 6,9% para o mesmo período em África, América Latina e Ásia. Com o sector a atingir a maturidade nos mercados desenvolvidos, o enfoque na execução irá ter bastante mais importância como alavanca para a diferenciação e, em último caso, para o sucesso.



SECTOR DAS TELECOMUNICAÇÕES EM PORTUGAL

Consolidação de ofertas integradas

O período entre 2008-2011 foi marcado pelo desenvolvimento, comercialização e consequente proliferação de ofertas integradas entre os vários operadores, com pacotes *triple-play* (TV, voz e banda larga) a tornarem-se bastante populares e atrativos. A grande transformação iniciou-se em 2008 e continuou até 2010 com a consolidação da presença dos operadores de cabo no segmento de Voz e dos operadores de cobre no segmento de TV. Em resultado da persistência e do investimento direccionado para a televisão por assinatura e para as ofertas agregadas, a PT tem melhorado significativamente a sua dinâmica nos serviços de voz e dados, alcançando simultaneamente uma posição de co-liderança no mercado de televisão por assinatura.

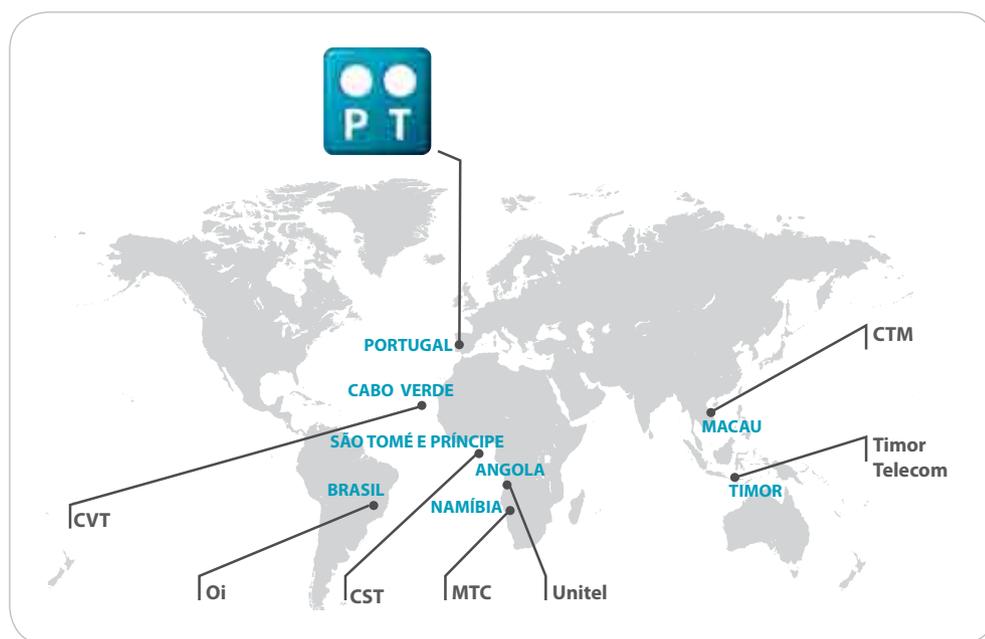
Aumento concorrencial nas áreas urbanas

O período entre 2008-2011 foi, também, marcado por uma significativa alteração no mercado português das telecomunicações, com os operadores a investir em fibra, nomeadamente a PT que conta com um 1,6 milhões de casas passadas com FTTH, disponíveis comercialmente e em construção. Esta tendência beneficiou do aumento da visibilidade regulatória, com um novo conceito de regulação que seguiu uma abordagem geográfica, removendo algumas restrições à oferta de banda larga da PT.



POSICIONAMENTO DA PT: UMA EMPRESA INOVADORA ORIENTADA PARA O CLIENTE

A PT é um operador internacional focado em três regiões geográficas principais: Portugal, Brasil e África. Adicionalmente, a PT também tem investimentos na Ásia, nomeadamente em Macau e em Timor Leste. A PT tem mais de 93 milhões de clientes em todo o mundo e gera 58%⁷ das suas receitas fora de Portugal, incluindo um contributo de 53% do Brasil.



No mercado Português, a PT é uma empresa orientada para o cliente, focada na inovação e execução, gerindo o seu negócio através de segmentos de clientes, em que pretende: (1) Residencial: consolidar a inflexão da tendência histórica no negócio da rede fixa, alavancando no sucesso da sua estratégia de TV (que atingiu 35,5% de quota no mercado português de TV por subscrição); (2) Pessoal: continuar a desenvolver produtos inovadores de acesso a dados e Internet e serviços convergentes e aplicações, alavancando na forte presença *online* do portal Sapo e nas suas parcerias estratégicas, enquanto redesenha a sua estrutura de preços para melhorar as suas tendências subjacentes no segmento móvel, e (3) segmento empresa: lançar soluções convergentes *cloud-based* suportadas pelo recentemente anunciado *Data Centre* de nova geração.

Ao nível internacional, a PT está empenhada em melhorar o desempenho operacional dos seus ativos e na partilha das melhores práticas em todos os seus negócios. A expansão das operações internacionais para variadas geografias é um dos mais importantes catalisadores da criação de valor no sector das telecomunicações e a PT tem construído um importante portfólio de operações internacionais, conforme referido acima.



⁷4T11



Consolidação da liderança no mercado português, enquanto desenvolve uma agenda internacional de crescimento

A PT continua comprometida com uma disciplina operacional, de custos, financeira e estratégica, com o objetivo de se focar no desenvolvimento dos seus recursos nos seus principais negócios e regiões, Portugal, Brasil e África Subsariana. A PT continua a perseguir os cinco objetivos estratégicos, bastante ambiciosos, definidos para médio prazo: (1) atingir os 100 milhões de clientes; (2) aumentar a sua exposição aos negócios internacionais para dois terços das receitas; (3) reforçar a liderança em todos os segmentos de mercado em Portugal; (4) atingir o quartil superior de desempenho em retorno acionista e resultados, e (5) tornar-se uma referência em termos de sustentabilidade.

OPERAÇÕES EM PORTUGAL

Residencial: Uma sofisticada e diferenciada experiência de TV por subscrição multi-ecrã

A crescente conectividade disponível de redes de acesso de nova geração irá continuar a ser uma tendência importante no segmento residencial, permitindo a ligação simultânea de vários dispositivos através de redes móveis e fixas, dentro de casa do cliente (TVs, consolas de jogos, PCs, computadores portáteis, *tablets* e *smartphones*). A TV multi-ecrã é uma característica chave para a diferenciação e o Meo está já a convergir para uma oferta incomparável em TV, PC e *smartphones*. Os serviços *Cloud* estão a tornar-se cada vez mais uma realidade, permitindo o fácil acesso a *software* e tecnologia e um maior nível de segurança no armazenamento de informação chave. A PT está a seguir esta tendência, tendo lançado ao longo dos últimos meses várias aplicações e serviços inovadores, incluindo: (1) o Meo Go, um serviço TV em direto disponível em Wi-Fi e redes móveis 3G/4G; (2) o Meo Kanal, uma aplicação inovadora com o objetivo de transferir os recursos de rede social para a TV, e (3) o Meo Jogos, um serviço de jogos avançados *on-demand*.

Pessoal: Dados móveis e convergência como principais alavancas de crescimento

O aumento da penetração de *smartphones*, computadores portáteis e outros dispositivos móveis de dados, conjugado com o crescimento explosivo e a proliferação de serviços de dados e aplicações, estabelecem um contexto favorável para os serviços de dados móveis. A TMN está, claramente, na vanguarda dos serviços de dados móveis, oferecendo TV (Meo Mobile), música (Music Box), acesso a redes sociais através de um agregador inovador e serviços convergentes, alavancados na marca e no *know-how* do Sapo. A TMN pretende também alavancar em parcerias com fornecedores chave, usando marca própria ou outras marcas, para manter uma oferta atractiva e distinta de *smartphones*, *tablets* e computadores portáteis.

Adicionalmente, a TMN continua focada em desenhar novos planos de preços, como o “e nunca mais acaba”, um plano pré-pago inovador, ou o “Unlimited” um plano pós-pago, planos estes que são mais simples, mais personalizáveis e que pretendem potenciar o *upselling* de Internet e a fidelização dos clientes de maior valor, alterando o enfoque da concorrência no preço. Como resultado, a TMN tem uma quota de mercado de banda larga móvel de cerca de 50%, de acordo com um estudo da Marktest, e de 48% em *smartphones*, de acordo com um estudo da GFK, claramente acima da sua quota de mercado.

Empresas: Novos serviços para grandes e pequenas/médias empresas, alavancando nas redes únicas de acesso e de transporte da PT

A PT pretende desenvolver e comercializar soluções integradas avançadas, tanto para o segmento de grandes empresas como para PMEs, através de investimentos em infraestrutura e em convergência telecom-TI, direcionadas ao aumento da penetração dos serviços TI/SI e BPO, aumentando assim o *share-of-wallet* dos clientes e reforçando a fidelização em segmentos de mercado competitivos. A PT irá, também, alavancar no seu novo *data centre* com tecnologia de ponta direcionado para *Cloud computing*, realizado em parceria com a Cisco e a Microsoft, de maneira a poder fornecer novos e distintos serviços ao mercado.

Reforçar a liderança em todos os segmentos onde a PT opera

Com a entrada no mercado de TV por subscrição, a PT está a inverter a tendência do seu negócio residencial doméstico, começando de uma posição de ataque ao mercado e, simultaneamente, alavancando na sua posição de maior operador integrado, com o objetivo de oferecer uma vasta gama de produtos e serviços convergentes. Num mundo em convergência, onde cada pessoa tem uma necessidade cada vez maior de contacto, de comunicar e de consumir variados serviços de dados, através de todos os dispositivos e em qualquer lugar – no local de trabalho, em casa ou em trânsito -, as competências e as capacidades únicas da PT para fornecer serviços integrados demonstram ser uma verdadeira vantagem competitiva em Portugal.

“Fazer a diferença” no apoio ao cliente

Num contexto de maior transformação do mercado e incerteza económica, entender as necessidades dos clientes em todo o seu ciclo de vida e abordar as mesmas, assegurando uma execução de classe superior, pode ser um fator de diferenciação. Esta relação, baseada na confiança, torna possível encorajar os clientes a aderir a produtos e serviços cada vez mais completos e por maiores períodos de tempo, permitindo à PT aumentar o seu *share-of-wallet*.

OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

Maximizar o valor estratégico dos ativos internacionais da PT, reforçando o enfoque no Brasil e África Subsariana

Dada a dimensão da PT, as perspetivas de crescimento e a sua posição inicial, o mercado brasileiro continua a ser uma prioridade. África irá continuar a ser uma importante fonte de crescimento, onde a PT irá reforçar parcerias, bem como explorar oportunidades de investimento, que criem valor.

Brasil: Crescimento de dados e convergência

No Brasil, através do seu investimento numa parceria com a Oi, a PT irá focar-se em alavancar a sua experiência de sucesso no desenvolvimento de soluções inovadoras e tecnologicamente avançadas para clientes empresariais, nas ofertas convergentes fixo-móvel, banda larga móvel, televisão por subscrição e serviços *triple-play* para contribuir, de forma significativa, para a melhoria do desempenho operacional e financeiro da Oi, considerando a sua forte presença no mercado brasileiro e potencial de crescimento futuro.

África e Ásia: Oportunidades de fusões, aquisições e consolidação

A PT continua a estar concentrada na melhoria da eficiência das suas operações internacionais através da partilha das melhores práticas entre todas as suas subsidiárias, bem como através do aumento da proximidade, que está a ser conseguida devido a contactos pessoais ou por vídeo-conferência constantes e entre os gestores de topo da PT a todas as operações de maneira a estar a par de todos os desenvolvimentos em cada geografia.

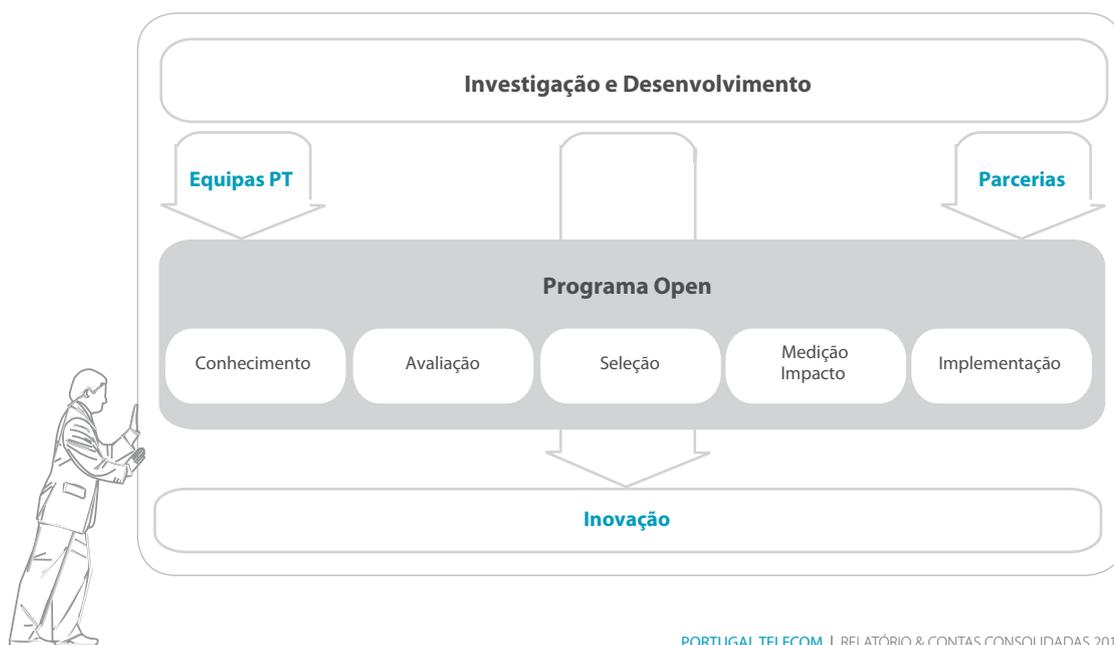
Enfoque na excelência operacional e comercial em todos os ativos, assegurando a partilha das melhores práticas

Ao reforçar a excelência operacional e comercial em todas as operações, promovendo a partilha das melhores práticas em todos os seus negócios, a PT terá a capacidade de aproveitar plenamente o potencial de cada operação, tendo em conta o estado de desenvolvimento do mercado, em todos os segmentos, bem como a sua posição competitiva.

ENFOQUE NA INOVAÇÃO E EXECUÇÃO

Inovação: Abordagem estruturada e parcerias

A PT tem uma abordagem estruturada com o objetivo de estabelecer um portfólio equilibrado de projetos focado em duas variáveis: nível de risco e maturidade. São três as categorias principais sob esta abordagem estruturada: inovação incremental (negócios de rotina, baixo risco e otimizações de curto prazo); inovação planeada (desenvolvimentos de negócio a médio prazo e desenvolvimentos de risco médio), e inovação exploratória (projetos estruturais de longo-prazo e, por isso, de risco mais elevado). Adicionalmente, a abordagem à inovação da PT avança na sua rede de parcerias com instituições chave que são líderes mundiais e uma referência na sua respetiva área. Estas parcerias são categorizadas da seguinte forma: (1) parcerias tecnológicas para o desenvolvimento de novas soluções e serviços (acordos com a Cisco, Corning, Samsung, LG Huawei e ZTE); (2) parcerias com o objetivo de partilha das melhores práticas e do estabelecimento de uma colaboração conjunta na inovação I&D (protocolo assinado com a Singtel); (3) protocolos com universidades, para promoção conjunta de I&D, bem como para juntar esforços de criação de conhecimento (parceria com a CMU e algumas universidades portuguesas), e (4) parcerias para I&D com o objetivo de desenvolver novas soluções tecnológicas (como exemplo, acordos com o INESC Inovação e com o Instituto de Telecomunicações).



Fusão funcional do negócio móvel (TMN) e do negócio fixo (PTC), com um forte empenho nas necessidades específicas dos diferentes segmentos de clientes no mercado doméstico

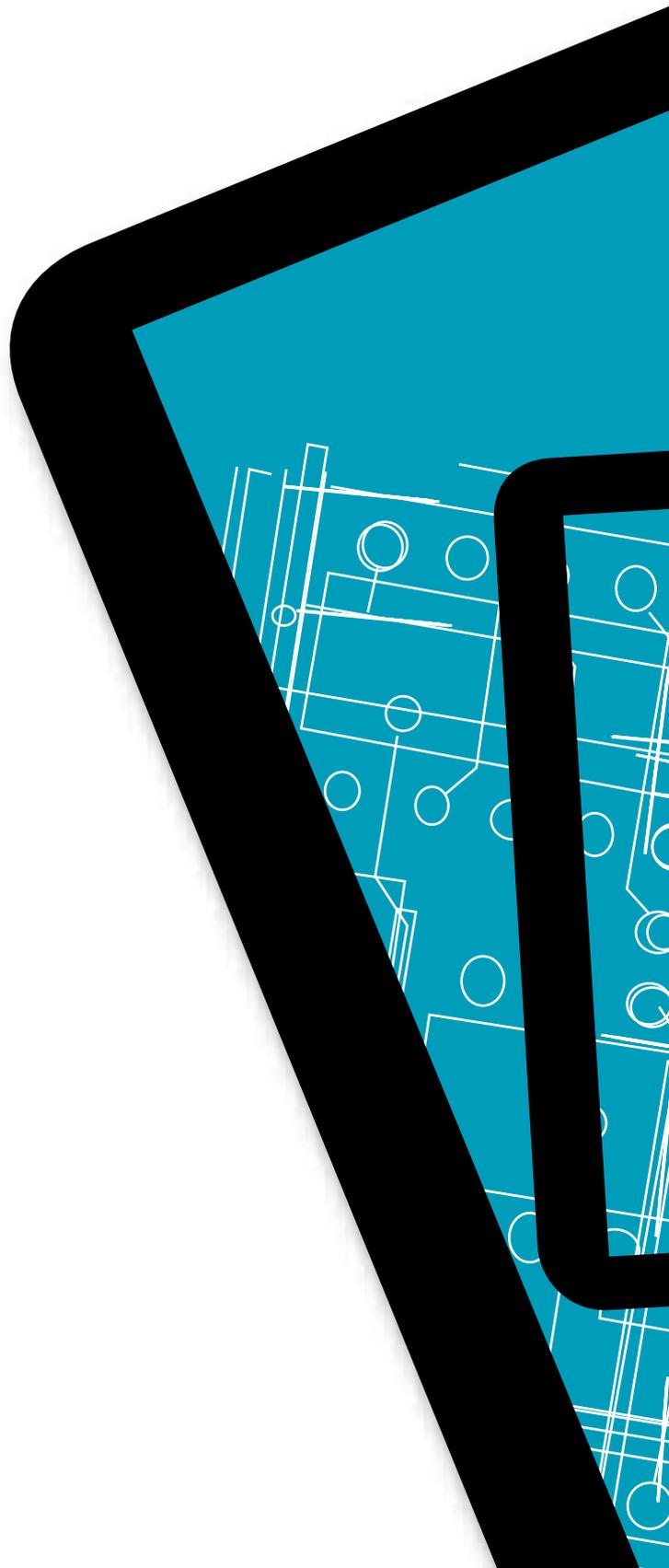
A fusão funcional da TMN e do negócio fixo representa um marco para a empresa, bem como um ponto de viragem no que toca à eficiência e eficácia na maneira como as áreas de negócio funcionam. A nova organização é baseada em dois princípios:

- Forte enfoque no cliente: A PT abandonou uma estrutura organizada em torno das plataformas fixa e móvel e mudou para uma estrutura centrada nas necessidades específicas de cada segmento, implementando uma nova organização em torno de cinco segmentos de clientes: Residencial, Pessoal, PMEs/SoHo, Corporate e Wholesale.
- Eficiência operacional superior: A PT eliminou várias hierarquias e processos de decisão e reduziu o número de diretores, tornando-se numa empresa mais ágil e capaz de competir eficazmente num ambiente cada vez mais desafiante.

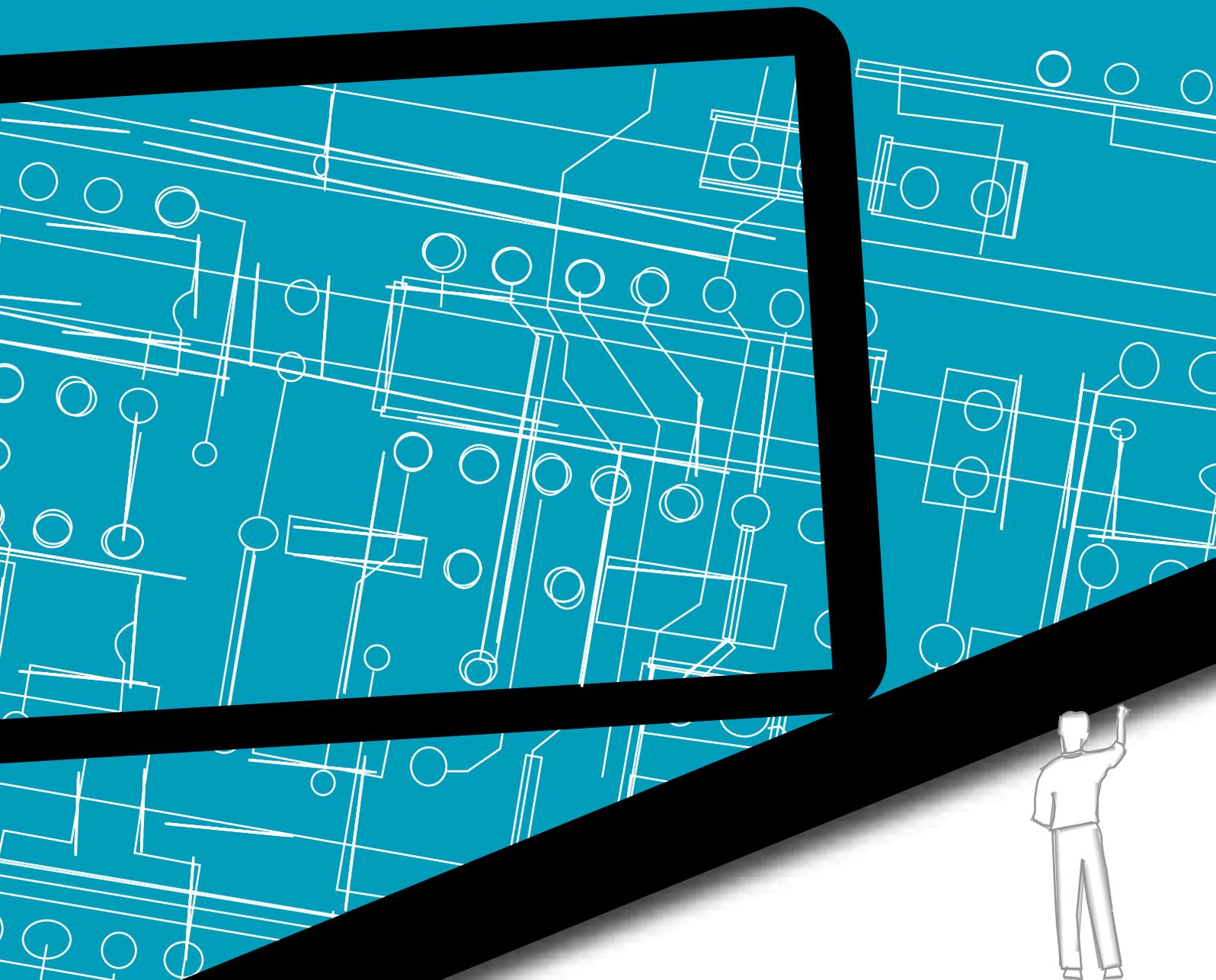
Execução: Redes de nova geração, distribuição e apoio ao cliente

A PT está e irá continuar a estar na liderança da implementação da rede de fibra em Portugal e na Europa, tendo já 1,6 milhões de casas passadas com FTTH (disponíveis comercialmente e em construção), colocando assim Portugal como o país com maior penetração de FTTH na Europa com 46% de casas passadas, uma iniciativa reconhecida pelo FTTH Council Europe como o melhor “Deployment and Operation of FTTH networks”. A PT pretende alavancar no seu investimento em FTTH não apenas para fornecer serviços de dados e vídeo avançados de alta velocidade aos seus clientes empresariais e residenciais mas também para ligar as estações base da TMN com fibra, de maneira a proporcionar velocidades mais altas de *download* e *upload* aos clientes de dados TMN (85% dos *websites* TMN estão já ligados com fibra e 25% já utilizam IP/Ethernet *backhauling*). Este investimento coloca também a PT na liderança da implementação de LTE. Os serviços LTE foram lançados em março de 2012, com a rede LTE disponível para 20% da população em Portugal desde o início. A PT pretende aumentar a cobertura para 80% da população até abril de 2012 e para 90% até ao final de 2012. Por fim, a PT pretende alavancar na maior rede WiFi em Portugal, com cerca de 1.600 *hot spots*, que permitem descarregar tráfego da rede móvel para a rede fixa. A PT está, também, a integrar as suas redes de distribuição, extraindo assim sinergias de escala e abrangência, alavancando na venda cruzada para ter uma maior diferenciação em relação à concorrência. Adicionalmente, a PT está a implementar um programa de transformação e rejuvenescimento extensivo das suas equipas técnicas, com o objetivo de melhorar a sua qualidade e capacidade de reação num contexto cada vez mais complexo de serviços de TV e TI fornecidos ao cliente. Esta transformação estende-se também ao apoio ao cliente, concentrando-se na convergência, integração e *self-care*, de forma a melhorar os indicadores de qualidade de serviço e a experiência do cliente através da otimização de processos.





INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



A Portugal Telecom manteve em 2011 uma forte aposta em inovação num enquadramento económico difícil, assumindo a prossecução dos objetivos e prioridades do grupo para um crescimento sustentado. Com um mercado cada vez mais competitivo à escala global, a PT coloca-se uma vez mais na vanguarda da inovação, tanto em termos de processos internos, como no desenvolvimento e oferta de produtos e serviços cada vez mais adequados às necessidades dos clientes.

De facto, consciente do papel que as TIC podem desempenhar na melhoria do bem-estar dos cidadãos, a Portugal Telecom continuou a estimular a inovação, tanto em produtos e serviços materializados em benefícios para cidadãos, empresas e entidades públicas, como em campanhas de *marketing* inovadoras que asseguram uma maior proximidade aos clientes, como é o caso da PT BlueStation. Neste enquadramento, a Portugal Telecom consolidou a aposta na banda larga, continuando a alavancar serviços inovadores e de alta qualidade, assentes numa infraestrutura de rede robusta, de grande capacidade e de última geração, conseguindo dar uma resposta rápida e eficaz à procura das pessoas por elevados padrões de qualidade, mantendo simultaneamente o enfoque na sustentabilidade ambiental da sua atuação.

A Portugal Telecom mantém assim o seu trajeto na área da inovação como elemento estruturante e diferenciador, tendo despendido cerca de 219 milhões de Euros de investimento em Investigação, Desenvolvimento e Inovação em 2011, o que representa um acréscimo de 9,3% face ao ano anterior.

Dos principais projetos de Inovação/I&D desenvolvidos em 2011 destacam-se os seguintes:

- Consolidação e desenvolvimento de **redes de acesso de nova geração** que permitem uma experiência de cliente verdadeiramente diferenciadora – continuação da aposta no FTTH e início da implementação do LTE;
- Desenho e lançamento de **novos produtos e serviços inovadores**, alavancando o acesso em banda larga e velocidades superiores da fibra ótica por forma a melhorar a interatividade e experiência do cliente. Alguns exemplos são: MEO GO!, MEO Interativo, MEO Karaoke e WebBox;
- Co-desenvolvimento e lançamento de **smartphones proprietários** (p. ex. TMN A7) e de **tarifários inovadores** com vista a adaptar os serviços às diferentes necessidades dos consumidores (p.ex. tmn "kids", tmn "e") fomentando assim o consumo de dados em mobilidade;
- Aposta contínua em **soluções de TI/SI avançadas**, alavancando a estratégia de *cloud computing*, de forma a fornecer serviços *end-to-end* a clientes empresariais – *clouds* virtuais privadas, *outsourcing* total de serviços de TI e gestão de segurança;
- Desenvolvimento de **soluções sectoriais** nas áreas da Saúde (p. ex. serviço Teleassistência médica para o sector sénior), Educação (p. ex. SAPO Campus e desenvolvimento de uma solução global de gestão e controlo de acessos e de assiduidade), Sector Público (p. ex. desenvolvimento de Portal da Segurança e Portal da Cultura) e para PME's (p. ex. novas soluções integradas através da comercialização do OfficeBox Restaurantes e Cafés. OfficeBox Médicos e Clínicas e OfficeBox Soluções para Retalho – *Software PingWin*);
- Início da construção do **novo data centre na Covilhã**, um dos maiores da Europa, em resposta às crescentes necessidades dos clientes em termos de processamento e de capacidade de armazenamento (30 Pbytes);
- Implementação de **programas de transformação organizativa** para maximizar a eficiência de processos e a qualidade de serviço – novas ferramentas em CRM e O&M;
- Implementação de vários projetos na área da **sustentabilidade**, visando a redução da pegada ambiental e incentivando, junto dos colaboradores, a prática recorrente de comportamentos sustentáveis (p.ex. aquisição e instalação de novos sistemas de ar condicionado com sistemas de *free cooling* integrados, monitorização do consumo de água e energia e consciencialização ambiental no uso de equipamentos de impressão).

A abordagem estruturada à gestão de inovação instituída pelo Programa OPEN, desde o seu lançamento em 2009, tem sido decisiva para a promoção de uma cultura de inovação em todo o Grupo PT. A inovação encontra-se estruturada ao longo de três horizontes temporais e perfis de risco associados: (1) Inovação Incremental – medidas de curto prazo de melhoria contínua; (2) Inovação Planeada – desenvolvimento de um *roadmap* tecnológico e de oferta de produtos e serviços a médio prazo; (3) Inovação Exploratória – análise das principais tendências tecnológicas do sector a longo prazo e definição do posicionamento da PT nessas áreas. Em 2011 foi ainda criada a área do Cockpit de Inovação, com os objetivos de monitorizar os esforços da PT em IDI e promover o acesso a fontes de financiamento à inovação, e também equipas de desenvolvimento de negócio, com o objetivo de coordenar projetos de inovação transversais e estruturantes, como *Machine To Machine*, *E-health* ou *Cloud services*.

A. INOVAÇÃO INCREMENTAL

A contribuição de todos os colaboradores da empresa para a geração de ideias de melhoria contínua tem sido uma das principais fontes de inovação interna e de aperfeiçoamento constante de processos e serviços. Neste contexto, o Mercado de Ideias consolidou a sua importância como ferramenta crítica para que todos os colaboradores possam contribuir ativamente para os processos de inovação da PT, através da submissão, discussão e votação de ideias. O sucesso desta iniciativa foi reforçado durante o ano de 2011, tendo participado até à data no Mercado cerca de dois terços dos colaboradores da empresa, que responderam aos diversos desafios lançados pela organização. Esta elevada participação é o reflexo da crescente receptividade de todos os colaboradores à cultura de inovação que a empresa tem incutido através do envolvimento de todos na persecução de um objetivo comum, o crescimento sustentável.

Esta iniciativa, para além de ter gerado mais de 2400 ideias inovadoras durante o ano de 2011, contribuiu igualmente para o fomento de uma participação mais ativa por parte dos colaboradores, tendo desta forma um impacto positivo na motivação e alinhamento dos mesmos com a estratégia definida pela empresa. As ideias já implementadas permitiram alcançar melhorias a nível operacional, bem como a redução significativa da pegada ambiental do Grupo PT através de uma maior consciencialização dos colaboradores.

Os resultados destas propostas de valor encontram-se já comprovados, superando, em alguns casos, o impacto inicialmente expectável. As iniciativas implementadas em 2011, entre outras, incluem:

- **Portal Idade Maior:** desenvolvimento de um portal SAPO com conteúdos e serviços dedicados e direcionados para o segmento sénior. Conta já com mais de 700 pessoas registadas e cerca de 650 mil visitantes;
- **Racionalização do material utilizado nas embalagens:** redução do volume de material utilizado nas embalagens de produtos PT, como banda larga móvel e telemóveis, por exemplo através do uso de material reciclado e igualmente resistente. Esta iniciativa já originou uma redução de custos superior a 2 milhões de Euros;
- **Jardins eficientes:** colocação de pedras decorativas em jardins da empresa que, mediante a redução do consumo de água e dos custos associados à manutenção destes espaços, potenciaram uma poupança estimada de 100 mil Euros anuais. Adicionalmente, o reencaminhamento de águas utilizadas nos lavatórios e das águas das chuvas para a rega dos jardins possibilitou uma redução de custos de mais de 5 mil Euros anuais;
- **Uso eficiente da iluminação nos edifícios:** obrigatoriedade de desligar as luzes dos corredores dos edifícios durante os fins-de-semana e feriados. Permitiu uma poupança na ordem dos 50 mil Euros por ano;
- **Leilões PT:** criação de uma plataforma na intranet onde é possível leiloar internamente materiais PT obsoletos, permitindo libertar espaço, e ainda angariar receitas que revertem para instituições de caridade.

B. INOVAÇÃO PLANEADA

O programa OPEN continuou a desenvolver o seu trabalho junto das direções técnicas, operacionais e de negócio da Portugal Telecom, garantindo nos vários segmentos de negócio uma visão clara a médio prazo em termos de *roadmap* de evolução da oferta. O objetivo é assegurar, a cada momento, um plano integrado e concreto de desenvolvimento da oferta da empresa, que se traduza em ganhos de competitividade e funcionalidades para os clientes finais e que potencie o crescimento sustentado da empresa.

1. PRODUTOS E SERVIÇOS

Por forma a garantir uma maior fidelização dos clientes atuais e a captação de novos clientes, a Portugal Telecom tem apostado fortemente no desenvolvimento e lançamento de soluções inovadoras e pioneiras no mercado, garantindo que as necessidades evolutivas da população são totalmente satisfeitas. Esta fidelização tem sido consolidada ao longo dos anos, através da promoção de soluções que garantem um maior envolvimento e proximidade entre os clientes e os produtos e serviços.

a. Novos serviços MEO

Tendo como principal objetivo a aposta na inovação contínua, o MEO tem vindo a desenvolver um conjunto de serviços pioneiros no mercado nacional, com o principal enfoque na promoção de um papel mais ativo e central dos seus utilizadores. Estes serviços são o fruto de um posicionamento focado na melhoria da experiência dos clientes, uma experiência que deve ser cada vez mais interativa e bidirecional.

Desta forma, houve uma aposta no desenvolvimento adicional de conteúdos não lineares, nomeadamente através do lançamento de novos widgets (p. ex. MEO Rádios, RFMvi e SAPO Combustíveis), e na disponibilização de novas aplicações que visam tornar a experiência de televisão mais interativa, através do lançamento de canais especializados com conteúdos exclusivos, como Secret Story 2 e Peso Pesado 2, assim como de aplicações com conteúdos dedicados (p. ex. O Meu Telejornal, Sport TV VOD, Benfica e MEO Surf).

Adicionalmente, e por forma a garantir a melhoria da experiência oferecida aos clientes, foram desenvolvidos, e posteriormente integrados no leque de aplicações do MEO Interativo, o MEO Karaoke e o MEO Karaoke Kids, que, através da oferta alargada de músicas de diversos idiomas e categorias, introduziram uma nova experiência interativa. Para alargar esta oferta, foi também lançado o MEO Like Music, que dá a oportunidade aos clientes de assistirem, em direto e em alta definição, a diversos concertos exclusivos no MEO, oferecendo ainda a possibilidade de interagir com os artistas. Foi lançado ainda o MEO VideoClube Card, com o qual, mediante a adesão a um plano pré-pago, os utilizadores podem alugar filmes diretamente na MEOBox, permitindo um maior controlo sobre os seus gastos mensais.

A aplicação MEO Remote foi também alvo de melhorias e da introdução de novas funcionalidades, permitindo um maior controlo do cliente sobre os conteúdos televisivos mediante o uso de qualquer equipamento portátil (*smartphone* ou *tablet PC*), como por exemplo o agendamento de gravações remotamente.

b. Multi-platform services

Para garantir que os clientes podem usufruir de todos os serviços oferecidos pela Portugal Telecom em qualquer dispositivo, a empresa tem apostado no desenvolvimento de soluções convergentes e multiplataforma. No seguimento deste posicionamento, o MEO desenvolveu o serviço MEO GO!, que veio permitir o acesso a todos os serviços, até então apenas disponíveis através da MEOBox, em qualquer plataforma com acesso à Internet (PC, *smartphones* e *tablet*), possibilitando assim um contacto constante e interativo com os clientes.

Foi ainda lançada a aplicação *online* WebBox, que veio potenciar a oferta de *Cloud* da Portugal Telecom para clientes residenciais. O WebBox garante aos seus utilizadores o armazenamento e preservação dos seus ficheiros na Internet, permitindo partilhar de uma forma simples e rápida qualquer tipo de documento com total segurança e flexibilidade.

c. Novas soluções móveis

A Portugal Telecom continuou a desenvolver, tanto internamente como através de parcerias tecnológicas com *players* de referência, uma oferta diversificada de produtos e serviços móveis. No ano de 2011, destaca-se o lançamento de novos telemóveis de marca própria (p.ex. TMN A7) e a extensão da oferta de telemóveis e *tablet* PCs topo de gama, nomeadamente o iPhone 4S, o Samsung Galaxy Tab 10.1, o Sony Ericsson Xperia PLAY e o BlackBerry Torch 9800.

Adicionalmente, em linha com uma estratégia estruturada de segmentação e com o objetivo de endereçar as necessidades específicas dos diversos sub-segmentos de clientes, a Portugal Telecom lançou novos tarifários, serviços e aplicações que, devido às suas características, aumentaram o leque de clientes interessados nos produtos e serviços disponibilizados. Exemplos desta oferta de soluções móveis incluem:

- **TMN Kids:** direcionado para a população mais jovem e que vai de encontro à crescente apetência deste segmento por comunicações móveis, centrando o seu serviço nas preocupações em termos de segurança e controlo de custos dos pais e encarregados de educação;
- **TMN “e”:** o novo pré-pago acrescenta simplicidade, transparência e previsibilidade na utilização do telemóvel. Através do mesmo carregamento, a nova solução tarifária da TMN permite Voz, SMS e Internet ilimitados;
- **TMN DRIVE:** é uma aplicação de navegação para *smartphones*, que transforma o telemóvel num verdadeiro navegador GPS. O tmn drive proporciona o acesso a milhares de pontos de interesse, com mapas de Portugal (incluindo ilhas) gratuitos.
- **SPOTYAD:** serviço inovador que permite a anunciantes promoverem junto dos clientes TMN, de uma forma fácil e rápida, os seus produtos, através do envio de SMS com várias promoções e descontos das suas marcas preferidas, e permite aos clientes TMN terem acesso a um conjunto de promoções nas suas áreas de interesse.

d. Oferta empresarial

Serviços e soluções TI/SI

A Portugal Telecom tem vindo a reforçar a sua aposta estratégica na inovação como enabler de eficiência e produtividade para os seus clientes empresariais. O desenvolvimento de novos serviços SmartCloudPT, como *Desktops* Remotos (VDI) e as soluções de videovigilância são referências de pioneirismo nacional traduzindo-se em vantagens competitivas para os clientes ao potenciar reduções de custos com TI, aumentos de produtividade e mobilidade acrescida dos colaboradores. O novo *Data Centre* na Covilhã, projeto de referência pelo nível de eficiência energética e pela escala de dimensão mundial, dota a PT de uma proposta de valor diferenciadora em serviços TI, *Cloud* e Segurança à escala internacional. Neste contexto, a Portugal Telecom foi recentemente reconhecida pela Cisco nas áreas de *Unified Communications* e *Private Cloud* com a certificação *Managed Services Channel Partner (MSCP)*.

Soluções Sectoriais

No ano de 2011, a Portugal Telecom manteve a sua aposta na área da Saúde e de *well being*, tendo desenvolvido soluções à medida para alguns dos *players* nacionais de maior relevância, nomeadamente a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), com quem foi assinado um Protocolo em Junho de 2011 para a disponibilização dos seguintes serviços:

- **Gestão de Domicílios:** sistema centralizado para as diferentes Misericórdias, com programação integrada de visitas domiciliárias e de voluntários, ficha clínica de saúde dos utentes, calendarização de tratamentos, entre outros, permitindo por um lado a eficiência dos recursos alocados aos domicílios, e por outro garantindo a qualidade de serviço prestada aos utentes;
- **Teleassistência UMP:** com o objetivo de combater o isolamento e proporcionar maior segurança aos utentes dos domicílios da UMP, foi também customizada uma oferta de teleassistência – serviço de apoio médico telefónico permanente suportado por um telefone que permite, em caso de urgência, entrar em contacto direto com os serviços de assistência 365 dias por ano, 24 horas por dia.

Para além destes serviços, a PT apostou também no desenvolvimento de soluções inovadoras de gestão da doença crónica, com ênfase na forma como as novas tecnologias potenciam a auto gestão da doença por parte do cidadão comum.

Reconhecendo o papel da Educação como área prioritária para o desenvolvimento do país, a Portugal Telecom apostou no desenvolvimento de soluções que visam melhorar a eficácia do sistema de ensino e dar resposta às crescentes restrições orçamentais existentes. Por exemplo, o ISCTE-IUL adjudicou à Portugal Telecom a implementação de uma solução global de gestão e controlo de acessos e de assiduidade para toda a Universidade, num total de 150 portas (entre salas de aula, auditórios e entradas de edifícios) e 107 pontos de assiduidade. Por seu lado, a PT foi selecionada para o fornecimento e instalação dos equipamentos de *switching* para as Escolas públicas da fase 2, num total de 74 Escolas.

A nível do sector Público, a Portugal Telecom potenciou o desenvolvimento de soluções inovadoras junto de diferentes Ministérios e outros organismos públicos. A título exemplificativo, destaca-se o desenvolvimento de dois portais – Portal da Segurança e Portal da Cultura – com o objetivo de potenciar a comunicação entre as várias entidades diretamente relacionadas com estas áreas e os respetivos utilizadores/cidadãos.

No que respeita ao apoio prestado às PME's nacionais, em 2011 houve um reforço da aposta em ofertas convergentes fixo & móvel e voz & dados, bem como em campanhas promocionais na voz fixa e móvel. Algumas das iniciativas a salientar passaram pelo desenvolvimento de ofertas sectoriais para retalho com o lançamento do OfficeBox Soluções para Retalho, mantendo a aposta na restauração e saúde, através do OfficeBox Restaurantes e Cafés e OfficeBox Médicos e Clínicas. Foi ainda reforçada a oferta de *Cloud Computing* através do lançamento do portal www.smartcloudpt.pt, que disponibiliza um vasto leque de soluções para clientes empresariais. Com efeito, são disponibilizados, através de um portal único, serviços e produtos PT Prime e PT Negócios às empresas clientes, desenvolvendo os seus modelos de negócio numa plataforma tecnológica, aplicacional e de comunicações mais ágil e flexível.

Machine-to-Machine

Foram dados igualmente passos importantes na consolidação de uma oferta *Machine-to-Machine* (M2M), através da disponibilização de um conjunto de soluções que possibilitam a interação, sem intervenção humana, entre ativos/equipamentos/máquinas e os sistemas de informação que suportam a gestão desses ativos. Estas soluções focam-se na gestão de frotas, eficiência energética, segurança, entre outros. A PT tem estado a agilizar a criação de uma verdadeira *Internet of Things*, através do conceito de *everything connected*, promovendo a evolução dos atuais modelos de negócio das organizações e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

2. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Por forma a fornecer e disponibilizar serviços cada vez mais inovadores aos clientes que vão ao encontro das suas necessidades e requisitos, a Portugal Telecom tem vindo a investir decisivamente na melhoria de infraestruturas tecnológicas de vanguarda.

a. Infraestrutura de Rede

Na rede fixa, a Portugal Telecom expandiu, em 2011, a sua cobertura de fibra ótica (FTTH), contando atualmente com 1,6 milhões de casas passadas, disponíveis comercialmente e em construção, e assegurando a permanência de Portugal na liderança Europeia de implementação de uma rede de fibra. A rede FTTH foi ainda robustecida com novas funcionalidades de ONT – *Optical Network Terminal* e equipamento de monitorização da infraestrutura de fibra ótica.

Adicionalmente, a Portugal Telecom deu continuidade a um vasto programa de implementação de IPv6 na sua rede, quer no âmbito empresarial como residencial, colocando-se na linha da frente dos operadores que disponibilizaram este protocolo aos seus clientes.

Com fortes crescimentos de tráfego na rede, a Portugal Telecom foi também uma das primeiras empresas a nível mundial a implementar interligações a 100 Gbps entre os seus principais nós de rede.

Na **rede móvel**, a TMN continuou a dar passos decisivos na implementação de uma rede 4G de vanguarda, incluindo a migração da rede 2G para uma rede 4G, tendo realizado em 2011, em Cascais e Braga, os primeiros pilotos 4G em ambientes urbanos reais em Portugal. Milhares de portugueses puderam experimentar o poder da 4.^a geração móvel através de várias demonstrações de soluções dirigidas a clientes particulares e empresariais.

Foi ainda realizada uma relevante modernização da rede móvel da TMN com a adoção de equipamentos multi-standard, permitindo uma melhoria da qualidade oferecida aos clientes e a adoção de tecnologias mais eficientes e sustentáveis em termos ambientais.

Por último, a Portugal Telecom deu passos decisivos na otimização da infraestrutura de rede móvel ao desenvolver soluções para passagem *seamless* de tráfego da rede móvel para redes WiFi.

b. Data Centres

A 21 de outubro de 2011, a Portugal Telecom deu início à construção na Covilhã de um dos maiores *Data Centres* do Mundo, que entrará em funcionamento no final de 2012 e será suportado por uma rede de comunicações de fibra de alto débito que o ligará às principais redes mundiais de comunicações. Arquitetado pelo Professor Carrilho da Graça, o novo *Data Centre* PT ocupará mais de 75.500 m² e terá capacidade para mais de 50 mil servidores com 30 Pbytes, possibilitando a exportação de capacidade de armazenamento de dados de empresas Europeias e de serviços tecnológicos. O projeto permitirá ainda a criação de mais de 1.400 postos de trabalho diretos e indiretos, qualificados e especializados, posicionando a Covilhã como uma das cidades que mais contribuirá para o desenvolvimento económico do país.

O novo *Data Centre* PT irá diferenciar-se também pelos elevados níveis de sustentabilidade e eficiência energética, com poupanças de 144 mil toneladas de CO₂ e de 40% no consumo de energia.

O compromisso com a Covilhã passa também pela criação de parcerias com várias entidades locais, nomeadamente com associações empresariais (ANIL e NERBAC) e académicas (Universidade da Beira Interior e Associação de Estudantes da Universidade da Beira Interior).

3. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Foram desenvolvidos e lançados diversos projetos com o objetivo de alcançar uma maior eficiência e eficácia operacional de toda a organização, atuando tanto ao nível dos processos, como ao nível da relação com os clientes e gestão dos recursos da empresa. De todos os projetos na área de eficiência operacional são de destacar os seguintes:

- **Projeto SAP RMCA:** consolidação e desenvolvimento do sistema de gestão integrada de cobranças para todas as empresas do Grupo PT;
- **Projeto CRM:** solução de CRM única para as empresas do Grupo PT do território nacional (PT Comunicações e TMN), permitindo alcançar melhorias na qualidade do serviço prestado, otimizar a eficiência operacional nas relações estabelecidas com clientes, intensificar o enfoque comercial dos colaboradores e melhorar as capacidades das equipas de vendas (*cross-selling*, captação e fidelização dos clientes);
- **Projeto SIT-E:** evolução do *software* de *order entry* que suporta os serviços B2B para uma nova plataforma com impacto ao nível do *time-to-market* de novos produtos e serviços, garantindo ainda uma melhoria do cadastro de produtos e serviços empresariais;
- **Selfcare Global e PT Cliente:** convergência dos diversos portais de *selfcare* dos vários segmentos num único *interface* multiplataforma, onde o cliente pode consultar e gerir, de forma integrada, o portfólio de serviços PT;
- **Order Management:** este sistema permite flexibilizar a provisão de serviços, apoiando as direções operacionais.

4. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Ser uma referência económica, social e ambiental é um dos compromissos estratégicos da PT, fazendo parte da cultura e da forma de atuação da empresa. Para servir as gerações atuais e futuras, a empresa tem que lançar constantemente os alicerces para novas formas de viver, trabalhar e comunicar nos próximos 100 anos. Nesse sentido, a sustentabilidade ambiental mantém-se uma área crítica de enfoque para a empresa, aliás patente num dos seus cinco pilares estratégicos.

Por um lado, todos os projetos estruturantes da Portugal Telecom são planeados no sentido de minimizar o impacto ambiental. Por outro lado, todos os colaboradores são incentivados a contribuir com ideias de melhoria nesta área e a procurar formas de reduzirem a pegada ambiental dos seus processos de trabalho. O reconhecimento do esforço da PT na promoção de comportamentos e iniciativas que promovam a sustentabilidade ambiental é evidente pela inclusão da empresa nos dois índices de referência nesta área – o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) e o *FTSE4Good*, colocando o Grupo PT como uma referência em sustentabilidade e redução da pegada ambiental a nível mundial. Neste contexto, destacam-se algumas medidas implementadas em 2011:

- **Green IT – Through Virtualization:** a Portugal Telecom tem vindo a aumentar os índices de virtualização interna, através da aposta no uso massificado de soluções *cloud* por forma a atingir ganhos significativos em termos de eficiência energética, sendo que, nesta área, se registou um aumento do índice de virtualização, de 34% em 2010 para 42% do total do parque de servidores em 2011;
- **CopyPoint:** através da consolidação do parque de equipamentos de impressão e fax num serviço de gestão centralizado foi possível alcançar ganhos de eficiência, alinhando as melhores práticas ambientais e incentivando mudanças no comportamento dos colaboradores. Este projeto permitiu, no primeiro semestre após a sua implementação, uma redução não só no consumo de papel em 20% e dos consumíveis em 40%, como também no consumo energético dos equipamentos em 60%;
- **Ar condicionado mais eficiente:** substituição de máquinas de ar condicionado mais antigas, e consequentemente menos eficientes, por outras com potência frigorífica adequada às cargas existentes, sendo por isso mais eficientes em termos energéticos. De destacar que a grande maioria destas máquinas possui já um sistema de *freecooling*;
- **Instalação de lâmpadas de LED:** substituição de todas as lâmpadas fluorescentes existentes nos edifícios PT por lâmpadas com tecnologia LED, permitindo assim uma redução no consumo na ordem dos 94% (cerca de 25 mil Euros por ano) e um aumento da vida útil das mesmas;
- **Monitorização e análise detalhada de consumos de energia:** apresentação detalhada dos dados de consumo de energia em tempo real. Permite efetuar diagnósticos e determinar ações de melhoria com o objetivo de redução do consumo de energia elétrica em alguns espaços da empresa. Poderão ainda ser desenvolvidas ações específicas de âmbito técnico, bem como de sensibilização dos colaboradores;
- **Solução autónoma fotovoltaica:** desenvolvimento de uma solução autónoma fotovoltaica inovadora para superar a ineficiência energética do sistema até então existente. Esta ação resulta numa poupança energética anual correspondente a 15.277 kWh, com consequente redução de emissões em cerca de 7,18 TON de CO₂. Prevê-se um retorno deste investimento em 4,3 anos. Este projeto permite dispensar cerca de 90% da energia até então fornecida, assim como garantir a segurança contínua da estação de satélites.



C. INOVAÇÃO EXPLORATÓRIA

O atual contexto competitivo e os tremendos avanços tecnológicos dos últimos anos induzem nas indústrias um ritmo acelerado e o aparecimento constante de novos paradigmas de atuação. Neste contexto, a inovação exploratória assume um papel fundamental para se atingirem os elevados padrões de competitividade necessários para o sucesso e sustentabilidade do negócio, garantindo a liderança do mercado a longo prazo. A Portugal Telecom assume a inovação exploratória como uma peça fundamental do seu modelo de sustentabilidade, alavancado nas suas áreas internas de investigação e desenvolvimento. Para além das competências desenvolvidas internamente nesta área, a Portugal Telecom recorre a uma rede alargada de parcerias para reforçar o conhecimento em temas tecnológicos exploratórios, desde fornecedores e parceiros da indústria a universidades e instituições de investigação.

1. INOVAÇÃO EXPLORATÓRIA IMPULSIONADA POR UNIDADES INTERNAS

Os projetos que envolvem inovação exploratória são maioritariamente desenvolvidos pela PT Inovação, sendo o seu principal enfoque a otimização da infraestrutura tecnológica, e pelo SAPO, que se encontra orientado para o desenvolvimento e integração de *software* e aplicações multi-plataforma.

Os diversos projetos de inovação exploratória do Grupo PT têm vindo a ser reconhecidos e suportados por vários programas de financiamento, nacionais e internacionais, reduzindo desta forma o risco associado a investimentos onde o retorno se apresenta como incerto, dados os alargados horizontes temporais. Neste âmbito, em 2011, foram vários os projetos enquadrados em programas como o QREN, o CIP e o FP7 da Comissão Europeia, num leque bastante alargado de áreas de investigação, como a Saúde, o *Cloud Computing*, as *Smart Cities* e o *Machine-to-Machine*.

a. PT Inovação

Durante o ano de 2011, a PT Inovação trabalhou diversas áreas de conhecimento exploratórias, sendo de destacar:

- Desenho e prototipagem de uma solução de agregação de redes de acesso (*multy radio access*) para fornecimento de serviços de vídeo de alto débito sobre redes HSPA e WiFi baseado em terminais com OS Android;
- Desenho e avaliação de desempenho de uma solução de agregação de bandas LTE (700, 2600MHz);
- Desenho de soluções de localização *indoor* baseadas em *fingerprint* em redes WiFi;
- Desenho de uma solução cognitiva de otimização de parametrização de APs femto em redes LTE;
- Avaliações de soluções cooperativas de eficiência energética em cenários Macro-Femto 3GPP LTE;
- Desenvolvimento de protótipo de *framework* de mobilidade *seamless* e de solução de *offload* de rede;
- Estudo e experimentação na área de *pervasive computing*;
- Desenvolvimento de protótipo de *framework* de contexto;
- Desenho e experimentação de solução de autenticação eletrónica em serviços e-Gov utilizando dispositivos móveis;
- Experimentação e prototipagem de aplicações *mobile* de realidade aumentada para contextos de *mobile worker* e de *social computing*;
- Criação de provas de conceito de *mobile augmented reality gaming*, para cenários de participação colaborativa, p. ex. para reforço de *branding* e prevenção de *churn*;
- Exploração de novas metáforas de interação para *digital companions*;
- Experimentação, implementação e demonstração de soluções de virtualização de rede e *cloud networking* (IaaS);
- Desenho e experimentação na área de *cloud services* (PaaS – Platform as a Service);
- Participação em iniciativas e projetos nas áreas da *future internet*.

Vários destes projetos foram enquadrados em programas de colaboração internacional, desenvolvidos fundamentalmente ao longo de três linhas de intervenção:

- No contexto dos projetos promovidos pela União Europeia no âmbito dos seus “Programas Quadro” FP7 e CIP, com um envolvimento num total de 12 projetos, sendo estes:
 - FIVER – Desenvolvimento uma arquitetura para a rede de acesso baseada em FTTH. Oferta de serviços *quintuple-play*: IP data (GbE), voz (LTE femtocell), HDTV (UWB), LAN (WiMAX), e *home security/control* (WiMAX);
 - COGEU – Análise de novas abordagens para exploração de *TV White Spaces* (TVWS). Avaliação dos ganhos obtidos pelo 3G/LTE com o uso dos TVWS (p. ex. capacidade);
 - C2POWER – Melhoramento a eficiência energética em redes celulares através da cooperação entre RATs;
 - ALICANTE – Criação de um ecossistema avançado para distribuição e adaptação de conteúdos digitais multimédia em ambientes heterogéneos;
 - Bravehealth – Plataforma centrada no controlo e tratamento de pacientes cardiovasculares; monitorização contínua e remota do sistema cardiovascular;
 - SAIL – Desenvolvimento do conceito de *Cloud Networking*, visando a gestão e o controlo integrados de recursos de TI e de rede, e demonstração através de protótipos;
 - MEDIEVAL – Definição de uma nova arquitetura de mobilidade orientada para serviços multimédia;
 - SOCIETIES – Expansão do conhecimento/conceito de PSS para *Community Smart Spaces* (CSS). Criação, organização, gestão e comunicação entre comunidades de utilizadores através da utilização de *Community Smart Spaces* (CSS);
 - *Cloud4SOA* – Desenvolvimento de mecanismos de interoperabilidade para as infraestruturas de *Cloud Computing*. Desenvolvimento de um piloto para integrar um *Service Delivery Framework* (SDF) num ambiente de *Cloud Computing*;
 - VOICES – Melhoramento do acesso a conteúdos e serviços em países em fase de desenvolvimento. Desenvolvimento de pilotos em África na área de saúde, agricultura e reflorestação;
 - SEMIRAMIS – Desenho e teste de uma infraestrutura de segurança, autenticação, autorização, partilha e gestão de informação privada no espaço Europeu, envolvendo entidades públicas e privadas;
 - WHERE2 – Desenho, desenvolvimento e avaliação de técnicas de localização do terminal móvel em ambientes *indoor* com precisão idêntica à disponibilizada pelo GPS *outdoor*, bem como de soluções e mecanismos que tirem partido da localização *indoor* na disponibilização de novos serviços ou na otimização de processos intrínsecos das redes de acesso móveis.
- No programa de estudos estratégicos em telecomunicações do EURESCOM (p. ex. Projeto P2154 – *Network Measurements and Analysis of IP Traffic*, Projeto P2155 – *Towards networks and services supporting the human cognition* e P2054 – *Energy Efficiency – Business opportunities for telecom operators*);
- Nos programas Celtic-Plus e ITEA 2 do EUREKA, através do projeto GreenT – *Green Terminals for Next Generation Wireless Systems* e do envolvimento na proposta CarCoDE – *Platform for Smart Car to Car Content Delivery*.

Em termos de propriedade intelectual, a PT Inovação efetuou dois pedidos provisórios de patentes e converteu quatro pedidos provisórios em pedidos definitivos, sendo dois deles pedidos internacionais de patente (PCT):

- Pedidos provisórios de patente (PPP):
 - “Método de Equalização Não-Linear do Canal Ótico no Domínio da Frequência”;
 - “Filtro Seletivo de Canais de Televisão Integrado num terminal de fibra ótica”.
- Conversão de pedidos provisórios de patente em definitivos:
 - “*Concentrator for networked sensors and remote meters, supporting diverse network access technologies with automatic fallback strategies, and sensor access security support*” (PCT);
 - “*Managing Link Layer Resources for Media Independent Handover*”, que tem como co-requerentes a Universidade de Aegean e o *National Centre for Scientific Research “Demokritos”* (PCT);
 - “Sistema de informação para atendimento ao público”, que tem como co requerente, a UTAD;
 - “Componente ótico refletivo integrado num terminal de fibra ótica”.

b. SAPO

O SAPO assume um papel cada vez mais importante no desenvolvimento de soluções inovadoras e criativas, potenciando assim o fornecimento de produtos e serviços pioneiros no mercado e estendendo esta filosofia a toda a organização. Atualmente o SAPO emprega mais de 200 pessoas no desenvolvimento de diversas atividades de I&D.

As principais áreas de desenvolvimento de novas soluções centram-se em temas relacionados com aplicações multi-plataforma, a criação de conteúdos *web*, a geração de comunidades *online*, a melhoria do *interface* para o utilizador e o desenvolvimento de plataformas de suporte a publicidade *online*.

2. ECOSSISTEMA DE PARCERIAS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Portugal Telecom possui uma rede de parcerias estratégicas com outras empresas e instituições de renome internacional, criando desta forma um verdadeiro ecossistema de inovação exploratória. Os parceiros da Portugal Telecom contribuem com um leque variado de soluções de última geração, proporcionando tempos de resposta ao mercado mais rápidos.

As parcerias que definem este ecossistema reúnem competências diferentes e complementares e dividem-se em: (a) parcerias tecnológicas; (b) parcerias estratégicas; (c) parcerias com universidades e (d) parcerias com institutos de investigação.

a. Parcerias Tecnológicas

No seguimento da estratégia de inovação e disponibilização aos seus clientes de serviços de nova geração baseados numa rede cada vez mais abrangente de fibra ótica, a Portugal Telecom tem vindo a garantir a continuidade dos acordos estabelecidos com fornecedores de renome internacional, tais como a Corning, a Cisco e a Huawei. Em conjunto com estes parceiros, foi possível desenvolver várias soluções específicas para o mercado nacional, através da partilha de competências e *know-how* no desenvolvimento das mesmas. Adicionalmente, a empresa manteve parcerias consideradas essenciais para garantir o fornecimento de equipamentos exclusivos e inovadores, das quais se podem destacar a Samsung, a LG, a ZTE e a Nokia Siemens Networks.

b. Parcerias com Operadores de Telecomunicações

A Portugal Telecom continuou a estabelecer parcerias com operadores de referência no sector para assegurar a partilha das melhores práticas a nível internacional e para a colaboração em projetos de inovação. Neste âmbito, a Portugal Telecom e a Singtel, operador líder em Singapura, mantiveram uma participação conjunta em iniciativas para a partilha de conhecimento, *benchmarks* e boas práticas, ao nível operacional e comercial.

c. Parcerias com Universidades

A Portugal Telecom tem vindo a trabalhar com diversas universidades internacionais e nacionais em projetos de carácter exploratório. Um exemplo concreto deste tipo de parcerias é a continuação da participação no programa Carnegie-Mellon Portugal, onde a Portugal Telecom se apresenta como parceiro industrial de referência. Alguns projetos de referência desenvolvidos com universidades incluem:

- *SENODs – Cyber-Physical Systems Technologies for Energy-Optimized Data Centres* – alinhado com a estratégia de sustentabilidade da PT, este projeto baseado em tecnologias de sistema *cyber-físicas* tem como objetivo endereçar os desafios de eficiência energética dos *Data Centres*. A solução pioneira testada, assente numa rede sensorial *wireless*, permitiu identificar pontos de melhoria na gestão da infraestruturas reduzindo os consumos de energia e o TCO (*total cost of ownership*); TCO (*total cost of ownership*);
- *TRONE – Trustworthy and Resilient Operations in a Network Environment* – durante o ano de 2011, foram alcançados os seguintes resultados no âmbito deste projeto: (1) adaptação de ferramentas para o diagnóstico de falhas em sistemas de virtualização; (2) desenvolvimento de uma arquitetura resiliente para monitorização (*Fault Intrusion Tolerant Broker*); e (3) protótipo para mecanismo de virtualização *hardened*, com capacidade para deteção de intrusão, utilização de virtualização recursiva e de componentes confiáveis de *hardware*;

- **NeTS – Next Generation Network Operations and Management** – foi desenvolvido um novo *framework* operacional a integrar na plataforma PULSO, que permite inferir em tempo *real root-causes* de falhas que possam surgir nos serviços e redes IP do Grupo PT (com especial ênfase nos serviços IPTV).

Ainda no âmbito do programa Carnegie-Mellon, a Portugal Telecom colaborou no desenvolvimento e orientação de oito projetos para teses de mestrado, com especial foco na área da segurança associada ao IPTV, IPv6 e *Mobile Payments*, tendo apoiado igualmente 12 colaboradores nos programas de Mestrado Profissional.

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido com as universidades nacionais, a Portugal Telecom tem colaborado ao longo dos anos com as principais Universidades em diversos projetos de desenvolvimento (Aveiro, Porto – FEUP, Coimbra, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior, Lisboa – IST, Eduardo Mondlane e Faculdade de Ciências). Neste âmbito, destacam-se as seguintes iniciativas levadas a cabo durante o ano de 2011:

- **Projeto VERBATIM:** desenvolvimento de módulos para processamento automático de notícias em língua portuguesa, através da criação de métodos para a extração automática de citações (diretas e indiretas) e de identificação e acompanhamento de tópicos noticiosos para posterior classificação automática de notícias;
- **Integração de LTE nas arquiteturas de redes futuras numa perspetiva de mobilidade:** investigação de uma arquitetura de suporte ao LTE com enfoque nos mecanismos e parâmetros de QoS e estudo dos processos de gestão de mobilidade definidos pelo 3GPP;
- **Advanced Playground & Innovation:** criação de um portal que permite a agregação de diversas APIs disponibilizadas não só por produtos SAPO bem como dos seus parceiros e não acessíveis ao público em geral. O portal irá assim potenciar colaborações mais estreitas com parceiros universitários que, num ambiente mais controlado, poderiam desenvolver protótipos de aplicações no âmbito de diversas disciplinas;
- **Distribuição context-aware de conteúdos em redes sociais:** desenvolvimento de uma aplicação de *Context Aware* que possibilita a distribuição de *User Generated Content*, baseando-se na informação obtida via *Context Broker*;
- **Projeto REACTION:** jornalismo computacional com tecnologia de recuperação, extração e agregação de informação para integração e organização de notícias mediante a análise de conteúdos disponíveis *online*;
- **POLO II – Intelligent Personal Learning Environment:** exploração de técnicas e metodologias de recolha e extração de informação com base no contexto e consequente desenvolvimento de protótipos onde estas técnicas são aplicadas num ambiente de aprendizagem pessoal (suportado pelo *FORMARE*);
- **Projeto DoctorMobile:** desenvolvimento de um sistema de monitorização de doentes com dor crónica, com recurso ao uso de *smartphones*, através da recolha de informação periódica sobre o estado dos pacientes e geração automática de mensagens de alerta para médicos e pacientes;
- **SAPO Listas:** construção de um recurso linguístico composto por listas de palavras agrupadas em categorias semânticas, fornecendo informação léxico-semântica para dar suporte à construção de sistemas de extração de informação e de classificação de texto;
- **Projeto SAPOFit:** desenvolvimento de aplicações de *m-health (mobile health)* para Android OS e iPhone OS que visa a monitorização e avaliação do estado de saúde do utilizador, bem como do registo diário das suas atividades desportivas;
- **Projeto iNeighbour TV:** fomento do uso de redes sociais aplicadas a contextos de consumo da população sénior e às suas necessidades de informação (p. ex. conteúdos sobre saúde), tendo por base a oferta das novas soluções tecnológicas do MEO – *Presentation Framework*.
- **Tecnologia WEB:** aplicação de novas soluções a contextos educativos, materializada no lançamento do projeto SAPO CAMPUS que possibilitou a aproximação dos serviços da nova Web 2.0 (blogs, vídeos, fotos, wiki, Messenger e *widgets*) a conceitos de PLE – *Personal Learning Environment*.

No intuito de promover uma aproximação entre a indústria e as universidades, é ainda de destacar o projeto SAPO Labs, que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento de projetos inovadores na área da tecnologia, com ambiente de incubação de *StartUps*.

d. Parcerias com Institutos de Investigação

Para consolidar a exploração de novas oportunidades no longo prazo, a Portugal Telecom possui ainda diversos protocolos estabelecidos com instituições de investigação, tais como o INESC (Porto e Coimbra), o Instituto de Telecomunicações e o Instituto Pedro Nunes. Através destes protocolos, a Portugal Telecom procura aproximar as suas áreas de negócio aos institutos de investigação, garantindo assim o desenvolvimento de projetos inovadores com objetivos como otimização, integração e segurança de rede, desenvolvimento de sistemas multimédia IP, criação de novas plataformas para exposição e criação de serviços *cloud* e de comunicação entre máquinas.

Adicionalmente, a PT Inovação, enquanto associada fundadora do Instituto de Telecomunicações, tem participado ativamente num leque bastante alargado de projetos, mediante o financiamento destes, como o desenvolvimento de projetos na área de *Context Aware*, Saúde, *Cloud* e *Machine-to-Machine*.

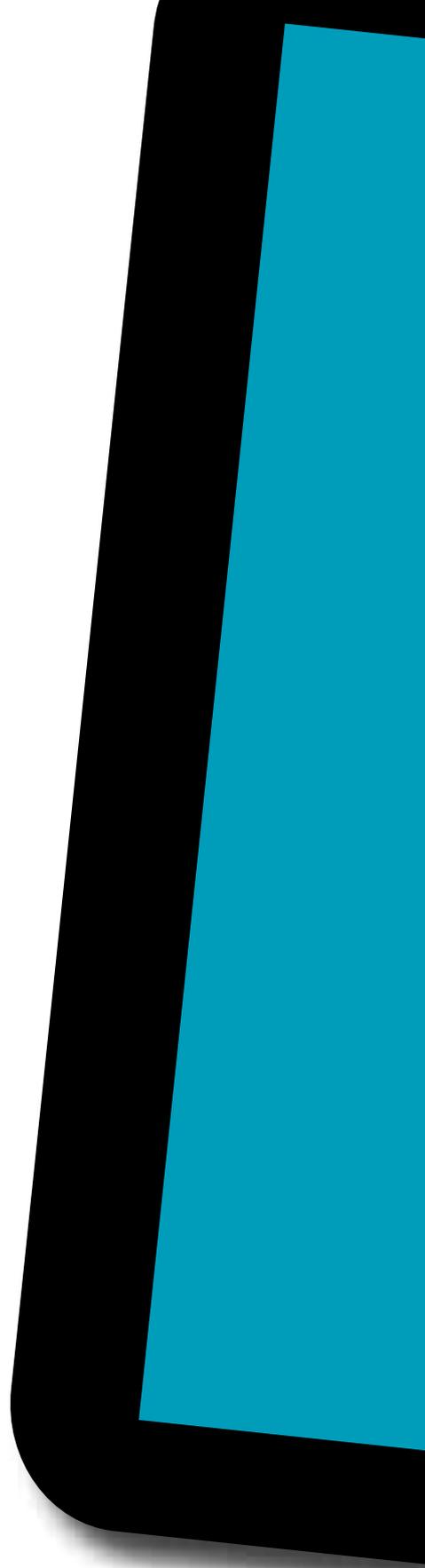
3. INOVAÇÃO EM OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

A Portugal Telecom é um operador com vocação global e, como tal, procura difundir a cultura de inovação do Grupo por todas as geografias de presença, contribuindo deste modo para o desenvolvimento de economias emergentes em diversos continentes.

A PT Inovação tem sido um veículo importante desta estratégia, tendo estabelecido pólos de inovação no Brasil e em alguns países Africanos. Atualmente, quase metade das suas receitas são já provenientes de mercados fora da Europa (5% na América do Sul, 13% em África e 23% na Ásia).

Por outro lado, a Portugal Telecom tem investido fortemente em inovação nas diversas operações internacionais do Grupo, sendo de destacar as seguintes iniciativas:

- **Unitel (Angola):** aposta no desenvolvimento da oferta de dados, no lançamento de serviços inovadores, na expansão e melhoria das redes 2G e 3G e na construção de *backbone* em fibra ótica em Luanda e nas províncias;
- **MTC (Namíbia):** oferta de serviços inovadores como o *Aweh Aweh* (com recargas semanais e condições preferenciais para os clientes) e o serviço de Internet Netman (com uma velocidade de 7,2 mbps). Adicionalmente, foi efetuado um investimento significativo na modernização da rede 2G e 3G (com tecnologia single RAN), bem como no desenvolvimento de *backbone*;
- **CVT (Cabo Verde):** lançamento de ofertas inovadoras como a CVT Negócios (dirigida ao mercado empresarial) e ofertas integradas residenciais e empresariais (com computadores portáteis, Net Fácil ADSL, Net Móvel e ZAPTV), e investimento em novas tecnologias de comunicações, sendo disso prova a moderna rede de fibra ótica instalada. Adicionalmente, foi efetuada uma reestruturação significativa dos Sistemas de Informação, com uma nova solução BSS/OSS funcionalmente mais versátil e robusta;
- **CST (São Tomé e Príncipe):** investimento no reforço de capacidade para suportar o crescimento de clientes e desenvolvimento de projeto de fornecimento de energia às estações remotas através de energia solar e eólica;
- **CTM (Macau):** desenvolvimento da oferta de dados, investimento na expansão e melhoria das redes 2G e 3G e construção de ligações de fibra ótica (FTTH) nos principais clientes empresariais;
- **TT (Timor Leste):** continuação da dinamização da oferta (banda larga móvel 3G pós e pré-paga; pacote com PC, pen 3G e saldo; Internet no telemóvel; e Portal Sapo.tl) e do desenvolvimento de infraestrutura de acesso, como a expansão da rede 2G e 3G e o upgrade significativo de sistemas de informação. Adicionalmente, foi lançado um projeto de fornecimento de energia às estações através de energia solar.



ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS



	57,4	0,9%	699,3	208,8	(0,2%)
	4,5	(7,3%)	35,0	30,5	1,4%
	n.s.		(322,6)	(56,7)	n.s.
			682,5	682,5	(40,6%)
			103,6	(29,7)	11,5%
				(7,5)	n.s.
					(8,4%)
					(5,5%)
	(4,6)	0%			
	(4,5)		(48,5)		
	(24,9)		(49,0)		
	0,4				
	0,0				
	1.000,0				
	0,0				
	(40,0)		(4,5)		
	833,7		557,4		-49,6%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS ⁽¹⁾		MILHÕES DE EUROS	
	2011	2010	Δ10/11
Receitas operacionais	6.146,8	3.742,3	64,3%
Portugal ⁽²⁾	2.892,0	3.124,5	(7,4%)
Residencial	682,3	647,0	5,4%
Pessoal	768,4	865,0	(11,2%)
Empresas	982,1	1.079,6	(9,0%)
Serviços a prestadores, outros e eliminações	459,2	532,8	(13,8%)
Brasil • Oi	2.412,1	n.a.	n.s.
Outros e eliminações	842,7	617,8	36,4%
Custos operacionais ⁽³⁾	3.958,8	2.250,6	75,9%
Custos com pessoal	1.020,5	637,1	60,2%
Custos diretos dos serviços prestados	1.012,3	547,6	84,9%
Custos comerciais	517,7	392,9	31,7%
Outros custos operacionais	1.408,4	672,9	109,3%
EBITDA ⁽⁴⁾	2.188,0	1.491,7	46,7%
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	58,5	38,2	53,2%
Amortizações	1.325,6	758,6	74,7%
Resultado operacional ⁽⁵⁾	803,9	694,9	15,7%
Outros custos (receitas)	59,9	281,2	(78,7%)
Custos com o prog. de redução de efectivos, líquidos	36,4	145,5	75,0%
Menos (mais) valias liq. na alienação de imobilizado	(9,2)	(5,5)	65,8%
Outros custos (ganhos) líquidos	32,6	141,2	(76,9%)
Resultado antes de resultados fin. e impostos	744,0	413,8	(79,8%)
Custos (ganhos) financeiros	212,9	81,6	160,9%
Juros suportados (obtidos) líquidos	297,1	185,0	60,6%
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(209,2)	(141,7)	47,6%
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	125,0	38,3	226,7%
Resultado antes de impostos	531,1	332,2	59,9%
Imposto sobre o rendimento	(108,2)	(77,5)	39,6%
Resultado das operações continuadas	422,9	254,6	66,1%
Resultado das operações descontinuadas	0,0	5.565,4	n.s.
Resultado antes de interesses não controladores	422,9	5.820,1	(92,7%)
Prejuízos (lucros) atribuíveis a int. não controladores	(83,8)	(147,9)	(43,3%)
Resultado líquido consolidado	339,1	5.672,2	(94,0%)

(1) No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, a PT consolidou proporcionalmente os resultados destas empresas desde 1 de abril de 2011. (2) As operações de telecomunicações em Portugal incluem os anteriores segmentos da rede fixa e a TMN. Esta rubrica inclui o impacto da redução das taxas de terminação móvel (MTR) reguladas. (3) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (4) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (5) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

RECEITAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS

Em 2011, as **receitas operacionais consolidadas** aumentaram 64,3% face a 2010, para 6.147 milhões de Euros, o que compara com 3.742 milhões de Euros no ano anterior, em resultado do impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (2.768 milhões de Euros) e da Dedic / GPTI a partir de 1 de julho de 2011, no seguimento da conclusão da troca da participação da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo este efeito, as receitas operacionais consolidadas teriam diminuído 9,7% face a 2010, para 3.380 milhões de Euros em 2011, em resultado do decréscimo nas receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal e da integração da Dedic / GPTI na Contax a partir de 1 de julho de 2011, e não obstante o crescimento nas receitas dos outros negócios internacionais, nomeadamente da MTC na Namíbia e da Timor Telecom.

Em 2011, as **receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal** diminuíram 7,4% face a 2010 (232 milhões de Euros), devido ao: (1) decréscimo nas receitas do segmento Pessoal (97 milhões de Euros), em resultado de menores vendas de equipamentos (12 milhões de Euros), menores receitas de interligação (29 milhões de Euros) e também menores receitas de clientes (55 milhões de Euros), que refletem as condições económicas adversas, o impacto do aumento do IVA (+3pp no 1S11 face ao 1S10 e +2pp no 2S11 face ao 2S10) e o aumento da popularidade dos planos tribais; (2) decréscimo no segmento Empresas (97 milhões de Euros), em resultado do congelamento de projetos relevantes na administração pública e ainda pela redução das receitas de interligação, e (3) menores receitas associadas aos negócios de *wholesale* e outros (74 milhões de Euros), incluindo o impacto negativo do negócio de listas telefónicas (20 milhões de Euros), no qual a PT detém um investimento financeiro de 25%, sendo a empresa gerida pela Truvo. O impacto direto total da regulação nas receitas ascendeu a 38 milhões de Euros em 2011, incluindo a diminuição das MTRs, a redução dos preços de *roaming* e outros efeitos. Excluindo o impacto da regulação, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal teriam decrescido 6,2% face a 2010. Os efeitos negativos acima referidos foram parcialmente compensados pelo aumento nas receitas do segmento Residencial (+5,4% face a 2010), nomeadamente pela evolução favorável das receitas do negócio de TV por subscrição e de banda larga, impulsionadas pelo sucesso das ofertas *double* e *triple-play* do Meo. Em 2011, as receitas não voz em Portugal representaram 46,5% das receitas de serviço, tendo aumentado 3,6pp face ao ano anterior. A transformação do portfólio de serviços da PT e as alterações no *mix* de receitas está a tornar o seu desempenho mais resiliente e previsível.

No **segmento Residencial**, as **receitas operacionais** aumentaram 5,4% face a 2010, aumentando de 647 milhões de Euros para 682 milhões de Euros em 2011, impulsionadas pelo forte e contínuo desempenho das ofertas *triple play* do Meo (voz, banda larga e TV por subscrição). Os acessos residenciais de retalho ou unidades geradoras de receita de retalho (RGUs) aumentaram 9,2% face a 2010, atingindo 3.557 mil, com os acessos de TV por subscrição e banda larga a representarem já 53% do total de acessos residenciais de retalho em 2011. Os clientes únicos situaram-se em 1.881 mil, um aumento de 1,0% face ao ano anterior, enquanto as RGUs por cliente único atingiram 1,9 no final de 2011. Os clientes de TV por subscrição aumentaram 198 mil para 972 mil no final de 2011, um aumento de 25,5% face a 2010, enquanto os clientes de banda larga aumentaram 102 mil para 911 mil, um aumento de 12,6% face a 2010. As RGUs de retalho por acesso aumentaram 9,1% em 2011 para 2,12. Este sólido desempenho foi também impulsionado pelo investimento na cobertura de 1,6 milhões de casas com FTTH, comercialmente disponíveis e em construção, que continua a ganhar força comercial à medida que as casas ficam comercialmente disponíveis para venda.

Em 2011, as **receitas operacionais do segmento Pessoal** diminuíram 97 milhões de Euros (-11,2% face a 2010) para 768 milhões de Euros, principalmente em resultado de menores receitas de cliente (55 milhões de Euros), menores receitas de interligação (29 milhões de Euros) e menores vendas de equipamentos (12 milhões de Euros). O decréscimo de 8,2% nas receitas de cliente refletiu os efeitos de condições económicas adversas, que tornaram os clientes ainda mais sensíveis ao preço, uma maior pressão competitiva e a crescente popularidade dos planos tribais. A redução nas receitas de cliente refletiu também a diminuição nas receitas de banda larga móvel, uma vez que o aumento da sensibilidade ao preço e das ofertas *double* e *triple-play* está a levar os clientes a optar por planos de menor valor. A diminuição nas receitas de interligação refletem principalmente a descida das MTRs. Em 2011, as receitas de dados do segmento Pessoal representaram 30,9% das receitas de serviço (+1,7pp face a 2010), em resultado do sólido desempenho dos pacotes de dados "internetnotemóvel", os quais continuam a apresentar um forte crescimento, sustentado no sucesso comercial dos planos "e nunca mais acaba", e do aumento da penetração de *smartphones*, o que compensa parcialmente a pressão sobre as receitas de banda larga móvel.

As **receitas operacionais do segmento Empresas** diminuíram 9,0% em 2011 face a 2010 (97 milhões de Euros), diminuindo de 1.080 milhões de Euros para 982 milhões de Euros, penalizadas pela conjuntura económica e consequentes esforços no corte de custos pelas empresas e pelos projetos não recorrentes com a administração pública ocorridos em 2010. A estratégia da PT continuou a privilegiar as ofertas convergentes e soluções fixo-móvel de voz e dados ilimitados, ofertas integradas e verticais, incluindo *software* específico de negócios e soluções com preços flexíveis consoante o número de estações de trabalho. Adicionalmente, a PT continuou a fornecer soluções avançadas *one-stop-shop* de TI/IS focalizadas em BPO e no *marketing* de soluções de máquina para máquina. Estas ofertas estão alavancadas no investimento da PT em FTTH e em *cloud computing*, que permitem a oferta de serviços *cloud-based*, em parceria com fornecedores de *software* e *hardware*.

As **receitas de serviços a prestadores e de outros negócios das operações de telecomunicações em Portugal**, incluindo as eliminações intragrupo, diminuíram 74 milhões de Euros (-13,8% face a 2010) para 459 milhões de Euros em 2011, impactadas por: (1) menores receitas do negócio de listas telefónicas (20 milhões de Euros); (2) menores receitas de serviços a prestadores (25 milhões de Euros), principalmente em resultado de menores receitas de lacetes locais desagregados e menores vendas de capacidade, e (3) menores receitas de telefones públicos (4 milhões de Euros). O impacto das alterações regulatórias nas receitas deste segmento ascendeu a 3 milhões de Euros em 2011.

Em 2011, **as receitas da Oi** ascenderam a 2.412 milhões de Euros, equivalente a 5.612 milhões de Reais. Os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente desde 1 de abril de 2011, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, acionista controlador da Oi e que consolida integralmente as empresas Oi, incluindo a Tele Norte Leste Participações, a Telemar Norte Leste e a Brasil Telecom.

As **outras receitas**, incluindo as eliminações intragrupo, aumentaram 36,4% face a 2010, para 843 milhões de Euros em 2011. Este desempenho resulta essencialmente: (1) ao impacto da consolidação proporcional da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (359 milhões de Euros), incluindo a Dedic / GPTI a partir de 1 de julho de 2011, e (2) os aumentos de 10,6% e de 7,0% face a 2010 nas receitas da Timor Telecom e da MTC, respetivamente. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um menor contributo da Dedic / GPTI, a qual foi consolidada integralmente até 30 de junho de 2011 e integrada na Contax desde essa data.

A contribuição dos ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, para as receitas operacionais foi de 57,7% no 4T11, enquanto o Brasil representou 52,6% das receitas operacionais consolidadas.

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS (EXCLUINDO CUSTOS COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E AMORTIZAÇÕES)

Os **custos operacionais consolidados**, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, ascenderam a 3.959 milhões de Euros em 2011 e a 2.251 milhões de Euros em 2010, um aumento de 1.708 milhões de Euros, explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (1.986 milhões de Euros), incluindo o negócio da Dedic/GPTI a partir de 1 de julho de 2011, no seguimento da conclusão da troca da participação da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo este efeito, os custos operacionais consolidados teriam diminuído 12,3% (277 milhões de Euros) em 2011 para 1.973 milhões de Euros, refletindo essencialmente (1) uma redução no negócio de telecomunicações em Portugal, essencialmente em resultado de um rigoroso controlo de custos, um enfoque na rentabilidade das operações e menores custos diretos no seguimento da redução nas receitas operacionais, e (2) uma menor contribuição da Dedic/GPTI, uma vez que este negócio foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrado na Contax.

Os **custos com o pessoal** aumentaram 60,2% (383 milhões de Euros) em 2011 para 1.020 milhões de Euros, face a 637 milhões de Euros em 2010, basicamente devido ao impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (505 milhões de Euros), incluindo o negócio da Dedic/GPTI a partir de 1 de julho de 2011. Excluindo este efeito, os custos com o pessoal teriam diminuído 19,2% (122 milhões de Euros) em 2011 para 515 milhões de Euros, refletindo menores contribuições: (1) do negócio da Dedic/GPTI, o qual foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrado na Contax; e (2) do negócio de telecomunicações em Portugal, refletindo essencialmente menores remunerações variáveis e em horário extraordinário, melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal em resultado do plano de reestruturação implementado no final de 2010. Os custos com pessoal representaram 16,6% das receitas operacionais consolidadas em 2011.

Os custos diretos aumentaram 84,9% (465 milhões de Euros) em 2011 para 1.012 milhões de Euros e representaram 16,5% das receitas operacionais consolidadas. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (521 milhões de Euros). Excluindo este efeito, os custos diretos teriam diminuído 10,3% (57 milhões de Euros) em 2011 para 491 milhões de Euros, essencialmente devido à menor contribuição do negócio de telecomunicações em Portugal, em resultado da redução nos custos com interligação, basicamente devido a menores MTRs, e do declínio no negócio das listas telefónicas, cujos efeitos mais do que compensaram o aumento nos custos com programação explicado pelo contínuo crescimento dos clientes de TV por subscrição, não obstante uma redução nos custos de programação por cliente em virtude de o negócio de TV por subscrição estar a começar a atingir massa crítica.

Os custos comerciais, que incluem os custos dos produtos vendidos, as comissões e as despesas com marketing e publicidade, aumentaram 31,7% (125 milhões de Euros) em 2011 para 518 milhões de Euros e representaram 8,4% das receitas operacionais consolidadas. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (152 milhões de Euros). Excluindo este efeito, os custos comerciais teriam diminuído 7,0% (28 milhões de Euros) em 2011 para 365 milhões de Euros, basicamente devido a uma redução no negócio de telecomunicações em Portugal, refletindo menores custos das mercadorias vendidas explicados pela racionalização do portfólio de equipamentos da TMN e por menores vendas, o que mais do que compensou o aumento nos custos com comissões em resultado da atividade comercial relacionada com as campanhas de Natal de 2011.

Os outros custos operacionais, que incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, ascenderam a 1.408 milhões de Euros em 2011, em comparação com 673 milhões de Euros em 2010. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (807 milhões de Euros), incluindo o negócio da Dedic/GPTI a partir de 1 de julho de 2011. Excluindo este efeito, os outros custos operacionais teriam diminuído 10,6% em 2011 para 602 milhões de Euros, principalmente devido a menores contribuições: (1) do negócio de telecomunicações em Portugal, uma vez que os aumentos nos custos com serviços de suporte e provisões foram compensados por menores custos com manutenção e reparação, no seguimento do desenvolvimento da rede FTTH, e dos benefícios decorrentes de iniciativas de controlo de custos, tais como a renegociação das taxas de cobrança e da pool de carros para a força de vendas; e (2) do negócio da Dedic/GPTI, o qual foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrado na Contax.

EBITDA

O EBITDA aumentou 46,7% face a 2010, para 2.188 milhões de Euros em 2011, o que compara com 1.492 milhões de Euros em 2010, principalmente devido ao impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (782 milhões de Euros), incluindo a consolidação da Dedic / GPTI na Contax a partir de 1 de julho de 2011. Excluindo este efeito, o EBITDA em 2011 teria decrescido 5,8% face a 2010 para 1.406 milhões de Euros, equivalente a uma margem de 41,6% (+1,8 pp). O desempenho do EBITDA no período, excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, foi impactado pela diminuição nas receitas e não obstante a redução de 12,3% face a 2010 nos custos operacionais e também a melhoria na margem bruta do segmento Residencial em 2011, em resultado do negócio de TV por subscrição ter atingido massa crítica, da maior penetração de clientes FTTH e do contínuo empenho na redução de custos.

EBITDA POR SEGMENTO DE NEGÓCIO ⁽¹⁾		MILHÕES DE EUROS		
	2011	2010	Δ10/11	
Portugal	1.305,5	1.377,6	(5,2%)	
Brazil • Oi	747,6	0,0	n.s.	
OUTROS	134,9	114,1	18,2%	
EBITDA	2.188,0	1.491,7	46,7%	
Margem EBITDA (%)	35,6	39,9	(4,3 pp)	

(1) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações.

O EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal ascendeu a 1.306 milhões de Euros em 2011 (-5,2% face a 2010), equivalente a uma margem de 45,1%, uma melhoria anual de 1,1pp face ao mesmo período do ano anterior. No 4Q11, a margem EBITDA aumentou 0,3pp face ao 4T10, para 43,5%, um desempenho resiliente (+1,3pp em 3Q11, 1,2pp no 2T11, 1,5pp no 1T11), que reforça a sustentabilidade das iniciativas de corte de custos da PT. Os custos operacionais diminuíram 9,2%, face a 2010, devido: (1) ao facto do serviço de TV por subscrição ter atingido massa crítica, o que permite a redução dos custos de programação por cliente; (2) à implementação da rede de fibra, cuja qualidade de serviço superior implica menor suporte ao cliente e menores custos de manutenção de rede; (3) à implementação de novas iniciativas, em particular no apoio ao cliente e *field force*, promovendo a utilização de ferramentas de *self-care* e beneficiando da convergência fixo-móvel; (4) à simplificação das ofertas comerciais e dos processos de negócio, nomeadamente no segmento Pessoal, e (5) às medidas adicionais tomadas em antecipação ao fraco ambiente macroeconómico, refletindo o enfoque da PT no controlo de custos. Este desempenho sólido foi alcançado num contexto de menor contribuição para as receitas e para o EBITDA do negócio de listas telefónicas, nos montantes de 20 milhões de Euros e 6 milhões de Euros, respetivamente.

Em 2011, o EBITDA da Oi ascendeu a 748 milhões de Euros, o equivalente a 1.739 milhões de reais, correspondente à sua consolidação proporcional a partir de 1 de abril de 2011. A margem EBITDA no período foi de 31,0%.

O EBITDA dos outros negócios aumentou 18,2% face a 2010, ascendendo a 135 milhões de Euros em 2011, principalmente devido: (1) ao impacto da consolidação proporcional da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (37 milhões de Euros), e (2) aos crescimentos de 9,1% e 2,3% face a 2010 no EBITDA da Timor Telecom e da CVT, respetivamente. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um menor contributo do negócio da Dedic / GPTI, o qual foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e integrado na Contax desde essa data.

Os ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, representaram 45,2% do EBITDA da PT no 4T11. Os negócios no Brasil representaram 37,7% do EBITDA nesse período e os negócios africanos, consolidados integralmente, representaram 5,8% do EBITDA.

RESULTADO LÍQUIDO

Os custos com benefícios de reforma aumentaram de 38 milhões de Euros em 2010 para 59 milhões de Euros em 2011, refletindo essencialmente um ganho com serviços passados registado em 2010, no montante de 31 milhões de Euros, relacionado com alterações regulamentares introduzidas na fórmula de cálculo das pensões. Excluindo este efeito, os custos com benefícios de reforma teriam diminuído 11 milhões de Euros, refletindo, essencialmente, o impacto positivo da transferência das responsabilidades não financiadas dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português (16 milhões de Euros), concluída em dezembro de 2010, parcialmente compensado pelo impacto da consolidação proporcional da Oi a partir de 1 de abril de 2011 (5 milhões de Euros).

As amortizações e depreciações aumentaram 74,7% face a 2010, para 1.326 milhões de Euros em 2011, refletindo principalmente a consolidação proporcional da Oi e da Contax (545 milhões de Euros). Em 2011, esta rubrica inclui a amortização dos ativos intangíveis reconhecidos no seguimento da alocação do preço de compra dos investimentos da PT na Oi e na Contax, no montante de 47 milhões de Euros em 2011. Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, as amortizações e depreciações teriam aumentado 2,9% para 781 milhões de Euros em 2011, devido à maior contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal (22 milhões de Euros), em resultado da implementação da rede de fibra e do crescimento dos serviços de TV por subscrição, efeitos parcialmente compensados pelo impacto da troca de equipamentos 2G da TMN para LTE (equipamentos 4G).

Os custos com o programa de redução de efetivos diminuíram para 36 milhões de Euros em 2011, face a 146 milhões de Euros em 2010, refletindo a redução de colaboradores realizada no final de 2010.

Os juros líquidos suportados aumentaram para 297 milhões de Euros em 2011, o que compara com 185 milhões de Euros em 2010, refletindo principalmente a consolidação proporcional da Oi, da Contax e

dos seus acionistas controladores a partir de 1 de abril de 2011 (175 milhões de Euros). Excluindo este efeito, as despesas com juros líquidos teriam diminuído 63 milhões de Euros, para 122 milhões de Euros em 2011, principalmente em resultado de: (1) juros obtidos no 1T11 no montante de 51 milhões de Euros relativamente a depósitos em Reais que foram utilizados para pagar o investimento na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, e (2) uma diminuição no custo médio da dívida líquida dos negócios em Portugal, excluindo o impacto acima referido dos juros obtidos relativos aos depósitos em reais brasileiros, que ascendeu a 3,3% em 2011 e que compara com 4,4% em 2010. Estes efeitos mais do que compensaram o impacto do aumento da dívida líquida média das operações em Portugal, que reflete: (1) o investimento na Oi e na Contax em 28 de março de 2011 (3.728 milhões Euros); (2) os dividendos pagos em junho de 2011 (1.118 milhões de Euros), e (3) a dívida relacionada com a transferência das responsabilidades não financiadas com pensões (1.022 milhões de Euros), concluída em dezembro de 2010, efeitos que mais do que compensaram o impacto da primeira e segunda prestações recebidas da Telefónica em 2010 (5.500 milhões de Euros) e da última prestação recebida em outubro de 2011 (2.000 milhões de Euros), relacionadas com a transação da Vivo.

Os ganhos em empresas associadas ascenderam a 209 milhões de Euros em 2011, o que compara com 142 milhões de Euros em 2010. Em 2011, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de Euros relativo à conclusão do processo de alienação da participação na UOL, pelo montante de 156 milhões de Euros, enquanto em 2010 inclui perdas não recorrentes em investimentos em empresas associadas no montante de 36 milhões de Euros, de forma a ajustar o seu valor contabilístico para os respetivos valores recuperáveis. Excluindo estes efeitos e a participação da PT nos resultados da UOL em 2010 (14 milhões de Euros), os ganhos em empresas associadas teriam ascendido a 172 milhões de Euros em 2011 e a 164 milhões de Euros em 2010, refletindo principalmente a melhoria nos ganhos da Unitel e da CTM.

Os outros custos financeiros líquidos, que incluem perdas cambiais líquidas, ganhos líquidos em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, aumentaram de 38 milhões de Euros em 2010 para 125 milhões de Euros em 2011, refletindo principalmente: (1) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (68 milhões de Euros), e (2) determinados impostos suportados no Brasil com a transferência de fundos para o investimento na Oi (14 milhões de Euros).

O imposto sobre o rendimento ascendeu a 108 milhões de Euros em 2011, face a 78 milhões de Euros em 2010, correspondendo a uma taxa efetiva de imposto de 20,4% e 23,3%, respetivamente. Este aumento é explicado, principalmente, por: (1) um benefício fiscal no montante de 59 milhões de Euros, registado em 2010, relativo à reestruturação societária do negócio da Africatel, e (2) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril 2011 (7 milhões de Euros). Ajustando pelo efeito fiscal não recorrente acima referido, o imposto sobre o rendimento teria diminuído devido, principalmente, ao impacto de menores juros não dedutíveis fiscalmente, enquanto a taxa efetiva de imposto, ajustada pelos efeitos atrás referidos e pelos impactos de perdas não recorrentes reconhecidos em 2010 e de correções relativas ao imposto de anos anteriores, teria sido 24,4% em 2011 e 25,6% em 2010.

O lucro das operações descontinuadas ascendeu a 5.565 milhões de Euros em 2010 e inclui, principalmente: (1) a mais valia obtida, líquida de despesas relacionadas, com a alienação do investimento na Vivo concluída em 27 de setembro de 2010; (2) os resultados da Vivo antes de interesses não controladores à data da venda, e (3) os ajustamentos de conversão cambial acumulados reconhecidos no resultado líquido na data da alienação, embora não contribuindo para o resultado líquido distribuível.

O lucro atribuível a interesses não controladores ascendeu a 84 milhões de Euros em 2011, incluindo o impacto da consolidação proporcional do resultado atribuível a interesses não controladores da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (10 milhões de Euros), face a 148 milhões de Euros em 2010, o que incluía o resultado atribuível a interesses não controladores da Vivo (61 milhões de Euros). Excluindo os efeitos acima mencionados, os lucros atribuíveis a interesses não controladores teriam diminuído de 87 milhões de Euros em 2010 para 74 milhões de Euros em 2011, principalmente em resultado da redução nos interesses não controladores das empresas africanas (11 milhões de Euros).

O resultado líquido ascendeu a 339 milhões em 2011. Em 2010, o resultado líquido ascendeu a 5.672 milhões de Euros, afetado principalmente pelo resultado líquido das operações descontinuadas e respetivos interesses não controladores, relacionados com a transação da Vivo.

CAPEX

O capex aumentou 53,3% face a 2010, para 1.224 milhões de Euros em 2011, o que compara com 798 milhões de Euros em 2010, principalmente devido ao impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (474 milhões de Euros). Excluindo este efeito, o capex teria diminuído 6,1% face a 2010 para 750 milhões de Euros em 2011, equivalente a 22,2% das receitas.

CAPEX POR SEGMENTO DE NEGÓCIO ⁽¹⁾		MILHÕES DE EUROS		
	2011	2010	Δ10/11	
Portugal	647,0	657,2	(1,6%)	
Brazil • Oi	444,3	0,0	n.s.	
Outros	132,5	141,2	(6,1%)	
Total capex	1.223,8	798,4	53,3%	
Capex em % das receitas operacionais (%)	19,9	21,3	(1,4 pp)	

(1) O Capex não inclui 142 milhões de Euros em 2011 e 139 milhões de Euros no 4T11, relacionados principalmente com o reconhecimento da aquisição das licenças de LTE e TDT no negócio de telecomunicações em Portugal e da licença 3G na CVT, enquanto no 4T10 exclui a aquisição de ativos imobiliários aos fundos de pensões (236 milhões de Euros).

Em 2011, o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuiu 1,6% face a 2010, para 647 milhões de Euros, e foi direcionado para investimentos em tecnologias de ponta, em particular FTTH, incluindo a cobertura das estações base móveis com fibra, e 4G / LTE. Em resultado dos investimentos em tecnologia, a PT fortaleceu ainda mais a proposta de valor para os seus clientes corporativos, PME / SOHO e residenciais, extendendo a cobertura FTTH para cerca de 1.600 mil casas (disponíveis comercialmente e em construção). O desempenho do capex refletiu a diminuição no capex do segmento Residencial, devido à diminuição no capex de cliente, em resultado de: (1) menor número de *set-top-boxes* por cliente de TV de rede fibra quando comparado com cliente de rede ADSL; (2) menor custo unitário das *set-top-boxes*, terminais óticos e *home gateways*, e (3) melhor taxa de reutilização das *set-top-boxes*. Estes efeitos foram compensados pelo aumento no capex relacionado com a troca de equipamentos 2G da TMN por equipamentos LTE (4G), por maiores investimentos em capacidade das redes existentes 3G e 3,5G, nomeadamente nas áreas urbanas, e pela implementação, em fase inicial, da rede 4G. Adicionalmente, a PT tem vindo a reforçar a sua capacidade de dados móvel e a sua qualidade de rede, aproveitando a implementação em curso de FTTH para aumentar a qualidade da sua rede móvel e liderar a implementação de 4G no mercado Português. A PT está também a investir na construção de um centro de dados de última geração, com uma área de 75,5 mil metros quadrados, e que permitirá reforçar a proposta de valor para todos os segmentos de cliente, assegurando simultaneamente uma maior flexibilidade e eficiência.

Em 2011, o capex da Oi, consolidado proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, ascendeu a 444 milhões de Euros, o equivalente a 1.034 milhões de Reais. Os investimentos na rede fixa tinham como objetivo: (1) melhorar a qualidade e aumentar a cobertura da rede; (2) aumentar a velocidade dos serviços de banda larga, e (3) fornecer pacotes de dados a clientes empresariais. Na rede móvel, o enfoque foi colocado na expansão de cobertura, abrangendo todas as regiões, e no aumento da capacidade de tráfego de dados (3G) em localizações estratégicas.

Em 2011, o capex dos outros negócios diminuiu para 133 milhões de Euros, em comparação com 141 milhões de Euros em 2010. Este desempenho é explicado, principalmente, pelo menor capex na Dedic / GPTI, na MTC na Namíbia e na CVT em Cabo Verde. Estes efeitos mais do que compensaram o impacto da consolidação proporcional da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (30 milhões de Euros), incluindo a Dedic / GPTI a partir de 1 de julho de 2011, e o maior nível de capex na Timor Telecom.



CASH FLOW

O *cash flow* operacional aumentou para 1.185 milhões de Euros em 2011, face a 406 milhões de Euros em 2010, incluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (386 milhões de Euros). Ajustando por este efeito, o *cash flow* operacional teria aumentado 393 milhões de Euros, para 799 milhões de Euros em 2011, devido principalmente à significativa melhoria na gestão do fundo de maneo (458 milhões de Euros), explicada maioritariamente por: (1) uma redução extraordinária no ciclo de pagamentos a determinados fornecedores realizada no 4T10, na sequência da entrada de fundos decorrente da transação da Vivo, levando à diminuição dos pagamentos a fornecedores em 2011, e (2) um menor investimento relacionado com contas a receber nos negócios em Portugal.

FREE CASH FLOW ⁽¹⁾	MILHÕES DE EUROS		
	2011	2010	Δ10/11
EBITDA menos Capex	964,2	693,3	39,1%
Itens não monetários ⁽²⁾	141,6	35,0	n.s.
Variação do fundo de maneo	79,2	(322,6)	n.s.
Cash flow operacional	1.185,0	405,6	192,1%
Juros	(260,6)	(227,7)	14,4%
Reemb. (contrib.) dos fundos de pensões, líquidos ⁽³⁾	(23,1)	25,9	n.s.
Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(175,2)	(161,1)	8,7%
Impostos sobre o rendimento	(163,5)	(62,5)	161,8%
Dividendos recebidos	146,9	10,0	n.s.
Alienações (Aquisições) de invest. financeiros, líquidas	123,4	2,4	n.s.
Reduções de capital na Brasilcel	0,0	89,9	n.s.
Outros movimentos ⁽⁴⁾	(300,2)	(97,1)	209,1%
Free cash flow	532,8	(14,5)	n.s.

(1) O *free cash flow* exclui o pagamento relativo à aquisição do investimento estratégico da PT na Oi e na Contax (3.728 milhões de Euros em 2011) e os recebimentos relacionados com a transação da Vivo (2.000 milhões de Euros em 2011 e 5.500 milhões de Euros em 2010). (2) O aumento nesta rubrica é explicado principalmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi. (3) Em 2010, esta rubrica inclui um reembolso no valor de 75 milhões de Euros relacionado com o excesso de financiamento dos planos de saúde. (4) Em 2011, esta rubrica inclui pagamentos de despesas relacionados com o investimento estratégico na Oi, comissões bancárias e certos pagamentos de penalidades contratuais e ações legais, principalmente na Oi e na Contax.

Excluindo o pagamento relativo à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax no 1T11 (3.728 milhões de Euros) e as prestações recebidas da Telefónica relativas à transação da Vivo (2.000 milhões de Euros em 2011 e 5.500 milhões de Euros em 2010), o *free cash flow* ascendeu a 533 milhões de Euros em 2011, que compara com 14 milhões de Euros negativos em 2010. Este desempenho é explicado principalmente: (1) pelo aumento do *cash flow* operacional (779 milhões de Euros), tal como referido acima; (2) pelo recebimento do montante de 156 milhões de Euros, relativo à alienação da participação na UOL, e (3) pelos dividendos recebidos da Unitel no 1S11 (126 milhões de Euros) relativos aos resultados de 2009, uma vez que os dividendos relativos aos resultados de 2008 tinham sido integralmente recebidos no 4T09. Estes efeitos foram parcialmente compensados: (1) pelo aumento dos pagamentos relacionados com ações legais (188 milhões de Euros), em resultado da consolidação proporcional da Oi; (2) pelo aumento dos pagamentos relacionados com imposto sobre o rendimento (101 milhões de Euros), em resultado principalmente do impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax (62 milhões de Euros) e de impostos retidos na fonte relativos aos juros dos depósitos bancários constituídos com as disponibilidades obtidas com a alienação da Vivo; (3) pelo montante de 90 milhões de Euros recebido da Brasilcel em 2010 relacionado com reduções de capital; (4) pelo aumento dos pagamentos líquidos relacionados com benefícios de reforma (63 milhões de Euros), devido ao reembolso de 75 milhões de Euros recebido no 1T10; (5) pelo montante pago pela Contax pela aquisição da Allus no 2T11 (44 milhões de Euros), e (6) pelo aumento de 33 milhões de Euros em pagamentos de juros, uma vez que o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores a partir de 1 de abril de 2011 (181 milhões de Euros) mais do que compensou os juros recebidos sobre os depósitos bancários em reais, utilizados para o pagamento do investimento estratégico na Oi e na Contax. Para efeitos comparativos, o *free cash flow* da PT, ajustado pelo investimento na Oi e na Contax e pela consolidação proporcional do *free cash flow* destas empresas, teria ascendido a 720 milhões de Euros em 2011, incluindo uma alteração favorável no fundo de maneo e o montante recebido pela venda da UOL, que compara com 14 milhões de Euros negativos em 2010.

DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA

A dívida líquida consolidada, ajustada pelo impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, e pelo efeito fiscal relacionado com a transferência dos planos de pensões para o Estado Português, ascendeu a 4.068 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011. A dívida líquida consolidada aumentou de 2.100 milhões de Euros no final de dezembro de 2010 para 6.613 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 4.513 milhões de Euros, refletindo: (1) a aquisição dos investimentos estratégicos na Oi e na Contax por um montante total de 3.728 milhões de Euros e a consolidação proporcional da sua dívida líquida no montante de 2.053 milhões de Euros em 31 de março de 2011; (2) os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (1.118 milhões de Euros) e pelas suas subsidiárias a acionistas não controladores (94 milhões de Euros), e (3) a aquisição realizada pela Oi, no 2T11, de ações próprias da PT (87 milhões de Euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados: (1) pela última prestação recebida da Telefónica relativa à alienação da Vivo (2.000 milhões de Euros); (2) pelo *free cash flow* gerado no período, ajustado pelos investimentos na Oi e na Contax e pelo recebimento resultante da alienação da Vivo, no montante de 533 milhões de Euros, e (3) pelo impacto da desvalorização do Real face ao Euro, que gerou uma redução na dívida líquida de 43 milhões de Euros.

VARIAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA		MILHÕES DE EUROS	
	2011	2010	
Dívida líquida (balanço inicial como reportado)	2.099,8	5.528,0	
Dívida da Vivo (a subtrair)	0,0	699,0	
Dívida líquida (balanço inicial ajustado)	2.099,8	4.829,0	
<i>Free cash flow</i> (a subtrair)	532,8	(14,5)	
Recebimentos relacionados com a transação da Vivo	(2.000,0)	(5.500,0)	
Aquisição de investimento estratégico na Oi e Contax	3.727,6	0,0	
Efeito de conv. cambial de dívida em moeda estrangeira	(43,4)	0,0	
Dividendos pagos pela PT	1.118,0	1.379,5	
Aquisição de ações próprias	86,8	0,0	
Alterações no perímetro de consolidação (Oi e Contax)	2.052,5	0,0	
Reconh. das responsabilidades relacionadas com a transf. dos fundos de pensões	0,0	1.021,7	
Outros ⁽¹⁾	104,6	355,2	
Dívida líquida (balanço final)	6.612,8	2.099,8	
Efeito fiscal sobre resp. não financiadas (a subtrair) ⁽²⁾	226,1	226,1	
Dívida líquida ajustada (balanço final)	6.386,7	1.873,7	
Dívida líquida da Oi e Contax, inc. holdings (a subtrair)	2.318,9	0,0	
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax (balanço final)	4.067,9	1.873,7	
Variação da dívida líquida	4.513,0	(2.729,2)	
Variação da dívida líquida (%)	214,9%	(49,4%)	

(1) Esta rubrica inclui essencialmente dividendos pagos a acionistas não controladores por empresas subsidiárias consolidadas integral e proporcionalmente, nos montantes de 94 milhões de Euros em 2011 e 80 milhões de Euros em 2010, e 236 milhões de Euros em 2010 relativos à aquisição de imóveis aos fundos de pensões, no âmbito da transferência das responsabilidades não financiadas com pensões para o Estado Português. (2) Efeito fiscal relativo à transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, incluindo 113 milhões de Euros relacionados com a contribuição de 2011, que foi contabilizada como prejuízo fiscal reportável.

Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o valor de disponibilidades de caixa e equivalentes, acrescido do montante disponível em linhas de papel comercial e financiamentos disponíveis com tomada firme, ascendeu a 5.095 milhões de Euros no final de dezembro de 2011, dos quais 1.040 milhões de Euros eram relativos a linhas de crédito e papel comercial não utilizados. Após a emissão, em janeiro de 2011, de um Eurobond a cinco anos no montante de 600 milhões de Euros e a contratação de uma nova linha de crédito a três anos, em março e abril de 2011, com oito bancos líderes internacionais, no valor de 1.200 milhões de Euros, a PT está totalmente financiada até ao final de 2013 e dispõe da flexibilidade financeira para continuar a honrar os seus compromissos. Adicionalmente, no 4T11, a PT estendeu a maturidade de uma linha de crédito de 100 milhões de Euros, com vencimento em outubro de 2011, por mais 3,25 anos e assinou dois novos contratos de empréstimo com o Banco

Europeu de Investimento no montante total de 240 milhões de Euros. Em 31 de dezembro de 2011, um montante de 140 milhões de Euros tinha sido utilizado ao abrigo destes dois contratos de financiamento. Em 2011, a PT recomprou obrigações próprias, pelo montante de 62 milhões de Euros, cujo valor nominal é de 64 milhões de Euros, tendo gerado um ganho financeiro de 2 milhões de Euros. Estas operações foram realizadas durante o 4T11.

Em 2011, excluindo os 51 milhões de Euros de juros obtidos nos depósitos em reais relativos ao investimento estratégico na Oi, o custo médio da dívida líquida da PT situou-se em 3,3%, uma redução face a 4,4% em 2010, enquanto o custo da dívida bruta se situou em 4,3% em 2011, praticamente estável quando comparado com 2010 (4,2%). Em 31 de dezembro de 2011, a dívida líquida consolidada da PT tinha uma maturidade de 5,9 anos. Em 31 de dezembro de 2011, excluindo a consolidação da Oi e da Contax, a dívida líquida da PT tinha também uma maturidade de 5,9 anos e o rácio de cobertura do EBITDA pela dívida líquida foi de 2,9 x.

RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

Em 31 de dezembro de 2011, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) dos negócios em Portugal, relativas a complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 474 milhões de Euros e o valor de mercado dos activos sob gestão ascendia a 345 milhões de Euros, face a 472 milhões de Euros e 448 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2010, respetivamente. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 782 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Esses salários são pagos mensalmente, diretamente pela PT, aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, as responsabilidades não financiadas brutas totais dos negócios em Portugal ascendiam a 912 milhões de Euros e as responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 684 milhões de Euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a complementos de pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes.

Adicionalmente, no seguimento do investimento estratégico na Oi, a PT consolidou proporcionalmente as suas responsabilidades líquidas com benefícios de reforma no valor de 52 milhões de Euros em 31 de março de 2011 e 62 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, as quais estão relacionadas com diversos planos com características distintas, incluindo planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos. A maioria destes planos já está fechada a novos participantes. A Oi tem vários planos que apresentam uma situação excedentária para os quais não é registado qualquer ativo por não ser possível assegurar os respetivos reembolsos.

RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA		MILHÕES DE EUROS
	31 dezembro 2011	31 dezembro 2010
Responsabilidades com pensões	121,6	129,9
Responsabilidades com cuidados de saúde	352,6	342,5
Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO)	474,1	472,4
Valor de mercado dos fundos ⁽ⁱ⁾	(344,7)	(448,1)
Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde	129,4	24,2
Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados	782,5	924,3
Responsabilidades não financiadas brutas	911,9	948,6
Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal	683,9	711,4
Responsabilidades não financiadas brutas na Oi	61,7	0,0
Ganhos com serviços passados não reconhecidos	16,8	18,3
Provisão para benefícios de reforma	990,4	966,9

(1) A redução no valor de mercado dos fundos resultou principalmente de: (i) pagamentos de complementos de reforma no montante de 9,7 milhões de Euros; (ii) do desempenho negativo dos ativos sob gestão no montante de 72,1 milhões de Euros (equivalente a uma rentabilidade negativa de 16,6% em 2011), e (iii) reembolso das despesas de saúde pagas anteriormente pela PT no montante de 23,3 milhões de Euros.

O valor total das responsabilidades não financiadas brutas dos negócios em Portugal diminuiu 37 milhões de Euros em 2011, para 912 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, principalmente em resultado dos pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados efetuados durante o período, no montante de 175 milhões de Euros, os quais foram parcialmente compensados pelos custos com benefícios de reforma e com o programa de redução de efetivos (67 milhões de Euros) e pelas perdas actuariais líquidas (72 milhões de Euros). O total das responsabilidades não financiadas brutas da Oi aumentou de 52 milhões de Euros em 31 de março de 2011 para 62 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, refletindo principalmente os custos com benefícios de reforma (5 milhões de Euros) e as perdas actuariais líquidas (9 milhões de Euros) reconhecidas no período, efeitos parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do Real face ao Euro (3 milhões de Euros).

VARIAÇÃO NAS RESPONSABILIDADES NÃO FINANCIADAS BRUTAS		MILHÕES DE EUROS
	2011	2010
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	948,6	1.467,4
Alteração do perímetro de consolidação	52,5	0,0
Custos com benefícios de reforma (PRBs) ⁽¹⁾	34,9	38,7
Custos do programa de redução de efetivos	36,4	148,6
Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões ⁽²⁾	(1,3)	25,9
Pag. de salário a colab. pré-reformados suspensos e outros	(175,2)	(161,1)
Perdas (ganhos) actuariais líquidos ⁽³⁾	80,5	450,7
Ajustamentos de conversão cambial	(2,9)	0,0
Responsabilidades não financiadas (saldo final)	973,7	948,6

(1) Em 2011, esta rubrica exclui os custos com o serviço do ano dos empregados no ativo cujas responsabilidades foram transferidas para o Estado Português, no montante de 25,1 milhões de Euros. (2) Em 2011, esta rubrica inclui despesas de saúde líquidas de reembolsos no valor de 5,3 milhões de Euros e pagamentos por acordo de rescisão contratual no valor de 3,8 milhões de Euros. Adicionalmente, foram pagas contribuições de 21,8 milhões de Euros referentes ao serviço do ano dos beneficiários cujas responsabilidades foram transferidas para o Estado Português. (3) Em 2011, as perdas actuariais líquidas incluem principalmente uma perda de 98 milhões de Euros relacionada com a diferença entre o retorno efetivo dos ativos sob gestão no período (-16,6%) e o retorno estimado (+6,0%) relativa aos planos de pensões em Portugal, parcialmente compensada por um ganho de 19 milhões de Euros relacionado com a alteração num pressuposto actuarial que se traduziu no aumento da taxa de crescimento salarial para os planos de pensões das operações em Portugal.

Os custos com benefícios de reforma aumentaram para 59 milhões de Euros em 2011, face a 38 milhões de Euros em 2010, refletindo principalmente um ganho com serviços passados registado em 2010, no valor de 31 milhões de Euros, relacionado com alterações regulamentares introduzidas na fórmula de cálculo das pensões. Excluindo este efeito, a redução dos custos com benefícios de reforma, no valor de 11 milhões de Euros, é principalmente explicada pelo impacto da transferência das obrigações com os planos de pensões regulamentares para o Estado Português (16 milhões de Euros), concluída em dezembro de 2010, parcialmente compensado pela consolidação proporcional da Oi a partir de 1 de abril de 2011 (5 milhões de Euros).



CAPITAL PRÓPRIO

VARIAÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO (EXCLUINDO INTERESSES NÃO CONTROLADORES) MILHÕES DE EUROS

	2011
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo inicial)	4.392,4
Resultado líquido	339,1
Ajustamentos de conversão cambial líquidos	(281,3)
Dividendos	(1.118,0)
Dividendos interinos	(184,8)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos do efeito fiscal	(56,7)
Ações PT adquiridas pela Oi ⁽¹⁾	(148,3)
Outros ⁽²⁾	(114,4)
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo final)	2.828,1
Varição no capital próprio antes de interesses não controladores	(1.564,4)
Varição no capital próprio antes de interesses não controladores (%)	(35,6%)

(1) Esta rubrica inclui 61 milhões de Euros relativos a ações PT adquiridas antes de 31 de março de 2011 (data do início da consolidação da Oi). (2) Esta rubrica inclui principalmente o impacto negativo resultante da determinação do novo justo valor de certos ativos tangíveis que são reconhecidos de acordo com o modelo de reavaliação.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital próprio excluindo interesses não controladores ascendeu a 2.828 milhões de Euros, uma diminuição de 1.564 milhões de Euros em 2011. Esta diminuição é explicada principalmente por: (1) os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas em junho de 2011 (1.118 milhões de Euros) e os dividendos interinos atribuídos em dezembro de 2011 e pagos em janeiro de 2012 (185 milhões); (2) ajustamentos de conversão cambial negativos, no montante de 281 milhões de Euros, principalmente relacionados com a desvalorização do Real face ao Euro; (3) aquisição de ações próprias da PT pela Oi (148 milhões de Euros), que para efeitos contabilísticos estão registadas como ações em tesouraria; (4) perdas actuariais líquidas reconhecidas no período (57 milhões de Euros, líquido do efeito fiscal), e (5) um impacto negativo registado diretamente no capital próprio resultante da reavaliação do justo valor de certos ativos tangíveis reconhecido de acordo com o modelo de reavaliação. Estes efeitos mais do que compensaram o lucro líquido gerado no período de 339 milhões de Euros.

INVESTIMENTO ESTRATÉGICO NA OI

Em 28 de março de 2011, a PT concluiu o investimento estratégico na Telemar Norte Leste, S.A. (Oi) e na Contax, S.A. (Contax) pelo montante total de 8.437 milhões de Reais (3.728 milhões de Euros). Estes investimentos estratégicos foram realizados no âmbito dos acordos celebrados com os acionistas controladores da Telemar Participações, S.A., que controla a Oi, e da CTX Participações, S.A., que controla a Contax. No âmbito destes acordos, a PT partilha o controlo destas empresas e desempenha um papel fundamental na determinação das políticas financeiras operacionais e estratégicas das mesmas, pelo que os investimentos adquiridos são classificados, para efeitos contabilísticos, como entidades controladas conjuntamente. Consequentemente, e conforme permitido pela norma IAS 31, a PT consolida proporcionalmente os ativos, passivos e os resultados destas entidades, em linha com a política contabilística utilizada em anos anteriores. Adicionalmente, o processo de troca da participação da PT na Dedic / GPTI por uma participação adicional na Contax foi concluído em 1 de julho de 2011. A Oi é consolidada proporcionalmente, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, a qual controla e consolida integralmente a Oi, incluindo a Tele Norte Leste Participações, a Telemar Norte Leste e a Brasil Telecom. A Contax é consolidada proporcionalmente, refletindo a participação direta e indireta de 44,4% que a PT detém na CTX Participações, a qual controla e consolida integralmente a Contax, que por sua vez consolida integralmente a Dedic/GPTI desde 1 de julho de 2011.

A PT realizou os investimentos estratégicos na Oi e na Contax através das suas empresas *holdings*, detidas a 100% pela PT, Bratel Brasil e PT Brasil, respetivamente, tendo adquirido interesses económicos de 25,3% na Oi e de 14,1% na Contax. A participação económica na Contax foi aumentada para 19,5% em 1 de julho de 2011, na sequência da troca da participação da PT na Dedic / GPTI por uma participação adicional na Contax, como explicado acima.

Em resultado da aprovação do processo de simplificação societária da Oi pelas assembleias gerais das empresas que constituem o grupo Oi realizadas em 27 de fevereiro de 2012, a atual estrutura acionista composta pela Tele Norte Leste Participações, Telemar Norte Leste e Brasil Telecom é integrada na Brasil Telecom, que será renomeada para Oi S.A., e tem apenas duas classes de ações (ações ordinárias, ON, e ações preferenciais, PN). Estas ações estão cotadas no Bovespa e na NYSE, através de um programa de ADRs. Em resultado desta aprovação, a PT manterá a participação direta e indireta de 25,6% na empresa controladora, a Telemar Participações, enquanto a participação económica direta e indireta da PT na Oi será entre 21,5% e 25,1%. Consequentemente, a PT continuará a consolidar proporcionalmente a sua participação de 25,6% na Telemar Participações, que consolida integralmente a Oi.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

As principais alterações na demonstração da posição financeira consolidada são explicadas, maioritariamente, pela aquisição e consolidação proporcional das participações na Oi e na Contax. Esta operação foi concluída em 28 de março de 2011 e, portanto, a PT consolida proporcionalmente os ativos e passivos destas empresas na sua demonstração da posição financeira desde 31 de março de 2011.

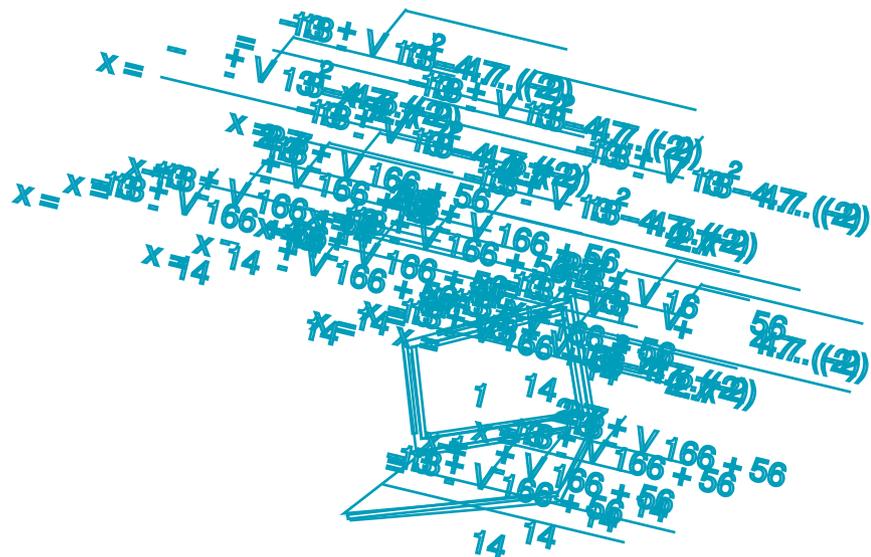
O total dos ativos e dos passivos aumentou de 15,2 mil milhões de Euros e de 10,6 mil milhões de Euros em 31 de dezembro de 2010 para 22,9 mil milhões de Euros e 19,2 mil milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, respetivamente, refletindo principalmente os impactos resultantes da aquisição e consolidação proporcional da Oi e da Contax, nos montantes de 8,0 mil milhões de Euros e 7,3 mil milhões de Euros, respetivamente. Excluindo estes efeitos, o total do passivo aumentou em 1,4 mil milhões de Euros, principalmente devido ao *Eurobond* de 600 milhões de Euros emitido em janeiro de 2011 e ao aumento da utilização de algumas linhas de crédito e programas de papel comercial de curto prazo, cujos efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da desvalorização do Real face ao Euro, enquanto o total dos ativos diminuiu em 0,2 mil milhões de Euros, na medida em que os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas, no montante de 1,1 mil milhões de Euros, e o impacto da desvalorização do Real face ao Euro foram parcialmente compensados pelas disponibilidades obtidas no âmbito dos financiamentos acima mencionados.

Os ativos e passivos que foram proporcionalmente consolidados pela primeira vez em 31 de março de 2011, considerando o *goodwill* registado em resultado da transação, incluem principalmente ativos tangíveis e intangíveis (7.094 milhões de Euros), disponibilidades em caixa e equivalentes (1.696 milhões de Euros), contas a receber (767 milhões de Euros), ativos por impostos diferidos (658 milhões de Euros), dívida bruta (3.749 milhões de Euros), provisões (807 milhões de Euros) e respetivos depósitos judiciais (984 milhões de Euros), contas a pagar e acréscimos de custos (976 milhões de Euros), impostos a pagar (630 milhões de Euros) e passivos por impostos diferidos (873 milhões de Euros).

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

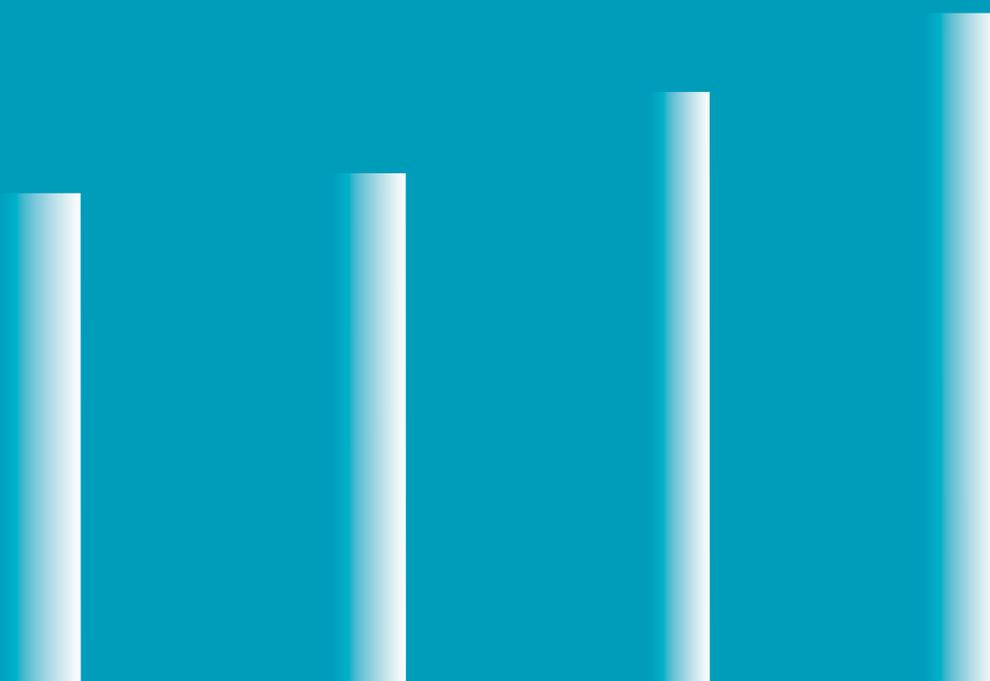
MILHÕES DE EUROS

	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
Disponibilidades e títulos negociáveis	5.668,1	5.106,5
Contas a receber	1.936,3	3.403,2
Existências	133,5	101,5
Depósitos judiciais	1.084,1	0,0
Investimentos financeiros	556,3	539,6
Ativos intangíveis	5.424,1	1.111,7
Ativos tangíveis	6.228,6	3.874,6
Ativos com planos de benefícios de reforma	13,6	1,9
Outros ativos	579,5	338,1
Impostos diferidos e custos diferidos	1.319,6	692,7
Total do ativo	22.943,8	15.169,9
Contas a pagar	1.446,2	722,6
Dívida bruta	12.281,0	7.206,3
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	1.004,1	968,8
Outros passivos	3.104,7	1.063,0
Impostos diferidos e proveitos diferidos	1.365,1	600,1
Total do passivo	19.201,0	10.560,8
Capital, excluindo interesses não controladores	2.828,1	4.392,4
Interesses não controladores	914,7	216,7
Total do capital próprio	3.742,8	4.609,1
Total do capital próprio e do passivo	22.943,8	15.169,9





EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS



NEGÓCIOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM PORTUGAL

A partir do 3T11, a PT passa a reportar os seus negócios de telecomunicações em Portugal, que incluem a rede fixa e a TMN, como um novo segmento operacional. Como parte deste novo reporte operacional, a PT passa também a reportar as suas receitas de acordo com segmentos de cliente, que correspondem aos seguintes: (1) "Residencial", que inclui telefone, banda larga fixa e serviços de televisão por subscrição, incluindo serviços *double* e *triple-play* prestados em residências, e que anteriormente estavam no segmento de rede fixa; (2) "Pessoal", que inclui voz e banda larga móvel e que anteriormente estavam incluídos na TMN, e (3) "Empresas", que inclui voz fixa e móvel, banda larga e serviços vídeo, assim como aplicações e serviços TIC mais customizados e sofisticados, direcionados a empresas de grande, pequena e média dimensão, e que anteriormente era registado quer na rede fixa, quer na TMN. Os outros serviços, incluindo os serviços prestados a operadores (*wholesale*) e o negócio de listas telefónicas, são registados numa outra rubrica de receita denominada "Serviços a prestadores (*wholesale*), outros negócios e eliminações".

Em 2011, os negócios de telecomunicações em Portugal continuaram a apresentar um aumento estável da base de clientes, com os clientes de acessos fixos de retalho a aumentarem 5,9% face a 2010 para 4.795 mil (adições líquidas de 268 mil em 2011) e os clientes móveis a aumentar 0,3% em 2011 face a 2010 para 7.444 mil (24 mil adições líquidas em 2011).

DADOS OPERACIONAIS PORTUGAL			
	2011	2010	Δ10/11
Acessos fixos de retalho ('000)	4.795	4.527	5,9%
PSTN/RDIS	2.648	2.695	(1,8%)
Clientes de banda larga	1.105	1.001	10,4%
Clientes de TV	1.042	830	25,6%
Clientes móveis ('000)	7.444	7.419	0,3%
Pós-pagos	2.378	2.291	3,8%
Pré-pagos	5.066	5.129	(1,2%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	268	337	(20,3%)
PSTN/RDIS	(48)	(51)	6,4%
Clientes de banda larga	104	139	(25,2%)
Clientes de TV	212	249	(14,8%)
Clientes móveis ('000)	24	167	(85,4%)
Pós-pagos	87	56	55,8%
Pré-pagos	(63)	111	(156,6%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	27,7	24,6	3,1pp

O aumento dos clientes de acessos fixos de retalho foi impulsionado pelo sólido desempenho do Meo, o serviço de televisão por subscrição da PT, com a base de clientes de TV a apresentar uma aceleração no crescimento de 25,6% em 2011 face a 2010 para 1.042 mil (212 mil adições líquidas em 2011) e com os clientes de banda larga a aumentarem 10,4% em 2011 face a 2010 para 1.105 mil (104 mil adições líquidas em 2011). O sucesso do Meo é alcançado através de uma proposta de valor muito diferenciada, que se sustenta num serviço de TV por subscrição não linear que oferece uma experiência *multiscreen* única com canais em direto, vídeo *on demand*, aluguer de jogos e músicas disponíveis em vários equipamentos. Com 1.042 mil clientes, o Meo superou a barreira de um milhão de clientes em novembro de 2011, em apenas três anos e meio após o seu lançamento a nível nacional em abril de 2008, detendo já uma quota de mercado de 35,5%.

Os clientes móveis beneficiaram de um desempenho sólido dos clientes pós-pagos, que aumentaram 3,8% em 2011 face a 2010 (adições líquidas de 87 mil em 2011). Os planos tarifários “e nunca mais acaba”, que atingiram 755 mil clientes no final de 2011, assim como os clientes de banda larga móvel, continuaram a apresentar tendências de crescimento sólidas.

RESIDENCIAL

Em 2011, as adições líquidas de retalho atingiram 300 mil clientes, em resultado do crescimento do serviço de TV por subscrição, que contribuiu com 198 mil adições líquidas, e elevando os clientes residenciais de TV por subscrição para 972 mil (um aumento de 25,5% em 2011 face a 2010). Em 2011, as adições líquidas de banda larga fixa ascenderam a 102 mil, com a base de clientes residenciais de banda larga a aumentar 12,6% em 2011 face a 2010 para 911 mil. As linhas geradoras de tráfego residenciais ascenderam a 1.674 linhas, com mil adições líquidas em 2011, refletindo também o impacto positivo das ofertas *triple-play* e apesar das ofertas comerciais agressivas do principal concorrente. As unidades geradoras de receita residenciais por cliente único foram de 1,9, mais 8,1% que no 4T10, refletindo o contínuo sucesso do Meo. Em resultado deste sucesso, o ARPU residencial aumentou 5,4% em 2011 face a 2010 para 30,8 Euros. Este desempenho é ainda mais notável tendo em consideração que foi atingido num contexto de: (1) ambiente económico desafiante, que leva a alguma pressão sobre os serviços mais expostos ao ambiente económico, tais como canais Premium e temáticos, *video on demand* e outros serviços de valor acrescentado, e (2) postura comercial agressiva por parte de determinados operadores que oferecem, na mensalidade, tráfego internacional de voz ilimitado, com um impacto negativo direto nas receitas de tráfego.

DADOS OPERACIONAIS | SEGMENTO RESIDENCIAL

	2011	2010	Δ10/11
Acessos fixos de retalho ('000)	3.557	3.257	9,2%
PSTN/RDIS	1.674	1.673	0,1%
Clientes de banda larga	911	809	12,6%
Clientes de TV	972	775	25,5%
Clientes únicos	1.881	1.862	1,0%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	300	376	(20,2%)
PSTN/RDIS	1	11	(89,3%)
Clientes de banda larga	102	130	(22,1%)
Clientes de TV	198	235	(15,9%)
ARPU (Euros)	30,8	29,2	5,4%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	58,5	51,3	7,2pp

O crescimento sólido dos clientes residenciais é, claramente, suportado pelo sucesso do Meo, o serviço inovador de TV por subscrição da PT, que já se transformou para uma experiência *multiscreen* única, com canais em direto, *video on demand*, aluguer de jogos e músicas, disponível em todos os ecrãs. O Meo apresenta uma proposta de conteúdos diferenciadora, com mais de 150 canais, incluindo canais de conteúdos exclusivos, de alta definição e 3D, milhares de filmes VoD e interatividade sobre programas âncora (exemplo do Ídolos, Casa dos Segredos, Peso Pesado). O Meo também oferece aplicações interativas avançadas e customizadas, através de múltiplos *widgets* disponíveis através do “botão azul” do controle remoto do Meo e que abrangem áreas tais como: (1) Notícias, incluindo uma aplicação de notícias personalizada, desenvolvida em parceria com a RTP, e a aplicação Sapó Kiosk; (2) Desportos, incluindo uma aplicação de futebol, uma de surf e aplicações de canais específicos, tais como a aplicação do canal BenficaTV e a aplicação do canal SportTV; (3) Música, incluindo o MusicBox, um serviço de música *multiscreen*, uma aplicação de rádio e uma aplicação de *karaoke*; (4) Crianças, incluindo um portal infantil que abrange todas as idades e onde as crianças podem aceder a canais, conteúdos *video on demand*, clips de música, *karaoke*, jogos e conteúdos educacionais customizados; (5) Serviços de Conveniência, incluindo aplicações para meteorologia, trânsito, farmácias e outros, e (6) Conteúdo Pessoal, incluindo uma aplicação de arquivo *online* de fotos.

Durante o ano de 2011, a PT continuou a surpreender o mercado de TV por subscrição com novas experiências na área de conteúdos. Aproveitando a segunda edição da Casa dos Segredos, o famoso *reality show* da TVI (um canal aberto local), o Meo lançou um canal exclusivo Casa dos Segredos no final de setembro de 2011, que transmitia 24 horas e em direto a Casa dos Segredos, com uma aplicação interativa que permitia ao cliente selecionar a câmara através da qual pretendia seguir os participantes na casa e que permitia o acesso exclusivo a vídeos de “melhores momentos”. Este canal foi um claro sucesso comercial, alcançando mais de 10% de audiência e com melhor desempenho do que todos os outros canais de TV por subscrição, na maioria dos dias de semana, desde o seu lançamento. Com a RTP, outro canal aberto líder de audiências, o Meo lançou uma nova aplicação interativa que permite aos clientes criarem as suas próprias listas de notícias, selecionando e categorizando *clips* de notícias de um catálogo, automaticamente atualizado e categorizado pelo Meo-RTP ao longo do dia. O Meo também reforçou a sua oferta de música através do lançamento de uma aplicação de rádio que agrega 25 estações de rádio no ecrã de televisão. As estações de rádio incluem: (1) as estações de rádio do Grupo Renascença, o líder destacado deste mercado; (2) SW TMN, a nova estação de rádio da PT, direcionada ao segmento jovem, e (3) várias rádios internacionais.

No final de 2011, o Meo lançou o Meo Go, um serviço que endereça totalmente a multiplicação de ecrãs dentro e fora da habitação e a mobilidade de conteúdos fora de casa. Com o Meo Go, a PT disponibiliza 60 canais de TV em direto, assim como o seu serviço *video on demand*, em *smartphones*, *tablets* e computadores, de todos os principais operadores de sistemas (iOS, Android e Windows Phone 7), através de qualquer conectividade.

Em fevereiro de 2012, o Meo deu mais um passo significativo em termos de inovação e lançou o “Meo Kanal”, o primeiro e verdadeiro efeito de redes sociais num serviço de TV por subscrição. O “Meo Kanal” é um serviço que permite aos clientes a produção, edição e partilha de conteúdos multimédia na televisão, no seu próprio canal de televisão. Os canais de televisão são acedidos através do “botão verde” do controle remoto do Meo. O Meo Kanal permite aos clientes criar canais privados gratuitos, com acesso através de PIN partilhado apenas entre familiares, amigos ou qualquer outro grupo que se pretenda, ou canais públicos acessíveis a toda a comunidade Meo. O Meo Kanal traz, finalmente, toda a experiência associada às redes sociais para a TV. Esta inovadora aplicação já ultrapassou a marca dos 8.000 canais.

Durante o ano de 2011, o Meo continuou a sua política de comunicação inovadora e a série publicitária “Fora da Box” estreou o seu 4.º episódio em dezembro de 2011. Este episódio de Natal foi transmitido como um musical e transmitiu a história dos quatro “Meo Comandantes” fora de casa, com um convidado especial, assim como a habitual presença das celebridades Rui Unas e Paulo Futre. O mercado continua a perceber a marca Meo como uma marca jovem, inovadora e divertida. A marca Meo atingiu a liderança em termos de notoriedade e atualmente tem a maior recordação espontânea em telecomunicações. Em 2011, o Meo atingiu 51% de recordação espontânea quando comparado com outros operadores com serviços *triple-play*, tendo atingido 62% em Setembro, aumentando a distância para o segundo operador para mais de 40pp.

As receitas operacionais do segmento de cliente Residencial atingiram 682 milhões de Euros em 2011, um aumento de 5,4% face a 2010, um desempenho notável que está claramente alavancado no sucesso comercial do Meo, que está a impulsionar o crescimento dos serviços *double* e *triple-play*. Como resultado deste sucesso, o peso dos serviços não voz no segmento Residencial atingiu 58,5% das receitas em 2011, um aumento de 7,2pp face a 2010.

PESSOAL

O número de clientes móveis do segmento Pessoal, incluindo clientes de voz e banda larga, manteve-se razoavelmente estável em 2011 face a 2010 (31 mil desligamentos líquidos no período), com o aumento de clientes pós-pagos (+4,1% face a 2010, 42 mil adições líquidas), a quase compensar o declínio dos clientes pré-pagos (-1,5% face a 2010, 73 mil desligamentos líquidos). No 4T11, as adições líquidas de clientes foram de 60 mil, com a TMN a apresentar um melhor desempenho tanto: (1) em clientes pós-pagos (10 mil adições líquidas), aproveitando o sucesso comercial dos planos tarifários “*Unlimited*” e o contínuo aumento da base de clientes de banda larga móvel, e (2) em clientes pré-pagos, impulsionado pelo sólido desempenho dos planos tarifários “e nunca mais acaba”.

DADOS OPERACIONAIS | SEGMENTO PESSOAL

	2011	2010	Δ10/11
Cientes móveis ('000)	5.932	5.963	(0,5%)
Pós-pagos	1.064	1.021	4,1%
Pré-pagos	4.868	4.942	(1,5%)
Adições líquidas ('000)	(31)	157	(119,6%)
Pós-pagos	42	62	(31,7%)
Pré-pagos	(73)	96	(176,6%)
MOU (minutos)	89	84	5,3%
ARPU (Euros)	9,7	11,0	(11,6%)
Cliente	8,7	9,6	(8,9%)
Interligação	1,0	1,4	(30,4%)
SARC (Euros)	27,8	29,0	(3,9%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	30,9	29,1	1,7pp

A estratégia da PT para o segmento de cliente Pessoal está ancorada nas ofertas de dados móveis, suportadas por uma rede de elevada qualidade, de melhor cobertura e de elevada capacidade, de forma a ir ao encontro da necessidade cada vez maior de largura de banda por parte dos clientes e de fornecer a melhor qualidade de serviço do mercado. As ofertas comerciais da TMN incluem: (1) planos tarifários de voz e dados desenhados para integrar um serviço de voz ilimitado e planos de dados direcionados aos segmentos pós-pagos de maior valor e, no segmento pré-pago, para prevenir a migração para planos tarifários de menor valor através da oferta de serviços adicionais de voz e dados; (2) oferta de *smartphones* distinta, alavancada num portfólio abrangente de cerca de 30 *smartphones*, incluindo equipamentos exclusivos, e em serviços inovadores de valor acrescentado e convergentes para usar em mobilidade (TV móvel, aluguer de músicas, agregador de redes sociais, etc.), e (3) ofertas de banda larga competitivas de até 100Mbps de velocidade, em 4G, e que permitem o acesso gratuito à rede nacional WiFi da PT, a rede líder do mercado.

Em 2011, a TMN alcançou progressos significativos na sua nova oferta comercial. Estes progressos incluem o lançamento dos planos tarifários "e nunca mais acaba" e "unlimited", direcionados para o aumento do *upselling* da Internet móvel, sustentado pelo aumento da popularidade dos *smartphones*, e para a promoção do uso de serviços de voz e de valor acrescentado. O plano tarifário "e nunca mais acaba", em particular, continuou a apresentar um crescimento sólido, tendo alcançado 755 mil clientes no final do 2011, incluindo todos os segmentos. Este facto reflete um claro sucesso comercial apenas 11 meses após o seu lançamento comercial. A TMN também introduziu alterações na sua estrutura tarifária de *roaming*. Em agosto, a TMN lançou dois novos planos tarifários diários para o serviço "internetnotelemóvel", a oferta de Internet da TMN para *smartphones*, com o objetivo de aumentar o número de clientes que usam internet enquanto estão em *roaming*. Adicionalmente, a TMN lançou ofertas convergentes com o objetivo de reduzir o *churn*. Estas ofertas incluem "Pontos TMN a dobrar", que duplica os benefícios (milhas aéreas) atribuídos aos clientes que são, simultaneamente, clientes TMN e Meo. Finalmente, em março, a TMN lançou uma nova oferta direcionada ao segmento das crianças, que se posiciona em torno do conceito de segurança e controlo de custos, endereçando assim as principais preocupações dos pais quando escolhem o primeiro telefone móvel para as suas crianças. Esta oferta ficou disponível com o lançamento de um novo plano tarifário, com chamadas e mensagens gratuitas para os pais e para uma lista de contactos autorizada, pelo valor mensal de 5 Euros. Em resultado, a TMN tem vindo claramente a melhorar a sua quota de mercado neste segmento.

Em março de 2012, a PT revelou a sua estratégia para o 4G, ao lançar uma oferta de banda larga móvel que altera estruturalmente o mercado, na medida em que: (1) permite velocidades de até 100Mbps; (2) inclui o acesso a canais de TV em direto, através do Meo Mobile, e ao serviço de música, através da MusicBox, e (3) permite a partilha do tráfego entre vários dispositivos, incluindo o PC, através de uma placa móvel, o *tablet* e o *smartphone*. Desde o seu lançamento, o serviço 4G da PT está disponível para 20% da população portuguesa. Esta cobertura irá ser alargada para 80% da população, em abril, quando o espectro de 800MHz for disponibilizado, e será alargada novamente para 90% da população até ao final de 2012.

A PT irá comercializar os seus serviços 4G de banda larga móvel através das marcas TMN 4G e Meo 4G, com o objetivo de alavancar nos diversos atributos e pontos fortes de cada marca. As ofertas comerciais terão velocidades de 50Mbps a 100Mbps e mensalidades desde 49,99 Euros incluindo, gratuitamente, o serviço MusicBox. Os clientes TMN 4G ou Meo 4G, que também sejam clientes Meo, terão acesso gratuito a 50 canais de TV em direto através do serviço Meo Go. De outra forma, o serviço Meo Go terá um preço de 7,99 Euros por mês. Ainda em março de 2012, como parte do enfoque estratégico em inovação, a TMN anunciou um novo serviço de pagamento móvel, sob a marca "TMN *Wallet*", que permite aos clientes pagar pequenas compras através de um dos seguintes meios: (1) SMS; (2) USSD; (3) NFC - *Near Field Communication*, e (4) código QR. Este serviço está disponível para todos os tipos de telefones móveis, incluindo *smartphones*, e encontra-se atualmente em período experimental.

Depois de observadas melhorias sequenciais ao longo do ano até setembro de 2011, a tendência das receitas do segmento Pessoal estabilizou no 4T11, impactada pelas condições económicas, o que inclui um menor rendimento disponível num contexto de redução dos salários dos funcionários públicos e dos pensionistas, o que também se traduz num menor nível de confiança dos consumidores. As receitas de cliente diminuíram 8,2% em 2011 face a 2010, para 618 milhões de Euros (-7,7% no 4T11, -6,8% no 3T11, -8,9% no 2T11 e -9,4% no 1T11), penalizadas pelas receitas de serviços de banda larga móvel dado o contexto de elevada popularidade da banda larga fixa. É relevante destacar o crescimento das receitas do serviço "internetnotemóvel", em particular nos serviços pré-pagos, e as melhorias sequenciais nas receitas de voz. As receitas de serviço no segmento de cliente Pessoal diminuíram 10,9% em 2011 face a 2010, em resultado da diminuição das receitas de interligação (-29,9% em 2011 face a 2010, para 68 milhões de Euros), o que reflete a diminuição regulada das MTRs. O ARPU do segmento Pessoal foi de 9,7 Euros (-11,6% em 2011 face a 2010). Em 2011, o peso das receitas não voz nas receitas de serviço foi de 30,9%.

EMPRESAS

O segmento de clientes Empresas inclui serviços de voz e dados, fixos e móveis, e ofertas convergentes e integradas de TI fornecidas a empresas de grande, média e pequena dimensão. Neste segmento de cliente, a PT pretende aumentar a sua base de receitas, para mais do que a conectividade, aproveitando oportunidades no sector das TIC, sustentadas em soluções avançadas para empresas e investimentos em centros de dados de desempenho superior, de forma a responder à procura de serviços que exigem maior largura de banda e virtualização.

A proposta de valor para os clientes de grandes empresas está sustentada nos seguintes pilares: (1) maximizar o valor dos serviços de telecomunicações tradicionais através do *upselling* de serviços adicionais, incluindo serviços convergentes fixo-móvel de fibra, de forma a agregar serviços VPN, gestão de LANs e serviços de vídeo; (2) transformação das TI acelerada pelo *cloud computing*, onde a PT pretende alavancar nas parcerias com fornecedores líderes nas suas áreas de forma a permitir o processo de transformação do negócio e reduções significativas de custos para os clientes empresariais; (3) alavancar na especialização de forma a obter economias de escala, incluindo o enfoque no *outsourcing* e no BPO para melhorar a produtividade, e (4) introduzir uma abordagem de consultoria de negócio de forma a alargar os serviços prestados a empresas para serviços de vídeo, *multiscreen* e serviços convergentes muito diferenciadores. Em resultado deste enfoque, o peso dos serviços não conectividade, incluindo TI/ SI e *outsourcing*, aumentou 5,8pp no triénio, já representando 19,6% em 2011, e o peso dos serviços não voz aumentou 12,8pp para 67,9% durante o mesmo período.

No segmento das pequenas e médias empresas, a PT pretende integrar as suas ofertas de serviços, incluindo ofertas de voz e dados, fixos e móveis, com acesso a equipamentos subsidiados (PCs, PBX, *smartphones* e *tablets*), enquanto ao mesmo tempo pretende disponibilizar soluções verticais para sectores específicos (ex.: restaurantes e pastelarias, retalho, saúde). Neste segmento, a principal prioridade estratégica em 2011 foi aumentar a proatividade comercial, com enfoque no crescimento dos produtos *core*. Em resultado, a atividade comercial média semanal, incluindo contactos proativos e propostas efetivas,

aumentou 82% entre o 1T11 e o 4T11. Adicionalmente, a PT também continuou a prestar significativa atenção à qualidade de serviço. Neste contexto, deve destacar-se o facto do índice geral de satisfação dos clientes ter refletido importantes melhorias em 2011, tendo aumentado 13% entre o 3T10 e o 3T11 para um valor de 78%.

Durante o ano de 2011, a PT também continuou a investir significativamente na sua oferta de *cloud computing*, quer para grandes empresas como para pequenas e médias, tendo agora disponíveis ofertas estruturadas, *SmartcloudPT*, que incluem infraestrutura como serviço (IaaS), plataforma como serviço (PaaS) e *software* como serviço (SaaS).

DADOS OPERACIONAIS | SEGMENTO EMPRESAS

	2011	2010	Δ10/11
Acessos fixos de retalho ('000)	1.087	1.117	(2,6%)
PSTN/RDIS	826	873	(5,3%)
Clientes de banda larga	193	190	1,2%
Clientes de TV	68	54	26,7%
RGU de retalho por acesso	1,32	1,28	2,8%
Clientes móveis ('000)	1.445	1.390	4,0%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	(30)	(23)	(28,3%)
PSTN/RDIS	(46)	(45)	(2,9%)
Clientes de banda larga	2	8	(71,2%)
Clientes de TV	14	14	4,5%
Clientes móveis ('000)	56	16	250,1%
ARPU (Euros)	25,8	28,7	(10,0%)
Receitas não-voz em % das receitas (%)	46,4	43,5	3,0pp

Em 2011, as receitas do segmento de clientes Empresas diminuíram 9,0% face a 2010 para 982 milhões de Euros, apresentando uma acentuada melhoria sequencial ao longo do ano. Com efeito, as receitas operacionais diminuíram 6,6% no 4T11 face ao 4T10, o que compara com -9,0% no 3T11 face ao 3T10, -10,4% no 2T11 face ao 2T10 e -10,1% no 1T11 face ao 1T10. Em 2012, os serviços não voz representaram 46,4% das receitas de retalho, um aumento de 3,0pp face a 2010.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO EM PORTUGAL

Em 2011, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuíram 7,4%, face a 2010, para 2.892 milhões de Euros. Este desempenho refletiu a diminuição das receitas nos segmentos Pessoal e Empresas (97 milhões de Euros em cada um dos segmentos), num contexto económico desafiante, e menores receitas do negócio de listas telefónicas (20 milhões de Euros), que mais do que compensou o aumento de 5,4% no segmento Residencial.

Em 2011, as receitas em Portugal também foram penalizadas por alterações regulatórias adversas, incluindo menores MTRs (34 milhões de Euros), menores preços de *roaming* (2 milhões de Euros) e outros (3 milhões de Euros). Excluindo os efeitos regulatórios, as receitas teriam diminuído 6,2% em 2011 face a 2010 e 5,6% no 4T11 face ao 4T10.

Apesar da pressão existente sobre as receitas nos negócios de telecomunicações em Portugal, as medidas implementadas para controlar os custos e as iniciativas de transformação que estão a ocorrer estão a permitir à PT reduzir custos e estabilizar as margens.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS | OP. DE TELECOMUNICAÇÕES PORTUGUESAS⁽¹⁾ MILHÕES DE EUROS

	2011	2010	Δ10/11
Receitas operacionais	2.892,0	3.124,5	(7,4%)
Residencial	682,3	647,0	5,4%
Receitas de serviço	670,2	635,9	5,4%
Vendas e outras receitas	12,0	11,1	8,5%
Pessoal	768,4	865,0	(11,2%)
Receitas de serviço	685,4	769,2	(10,9%)
Receitas de cliente	617,7	672,6	(8,2%)
Receitas de interligação	67,7	96,6	(29,9%)
Vendas e outras receitas	83,0	95,9	(13,4%)
Empresas	982,1	1.079,6	(9,0%)
Serviços a prestadores, outros e eliminações	459,2	532,8	(13,8%)
Custos operacionais	1.586,5	1.746,9	(9,2%)
Custos com pessoal	252,5	275,0	(8,2%)
Custos directos dos serviços prestados	480,3	535,1	(10,2%)
Custos comerciais	318,3	345,0	(7,7%)
Outros custos operacionais	535,4	591,8	(9,5%)
EBITDA⁽²⁾	1.305,5	1.377,6	(5,2%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	53,9	38,1	41,3%
Amortizações	703,2	681,6	3,2%
Resultado operacional⁽³⁾	548,4	657,8	(16,6%)
Margem EBITDA	45,1%	44,1%	1,1pp
Capex ⁽⁴⁾	647,0	657,2	(1,6%)
Capex em % das receitas operacionais	22,4%	21,0%	1,3pp
EBITDA menos Capex	658,5	720,4	(8,6%)

1) Os negócios em Portugal incluem os antigos segmentos rede fixa e TMN. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos. (4) O capex não inclui 136 milhões de Euros em 2011 e 133 milhões de Euros no 4T11, relacionados com o reconhecimento da aquisição das licenças LTE e TDT, enquanto no 4T10 exclui a aquisição de ativos imobiliários aos fundos de pensões (236 milhões de Euros).

Em 2011, os custos operacionais excluindo amortizações e depreciações diminuíram 9,2% face a 2010 (160 milhões de Euros), para 1.586 milhões de Euros, num cenário de intensa actividade comercial. Os custos com pessoal diminuíram 8,2% face a 2010 (23 milhões de Euros), para 252 milhões de Euros, em resultado do enfoque na redução de custos, incluindo: (1) menores remunerações variáveis e horas extraordinárias; (2) maiores níveis de eficiência em determinados processos internos, e (3) menores custos com pessoal, em resultado do plano de reestruturação implementado no 4T10. Os custos directos diminuíram 10,2% em 2010 (55 milhões de Euros), para 480 milhões de Euros, refletindo: (1) menores custos de tráfego na TMN, no seguimento dos cortes regulados nas MTRs e menores custos de interligação em *roaming*; (2) menores custos associados ao negócio de listas telefónicas, e (3) menores custos associados com a prestação de serviços de rede às escolas. Em 2011, os custos de programação aumentaram 3,7% face ao ano anterior, para 120 milhões de Euros, enquanto os custos de programação por cliente diminuíram 21,0% face a 2010. Os custos comerciais diminuíram 7,7% em 2011 face a 2010 (27 milhões de Euros), para 318 milhões de Euros, refletindo a racionalização do portfólio de equipamentos da TMN e menores vendas de equipamentos, o que tem vindo a permitir a redução do custo das mercadorias vendidas no negócio móvel, o que mais do que compensou maiores custos com comissões em resultado da maior atividade comercial no 2S11. Em 2011, as outras despesas operacionais diminuíram 9,5% face a 2010, para 535 milhões de Euros, apesar de maiores custos com serviços de suporte e provisões, que foram compensados por menores custos com manutenção e reparação, no seguimento da implementação da rede de FTTH da PT. Os benefícios estruturais nos custos com a rede FTTH e a transformação extensiva no programa de *field force* são agora visíveis através da melhoria da qualidade de serviço e de menores custos de estrutura. Adicionalmente, as iniciativas de redução de custos, tais como a renegociação das taxas de cobrança e da *pool* de carros para a força de vendas e para a *field force*, que já apresentam resultados visíveis. Em 2011, o EBITDA em Portugal ascendeu a 1.306 milhões de Euros (-5,2% face a 2010). Em 2011, a margem EBITDA foi de 45,1% (+1,1pp face a 2010), refletindo o enfoque muito sólido na redução de custos e na rentabilidade.

Em 2011, o capex diminuiu 1,6%, face a 2010, para 647 milhões de Euros. Em 2011, o capex relativo a clientes atingiu 185 milhões de Euros (-16,6% face a 2010), representando 29% do total do capex em Portugal, em resultado da redução dos custos unitários dos equipamentos e de inovação, nomeadamente a implementação de uma sobreposição do sinal analógico na rede fibra, o que tem vindo a permitir a diminuição do número de *set-top-boxes* por cliente, e o aumento do nível de reaproveitamento dos equipamentos que estão a ser reinstalados em novos clientes. O capex de infraestrutura aumentou 9% face ao mesmo período do ano anterior, para 359 milhões de Euros, em resultado: (1) do investimento em novas tecnologias, incluindo a implementação da rede FTTH na sequência do aumento da penetração de clientes de fibra; (2) do aumento de cobertura das estações base da TMN com fibra, e (3) da troca da rede 2G TMN para equipamento 4G. O EBITDA menos capex ascendeu a 659 milhões de Euros em 2011. No futuro, e particularmente em 2012, o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal da PT tenderá a decrescer a um ritmo de dois dígitos, à medida que a implementação da rede de fibra da PT esteja concluída e não obstante a implementação da rede LTE da PT em 2012.

NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

OI

Nesta secção, as informações financeiras e operacionais da Oi são apresentadas para os 12 meses e para os 3 meses terminados em 31 de dezembro de 2011. A PT adquiriu a sua participação de 25,6% na Oi em 28 de março de 2011, pelo que as demonstrações financeiras da PT respeitantes ao ano de 2011 apenas consolidam proporcionalmente os resultados da Oi a partir de 1 de abril de 2011. No seguimento da conclusão da reestruturação societária da Oi, em 27 de fevereiro de 2012, e para efeitos comparativos, as receitas da Oi são apresentadas em base proforma, tal como preparadas pela Oi, como se a nova Oi S.A. tivesse consolidado a Telemar Norte Leste S.A. e a Tele Norte Leste S.A. a partir de 1 de janeiro de 2011.

DADOS OPERACIONAIS - OI

	2011	2010	Δ10/11
Residencial			
RGU ('000)	17.796	18.277	(2,6%)
ARPU (R\$) (4T11)	64,8	67,5	(4,0%)
Mobilidade Pessoal			
RGUs ('000)	43.264	37.757	14,6%
Clientes pós-pago	3.127	3.248	(3,7%)
Clientes pré-pago	37.978	32.605	16,5%
Oi controle	2.158	1.905	13,3%
Churn mensal (%) (4T11)	3,0%	2,8%	0,2pp
ARPU (R\$) (4T11)	22,3	23,5	(5,1%)
Empresas			
RGUs ('000)	7.848	7.094	10,6%
Outros			
TUP ('000)	771	827	(6,8%)
RGUs ('000)	69.680	63.956	8,9%

Em 2011, as unidades geradoras de receita (RGUs) da Oi ascenderam a 69,680 mil, um aumento de 8,9% face ao 4T10, incluindo: 17.796 mil RGUs residenciais (-2,6% face a 2010), 43.264 mil clientes de telefone móvel pessoal, que aumentaram 14,6% face a 2010 e 7.848 mil RGUs empresariais, um aumento de 10,6% face a 2010.

A Oi apresentou uma desaceleração na tendência de perda de linhas, obtendo no 4T11 o melhor desempenho desde o 2T10. Este desempenho foi conseguido através da reestruturação dos planos tarifários fixos. Estes planos estimulam a utilização da rede fixa através do alargamento dos benefícios oferecidos, incluindo: (1) minutos gratuitos para chamadas locais fixas; (2) minutos gratuitos para chamadas nacionais fixas de longa distância com indicativos da Oi; (3) minutos gratuitos para chamadas locais para números Oi Móvel, e (4) serviços telefónicos digitais. A Oi continuou a oferecer condições comerciais especiais para os clientes “Oi Velox”, novos ou já existentes, aquando da subscrição destas ofertas, com o objetivo de reforçar a fidelização dos clientes e de aumentar a penetração dos seus serviços na sua base de clientes. Durante o último trimestre, a Oi continuou a investir na qualidade do seu serviço de banda larga fixa, que disponibiliza velocidades de até 20Mbps a partir de 39,90 Reais por mês. A Oi também aumentou as velocidades de acesso que fornece aos seus clientes como um meio de diferenciar e reforçar os seus serviços. Como resultado, a média da velocidade de acesso da banda larga fixa situou-se nos 2,5Mbps no 4T11, o que compara com 2,33Mbps no final do 3T11, 2,13Mbps em junho de 2011 e 1,91Mbps em março de 2011. Adicionalmente, no final de 2011, 24% da base de clientes “Oi Velox” tinha serviços com velocidades acima de 5Mbps, dos quais 47% tinha velocidades superiores a 10Mbps. A Oi lançou, no período do Natal, uma nova oferta convergente “Oi Conta Total”, com preços competitivos e que incluem banda larga móvel e “Velox 3G”, o que contribuiu para um aumento de 14% nas vendas em dezembro. Em novembro de 2011, a Oi lançou “Oi Internet Total”, um serviço de banda larga que permite aceder à Internet com mais mobilidade, em casa com o “Oi Velox” ou fora de casa com 3G ou Wi-Fi. Em setembro de 2011, a Oi iniciou uma parceria com o Governo para a implementação do “Plano Nacional de Banda Larga”, com o objetivo de aumentar a penetração da banda larga no Brasil. Durante 2011, a Oi ampliou a cobertura tendo alcançado 450 cidades no final do ano. A Oi pretende alargar a sua cobertura para 4.800 cidades até 2015. Durante 2011, a Oi concentrou-se no reforço da oferta Oi TV através do lançamento de novas ofertas e da implementação de melhorias operacionais. Em outubro de 2011, a Oi lançou 21 novas ofertas, com o objetivo de aumentar a penetração dos planos de TV com canais de filmes Premium, nomeadamente o Telecine e o HBO. Durante o trimestre, a Oi lançou o seu novo serviço no Rio de Janeiro, incluindo a GloboSat e a TV Globo. O canal TV Globo que também foi incluído em 189 municípios de cinco estados diferentes. No 4T11, a Oi TV alargou a sua oferta a mais 19 cidades, cobrindo 24 estados no final de 2011. No segmento residencial, em 2011, os clientes residenciais únicos ascenderam a 13.064 mil.

Os clientes móveis da Oi situaram-se nos 45.506 (+15,8% face a 2010), com adições líquidas de 6.204 mil em 2011. As adições brutas ascenderam 24,7 milhões em 2011 e 6,5 milhões no 4T11, um sólido marco que representa o melhor desempenho desde 2008. O aumento do nível de *churn* no período é explicado, principalmente, pela decisão de adotar medidas mais restritivas em relação aos clientes inativos, em particular no segmento pré-pago, com o objetivo de minimizar as taxas de espetro e de melhorar a rentabilidade da Oi. No segmento Mobilidade Pessoal, os clientes móveis da Oi ascenderam a 43.264 (14,6% face a 2010) com adições líquidas de 5.506 mil em 2011. Durante o 4T11, no segmento pós-pago, a Oi lançou várias iniciativas destinadas a aumentar a base de clientes, nomeadamente: (1) simplificação das ofertas; (2) reestruturação dos canais de distribuição, e (3) reposicionamento dos preços. Em resultado destas ações 42% das adições líquidas em 2011 foram alcançadas no 4T11. Durante o trimestre, como complemento às ofertas lançadas durante o 3T11, “Oi Dados” e “Oi Velox 3G”, a Oi lançou uma nova oferta que permite o acesso gratuito à rede Wi-Fi da Oi e à Vex, a maior rede Wi-Fi brasileira adquirida pela Oi, e também dois meses de acesso gratuito à Oi Rádio. Durante o 4T11, no segmento pré-pago, a Oi continuou a comercializar as novas ofertas lançadas no final de 2010, que permitem bónus diários, que dependem do montante dos carregamentos, que podem ser utilizados no envio de SMS *off* e *on-net*, em chamadas locais para linhas fixas e para Oi móvel e em chamadas de longa distância utilizando os códigos de longa distância da Oi para clientes móveis ou fixos. No 4T11, como complemento a estas ofertas, a Oi lançou pacotes de SMS que permitem aos clientes enviar mensagens *on-net* e *off-net* com desconto de até 88%. Para aumentar o acesso à Internet móvel nos equipamentos no segmento pré-pago, a Oi lançou três novos pacotes de dados: (1) uma oferta diária, com 5MB a 0,50 Reais; (2) uma oferta semanal, com 20MB a 2,99 Reais, e (3) uma oferta mensal, com 50MB a 9,99 Reais. Em 2011, a Oi tem vindo a aumentar os seus requisitos mínimos de carregamento em algumas regiões,



de forma a aumentar a rentabilidade, oferecendo ao mesmo tempo melhores bónus para manter a atratividade das suas ofertas comerciais. Em resultado destas iniciativas e da forte competitividade comercial, a base de clientes do segmento móvel Pessoal da Oi cresceu 14,6% face a 2010. Os clientes pré-pagos ascenderam a 37.978 mil, representando 87,8% da base de clientes móvel da Oi, enquanto os clientes pós-pagos se situaram em 3.127 mil em 2011 e os clientes "Oi Controle" aumentaram 13,3% para 2.158 mil clientes.

Antecipando a oportunidade de crescimento do segmento empresarial, num contexto económico favorável, a Oi criou uma nova área de negócio focada neste segmento. Em fevereiro de 2012, a Oi lançou o "Smart Cloud Oi", tornando-se no primeiro operador no Brasil a lançar uma oferta de *cloud computing* para o segmento empresarial. Este novo serviço oferece infraestrutura e capacidade de armazenamento customisáveis e acesso aos mais inovadores *data centres*. Este serviço também disponibiliza soluções *end-to-end*, incluindo redes de dados, garantindo um elevado desempenho e segurança da informação. Os clientes do segmento Empresas da Oi ascenderam a 7.848 mil em 2011, um aumento de 10,6% face ao 2010.

Durante o ano de 2011, a Oi lançou várias iniciativas para melhorar o seu desempenho operacional e aumentar a fidelização da sua base de clientes: (1) em dezembro de 2011, a Oi abriu 60 novas lojas próprias, visando fortalecer a sua rede de distribuição; (2) a Oi também criou novas estruturas comerciais regionais para melhorar a sua flexibilidade comercial e eficácia, e (3) iniciou a subsidiação de *smartphones* para clientes móveis pós-pagos.

Em 2011, as receitas líquidas consolidadas proforma da Oi, como preparadas pela Oi, diminuíram 5,3% face a 2010 para 27.907 milhões de Reais.

RECEITAS CONSOLIDADAS OI		MILHÕES DE REAIS, 100%		
	2011	2010	Δ10/11	
Residencial	10.501	11.949	(12,1%)	
Mobilidade Pessoal	8.190	8.021	2,1%	
Serviços	8.154	7.917	3,0%	
Voz	5.137	4.958	3,6%	
Uso de Rede	2.398	2.305	4,0%	
Dados / Valor Adicionado	620	654	(5,3%)	
Material de Revenda	36	104	(65,0%)	
Empresas	8.470	8.620	(1,7%)	
Outros serviços	746	890	(16,2%)	
Receita líquida proforma	27.907	29.479	(5,3%)	

As receitas do segmento Residencial da Oi diminuíram 12,1% em 2011 face a 2010, para 10.501 milhões de Reais. O desempenho das receitas do segmento Residencial é explicado principalmente por menores receitas de voz fixa, devido a menores receitas de assinatura e de tráfego local, em resultado da diminuição das linhas fixas em serviço. A diminuição das receitas de voz fixa mais do que compensou o aumento das receitas de banda larga e de TV por subscrição, devido ao aumento da base de clientes "Oi Velox" e Oi TV.

As receitas do segmento Mobilidade Pessoal da Oi situaram-se nos 8.190 milhões de Reais, tendo aumentado 2,1% em 2011 face a 2010, em resultado de maiores receitas relativas às chamadas efetuadas, à utilização da rede e assinaturas. Este desempenho da receita resulta principalmente: (1) do aumento das receitas de tráfego (+9,1% face a 2010), suportado pelo aumento da base de clientes, nomeadamente de clientes pré-pagos; (2) da utilização da rede, que aumentou 4,0% face a 2010, devido ao aumento do tráfego móvel principalmente após a inclusão de SMS gratuitos nas ofertas agregadas. Em 2011, as receitas com os serviços de dados e valor acrescentado representaram 7,6% das receitas de serviço do segmento Mobilidade Pessoal.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS | OI

MILHÕES DE REAIS, 100%

	2011	2010	Δ10/11
Receita líquida pro-forma	27.907	29.479	(5,3%)
Custos operacionais	19.141	19.184	(0,2%)
Interligação	4.651	5.070	(8,3%)
Custos com pessoal	1.884	1.620	16,3%
Materiais	191	215	(11,1%)
Custo das mercadorias vendidas	232	149	55,6%
Serviços de terceiros	7.607	6.976	9,1%
Publicidade e propaganda	559	537	4,1%
Alugueres e Seguros	1.658	1.523	8,8%
Provisão para cobrança duvidosa	826	979	(15,6%)
Outras desp. (Rec.) operac.	1.532	2.114	(27,5%)
EBITDA ⁽¹⁾	8.766	10.295	(14,8%)
Margem EBITDA	31,4%	34,9%	(3,5pp)

(1) EBITDA = resultado operacional + amortizações.

O EBITDA, como reportado pela Oi, totalizou 8.766 milhões de Reais em 2011 (-14,8% face a 2010), com uma margem de 31,4%. O desempenho do EBITDA reflete principalmente a diminuição das receitas do segmento Residencial. Em 2011, os custos operacionais mantiveram-se razoavelmente estáveis nos 19.141 milhões de Reais, enquanto que no 4T11 aumentaram em 1,9% face ao 4T10, refletindo o aumento das vendas e melhor a qualidade de serviço. Em 2011, o desempenho dos custos operacionais foi impulsionado principalmente por: (1) menores custos de interligação (-8,3% face a 2010), como resultado de uma maior proporção de tráfego *on-net*, bem como do aumento do peso dos SMS no tráfego *off-net* total; (2) menores provisões de cobrança duvidosa (-15,6% face a 2010), devido a uma melhor eficiência nas cobranças, nomeadamente no negócio de rede fixa, e não obstante o aumento: (1) das despesas com pessoal (+16,3% face a 2010), em resultado do aumento do número de colaboradores, nomeadamente 700 novos funcionários para 60 novas lojas próprias com o objetivo de impulsionar o posicionamento comercial e a reorganização organizacional, incluindo as novas estruturas comerciais regionais, integradas na estratégia de melhoria do desempenho operacional regional, como foi acima referido; (2) serviços de terceiros (+9,1% face a 2010), principalmente devido a maiores custos de manutenção, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço, maiores comissões, concentradas no segmento móvel pós-pago, bem como na oferta Oi Conta Total e na banda larga fixa e maiores custos com consultoria e assessoria jurídica, e (3) pelo custo da mercadoria vendida (+55,6% face a 2010), em resultado da decisão de implementar a subsidiação do modem da oferta "Oi Velox" e de *smartphones* para os clientes pós-pago, juntamente com maiores vendas de cartões SIM.

A Administração da Oi propõe a distribuição de 2,0 mil milhões de Reais a título de dividendos. Este montante refere-se à totalidade do resultado de 2011 somado a uma parcela de reservas. A proposta está sujeita a aprovação pela Assembleia-Geral anual.

OUTROS ATIVOS INTERNACIONAIS

Em 2011, os outros ativos internacionais, numa base proforma, aumentaram as suas receitas proporcionais em 15,3% face a 2010, para 446 milhões de Euros e o EBITDA aumentou 7,7% face a 2010 para 216 milhões de Euros, em resultado de um sólido desempenho operacional e financeiro da maioria dos ativos internacionais da PT e não obstante os elevados níveis de penetração dos serviços em alguns mercados e os impactos cambiais negativos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESUL. PROP. DOS OUTROS ATIVOS INTERNACIONAIS ⁽¹⁾

MILHÕES DE EUROS

	2011	2010	Δ10/11
Receitas operacionais	445,7	386,7	15,3%
EBITDA ⁽²⁾	215,6	200,2	7,7%
Amortizações	47,5	41,4	14,6%
Resultado operacional ⁽³⁾	168,1	158,8	5,9%
Margem EBITDA	48,4%	51,8%	(3,4pp)

(1) Consolidação proforma dos outros ativos internacionais considerando as participações detidas pela PT. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

DESTAQUES DOS PRINCIPAIS ATIVOS EM ÁFRICA E NA ÁSIA (2011) ⁽¹⁾

MILHÕES DE EUROS

	Posição	Rec. local	Δ10/11	EBITDA local	Δ10/11	Margem	Rec. Euro	EBITDA Euro
Unitel, Angola ^{(2) (4)}	25,00%	1.784	18,8%	1.004	16,1%	56,3%	1.282	721
MTC, Namíbia ^{(3) (4)}	34,00%	1.608	11,4%	804	4,6%	50,0%	159	80
CVT, Cabo Verde ^{(3) (4)}	40,00%	9.224	(0,4%)	4.342	2,3%	47,1%	84	39
CST, S. Tomé & Príncipe ^{(3) (4)}	51,00%	292.561	(5,8%)	70.615	(4,5%)	24,1%	12	3
CTM, Macau ⁽²⁾	28,00%	3.979	44,2%	1.313	10,0%	33,0%	356	118
Timor Telecom, Timor-Leste ⁽³⁾	41,12%	66	16,0%	37	14,6%	55,7%	48	27

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial. (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

Em 2011, as receitas e o EBITDA da Unitel, em Kwanzas angolanos, aumentaram 20,8% e 18,0% face a 2010, respetivamente, e em Dólares aumentaram 18,8% e 16,1%, para 1.784 milhões de Dólares e 1.004 milhões de Dólares, respetivamente. No 2S11, a Unitel apresentou um forte desempenho operacional e financeiro, suportado por campanhas comerciais bem sucedidas com o objetivo de promover os serviços de voz e de aumentar a penetração da banda larga móvel. A Unitel também lançou várias iniciativas destinadas a reforçar a sua rede de distribuição e a melhorar a qualidade da sua rede.

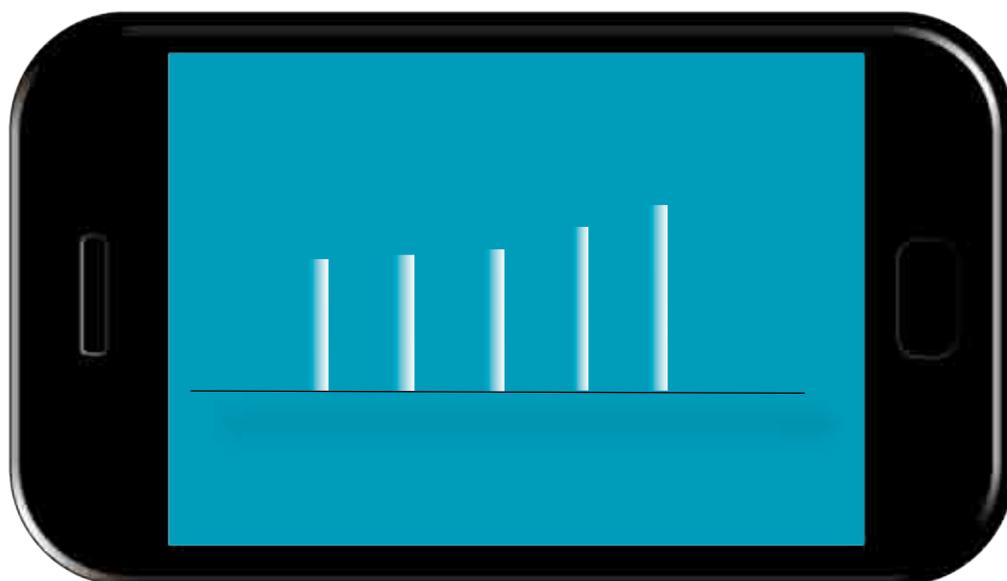
Em 2011, as receitas e o EBITDA da MTC aumentaram 11,4% e 4,6% face a 2010, atingindo 1.608 milhões de Dólares namibianos e 804 milhões Dólares namibianos, respetivamente. Este desempenho das receitas foi conseguido num contexto de diminuição significativa das MTRs (26,5% de diminuição média face a 2010). Excluindo este impacto, as receitas e o EBITDA teriam aumentado 13,0% e 6,3% face ao ano anterior, respetivamente. Em 2011, a margem EBITDA foi de 50,0%. As receitas de dados representaram 20,8% das receitas de serviço, uma das mais elevadas do continente. Em 2011, a MTC centrou a sua atividade comercial e de *marketing*: (1) no reforço da sua oferta de *smartphones*; (2) em campanhas para promover a utilização dos serviços, e (3) em impulsionar o aumento dos clientes de banda larga, sob a marca Netman, com velocidades de *download* de até 7,2Mbps.

Em 2011, as receitas da CVT diminuíram ligeiramente em 0,4% face a 2010 para 9.224 milhões de Escudos caboverdianos, enquanto o EBITDA aumentou 2,3% face a 2010 para 4.342 milhões de Escudos caboverdianos. A margem EBITDA foi de 47,1%. As receitas e o EBITDA foram impactados pela aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade relativas aos contratos de concessão (IFRIC 12). Excluindo estes efeitos, as receitas e o EBITDA teriam aumentado 3,7% e 3,2% face a 2010, respetivamente. Em 2011, as receitas móveis foram positivamente impactadas pelo aumento das receitas de dados e de *roaming*, enquanto as receitas da rede fixa foram positivamente impactadas pelo crescimento da banda larga. Em 2011, a CVT lançou: (1) novas ofertas comerciais para o segmento empresarial, sob a nova marca CVT Negócios; (2) diversas campanhas para estimular a utilização dos serviços de dados, e (3) novos canais de TV de forma a fortalecer ainda mais a dinâmica do mercado de IPTV. Os clientes de banda larga e de IPTV aumentaram significativamente, representando 27,5% e 11,4% da base de clientes de rede fixa, respetivamente.

Em 2011, as receitas operacionais da CST diminuíram 5,8% face a 2010, para 292.561 milhões de Dobras são-tomenses, e o EBITDA diminuiu 4,5% face a 2010, para 70.615 milhões de Dobras são-tomenses. A margem EBITDA foi de 24,1%. Excluindo determinadas reclassificações contabilísticas reconhecidas durante o ano de 2011, as receitas teriam aumentado 7,2% face ao ano anterior. O desempenho do EBITDA foi negativamente impactado pelo aumento dos custos comerciais e por um novo imposto sobre fornecedores estrangeiros. Excluindo estes efeitos, o EBITDA teria aumentado 3,0% face a 2010. Em 2011, o serviço móvel em São Tomé e Príncipe atingiu cerca de 70% de penetração.

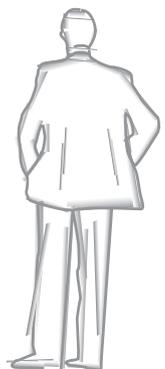
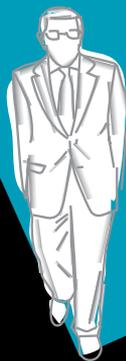
Em 2011, as receitas e o EBITDA da CTM aumentaram 44,2% e 10,0% face a 2010, para 3.979 milhões de Patacas e 1.313 milhões de Patacas, respetivamente. A margem EBITDA situou-se em 33,0%. O aumento das receitas foi conseguido em resultado do aumento nas vendas de equipamentos e nos serviços de telecomunicações para clientes empresariais. As receitas de serviço do segmento móvel aumentaram 9,5% face a 2010, impactadas pelo crescimento das receitas de dados, que representaram 21,0% das receitas de serviço. Em 2011, a CTM lançou várias campanhas de *marketing* a fim de aumentar a penetração dos *smartphones* e da banda larga móvel.

Em 2011, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom aumentaram 16,0% e 14,6% face a 2010, para 66 milhões de Dólares e 37 milhões de Dólares, respetivamente, principalmente em resultado do forte aumento da base de clientes. A margem EBITDA foi de 55,7%. No final de dezembro, a Timor Telecom atingiu 600 mil clientes móveis. As receitas de dados representaram 17,9% das receitas de serviço do segmento móvel. Em 2011, a Timor Telecom lançou diversas campanhas para estimular a utilização de voz e de dados e reforçou a sua rede de distribuição.



07

RECURSOS HUMANOS



NÚMERO DE TRABALHADORES

	2011	2010	Δ10/11	Δ10/11 %
Portugal	11.180	10.985	195	1,8%
Telecomunicações	7.535	7.206	329	4,6%
Outros negócios	3.645	3.779	(134)	(3,5%)
Brasil	59.621	21.072	38.549	182,9%
Telecomunicações	7.892	0	n.s.	n.s.
Outros negócios	51.729	21.072	30.657	145,5%
Outras áreas geográficas	1.546	1.467	79	5,4%
Trabalhadores do grupo	72.347	33.524	38.823	115,8%

Em 31 dezembro de 2011, o número de trabalhadores da PT ascendia a 72.347, dos quais 15,5% estavam em empresas portuguesas. O número total de empregados aumentou 38.823, refletindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e Contax a partir de 1 Abril de 2011.

Com o objetivo de renovação de seus trabalhadores, a PT tem um processo de recrutamento estruturado para jovens talentos - Estagiários - os melhores alunos das melhores universidades portuguesas.

Em 2011, 65 alunos foram integrados no programa de Trainees. Este é um programa de dois anos que envolve cerca de 50 departamentos da empresa e tem um acompanhamento muito próximo da Comissão Executiva.

Focalizando-se nos talentos internos, a PT reforçou os programas de retenção, em duas perspectivas:

- Desenvolvimento de futuros líderes; e
- Retenção de *know-how* específico.

Durante 2011, foi executado um programa experimental para 40 trabalhadores que tiveram várias acções de desenvolvimento, nomeadamente de formação e iniciativas de *coaching*. Os resultados finais e a satisfação (dos trabalhadores e supervisores diretos) revelou que o programa teve um impacto muito positivo na motivação e produtividade. Este programa vai ser mantido em 2012.

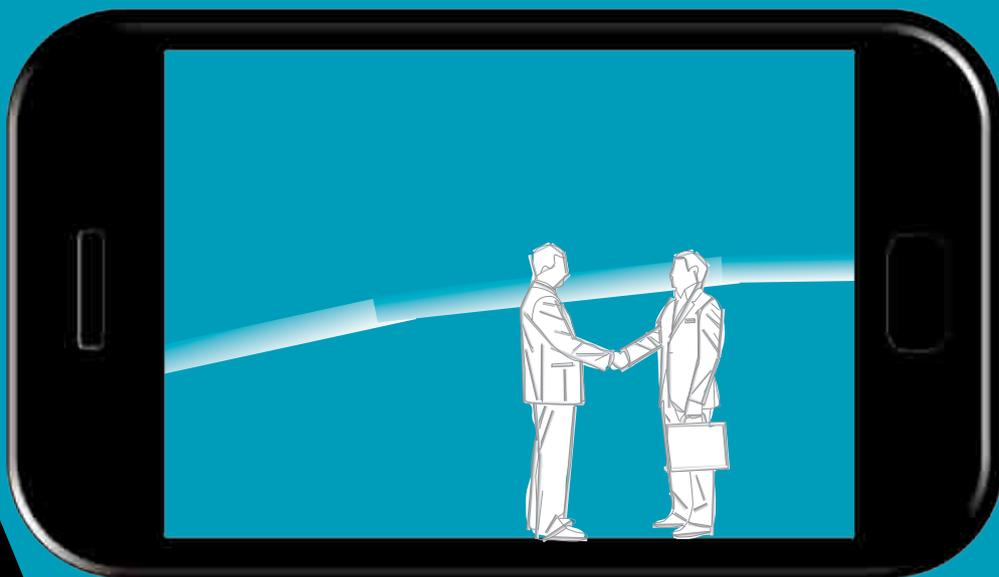
Relativamente ao desenvolvimento de competências de liderança, em 2011 a PT patrocinou um programa de formação para diretores de 1.ª e 2.ª linha. Esta iniciativa envolveu 120 trabalhadores com responsabilidades importantes dentro do grupo e o principal objetivo era fortalecer a cultura da equipa sobre temas como a liderança, a inovação e a mudança.





08

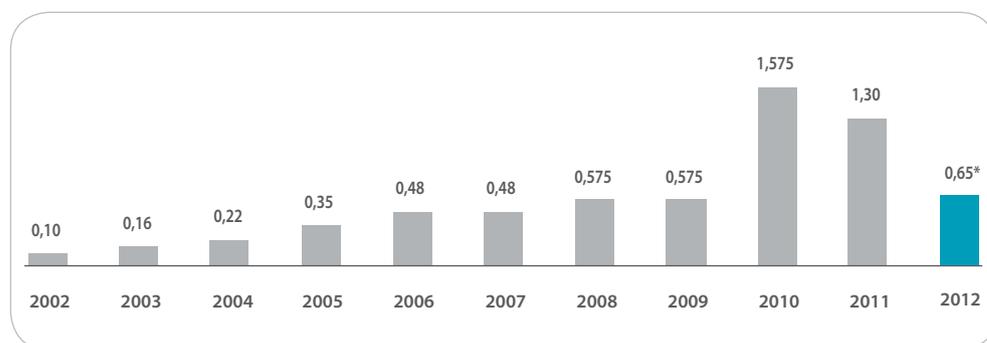
PT NO MERCADO DE CAPITAIS



REMUNERAÇÃO ACIONISTA

Em termos de remuneração acionista, a PT distribuiu, em junho de 2011, aproximadamente 1.118 milhões de Euros aos seus acionistas, repartidos da seguinte forma:

- Dividendo ordinário relativo ao ano fiscal de 2010 no montante de 65 cêntimos de Euro por ação; e,
- Dividendo excepcional no montante de 65 cêntimos de Euro por ação



* Euro 0,215 por ação atribuído como um dividendo antecipado em dezembro de 2011.

Para o ano fiscal de 2011, de acordo com a política de dividendos anunciada em 3 de novembro de 2010, o Conselho de Administração propôs um dividendo de 65 cêntimos de Euro por ação. Em 15 de dezembro de 2011, a PT anunciou um dividendo ordinário interino de 21,5 cêntimos de Euro por ação, de acordo com a política de dividendos anunciada em 3 de novembro de 2010, sob a forma de adiantamento de lucros do exercício de 2011, pago em 4 de janeiro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2011 e à data de publicação deste Relatório, a PT detinha para efeitos contabilísticos: 36.978.229 ações próprias, incluindo: (1) 20.640.000 ações próprias detidas através de *equity swaps* na PT SGPS, SA, e (2) 16.338.229 ações próprias detidas através da participação de 25,3% nas 64.557.566 ações da PT adquiridas pela Oi. Em 31 de dezembro de 2011, o número total de ações em circulação da PT era 859.534.271.



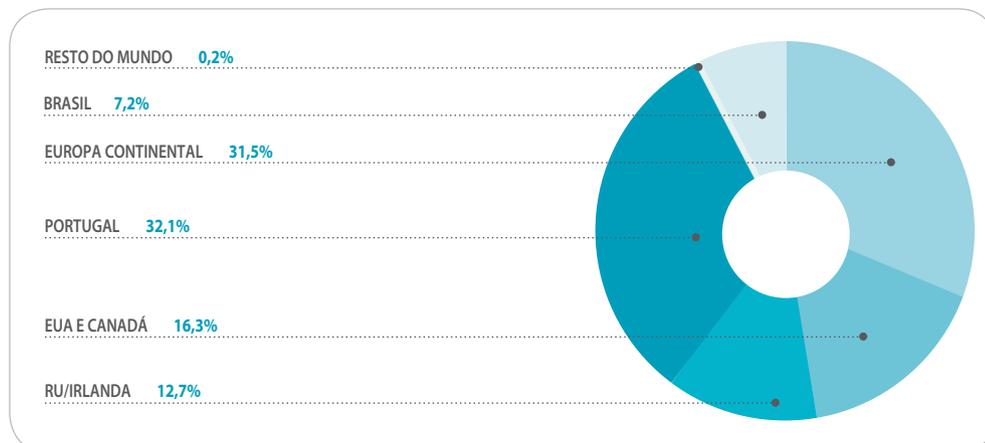
ESTRUTURA ACIONISTA

No final de 2011, as participações dos accionistas qualificados representavam mais de 50% do capital social da PT, conforme se segue:

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS				
Data da informação	Entidades	N.º de ações	% do capital	% dos direitos de voto
30/Dez/11	Grupo Espírito Santo (1)	101.697.989	11,34%	11,34%
02/Jun/11	RS Holding, SGPS, S.A.	90.111.159	10,05%	10,05%
23/Set/11	Capital Research and Management (2)	89.403.498	9,97%	9,97%
30/Nov/11	Telemar Norte Leste, S.A.	64.557.566	7,20%	7,20%
31/Dez/11	Grupo Caixa Geral de Depósitos	56.011.952	6,25%	6,25%
27/Dez/11	UBSAG (3)	45.309.635	5,05%	5,05%
13/Dez/11	Norges Bank (4)	44.852.919	5,00%	5,00%
23/Set/11	The Income Fund of América, Inc. (5)	44.575.845	4,97%	-
31/Dez/11	Brandes Investments Partners, L.P.	34.628.566	3,86%	2,87%
12/Dez/11	Grupo Barclays (6)	23.689.084	2,64%	2,64%
31/Dez/10	Grupo Visabeira	23.642.885	2,64%	2,64%
14/Dez/11	JP Morgan (7)	21.590.141	2,41%	2,41%
07/Dez/09	BlackRock Inc.	21.025.118	2,35%	2,35%
03/Fev/10	Controlinveste Comunicações	20.419.325	2,28%	2,28%
24/Jun/10	Telefónica, S.A. (8)	18.122.662	2,02%	2,02%
11/Out/10	Europacific Growth Fund (9)	18.061.608	2,01%	-

(1) A PT divulgou ainda, no dia 15 de fevereiro de 2012, que o Grupo Espírito Santo detinha uma participação qualificada correspondente a 93.697.989 ações ordinárias representativas de 10,45% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto. (2) A PT divulgou ainda, no dia 13 de fevereiro de 2012, que a Capital Research and Management detinha uma participação qualificada correspondente a 42.952.953 ações ordinárias representativas de 4,79% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto. (3) A PT divulgou ainda, no dia 6 de fevereiro de 2012, que a UBS AG detinha uma participação qualificada correspondente a 42.024.498 ações ordinárias representativas de 4,69% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto. (4) A PT divulgou ainda, no dia 6 de fevereiro de 2012, que o Norges Bank detinha uma participação qualificada correspondente a 44.442.888 ações ordinárias representativas de 4,96% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto. (5) A PT divulgou ainda, no dia 3 de fevereiro de 2012, que o The Income Fund of America, Inc. passou a deter uma participação inferior a 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT. (6) A PT divulgou ainda, no dia 6 de março de 2012, que o Barclays detinha uma participação qualificada correspondente a 22.791.762 ações ordinárias representativas de 2,54% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto. (7) A PT divulgou ainda, no dia 9 de janeiro de 2012, que a JP Morgan detinha uma participação social inferior a 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT e uma posição económica longa inferior a 5% do capital social da PT. (8) A PT divulgou ainda, no dia 22 de janeiro de 2012, que a Telefónica detinha uma participação social inferior a 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT e uma posição económica longa inferior a 5% do capital social da PT. (9) A PT divulgou ainda, no dia 20 de fevereiro de 2012, que o Europacific Growth Fund detinha uma participação qualificada correspondente a 23.045.000 ações ordinárias representativas de 2,57% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto.

A PT tem uma estrutura acionista diversificada, com cerca de dois terços do seu capital social detido por acionistas estrangeiros, essencialmente repartidos entre a Europa, os Estados Unidos e o Reino Unido, que representam aproximadamente 31,5%, 16,3% e 12,7%, respectivamente, da base acionista. O mercado português representa cerca de 32,1% da base acionista.



PERFORMANCE BOLSISTA

A crise da dívida soberana e suas ramificações foram o fator chave para o desempenho negativo do mercado em 2011, afetando também o sector de telecomunicações, que obteve um desempenho inferior aos mercados em geral. A incerteza gerou um clima de grande instabilidade nos mercados financeiros, que resultou num aumento da aversão ao risco.



Fonte: Bloomberg

O ano de 2011 foi marcado por uma deterioração das condições financeiras da economia portuguesa, em resultado da maior aversão ao risco dos investidores face à periferia da Zona Euro e, sobretudo após os *downgrades* do *rating* da República Portuguesa. Em resultado, o *spread* dos títulos da dívida pública a dez anos, de Espanha, Itália e Portugal, face ao *benchmark* alemão, aumentou ao longo de 2011.

Neste contexto adverso de volatilidade do mercado, durante 2011 as acções da PT também foram penalizados pela evolução dos CDS, tendo variado entre um mínimo de 4,399 Euros, um máximo de 8,848 Euros e encerrou o ano em Euro 4,450 (com o dia de ex-dividendo em 30 de dezembro no montante de 0,215 Euros).



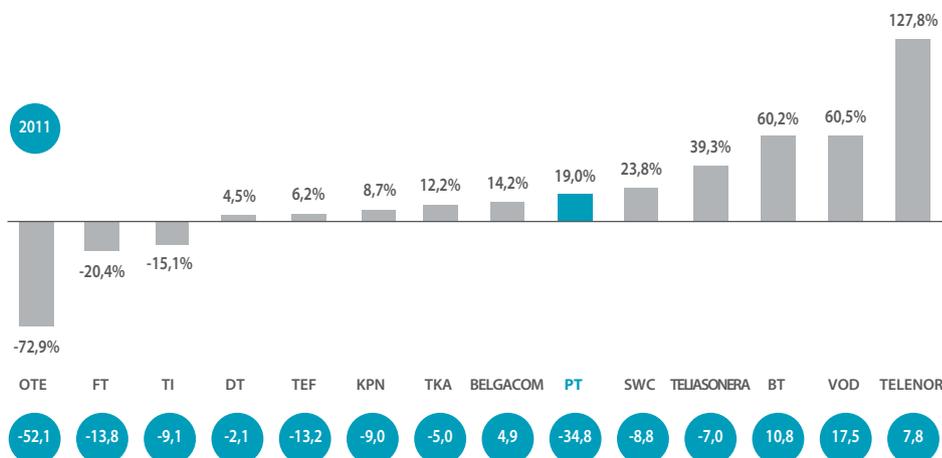
PREÇO AÇÃO PT VS. PT CDS (5 ANOS)



Fonte: Bloomberg

Em termos de retorno total para os acionistas, a PT registou um aumento de 19,0% durante o período de 2009-2011, o que compara com 0.0% registados pelo índice DJ Stoxx Telecom Euro durante o mesmo período. Durante o período de 2009-2011, a PT teve um dos melhores desempenhos entre as empresas da zona Euro e superou o índice DJ Stoxx Telecom Euro.

REMUNERAÇÃO TOTAL ACIONISTA DAS CONGÉNERES EUROPEIAS EM 2009 | 2011



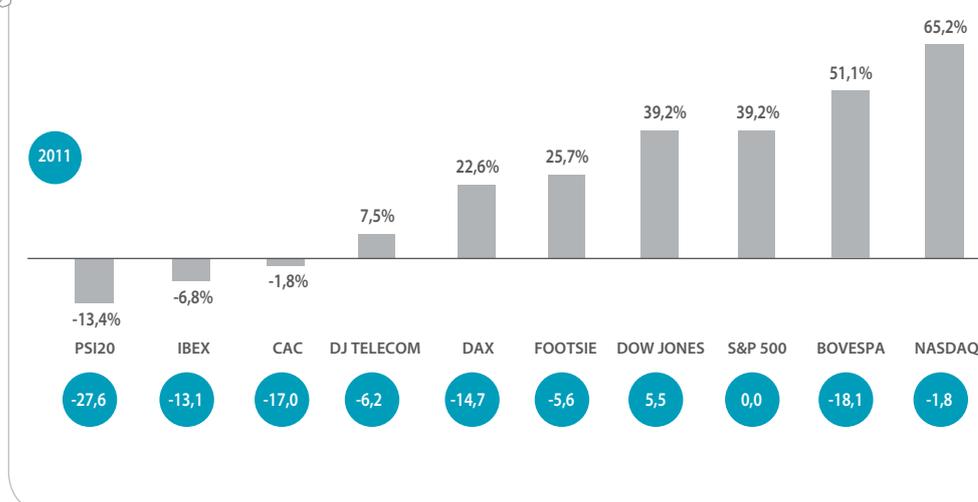
Fonte: Bloomberg

Entre os principais mercados financeiros, a NASDAQ registou o melhor desempenho no período de 2009-2011 (+65,2%), seguido pelo BOVESPA (+51,1%) e pelo S&P 500 (+39,2%). Em 2011, o Dow Jones registou o melhor desempenho (+5,5%), seguido pelo S&P 500 (+0,0%). Os outros principais mercados financeiros registaram *performances* negativas, reflectindo a crise económica e financeira global.

O índice PSI-20 apresentou um desempenho negativo no período de 2009-2011 (-13,4%) e em 2011 (-27,6%), reflectindo a crise financeira e a debilidade da economia portuguesa.



EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS EM 2009 | 2011



Fonte: Bloomberg

Em 2011, a PT negociou um total de, aproximadamente, 702 milhões de ações, equivalente a uma média diária de 2,7 milhões de ações.

Em 2011, os ADRs da PT encerraram o ano a 5,77 Dólares. Em termos de transações, negociaram-se em média aproximadamente 221 mil ADRs por dia, em 2011, na Bolsa de Nova Iorque. No final de 2011, o número de ADRs em circulação ascendia a 24,8 milhões, dos quais 49,7% eram detidos por cinco acionistas institucionais.

DESEMPENHO OBRIGACIONISTA

No que respeita à qualidade do crédito, a principal característica da PT em 2011 continuou a ser a sua capacidade de gerar, de forma sustentada, *cash flows* operacionais elevados, em resultado das posições de liderança nos mercados de rede fixa e móvel em Portugal e nos seus negócios internacionais, bem como da implementação contínua de iniciativas de redução de custos. Em 2011, a PT manteve uma sólida liquidez, evidenciada pelo valor significativo das disponibilidades, incluindo o efeito da transação da Vivo, a que acresce a flexibilidade adicional proporcionada por linhas de crédito e de papel comercial com tomada firme disponíveis e por uma dívida que se vence ao longo de um período alargado, dada a maturidade média de aproximadamente seis anos (em 31 de dezembro de 2011).

RATING

Em 2011, a Fitch confirmou o *rating* de longo prazo da Portugal Telecom em BBB, com *outlook* negativo. A Fitch não aplica qualquer correlação direta ou linear entre o *rating* soberano e de empresas de países da zona Euro com situação financeira sob pressão. O *rating* atribuído pela Fitch à República Portuguesa é BB+.

Em sentido diverso, de acordo com a metodologia de Moody's e Standard & Poor's (S&P), o *rating* das empresas é condicionado diretamente pelo *rating* soberano. Assim, os *downgrades* do *rating* da República Portuguesa efetuados pela Moody's e S&P determinaram alterações do *rating* atribuído à Portugal Telecom por estas agências:

- Em 3 de junho de 2011, a S&P anunciou o *downgrade* do *rating* de longo prazo da PT, de BBB para BBB-, com *outlook* negativo;

- Em 7 de junho de 2011, a Moody's alterou o *rating* de longo prazo da PT, de Baa2 para Baa3, mantendo-o em revisão para possível *downgrade*;
- Em 29 de julho de 2011, a Moody's confirmou o *rating* de crédito da PT em Baa3, com *outlook* negativo;
- Em 23 de dezembro de 2011, a Moody's anunciou o *downgrade* do *rating* de longo prazo da PT, de Baa3 para Ba1, com *outlook* negativo.

Em 21 de janeiro de 2012, a S&P procedeu ao *downgrade* do *rating* de longo prazo da PT, de BBB- para BB+ com *outlook* negativo. O *rating* de crédito da PT é um nível mais elevado que o *rating* soberano da República Portuguesa, o que constitui a diferença máxima que pode existir entre um *rating* de uma empresa e o correspondente *rating* soberano se classificado abaixo do grau de investimento, de acordo com os critérios da S&P.

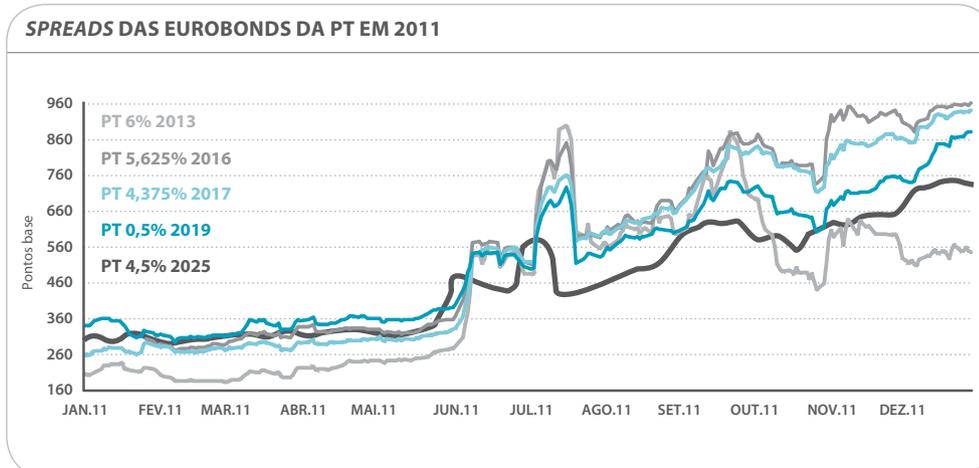
Em 16 de fevereiro de 2012, a Moody's afirmou o *rating* de crédito da Portugal Telecom em Ba1, apesar de ter efetuado novo *downgrade* à República Portuguesa para Ba3 com *outlook* negativo, em 13 de fevereiro de 2012. De acordo com a metodologia da Moody's, o *rating* de empresas não pode ser superior em mais de dois níveis ao *rating* soberano do país no qual a maior parte do seu negócio está localizada.

OBRIGAÇÕES

Em 8 de fevereiro de 2011, a Portugal Telecom, através da sua subsidiária Portugal Telecom International Finance BV, emitiu uma Eurobond no montante de 600 milhões de Euros, com maturidade de cinco anos e taxa anual de cupão de 5,625%.

Em 2011, a evolução dos *spreads* das Eurobonds da PT foi significativamente influenciada pelas preocupações do mercado quanto ao risco de crédito soberano, designadamente de Portugal, que afectou a percepção do risco de crédito das empresas. Por essa razão, os *spreads* e *yields* implícitos das obrigações da PT subiram significativamente durante o ano de 2011, apesar de substancialmente menos do que os *yields* das obrigações da República Portuguesa, dada a própria solidez financeira da PT e a sua exposição muito relevante a diferentes mercado geográficos, que têm vindo a crescer significativamente.

Em 2011, a PT adquiriu 62 milhões de Euros de obrigações próprias, com valor nominal de 64 milhões de Euros, gerando um ganho financeiro de 2 milhões de Euros. Estas aquisições ocorreram no quarto trimestre.



Fonte: Bloomberg

Em 2011, o preço de mercado das obrigações permutáveis por ações da PT, emitidas em agosto de 2007, evoluiu de acordo com o preço de mercado das ações descrito anteriormente, essencialmente devido ao risco de crédito soberano referido acima. O preço de mercado daquelas obrigações atingiu um máximo de 104% em março e mínimos de 82% no quarto trimestre. Em 31 de maio de 2011, o preço de conversão foi ajustado para 9,40 Euros, de acordo com os termos e condições das obrigações.

ATIVIDADES DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

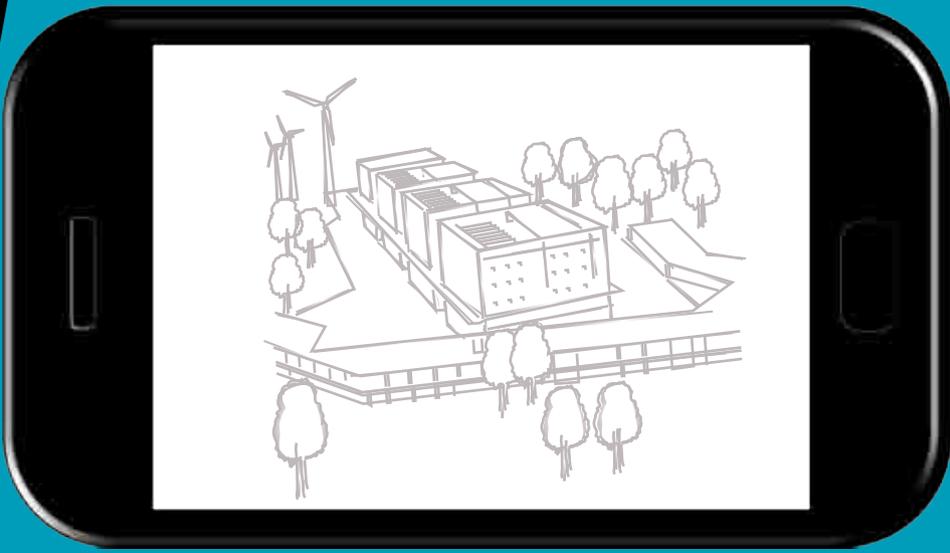
A PT tem como política fornecer informação clara e transparente, numa base regular, aos seus acionistas e a outros membros da comunidade financeira internacional.

Durante o ano de 2011, a PT participou em diversos eventos com investidores, nomeadamente *roadshows*, apresentações a analistas e investidores, reuniões e *conference calls*, bem como conferências para investidores na Europa e nos EUA.

Em 2011, a PT realizou dois *roadshows*, um na Europa e outro nos EUA, e participou em seis conferências com investidores na Europa e nos EUA. Adicionalmente, a PT realizou mais de 300 reuniões e *conference calls* com analistas e investidores.

09

PRINCIPAIS EVENTOS



EVENTOS DO ANO

REMUNERAÇÃO ACIONISTA

06. mai.11 | Na Assembleia-Geral Anual ocorrida em 6 de maio de 2011, os acionistas da PT aprovaram a aplicação do resultado líquido do exercício de 2010, no montante de 5.124.694.889 Euros, nos seguintes termos:

- Utilização do montante de 413.661.880 Euros para cobertura de resultados transitados negativos;
- Pagamento aos acionistas, a título de dividendos, para além do montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício realizado em dezembro de 2010, de um montante global de 1.165.466.250 Euros, correspondendo a 1,30 Euros por ação relativamente ao número total de ações emitidas, dividido da seguinte forma: (1) um montante de 582.733.125 Euros, correspondendo a 65 cêntimos de Euro por ação relativamente ao número total de ações emitidas, respeitante à parte remanescente do dividendo considerado excecional e ainda não pago, e (2) um montante adicional de 582.733.125 Euros, correspondendo a 65 cêntimos de Euro por ação relativamente ao número total de ações emitidas, a título de dividendo ordinário;
- Transferência do montante remanescente do resultado líquido do exercício para resultados transitados.

Deste modo, e tomando em consideração o montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício realizado em dezembro de 2010, foi aprovado pelos acionistas que o valor total a pagar a título de dividendos relativos ao exercício de 2010 fosse fixado em 2.061.981.750 Euros, correspondendo a um dividendo unitário de 2,30 Euros por ação.

15. dez.11 | A PT anunciou que o seu Conselho de Administração, na sequência da política de dividendos tornada pública em 3 de novembro de 2010, deliberou proceder a um adiantamento sobre os lucros do exercício de 2011, estando a pagamento, no dia 4 de janeiro de 2012, o montante ilíquido por ação de 0,215 Euros.

ASSEMBLEIA-GERAL DE ACIONISTAS

26.jul.11 | A PT informou que, na Assembleia-Geral de Acionistas, foi aprovada a alteração dos Estatutos da Sociedade nos termos propostos, tendo deste modo sido eliminados os direitos especiais atribuídos, até à presente data, às 500 ações da categoria A (a denominada *golden share*).

ÓRGÃOS SOCIAIS

06. abr.11 | A PT anunciou que, na reunião do seu Conselho de Administração, Pedro Jereissati e Otávio Marques de Azevedo foram nomeados por cooptação como membros não executivos deste órgão social, para completar o mandato relativo ao triénio 2009-2011, e Alfredo Baptista e Pedro Durão Leitão, como membros executivos deste órgão social. Otávio Marques de Azevedo e Pedro Jereissati são Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente, respetivamente, da Telemar Participações S.A., holding controladora da Oi. Alfredo Baptista e Pedro Durão Leitão são Administradores Executivos da PT Portugal, sendo quadros da PT desde 1979 e 2000, respetivamente.

A PT anunciou ainda que Zeinal Bava, seu Presidente Executivo, e Shakhaf Wine, seu Administrador Executivo, foram nomeados pela PT para os cargos de membros do Conselho de Administração da Tele Norte Leste Participações S.A. Adicionalmente, Zeinal Bava e Shakhaf Wine foram nomeados membros do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A. Zeinal Bava irá também ser indicado para assumir a Presidência do Comité de Engenharia e Redes, Tecnologia e Inovação e Oferta de Produto a ser constituído na Oi.

DÍVIDA

27. jan.11 | A PT anunciou a emissão com sucesso de uma Eurobond no montante de 600 milhões de Euros, com uma maturidade de cinco anos, através da sua subsidiária detida a 100%, PT International Finance BV. O cupão da emissão foi de 5,625%, com uma margem de 295pb sobre a taxa de *mid swap*.

25. mar.11 | A PT assegurou uma nova linha de crédito no montante de 900 milhões de Euros, com maturidade em março de 2014, que foi posteriormente aumentada para 1.200 milhões de Euros.

31. mai.11 | A PT informou que o preço de conversão e o nível de referência do dividendo das Obrigações 750.000.000 Euros 4,125% da Portugal Telecom International Finance B.V. com maturidade em 2014 (ISIN XS0309600848, Common code 030960084) e permutáveis em ações da PT foram alterados de acordo com a Condition 6.2 (c)(i) das Obrigações. No seguimento da data de *ex-dividend* da segunda componente do dividendo relativo ao ano fiscal de 2010, no montante de 1,30 Euros por ação, e a partir de 31 de Maio de 2011, o preço de conversão é 9,40 Euros e o nível de referência do dividendo (*threshold amount*) é 0,4659 Euros. Assim, cada detentor de uma Obrigação com valor nominal de 50.000 Euros terá direito a receber 5.319 ações da Portugal Telecom SGPS, S.A. após o exercício dos Direitos de Conversão, conforme os Termos e Condições das Obrigações.

03. jun.11 | A S&P anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à PT, diminuindo o *rating* de longo prazo de BBB para BBB-, com *outlook* negativo, e o *rating* de curto prazo de A-2 para A-3.

07. jun.11 | A Moody's anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à PT, diminuindo o *rating* de longo prazo de Baa2 para Baa3.

29. jul.11 | A Moody's anunciou que confirmou a notação da PT e a da sua subsidiária PT International Finance B.V. (PTIF) em Baa3 com *outlook* negativo. Esta ação conclui o processo de revisão de notação iniciado em 7 de junho de 2011.

21. dez.11 | A Moody's anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à PT e à sua subsidiária PT International Finance B.V., diminuindo o *rating* de longo prazo de Baa3 para Ba1. O *outlook* mantém-se negativo.

MEO

14. nov.11 | A PT anunciou que o Meo superou um milhão de clientes, em apenas cerca de três anos e meio após o lançamento nacional do serviço, em abril de 2008.

LEILÃO DE ESPECTRO

30. nov.11 | A PT informou que, relativamente ao leilão de espectro móvel organizado pelo regulador português das telecomunicações ANACOM, a TMN submeteu ofertas para nove lotes em três faixas de frequências, pelo montante total de 113 milhões de Euros, equivalente aos preços de reserva estabelecidos pelo regulador. A TMN submeteu as melhores ofertas para todos os lotes em que licitou, tendo obtido espectro nas faixas de frequências de 800 MHz (dois lotes de 2 x 5MHz), de 1,8 GHz (um lote de 2 x 4 MHz e dois lotes de 2 x 5MHz) e de 2,6 GHz (quatro lotes de 2 x 5 MHz), o máximo permitido nestas faixas, de acordo com o regulamento do leilão.

GRUPO OI

26. jan.11 | A PT informou que assinou, com a Oi e com os seus acionistas controladores, os acordos definitivos de compra e venda, de subscrição e de acionistas.

28. mar.11 | A PT informou que adquiriu uma posição direta e indireta de 25,28% na Telemar Norte Leste ("TMAR") pelo montante de 8,32 mil milhões de Reais. Como anunciado anteriormente, os direitos de governo da sociedade atribuídos à PT permitirão a consolidação proporcional da sua posição direta e indireta de 25,6% na Telemar Participações S.A. ("TmarPart"), que consolida integralmente a TNL e a TMAR. Esta consolidação proporcional ocorreu a partir de 1 de abril de 2011.

24. mai.11 | A PT anunciou que a Telemar Participações S.A. ("TmarPart") aprovou em reunião prévia de acionistas uma resolução de acordo com a qual o Conselho de Administração da TmarPart e das suas controladas Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR"), Coari Participações S.A. ("Coari") e Brasil Telecom S.A. ("BRT"), em conjunto "Grupo Oi" ou "Oi" iniciem os procedimentos, incluindo quaisquer estudos necessários, para levar a cabo uma reorganização societária do Grupo Oi. Esta reestruturação societária tem como objetivo a incorporação conjunta das ações da TMAR pela Coari e da Coari e TNL pela BRT, a empresa cotada que irá concentrar todas as participações acionistas do Grupo Oi e que será a única empresa cotada. A BRT será então renomeada de Oi S.A. e terá apenas duas classes de ações (ON, ações ordinárias, e PN, ações preferenciais), as quais serão transacionadas na Bovespa e na NYSE, através de um programa de ADR. A reestruturação societária é baseada nos seguintes princípios chave: (1) TmarPart, a entidade de controlo do Grupo Oi, irá reter o controlo; (2) toda a estrutura da Oi será simplificada com esta transação, e (3) comités independentes serão estabelecidos em cada empresa cotada para aconselhar os Conselhos de Administração sobre os termos de cada transação.

Adicionalmente, a Oi anunciou que as relações de troca propostas seriam:

AÇÃO ORIGINAL / NOVA AÇÃO	Rácio de troca
TNLP3/BRT03	23,122
TNLP4/BRT04	21,428
TNLP4/BRT03	18,581
TMAR3/BRT03	51,149
TMAR5 e TMAR6/BRT04	44,537
TMAR5 e TMAR6/BRT03	38,620

NOTÍCIAS RELACIONADAS COM A DEDIC E CONTAX

10. jan.11 | A PT informou estar em negociações com a CTX Participações S.A. (CTX), com a sua subsidiária Contax e com os seus acionistas controladores para definir a estrutura e as condições de uma possível reestruturação societária que resultaria numa eventual integração dos negócios e atividades da Contax e da Dedic e na entrada da PT na estrutura acionista da CTX.

EVENTOS SUBSEQUENTES

ÓRGÃOS SOCIAIS

29. fev.12 | A PT anunciou que Jorge Humberto Correia Tomé renunciou ao cargo de membro não executivo do Conselho de Administração da PT.

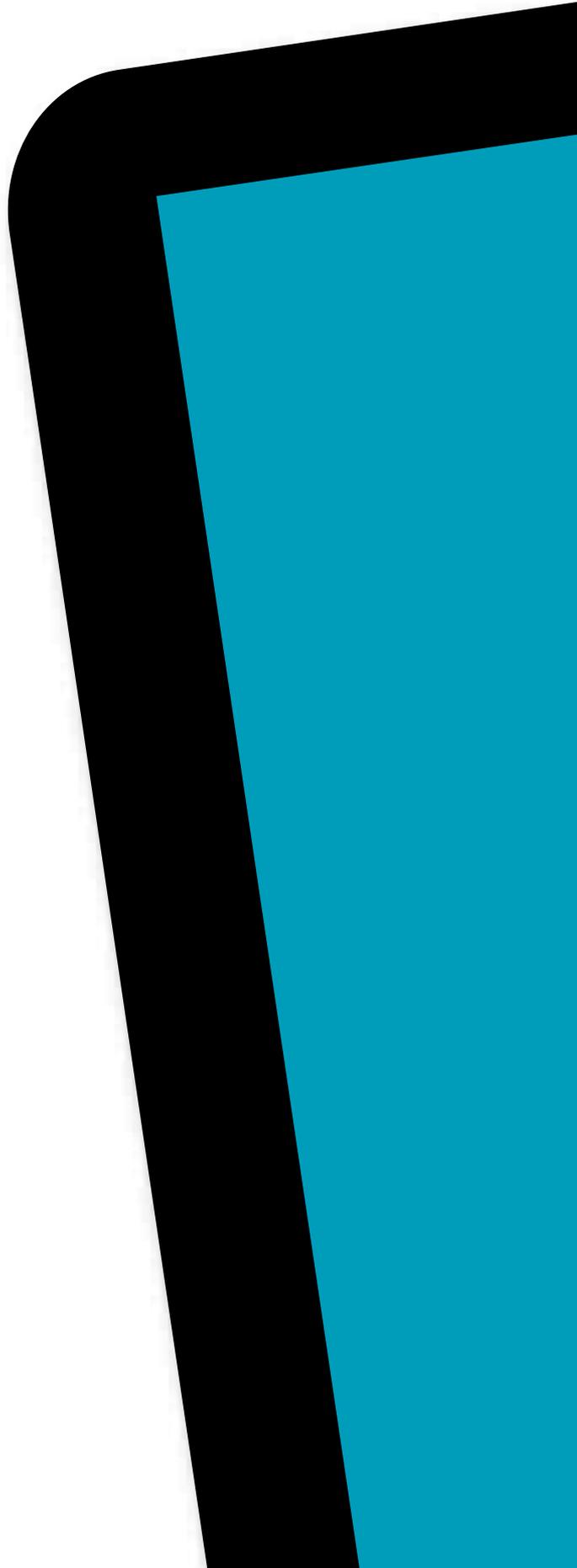
DÍVIDA

21. jan.12 | A S&P anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à PT, diminuindo o *rating* de longo prazo de BBB- para BB+, com *outlook* negativo, e o *rating* de curto prazo de A-3 para B.

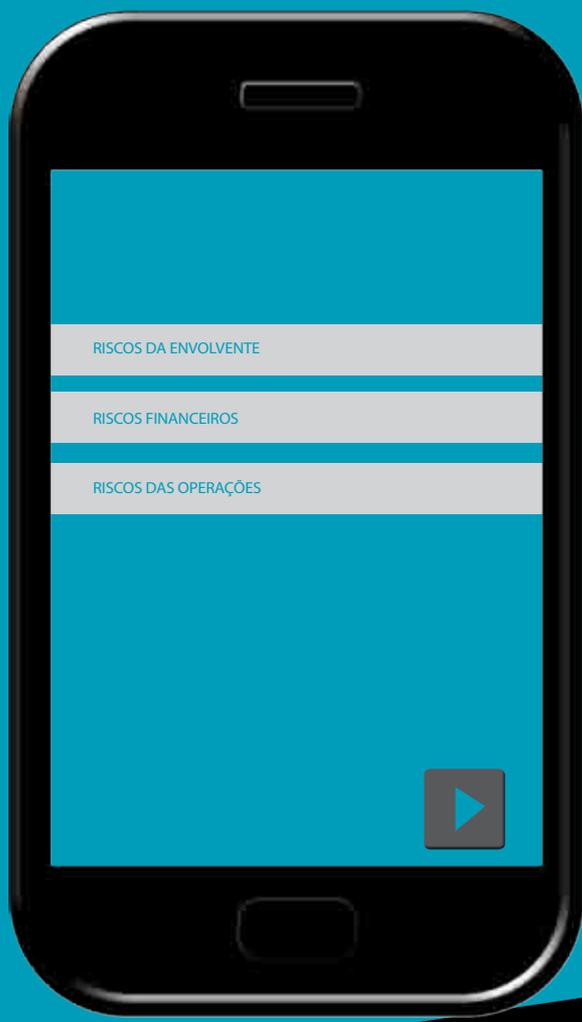
GRUPO OI

27. fev.12 | A PT informou que, nas assembleias gerais das empresas que constituem o grupo Oi, foi aprovada a simplificação societária da Oi. Tal aprovação leva a que a atual estrutura societária constituída pela Tele Norte Leste Participações S.A. (TNL), Telemar Norte Leste S.A. (TMAR) e Brasil Telecom S.A. (BRT) seja integrada apenas na BRT, a qual será redenominada Oi S.A. e terá apenas duas classes de ações (ON, ações ordinárias, e PN, ações preferenciais). Estas serão transacionadas na Bovespa e na NYSE, através de um programa de ADR.

Em consequência da aprovação referida, serão emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A., passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R\$ 6.816.467.847,01, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. O número de ações em circulação e, por consequência, a posição final da Telemar Participações S.A. ("TPAR), veículo controlador da Oi, e da PT serão apurados após o exercício do direito de recesso por parte dos acionistas com direito a tal, sendo que a posição económica da PT na Oi, direta e indireta, será entre 21,5% e 25,1%. O prazo de requerimento do recesso encerra em 29 de março de 2012.



PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS



As informações contidas neste relatório são de natureza geral e não devem ser consideradas como recomendação de compra ou venda de valores mobiliários. O investidor deve analisar cuidadosamente as informações contidas neste relatório e tomar suas próprias decisões de investimento. A administração não se responsabiliza por danos ou prejuízos decorrentes do uso das informações contidas neste relatório. Este relatório não constitui oferta de valores mobiliários e não deve ser considerado como tal. Este relatório não constitui oferta de valores mobiliários e não deve ser considerado como tal.

A PT definiu como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de riscos que possam afetar as suas operações e execução do plano e objetivos estratégicos definidos pelo Conselho de Administração. Estes mecanismos assentam num modelo de gestão de risco integrado e transversal, que entre outros, procura assegurar a implementação de boas práticas de *Corporate Governance* e a transparência na comunicação com o mercado e os Acionistas.

Como abordagem estruturada e sistematizada, a gestão de risco está integrada com o processo de planeamento estratégico e gestão operacional da Sociedade, dependendo do compromisso de todos os colaboradores na adoção da gestão de risco como parte integrante das suas funções, designadamente na identificação, reporte e implementação de medidas e comportamentos de mitigação dos riscos.

A Gestão de Riscos é promovida pela Comissão Executiva em articulação com as equipas de gestão dos vários negócios, a nível nacional e internacional, de forma a identificar, avaliar e gerir as incertezas e ameaças que possam afetar a prossecução do plano e objetivos estratégicos. Importa igualmente referir que todo processo é acompanhado e supervisionado pela Comissão de Auditoria, órgão de fiscalização autónomo composto por membros não executivos independentes.

Decorrente do processo de gestão dos riscos que possam afetar adversamente a actividade da PT, destacam-se os seguintes:



RISCOS RELEVANTES

RISCOS DA ENVOLVENTE

Regulação

O Grupo PT está sujeito ao risco de ocorrerem alterações regulatórias ou ações das entidades reguladoras nacionais, comunitárias ou internacionais que possam originar pressões competitivas crescentes e afetar a sua capacidade para conduzir eficazmente o seu negócio.

A gestão do risco de regulação está entregue à Direção de Regulação, que deverá estar a par de novas regulações aplicáveis ao sector com impacto para o Grupo PT, sendo a estratégia de gestão de cada fonte de risco articulada com as diversas áreas operacionais.

No âmbito do acompanhamento dos vários riscos e oportunidades relacionadas com a regulação, realçamos os seguintes temas: i) Redes de Nova Geração; ii) Televisão Digital Terrestre; iii) Ofertas retalhistas e tarifários; iv) Ofertas de referência grossistas; v) Serviço Universal; vi) Espectro radioelétrico; vii) Mercados relevantes de Banda Larga; viii) Regulamento de *roaming*; ix) Dividendo Digital; ex) Segurança das redes e comunicações.

Para maior detalhe sobre aspetos regulatórios que poderão impactar a atividade da Portugal Telecom, consultar capítulo sobre Enquadramento Regulatório no Relatório e Contas.

Concorrência

Existe a possibilidade de uma redução das receitas do Grupo PT em virtude do aumento da concorrência por parte de outros operadores ou de novos protagonistas no mercado, nomeadamente através de (i) desenvolvimento de novos produtos e serviços; (ii) políticas de *marketing* e vendas agressivas; (iii) introdução de melhorias na qualidade dos produtos ou serviços; (iv) aumento da produtividade e redução de custos; e (v) reconfiguração da cadeia de valor do ponto de vista do cliente.

RISCOS RELEVANTES

RISCOS DA ENVOLVENTE

Concorrência

No mercado português, a PT irá continuar a ser uma empresa orientada para o cliente focada na inovação e execução, gerindo o seu negócio através de segmentos de clientes:

(1) Residencial: consolidar a inflexão da tendência histórica no negócio de rede fixa, alavancando o sucesso da sua estratégia de TV (que atingiu 35% de quota do mercado português de TV por subscrição), através de uma sofisticada e diferenciada experiência de TV por subscrição multi-ecrã. Durante o ano de 2011, a oferta do Grupo PT foi reforçada com o lançamento do MEO GO, que agrega as várias ofertas de televisão móvel e *over the top*, oferecendo uma experiência de utilização integrada que permite usufruir a experiência de TV interativa fora de casa, em *tablets*, *smartphones* e computadores

(2) Pessoal: continuar a desenvolver produtos inovadores de acesso a dados e Internet e serviços convergentes e aplicações, alavancando na forte presença *online* do portal Sapo, e nas suas parcerias estratégicas, enquanto redesenha, a sua estrutura de preços para melhorar as suas tendências subjacentes no segmento móvel; e

(3) PME e segmento empresarial: a PT pretende desenvolver e comercializar soluções integradas avançadas tanto para o segmento empresarial como para PME, através de investimentos na infraestrutura e na convergência telecom-TI, direcionadas ao aumento da penetração dos serviços TI/SI e BPO, aumentando assim o *share of wallet* dos clientes e reforçando a sua fidelização em segmentos de mercado competitivos, como sejam soluções convergentes *cloud-based* suportadas pelo recentemente anunciado *Data Centre* de nova geração.

Ao nível internacional, a PT continuará focada no desempenho operacional dos seus ativos e na partilha das melhores práticas em todos os seus negócios. A expansão das operações internacionais para variadas geografias é um dos mais importantes catalisadores da criação de valor no sector das telecomunicações e a PT tem construído um importante portfólio de operações internacionais.

De realçar que estas ações são complementadas por um *benchmark* constante do Grupo PT face à atividade da concorrência e outros *players* relevantes da indústria, de modo a assegurar a liderança e excelência da oferta aos seus clientes.

Inovação Tecnológica

Face ao histórico de mudanças tecnológicas rápidas, o Grupo PT está sujeito ao risco de não alavancar os avanços e desenvolvimentos tecnológicos no seu modelo de negócio, com vista à obtenção ou manutenção de vantagens competitivas.

A aposta em inovação continua a ser uma prioridade para a Portugal Telecom, dado o seu papel-chave na prossecução de um crescimento sustentado, em particular num contexto económico difícil, que obriga a uma maior competitividade na oferta de produtos e serviços e, simultaneamente, a uma maior eficiência no seu desenvolvimento e entrega ao mercado.

O Grupo PT é historicamente uma das empresas portuguesas com um maior volume de investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D). Nesta área, o Grupo PT detém ativos estratégicos que lhe permitem assegurar a concretização de projetos inovadores, nos quais se incluem:

- PT Inovação: empresa direcionada para o desenvolvimento tecnológico dos negócios do Grupo, ao nível da investigação aplicada, serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços inovadores, quer no mercado doméstico, quer no mercado internacional.
- Programa de Desenvolvimento e inovação OPEN: Com o objetivo de implementar práticas sistematizadas de pesquisa e processamento de informação, com o envolvimento de toda a organização, para a concretização de projetos inovadores.
- Planeamento estratégico das infraestruturas de rede e do *rollout* de novas tecnologias, envolvendo a elaboração de relatórios e análises periódicas da evolução, normalização, adoção de novas tecnologias pelo sector, incluindo a realização de *benchmarks* internacionais.
- Parcerias estratégicas com fornecedores ao nível tecnológico, equipamentos e conteúdos.

Para maior detalhe sobre as iniciativas e ações desenvolvidas neste âmbito, consultar capítulo sobre Investigação e Desenvolvimento do Relatório e Contas.

RISCOS RELEVANTES

RISCOS
DA ENVOLVENTEEnvolvente
económica

A crise financeira internacional poderá prolongar a recessão ao nível da economia portuguesa e mundial e atrasar a retoma, o que poderá ter um impacto ao nível da procura de produtos e serviços e, conseqüentemente ao nível da *performance* operacional e financeira do Grupo PT. Nesse sentido, a gestão monitoriza de forma contínua os impactos ao nível da *performance* operacional e financeira da PT.

A equipa de gestão atua proativamente na identificação de ameaças e oportunidades ao nível da indústria, sector e geografias onde está presente, de modo a diversificar o portfólio de ativos e, conseqüentemente, assegurar o crescimento e rentabilidade do negócio.

RISCOS
FINANCEIROS

Taxas de Câmbio

A PT detém investimentos financeiros em países estrangeiros cuja moeda funcional não é o Euro, nomeadamente no Brasil e em alguns países africanos. Eventuais variações cambiais ocorridas nas moedas desses países face ao Euro afetam a conversão dos resultados atribuídos à Portugal Telecom e, deste modo, os resultados e situação patrimonial do Grupo PT. Adicionalmente, a PT está igualmente exposta ao risco de taxa câmbio decorrente de dívida denominada em moeda diferente do Euro.

A Sociedade não tem como política fazer a cobertura do valor do investimento financeiro; no entanto, a Comissão Executiva pondera a realização da cobertura do fluxo financeiro de dividendos ou outros rendimentos de capital entre o momento da atribuição e o seu efetivo recebimento.

Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, consultar capítulo sobre Instrumentos Financeiros do Relatório e Contas.

Taxas de Juro

Os riscos de taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com dívida contratada a taxa de juro variável.

O crescimento da incerteza e volatilidade dos mercados financeiros em geral, e os prémios de risco nos mercados, aumentaram significativamente. A instabilidade dos mercados financeiros e a flutuação da taxa de juro da dívida soberana portuguesa potenciam a materialização deste fator de risco. Nesse sentido, as condições atuais dos mercados financeiros poderão afetar negativamente a capacidade de acesso a capital, por parte da PT, e do qual necessita para suportar o seu crescimento e as suas estratégias, e para gerar retornos financeiros futuros. A gestão do risco de mercados financeiros é assegurada pela Direção de Finanças Corporativa.

Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, consultar capítulo sobre Instrumentos Financeiros do Relatório e Contas.

A Portugal Telecom contrata um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de câmbio. A contratação de instrumentos financeiros é efetuada após a análise cuidada dos riscos, benefícios inerentes a este tipo de operações envolvem a consulta a diversas instituições intervenientes neste mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento periódico da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela empresa. O valor de mercado (*fair value*) destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, essencialmente com base em informação de mercado, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras dos diferentes cenários.

Para detalhe sobre instrumentos derivados contratados e níveis de exposição de risco referido, consultar capítulo do Relatório e Contas referente a esta matéria.

Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando numa perda financeira para o Grupo. A Portugal Telecom está sujeita essencialmente ao risco de crédito nas suas atividades operacionais e de tesouraria.

O risco de crédito nas operações está relacionado com contas a receber de serviços prestados a clientes. Estes riscos são monitorizados numa base regular por cada um dos negócios do Grupo, sendo que o objetivo da gestão é: i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade do saldo a receber de cada cliente; ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; iii) realizar análise de recuperabilidade dos valores a receber numa base regular; e iv) analisar o risco do mercado onde o cliente está localizado.

Os riscos relacionados com atividades de tesouraria resultam essencialmente dos investimentos efetuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de mitigar este risco, a política da Portugal Telecom é de investir em aplicações de curto prazo, junto de instituições financeiras diversificadas, tendo em consideração o respetivo *rating* de crédito.

RISCOS RELEVANTES

RISCOS FINANCEIROS

Liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os obtidos através de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e financiamento, para investimento, para remuneração acionista e reembolso de dívida.

De modo a mitigar o risco, a Portugal Telecom procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as suas obrigações contratuais. Adicionalmente, a estrutura de capital da Portugal Telecom é gerida de forma a assegurar a capacidade de prossecução das atividades dos diversos negócios e a maximização do retorno acionista. O Grupo revê periodicamente a sua estrutura de capital, considerando os riscos associados a cada uma das classes de capital.

Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, e ações de mitigação do mesmo, consultar capítulo sobre Instrumentos Financeiros do Relatório e Contas.

RISCOS DAS OPERAÇÕES

Capacidade Infraestrutura

A capacidade e disponibilidade das infraestruturas de rede são aspetos fundamentais para que o Grupo PT assegure a continuidade das operações críticas em termos de prestação de serviço ao cliente dentro de parâmetros de qualidade elevados, com vista não só à satisfação dos nossos clientes, como também ao cumprimento de requisitos regulatórios. Nesse sentido, o Grupo PT tem dado bastante ênfase à gestão deste risco não só ao nível da disponibilidade da infraestrutura, bem como no aumento da capacidade da mesma, de modo a suportar novas ofertas de produtos e serviços aos seus clientes. Adicionalmente, o facto de possuir infraestruturas de rede que se encontram localizadas em domínio público aumenta a exposição do Grupo PT à ocorrência de avarias e incidentes.

Neste âmbito são realizadas as seguintes ações de acompanhamento e mitigação do risco, incluindo:

- Securitização da rede *core* de telecomunicações;
- Elaboração de diagnósticos de risco para as várias plataformas tecnológicas, identificando dependências e pontos únicos de falha;
- Definição de planos de reposição de serviços e reparação de avarias;
- Implementação de sistemas e processos para assegurar os níveis de QoS (*Quality of Service*) e QoE (*Quality of End user Experience*) definidos;
- Investimento em redes de nova geração e ações de manutenção preventiva;
- Investimento em sistemas de informação de suporte à atividade das equipas técnicas;
- Investimento em *Data Centre* de modo a assegurar a resiliência e capacidade da infraestrutura.

Durante o ano de 2011 é também de realçar a criação do gabinete de continuidade de negócio, de modo a que seja assegurado de um modo mais eficiente e eficaz a resiliência dos processos e operações que suportam os serviços *Core* do Grupo PT, face a incidentes e desastres nas seguintes vertentes:

- Prevenção: Preparação da resposta para reduzir o impacto de incidentes nos processos críticos que suportam os serviços;
- Resposta e Recuperação: Suportado por planos de continuidade de negócio e *Disaster Recover* para acelerar a recuperação dos processos críticos.

Parcerias Estratégicas

A estratégia de crescimento a nível nacional e internacional está assente num conjunto de alianças e parcerias que afetam de modo positivo a capacidade de competir da Sociedade. A Comissão Executiva da PT e as restantes empresas participadas têm assumido um papel central na gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes.

Estas alianças não se encontram limitadas a uma única área, e incluem como parceiros: i) fornecedores de tecnologia; ii) fornecedores associados à construção de infraestrutura; iii) especialistas em I&D; iv) fornecedores de equipamentos terminais; v) e fornecedores de conteúdos, entre outros.



RISCOS RELEVANTES

RISCOS
DAS OPERAÇÕES**Ambiental**

A prossecução de uma adequada política ambiental tem sido uma preocupação da Portugal Telecom, de modo a diminuir a exposição da sociedade a danos ambientais que se podem consubstanciar na: (i) responsabilidade para com terceiros por danos materiais causados; (ii) responsabilidades perante governos ou terceiros pelo custo de remoção de resíduos acrescido de eventuais indemnizações.

Neste âmbito, o Grupo PT tem reforçado os princípios e ações de gestão ambiente, garantindo a certificação dos sistemas associados de acordo com a norma ISO 14001. As políticas e sistemas de gestão ambiental incidem nas seguintes áreas de intervenção: i) Consumos de recursos; ii) Produção e encaminhamento de resíduos; iii) Emissões atmosféricas; iv) Ruído e campos eletromagnéticos; v) Modelo sustentável de seleção e contratação de fornecedores; v) Campanhas de sensibilização e formação.

De realçar igualmente que os modelos de gestão são alvo de auditorias periódicas, internas e externas, sendo também efetuada uma avaliação contínua dos impactos e melhorias as implementar.

**Obtenção e
Retenção de talento**

A capacidade da empresa obter e reter talento é um vetor essencial para a prossecução dos seus objetivos estratégicos, sobretudo num contexto competitivo em que a Portugal Telecom atua tanto a nível nacional como internacional. Nesse sentido, a Sociedade tem dado particular atenção à gestão deste risco, a cargo da Direção de Recursos Humanos, que atua;

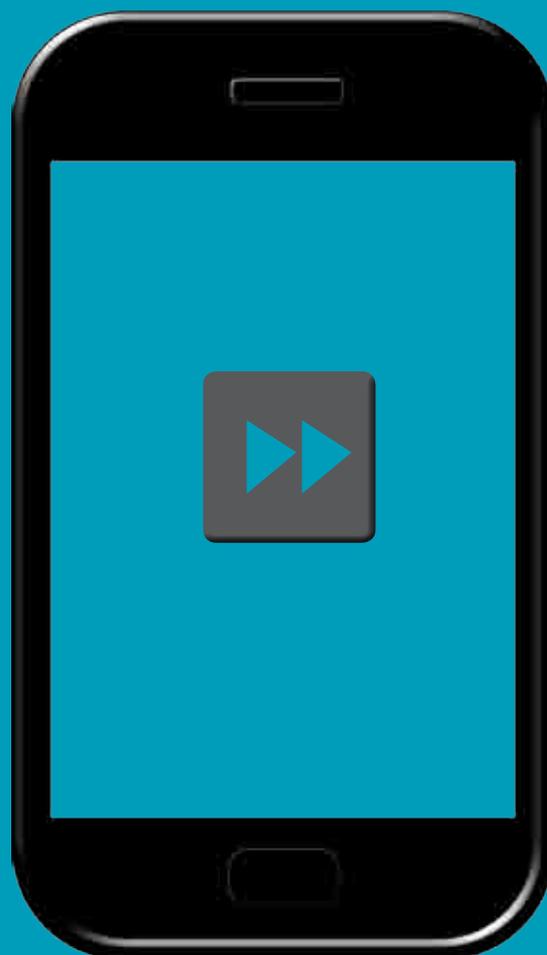
- No recrutamento de novos colaboradores com o perfil e conhecimentos necessários para assegurar as competências estratégicas necessárias ao desenvolvimento presente e futuro do Grupo PT;
- Na identificação dos elementos-chave do Grupo PT para, depois, implementar estratégias de retenção adequadas aos segmentos que definiu para a sua gestão.



Informação adicional sobre o Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco encontra-se disponível no Relatório do Governo da Sociedade que é parte integrante deste Relatório e Contas.

11

PERSPETIVAS FUTURAS



A PT continuará a ser uma empresa orientada para o crescimento, com o objetivo de explorar ao máximo o potencial do seu portfólio de ativos, tirando vantagem das oportunidades futuras e existentes no mercado das telecomunicações, multimédia e serviços de TI. A PT pretende continuar a aproveitar as oportunidades de convergência, ao integrar serviços de dados e voz com novos e sofisticados serviços multimédia e de TI.

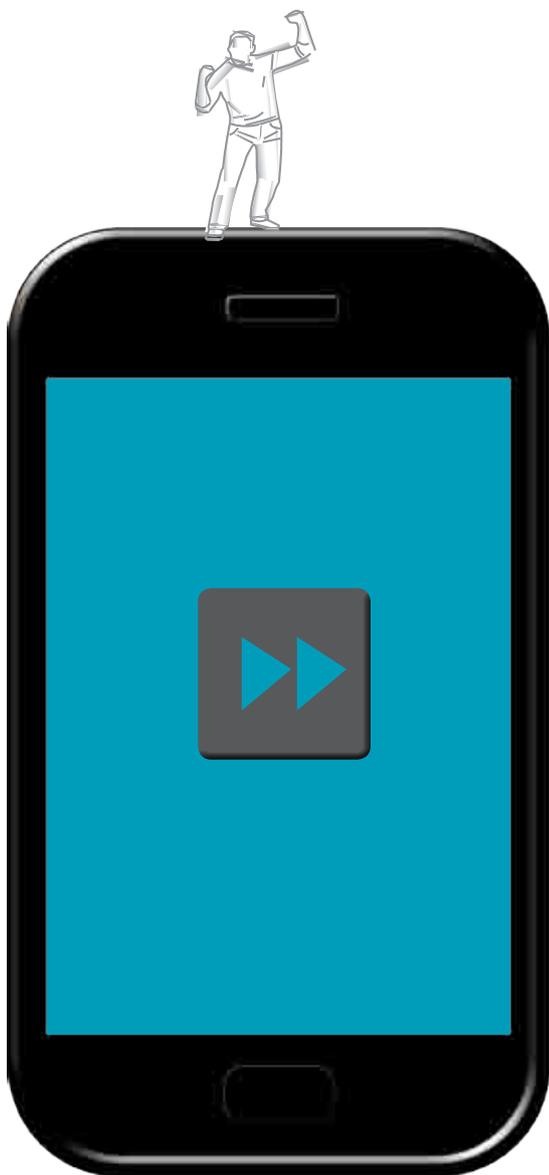
Após a reestruturação do seu negócio em Portugal em segmentos de clientes, a PT irá continuar a concentrar o seu esforço no desenvolvimento fixo-móvel, em produtos convergentes de TI-telecoms e multimédia e em ofertas de serviços integrados, com o objetivo de adquirir novos clientes, aumentando o seu *share-of-wallet*, melhorando a fidelização e diminuindo os custos com retenção de clientes. A PT irá continuar a investir na transformação da oferta do segmento residencial, com o objetivo de transformar oferta de telefone fixo em ofertas *triple-play*, que são mais competitivas e mais resilientes a condições económicas adversas. No segmento pessoal, a PT irá continuar a contribuir para aumentar a penetração dos *smartphones*, para desenvolver novos serviços e planos de preços, e diferenciar ainda mais a sua oferta móvel, beneficiando da implementação do LTE e liderando o *roll-out* do 4G no mercado português. No segmento empresas, a PT irá continuar a fornecer soluções avançadas *one-stop-shop* de TI / SI com foco em BPO e na comercialização de soluções *machine-to-machine*. Estas ofertas alavancam o investimento da PT em soluções FTTH e *cloud computing*, permitindo a oferta de serviços *cloud-based*, em parceria com fornecedores de *software* e *hardware*. Adicionalmente, a PT irá continuar a investir na inovação e na investigação e desenvolvimento com o objetivo de melhorar os seus serviços com novas e diferenciadoras funcionalidades, personalizáveis, com conteúdos feitos à medida para ir ao encontro das necessidades do cliente. A PT irá continuar a alavancar nas suas parcerias com fornecedores de maneira a reduzir o *time-to-market* e a diferenciar, ainda mais, a sua proposta de valor para os seus clientes. A PT irá continuar a investir para desenvolver ainda mais plataformas e redes *core* mais eficientes, tanto na rede fixa como na rede móvel, com o objetivo de oferecer maior banda aos seus clientes e serviços *cloud*. Adicionalmente, a PT irá continuar a pautar a sua estrutura de custos pelo aumento de produtividade e engenharia de processos de negócio.

A PT irá continuar a ser um operador geograficamente diversificado, com o objectivo de oferecer aos seus acionistas um perfil com menos risco, com reduzida dependência de apenas um mercado e um melhor perfil de crescimento. No Brasil, no seguimento da parceria estratégica estabelecida com a Oi, que inclui a aquisição pela PT de uma posição de controlo na Oi, a PT pretende explorar mais o potencial de crescimento dos ativos da Oi, alavancando na evolução demográfica favorável do Brasil, nas perspetivas de crescimento económico e no aumento do potencial de penetração de serviços de telecomunicações, em particular na banda larga fixa e móvel, na TV e em alavancar na convergência fixo-móvel. Adicionalmente, a PT pretende também aumentar a sua exposição aos mercados africanos de grande crescimento, retirando vantagem das parcerias que detém, no seu portfólio de ativos existente e considerando seletivamente oportunidades de criação de valor. A PT irá continuar a promover a partilha das melhores práticas entre todos os seus ativos, com o objetivo de assegurar uma posição competitiva sustentável em todos os mercados, beneficiando da escala em termos de acesso a tecnologia e inovação.

A PT irá continuar a operar num ambiente bastante concorrencial e regulado, que colocará riscos e ameaças aos negócios existentes, colocando a rentabilidade dos seus ativos sob pressão, nomeadamente a descida acentuada das taxas de terminação móveis, bem como a queda dos preços do *roaming*. A PT irá também continuar as suas operações num contexto de instabilidade económica europeia, em particular em Portugal, o que irá criar desafios financeiros e económicos adicionais e barreiras ao desenvolvimento dos seus negócios.

A PT irá continuar a contribuir para o desenvolvimento da sociedade de informação, para promover a info-inclusão de todos os cidadãos dos países onde tem as suas operações. A PT tem, também, o objetivo de ser uma referência em termos de sustentabilidade e irá continuar a investir no desenvolvimento de um modelo de negócio sustentável, implementando políticas e desenvolvendo práticas com o objectivo de respeitar a sociedade e o ambiente no seu todo.

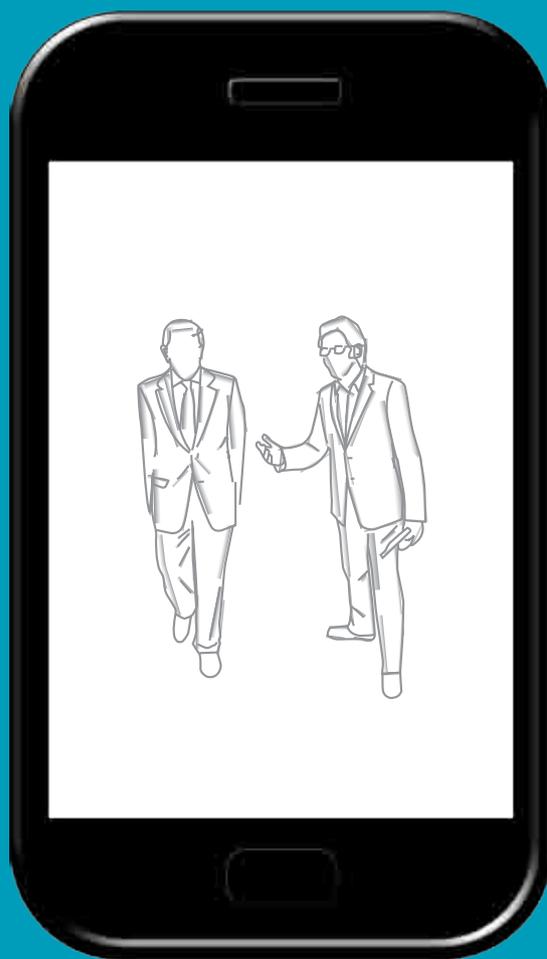
A PT tem como objetivo proporcionar um dos mais atrativos pacotes de remuneração acionista do sector, juntamente com a melhoria das perspectivas de crescimento, alavancada na exposição internacional em economias de alto crescimento e no potencial de otimização do seu portfólio.





12

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Para efeitos do disposto no número 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA, abaixo identificados, declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhe competem tal como aí referidas, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, consoante aplicável, no exercício das suas funções:

- A informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal às contas e dos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação;
- O relatório de gestão relativo àquele exercício social expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente uma descrição correta dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se defrontam.

Lisboa, 22 de março de 2012

Presidente do Conselho de Administração	Henrique Granadeiro
Presidente da Comissão Executiva	Zeinal Bava
Administrador Executivo, Chief Financial Officer	Luís Pacheco de Melo
Administradores Executivos	Alfredo José Silva de Oliveira Baptista Carlos Alves Duarte Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão Manuel Rosa da Silva Shakhaf Wine
Administradores não-Executivos	Otávio Marques de Azevedo Francisco Manuel Marques Bandeira José Guilherme Xavier de Basto João Manuel de Mello Franco Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes Mário João de Matos Gomes Pedro Jereissati Gerald Stephen McGowan Rafael Luís Mora Funes Maria Helena Nazaré Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires Francisco Teixeira Pereira Soares Paulo José Lopes Varela Milton Almicar Silva Vargas Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos



13

ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

De acordo com o Artigo Sexto do Regulamento do Conselho de Administração, aprovado a 3 de outubro de 2008, o Conselho de Administração da PT reafirmou o compromisso de conferir aos seus membros não executivos uma efetiva capacidade de acompanhar, avaliar e supervisionar a gestão executiva da Sociedade.

Durante o ano de 2011, os Administradores não Executivos da PT puderam desenvolver as suas funções, de forma efetiva e sem que se tenham deparado com constrangimentos de qualquer índole. Neste sentido, destacam-se as seguintes atividades:

- Para além do exercício das respetivas competências não delegadas na Comissão Executiva, os Administradores não Executivos da PT desempenharam a sua função de supervisão da atuação da gestão executiva, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 8 do Artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º 1 de Artigo Sexto do Regulamento do Conselho de Administração. Com efeito, ao abrigo daquelas regras, a delegação de poderes na Comissão Executiva não exclui o dever legal de vigilância geral dos Administradores não Executivos;
- Tal como previsto nos Artigos Quinto e Sexto do Regulamento do Conselho de Administração, os Administradores não Executivos da PT exerceram, ainda, a sua função de supervisão no seio das comissões internas deste órgão, isto é:
 - No âmbito da Comissão de Governo Societário, exclusivamente constituída por Administradores não Executivos e cujos poderes e atividades em 2011 se encontram descritos no capítulo II, ponto 3 C do Relatório de Governo da Sociedade;
 - No âmbito da Comissão de Avaliação, maioritariamente constituída por Administradores não Executivos e cujos poderes e atividades em 2011 se encontram descritos no capítulo II, ponto 3 C do Relatório de Governo da Sociedade.

O efetivo exercício das funções pelos Administradores não Executivos da PT foi também potenciado pelo papel assumido pelo Presidente do Conselho de Administração, o qual, desde 28 de março de 2008, assumiu exclusivamente as funções de *Chairman*, deixando de exercer funções executivas no que respeita às funções delegadas na Comissão Executiva.

Este papel assumido pelo *chairman* encontra-se, aliás, vertido no Artigo Quarto do Regulamento do Conselho de Administração e tem-se concretizado pelas seguintes vias:

- Acompanhamento da atuação da Comissão Executiva no sentido de manter o Conselho de Administração informado sobre o desempenho das competências delegadas naquela Comissão;
- Contributo para o efetivo desempenho das funções e deveres dos Administradores não Executivos, assegurando os mecanismos necessários para que estes pudessem tomar decisões de forma independente e esclarecida, em particular na sua competência de coordenação das reuniões do Conselho de Administração;
- Dinamização dos trabalhos das comissões especializadas do Conselho de Administração.

Durante o ano de 2011, os Administradores não Executivos da PT puderam desempenhar as referidas funções e atividades, em particular, através das seguintes práticas:

- Apresentações detalhadas realizadas pela Comissão Executiva, nas reuniões do Conselho de Administração, dos aspectos considerados relevantes da atividade desenvolvida, facultando aos Administradores não Executivos as informações adicionais solicitadas e potenciando um debate aprofundado e profícuo sobre a atividade da empresa (em especial, relativamente a decisões estratégicas);

- Envio pelo Presidente da Comissão Executiva ao Presidente do Conselho de Administração das convocatórias e as atas das suas reuniões;
- Presença assídua dos Administradores não Executivos nas reuniões do Conselho de Administração (os quais correspondem à maioria dos membros deste órgão em exercício), tendo sido realizado um número alargado de reuniões deste órgão (13 reuniões durante o ano de 2011), assim como reuniões informais e apresentações com os Administradores não Executivos, destinadas ao esclarecimento e discussão sobre temas específicos relacionados com a informação financeira e os negócios da Sociedade;
- Intervenção no processo de tomada de decisão sobre determinadas transações com partes relacionadas, designadamente: (i) a realização de transações de valor superior a 100.000 Euros está dependente de parecer prévio da Comissão de Auditoria; e (ii) as transações com acionistas de valor superior a 1.000.000 Euros estão sujeitas a aprovação do Conselho de Administração;
- Obtenção, conjunta ou isoladamente, por parte dos Administradores não Executivos, de informação necessária ou conveniente ao exercício das suas funções por solicitação ao Presidente do Conselho de Administração e/ou ao Presidente da Comissão Executiva, permitindo-se, deste modo, que a resposta seja prestada em tempo útil e de forma adequada;
- Sem prejuízo dos casos de reconhecida urgência, a convocação das reuniões do Conselho de Administração é feita com uma antecedência mínima de cinco dias e a ordem de trabalhos e documentação de suporte às deliberações são disponibilizadas com uma antecedência mínima de três dias.

Para além destas atividades, importa referir que, tendo a Sociedade escolhido o modelo anglo-saxónico, o seu órgão de fiscalização é uma Comissão de Auditoria constituída exclusivamente por Administradores não Executivos, que, no exercício das suas funções legais, estatutárias e regulamentares melhor descritas no capítulo II.3. ponto B) do Relatório de Governo da Sociedade, apresenta o resultado da sua atividade em relatórios e pareceres autónomos, entre os quais o relatório de atividade fiscalizadora e os pareceres sobre o relatório e contas, individuais e consolidados, emitidos em cada ano.



127	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
128	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
129	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA
130	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
131	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

132 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

132	1 Nota introdutória
135	2 Bases de apresentação
144	3 Principais políticas contábilísticas, julgamentos e estimativas
154	4 Alterações de políticas e estimativas
155	5 Cotações utilizadas para conversão de transações em moeda estrangeira
156	6 Receitas operacionais
157	7 Composição do resultado líquido por segmentos de negócio
161	8 Custos com o pessoal
161	9 Custos diretos dos serviços prestados
162	10 Custo das mercadorias vendidas
162	11 Fornecimentos e serviços externos
163	12 Locação operacional
163	13 Impostos indiretos
163	14 Custos com benefícios de reforma
178	15 Outros custos, líquidos
178	16 Juros suportados, líquidos
178	17 Perdas com variações cambiais, líquidas
179	18 Ganhos em ativos financeiros e outros investimentos, líquidos
179	19 Outros custos financeiros, líquidos
179	20 Impostos e taxas
182	21 Operações descontinuadas
186	22 Interesses não controladores
187	23 Dividendos
187	24 Resultados por ação
188	25 Investimentos de curto prazo
188	26 Contas a receber de clientes
188	27 Contas a receber - outros
189	28 Existências
189	29 Impostos a pagar e a recuperar
190	30 Custos diferidos
191	31 Depósitos judiciais
191	32 Outros ativos correntes e não correntes
192	33 Ativos não correntes detidos para venda
192	34 Investimentos em empresas participadas
194	35 Outros investimentos
195	36 Ativos intangíveis
198	37 Ativos tangíveis
202	38 Dívida
209	39 Contas a pagar
209	40 Acréscimos de custos
210	41 Proveitos diferidos
210	42 Provisões e ajustamentos
213	43 Outros passivos correntes e não correntes
214	44 Capital próprio
216	45 Instrumentos financeiros
222	46 Garantias e compromissos financeiros
223	47 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
225	48 Partes relacionadas
228	49 Processos judiciais em curso
236	50 Eventos subsequentes

237 ANEXOS

238	ANEXO I EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS
240	ANEXO II EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO PROPORCIONAL
243	ANEXO III EMPRESAS ASSOCIADAS

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

EUROS

	Notas	2011	2010
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
RECEITAS			
Prestações de serviços	6	5.859.286.893	3.516.023.963
Vendas	6	141.455.409	165.615.850
Outras receitas	6	146.102.419	60.614.025
	6	6.146.844.721	3.742.253.838
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)			
Custos com o pessoal	8	1.020.475.455	637.115.622
Custos diretos dos serviços prestados	9	1.012.274.450	547.559.101
Custo das mercadorias vendidas	10	169.875.122	179.893.915
Marketing e publicidade		131.118.820	81.096.858
Fornecimentos e serviços externos e outras despesas	11	1.281.382.721	724.519.676
Impostos indiretos	13	187.460.760	45.418.246
Provisões e ajustamentos	42	156.264.110	34.951.944
Amortizações	36 e 37	1.325.584.609	758.567.813
Custos com benefícios de reforma	14	58.527.048	38.209.838
Custos com redução de efetivos	14	36.429.874	145.513.252
Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidos		(9.190.969)	(5.542.839)
Outros custos, líquidos	15	32.632.583	141.194.008
		5.402.834.583	3.328.497.434
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		744.010.138	413.756.404
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS			
Juros suportados, líquidos	16	297.114.673	185.044.935
Perdas com variações cambiais, líquidas	17	18.146.031	6.814.213
Ganhos em ativos financeiros e outros investimentos, líquidos	18	(577.737)	(1.860.287)
Ganhos em empresas participadas, líquidos	34	(209.183.860)	(141.709.104)
Outros custos financeiros, líquidos	19	107.402.475	33.300.530
		212.901.582	81.590.287
Resultado antes de impostos		531.108.556	332.166.117
Imposto sobre o rendimento	20	108.196.813	77.525.848
Resultado das operações continuadas		422.911.743	254.640.269
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Resultado das operações descontinuadas	21	-	5.565.426.533
RESULTADO LÍQUIDO		422.911.743	5.820.066.802
Atribuível a interesses não-controladores	22	83.782.511	147.871.835
Atribuível a acionistas da Portugal Telecom	24	339.129.232	5.672.194.967
Resultado líquido por ação			
Básico	24	0,39	6,48
Diluído	24	0,39	6,06
Resultado líquido por ação das operações continuadas			
Básico	24	0,39	0,19
Diluído	24	0,39	0,19

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010			
	Notas	2011	2010
Ganhos (perdas) reconhecidos directamente no capital próprio (Nota 44.5)			
Ajustamentos de conversão cambial			
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		(289.362.828)	433.946.646
Transferências para resultados (ii)		(37.794.036)	(1.166.099.952)
Benefícios de reforma			
Perdas actuariais líquidas	14	(80.537.620)	(450.674.906)
Efeito fiscal (iii)	20	20.934.533	(85.748.128)
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros			
Variação no valor de mercado	45	24.494.061	(3.791.679)
Transferências para resultados	45	(25.863.984)	3.859.739
Efeito fiscal	20	958.275	(18.037)
Outros custos reconhecidos directamente no capital próprio, líquidos (iv)		(24.055.124)	(11.283.072)
		(411.226.723)	(1.108.313.133)
Reservas reconhecidas directamente no capital próprio (Nota 44.5)			
Reservas de reavaliação			
Reavaliação de imóveis e da rede de condutas	37	(126.167.561)	-
Efeito fiscal	20	31.541.890	-
Remensuração do imposto diferido passivo relativo à reavaliação de ativos (v)	20	-	14.181.908
		94.625.671	14.181.908
Total de resultados e reservas reconhecidos directamente no capital próprio		(505.852.394)	(1.094.131.225)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados		422.911.743	5.820.066.802
Total dos resultados reconhecidos		82.940.651	4.725.935.577
Atribuível a interesses não-controladores		30.339.901	257.155.531
Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom		113.280.552	4.468.780.046

(i) As perdas registadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão relacionadas essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro nos investimentos na Oi e na Contax. Os ganhos reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão relacionados essencialmente com o impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro no investimento anteriormente detido pela Portugal Telecom na Brasilcel, no montante de 337 milhões de Euros.

(ii) Em 2011, esta rubrica corresponde ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial sobre o investimento na UOL, o qual foi reclassificado para a demonstração dos resultados na sequência da conclusão da alienação deste investimento em janeiro de 2011 (Nota 33). Em 2010, esta rubrica inclui um montante de 1.134.159.099 Euros (Nota 21) correspondente ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial relativos ao investimento na Brasilcel, o qual foi transferido para a demonstração dos resultados no momento da alienação deste investimento em setembro de 2010, e um montante de 31.940.853 Euros (Nota 21) correspondente a uma parcela do valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial que foi reclassificada para a demonstração dos resultados no seguimento do reembolso de parte do investimento na Brasilcel através de reduções de capital ocorridas nesta empresa durante o primeiro semestre de 2010.

(iii) Esta rubrica inclui o efeito fiscal sobre as perdas actuariais líquidas apuradas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e uma perda de 26.924.481 Euros reconhecida em 2010 relativa ao impacto nos ativos por impostos diferidos decorrente de uma redução na taxa de imposto aplicável, de 26,5% para 25,0%.

(iv) Esta rubrica inclui um montante de 11 milhões de Euros em ambos os anos correspondente ao efeito fiscal sobre os dividendos recebidos em 2011 e 2010 no âmbito dos contratos de *equity swap* sobre ações próprias, os quais, para efeitos contabilísticos, foram registados como ações próprias. Adicionalmente, esta rubrica inclui um custo de 7 milhões de Euros em 2011 relacionado com o efeito fiscal sobre os dividendos recebidos pela Telemar Norte Leste relativamente ao seu investimento na Portugal Telecom, o qual, para efeitos contabilísticos foi registado como ações próprias na Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

(v) Em 2010, esta rubrica respeita ao impacto nos passivos por impostos diferidos decorrente de uma redução na taxa de imposto aplicável.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

EUROS

	Notas	31 dez 2011	31 dez 2010
ATIVO			
Ativo corrente			
Caixa e equivalentes de caixa		4.930.012.396	4.764.732.734
Investimentos de curto prazo	25	738.112.198	341.772.444
Contas a receber - clientes	26	1.580.334.752	1.054.028.600
Contas a receber - outros	27	332.635.396	2.330.095.617
Existências	28	133.506.967	101.515.755
Impostos a recuperar	29	374.500.400	37.545.321
Custos diferidos	30	73.584.328	39.617.800
Depósitos judiciais	31	229.321.275	-
Outros ativos correntes	32	41.028.329	25.647.001
Ativos não correntes detidos para venda	33	-	160.448.046
Total do ativo corrente		8.433.036.041	8.855.403.318
Ativo não corrente			
Contas a receber - clientes		1.225.001	1.451.332
Contas a receber - outros	27	22.096.000	17.661.730
Impostos a recuperar	29	56.406.992	267.622
Investimentos em empresas participadas	34	533.444.415	361.517.602
Outros investimentos	35	22.884.590	17.680.614
Ativos intangíveis	36	5.424.100.459	1.111.692.584
Ativos tangíveis	37	6.228.622.568	3.874.613.414
Benefícios de reforma	14	13.620.935	1.927.991
Ativos por impostos diferidos	20	1.220.882.009	653.075.198
Depósitos judiciais	31	854.761.888	-
Outros ativos não correntes	32	132.710.054	274.640.756
Total do ativo não corrente		14.510.754.911	6.314.528.843
Total do ativo		22.943.790.952	15.169.932.161
PASSIVO			
Passivo corrente			
Dívida de curto prazo	38	3.291.558.305	951.921.279
Contas a pagar	39	1.244.239.461	711.489.295
Acréscimos de custos	40	922.779.134	558.974.927
Proveitos diferidos	41	299.352.137	287.808.093
Impostos a pagar	29	411.776.877	57.410.840
Provisões	42	282.487.720	87.683.131
Outros passivos correntes	43	359.660.738	28.391.592
Total do passivo corrente		6.811.854.372	2.683.679.157
Passivo não corrente			
Dívida de médio e longo prazo	38	8.989.400.331	6.254.380.288
Contas a pagar	39	201.956.296	11.110.580
Impostos a pagar	29	314.374.825	3.805.301
Provisões	42	579.396.803	40.947.202
Benefícios de reforma	14	1.004.065.628	968.792.596
Passivos por impostos diferidos	20	1.052.457.228	311.597.337
Outros passivos não correntes	43	247.479.376	286.474.565
Total do passivo não corrente		12.389.130.487	7.877.107.869
Total do passivo		19.200.984.859	10.560.787.026
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	44	26.895.375	26.895.375
Ações próprias	44	(326.382.864)	(178.071.827)
Reserva legal	44	6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias	44	6.970.320	6.970.320
Reserva de reavaliação	44	556.543.594	693.283.402
Outras reservas e resultados acumulados	44	2.557.270.220	3.836.598.153
Capital próprio excluindo interesses não controladores		2.828.069.784	4.392.448.562
Interesses não controladores	22	914.736.309	216.696.573
Total do capital próprio		3.742.806.093	4.609.145.135
Total do capital próprio e do passivo		22.943.790.952	15.169.932.161

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

EUROS

	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Cap. próprio excluindo interesses não-controladores	Interesses não-controladores (Nota 22)	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2009	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	722.108.135	733.636.104	1.318.311.246	1.069.135.212	2.387.446.458
Dividendos (Nota 23)	-	-	-	-	-	(503.626.688)	(503.626.688)	(61.483.720)	(565.110.408)
Dividendos antecipados (Nota 23)	-	-	-	-	-	(875.872.500)	(875.872.500)	-	(875.872.500)
Aquisições, alienações e aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	(1.048.110.450)	(1.048.110.450)
Impacto fiscal relativo à componente de capital dos empréstimos por obrigações convertíveis (Nota 20)	-	-	-	-	-	(15.143.542)	(15.143.542)	-	(15.143.542)
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	(28.824.733)	(1.174.590.188)	(1.203.414.921)	109.283.696	(1.094.131.225)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	5.672.194.967	5.672.194.967	147.871.835	5.820.066.802
Saldo em 31 de dezembro de 2010	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	693.283.402	3.836.598.153	4.392.448.562	216.696.573	4.609.145.135
Dividendos (Nota 23 e 44.5)	-	-	-	-	-	(1.117.987.321)	(1.117.987.321)	(54.718.768)	(1.172.706.089)
Dividendos antecipados (Nota 23 e 44.5)	-	-	-	-	-	(184.799.868)	(184.799.868)	-	(184.799.868)
Alteração no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	808.765.991	808.765.991
Ações da Portugal Telecom adquiridas pela Oi (Nota 1)	-	(148311037)	-	-	-	-	(148311037)	-	(148.311.037)
Bonificação e resgate de ações da Brasil Telecom (Nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	(86.347.388)	(86.347.388)
Reavaliação de ativos tangíveis	-	-	-	-	(94.625.671)	-	(94.625.671)	-	(94.625.671)
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	(42.114.137)	(315.669.976)	(357.784.113)	(53.442.610)	(411.226.723)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	339.129.232	339.129.232	83.782.511	422.911.743
Saldo em 31 de dezembro de 2011	26.895.375	(326.382.864)	6.773.139	6.970.320	556.543.594	2.557.270.220	2.828.069.784	914.736.309	3.742.806.093

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

EUROS

	Notas	2011	2010)
ATIVIDADES OPERACIONAIS (Nota 47.a)			
Recebimentos de clientes		6.872.212.265	4.217.884.234
Pagamentos a fornecedores		(3.071.030.520)	(2.142.344.825)
Pagamentos ao pessoal		(1.052.530.685)	(657.641.753)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	47.b	(164.560.300)	(63.765.524)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos	14	(198.223.997)	(235.179.099)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	47.c	(610.714.238)	(215.112.767)
Fluxos das atividades operacionais de operações continuadas		1.775.152.525	903.840.266
Fluxos das atividades operacionais de operações descontinuadas	21	-	603.033.383
Fluxos das atividades operacionais (1)		1.775.152.525	1.506.873.649
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	47.d	97.492.590	6.602.876
Investimentos financeiros	47.e	170.819.847	4.443.356
Ativos tangíveis e intangíveis		10.761.447	34.181.595
Juros e proveitos similares	47.f	339.561.933	85.588.733
Dividendos	47.g	147.209.113	54.102.740
Outras atividades de investimento	47.h	40.530.444	510.002
		806.375.374	185.429.302
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	47.d	(301.661.547)	(326.770.774)
Investimentos financeiros	47.i	(2.265.668.045)	(3.654.405)
Ativos tangíveis e intangíveis		(1.217.277.754)	(1.154.806.237)
Outras atividades de investimento	47.i	(30.996.476)	(1.413.736)
		(3.815.603.822)	(1.486.645.152)
Fluxos das atividades de investimento de operações continuadas		(3.009.228.448)	(1.301.215.850)
Fluxos das atividades de investimento de operações descontinuadas	21	2.000.000.000	5.373.608.488
Fluxos das atividades de investimento (2)		(1.009.228.448)	4.072.392.638
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	47.j	7.333.257.840	21.541.252.607
Subsídios		1.062.132	1.774.045
Outras atividades de financiamento		897.290	245.539
		7.335.217.262	21.543.272.191
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	47.j	(5.878.028.282)	(21.341.949.798)
Juros e custos similares	47.f	(647.706.534)	(312.643.855)
Dividendos	47.k	(1.206.055.463)	(1.451.951.875)
Aquisição de ações próprias	47.l	(86.819.821)	-
Outras atividades de financiamento	47.m	(56.906.153)	(7.904.034)
		(7.875.516.253)	(23.114.449.562)
Fluxos das atividades de financiamento de operações continuadas		(540.298.991)	(1.571.177.371)
Fluxos das atividades de financiamento de operações descontinuadas	21	-	(357.879.144)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(540.298.991)	(1.929.056.515)
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.764.732.734	1.449.516.549
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		225.625.086	3.650.209.772
Efeito das diferenças de câmbio		(60.345.424)	47.474.641
Caixa e seus equivalentes de operações descontinuadas na data da venda		-	(382.468.228)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4.930.012.396	4.764.732.734

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Montantes expressos em Euros, exceto quando indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA**a) Empresa-mãe**

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Portugal Telecom) e as suas empresas participadas (“Grupo”, “Grupo Portugal Telecom” ou “Empresa”) operam essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia, em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia.

A Portugal Telecom foi constituída em 23 de junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal, S.A., Telefones de Lisboa e Porto, S.A. (TLP) e Teledifusora de Portugal, S.A. (TDP), com referência a 1 de janeiro de 1994. Em resultado do processo de privatização iniciado em 1 de junho de 1995 e terminado em 4 de dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por acionistas privados. Por escritura pública realizada em 12 de dezembro de 2000, a Portugal Telecom, S.A. alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, S.A., tendo modificado o seu objeto social para sociedade gestora de participações sociais.

Em 26 de julho de 2011, a Assembleia-Geral de Acionistas da Portugal Telecom aprovou uma alteração aos Estatutos da Empresa que eliminou os direitos especiais concedidos às 500 ações de Categoria A, normalmente denominados *golden share* (Nota 44).

As ações da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext e na NYSE – New York Stock Exchange.

b) Atividade

O Grupo opera essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia.

Portugal

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efetuada pela PT Comunicações, S.A. (PT Comunicações), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações celebrado em 20 de março de 1995, de acordo com o Decreto-Lei n.º 40/95, por um período inicial de 30 anos, sujeito a renovações subsequentes por períodos de 15 anos. Este contrato foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, em resultado da PT Comunicações ter celebrado com o Estado Português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex (Rede Básica). Adicionalmente, a PT Comunicações presta igualmente serviços de televisão por subscrição com a marca MEO, através das plataformas de IPTV, FTTH e DTH, e serviços de Internet a clientes residenciais e a pequenas e médias empresas. Adicionalmente, no seguimento da fusão da PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. (PT Prime) em 2011, a PT Comunicações também presta serviços de transmissão de dados e de Internet a grandes clientes.

Os serviços de telecomunicações móveis são prestados pela TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. (TMN) através do sistema global de comunicações móveis (GSM), cuja licença foi concedida pelo Estado Português em 1992 (por um período inicial de 15 anos), renovada em 2007 até 16 de março de 2022, e do sistema de telecomunicações móveis universais (UMTS), cuja licença foi obtida em 19 de dezembro de 2000 (por um período inicial de 15 anos, renovável por um período adicional de 15 anos). Em dezembro de 2011, a TMN adquiriu a licença móvel da quarta geração (licença 4G), com a qual prestará serviços a partir de 2012 através da tecnologia Long Term Evolution (LTE), a qual representa uma evolução da tecnologia GSM, que permite níveis mais elevados de largura de banda e velocidade. Esta licença foi concedida por um período inicial de 15 anos, renovável por um período adicional de 15 anos.

Brasil

No Brasil, desde 28 de março de 2011, o Grupo presta serviços de telecomunicações através da Telemar Norte Leste, S.A. (Telemar) e das suas subsidiárias, as quais operam através da marca Oi, e presta serviços corporativos e de *contact centre* através da Contax, S.A. (Contax) e das suas subsidiárias.

A Oi é líder na prestação de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro e o maior operador fixo de telecomunicações na América do Sul em termos de número de clientes ativos. A Portugal Telecom concluiu a aquisição de uma participação direta e indireta de 25,3% na Telemar por um montante total de 8.256 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 3.647 milhões de Euros (Nota 2.b), através (1) da subscrição de aumentos de capital realizados em 28 de março de 2011 pela Telemar Participações, S.A. (Telemar Participações), Tele Norte Leste Participações, S.A. (TNL) e Telemar, e (2) da aquisição de uma participação de 35% nos dois principais acionistas da Telemar Participações, a AG Telecom Participações, S.A. (AG) e a LF Tel, S.A. (LF). Esta transação foi concluída no seguimento do acordo de intenções celebrado, em 28 de julho de 2010, entre a Portugal Telecom, a AG e a LF, o qual estabelece os princípios para o desenvolvimento de uma parceria estratégica entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi.

Os termos dos acordos de acionistas celebrados entre a Portugal Telecom, a AG e a LF contêm mecanismos de votação unânime dos seus representantes no Conselho de Administração da Telemar Participações, no que concerne a decisões sobre as políticas financeiras e operacionais estratégicas que afetam a atividade do Grupo Oi. Consequentemente, de acordo com os termos da IAS 31 *Participações em Empreendimentos Conjuntos* (IAS 31), a Empresa concluiu que partilha contratualmente o controlo da Telemar Participações e que esta empresa é portanto uma entidade controlada conjuntamente. Não obstante a opção incluída na IAS 31 que permite a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Portugal Telecom, em linha com a política contabilística aplicada em anos anteriores, optou por utilizar o método de consolidação proporcional para reconhecer nas contas consolidadas o seu investimento na entidade controlada conjuntamente Telemar Participações, a qual por sua vez controla a TNL e a Telemar e suas subsidiárias. No âmbito do processo de aquisição do investimento na Oi, a Portugal Telecom ficou com uma participação direta e indireta de 25,6% na Telemar Participações, sendo essa a participação considerada na consolidação proporcional desta empresa e de todas as suas controladas.

O objetivo da parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi é o desenvolvimento de uma plataforma global de telecomunicações que venha a permitir a cooperação em diversas áreas, tendo em vista, entre outros aspetos, partilhar as melhores práticas, obter economias de escala, implementar iniciativas de investigação e desenvolvimento, desenvolver novas tecnologias, expandir internacionalmente, particularmente na América Latina e em África, diversificar os serviços prestados aos clientes, maximizar sinergias e reduzir custos, e oferecer constantemente serviços de qualidade aos clientes empresariais e individuais, procurando criar e acrescentar valor aos acionistas.

No âmbito da parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi, estava previsto que, entre outros objetivos, a Oi viesse a utilizar parte do montante recebido em resultado do aumento de capital para a aquisição de até 10% do capital social da Portugal Telecom. Até 31 de dezembro de 2011, a Oi adquiriu 64.557.566 ações da Portugal Telecom (Nota 23), representativas de 7,2% do capital social. A participação da Portugal Telecom neste investimento foi classificada como ações próprias na sua Demonstração Consolidada da Posição Financeira e ascendia a 148 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011 (Nota 44.2), incluindo 61 milhões de Euros (Nota 2.b) relativos a ações adquiridas antes do final de março de 2011 e 87 milhões de Euros (Nota 47.I) relativos a ações adquiridas durante o segundo trimestre de 2011.

A Contax é uma das empresas líderes em serviços corporativos e a empresa líder em *contact centres* no Brasil. Em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu a aquisição de uma participação direta (16,2%) e indireta (25,8% através da AG e da LF) de 42,0% na CTX por um montante de 181 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 80 milhões de Euros (Nota 2.b), resultando numa participação indireta de 14,1% na Contax. A CTX, que controla e consolida integralmente a Contax, é consolidada proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom, considerando os direitos de governo societário atribuídos à Portugal Telecom no âmbito dos acordos de acionistas celebrados.

O último passo da operação de aquisição da Contax consistiu na aquisição da Dedic/GPTI (o prestador de *Business Process Outsourcing* da Portugal Telecom) pela Contax e foi concluído em 1 de julho de 2011, em resultado de os Conselhos de Administração e as Assembleias de Acionistas da Dedic, da CTX e da Contax terem aprovado as seguintes operações: (1) a troca do investimento da Portugal Telecom na Dedic/GPTI por uma participação de 7,6% na Contax; (2) a troca de uma participação de 1,3% detida pela Portugal Telecom na Contax por uma participação adicional de 3,7% na CTX; e (3) a alienação pela Portugal Telecom à CTX de uma participação de 2,0% na Contax pelo montante total de 49,7 milhões de Reais Brasileiros (22 milhões de Euros). Em resultado destas operações, a participação direta e indireta da Portugal Telecom na CTX e na Contax aumentou de 42,0% para 44,4% e de 14,1% para 19,5%, respetivamente, e a Dedic/GPTI tornou-se uma subsidiária integral da Contax, pelo que os seus ativos, passivos e resultados foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de julho de 2011, em conjunto com a Contax. Adicionalmente, foi registado um *goodwill* total de 28 milhões de Euros (Nota 36) correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico dos ativos líquidos adquiridos pela Portugal Telecom e pela Contax.

Em abril de 2011, dando seguimento à sua estratégia de internacionalização, a Contax concluiu a aquisição de 100% da Allus Global BPO Centre (Allus) pelo montante de 245 milhões de Reais Brasileiros (Nota 2.b). Consequentemente, os resultados da Contax, os quais são consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Resultados da Portugal Telecom desde 1 de abril de 2011, incluem a consolidação integral dos resultados da Allus desde 1 de maio de 2011. A Allus é uma das maiores empresas prestadoras de serviços de *contact centre* na América Latina, com operações na Argentina, Colômbia e Perú e atividades comerciais nos Estados Unidos da América e Espanha. Com esta aquisição, a Contax deu um importante passo para se tornar num dos mais completos prestadores globais de BPO (*Business Process Outsourcing*), dedicado a apoiar os seus clientes em toda a cadeia de relacionamento com os consumidores.

Em 24 de maio de 2011, numa reunião prévia dos acionistas da Telemar Participações, nos termos do Acordo de Acionistas desta empresa, os seus acionistas aprovaram a orientação a dar às administrações da Telemar Participações e de cada uma das suas controladas TNL, Telemar, Coari Participações (Coari) e Brasil Telecom (em conjunto as “Empresas Oi”) para que efetuassem as análises relevantes e implementassem os procedimentos necessários visando uma reorganização societária das Empresas Oi (a “Reorganização Societária”). Relativamente a esta reorganização societária, cumpre mencionar o seguinte:

- Os principais passos da reorganização societária incluem:
 - (a) A incorporação das ações da Telemar pela Coari, recebendo os acionistas da Telemar novas ações da Coari a serem emitidas, passando desta forma a Telemar a ser subsidiária integral da Coari;
 - (b) A fusão da Coari na Brasil Telecom, deixando a Coari de existir;
 - (c) A fusão da TNL na Brasil Telecom, deixando a TNL de existir; e
 - (d) Uma bonificação em ações resgatáveis de emissão da Brasil Telecom a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da Brasil Telecom anteriores à incorporação, as quais, imediatamente após a sua emissão, serão resgatadas pelo montante total de 1.502 milhões de Reais Brasileiros, situação que foi refletida no cálculo dos rácios de troca. Considerando o compromisso subjacente a estas operações, a Brasil Telecom reconheceu este montante a pagar aos seus acionistas, incluindo 740 milhões de Reais Brasileiros a pagar ao seu acionista controlador Coari Participações (49,3%), o qual é integralmente detido pela Telemar, e 762 milhões de Reais Brasileiros a pagar aos acionistas não controladores. Consequentemente, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente o passivo relativo aos acionistas não controladores no montante de 86 milhões de Euros (Notas 22 e 43) à data da deliberação, o qual foi incluído na rubrica “Outros passivos correntes”.

Em resultado destas operações, a Brasil Telecom, que deverá ser redenominada Oi, S.A., concentraria todas as participações financeiras atuais das Empresas Oi e seria a única listada em bolsa de valores.

- Os principais benefícios associados a esta reorganização incluem, entre outros fatores, a simplificação da estrutura acionista e a unificação das bases acionistas das Empresas Oi, o aumento significativo da liquidez das ações das Empresas Oi, a unificação dos balanços das Empresas Oi, permitindo a definição de uma política de remuneração acionista de longo prazo, e a redução de custos operacionais, administrativos e financeiros.
- De modo a concluir a reestruturação societária, a TNL, a Telemar e a Brasil Telecom constituíram Comitês Especiais Independentes, cada um dos quais deveria negociar as condições das transações relacionadas com a sua empresa, incluindo a definição dos rácios de troca, e submeter as suas recomendações ao Conselho de Administração de cada empresa.
- Em 1 de agosto de 2011, em resultado das análises efetuadas individualmente por cada um dos comitês e das negociações realizadas entre todos, os comitês independentes informaram o presidente do Conselho de Administração de cada uma daquelas empresas acerca dos rácios de troca recomendados para os Conselhos de Administração das Empresas Oi adotarem relativamente às fusões da Coari e da TNL na Brasil Telecom.
- Em 27 de fevereiro de 2012, as assembleias de acionistas das Empresas Oi aprovaram a Reorganização Societária (Nota 50).

África

Em África, o Grupo presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados através da Africatel Holding BV (Africatel). O Grupo presta serviços em Angola, principalmente através da empresa associada Unitel e na Namíbia, em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias Mobile Telecommunications Limited (MTC), LTM – Listas Telefónicas de Moçambique (LTM), Cabo Verde Telecom e CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL (CST).

Ásia

Na Ásia, o Grupo presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados através da Timor Telecom e da Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL (CTM).

Operações descontinuadas (Nota 21)

Em 27 de setembro de 2010, a Portugal Telecom concluiu a alienação da sua participação de 50% na Brasilcel (*joint venture* que controla a Vivo) à Telefónica pelo montante total de 7.500 milhões de Euros, tendo recebido 4.500 milhões de Euros nesse dia e 1.000 milhões de Euros em 30 de dezembro de 2010, num total de 5.500 milhões de Euros em 2010 (Nota 21), e 2.000 milhões de Euros em 31 de outubro de 2011, conforme previsto no acordo celebrado com a Telefónica. A Portugal Telecom reconheceu um ganho líquido de 5.423 milhões de Euros (Nota 21) no âmbito desta venda.

Em resultado da venda do investimento na Brasilcel, o anterior negócio móvel no Brasil da Portugal Telecom foi classificado como uma operação descontinuada e em conformidade: (1) os ganhos deste negócio em 2010 até à conclusão da alienação foram apresentados na Demonstração dos Resultados Consolidados na rubrica "Resultado das operações descontinuadas"; e (2) os fluxos de caixa deste negócio até à data da venda foram apresentados na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa nas rubricas de fluxos de caixa de operações descontinuadas, juntamente com o valor obtido com a venda.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 22 de março de 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, por esta ser a moeda funcional da Portugal Telecom e de uma parte significativa das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas denominadas em moeda estrangeira foram convertidas para Euros de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 3.q).

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia, incluindo todas as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011, aprovadas pela União Europeia (UE). No caso da Portugal Telecom, não existem diferenças entre as IFRS adotadas pela UE e as IFRS publicadas pelo International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos relativos aos períodos reportados (Nota 3).

a) Princípios de consolidação

Empresas controladas (Anexo I)

A Portugal Telecom consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém a maioria dos direitos de voto ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais dessa empresa e obteve a maioria dos benefícios e riscos económicos. Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido das empresas incluídas na consolidação é apresentada separadamente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira e na Demonstração Consolidada dos Resultados, respetivamente, na rubrica “Interesses não controladores” (Nota 22).

Os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício. Os interesses de acionistas não controladores são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados.

Os resultados das empresas subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na Demonstração Consolidada dos Resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação, respetivamente.

As transações e saldos entre empresas controladas são eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes das transações entre empresas do Grupo são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Empresas controladas conjuntamente (Anexo II)

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto.

De acordo com o método de consolidação proporcional, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas são integrados, rubrica a rubrica, na proporção da percentagem de controlo atribuível ao Grupo.

Os ativos, passivos e passivos contingentes em empresas controladas conjuntamente são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

No seguimento da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, os quais são classificados como entidades controladas conjuntamente de acordo com a IAS 31, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente os ativos e passivos da Oi e da Contax a partir de 31 de março de 2011 e os resultados desde 1 de abril de 2011.

Após a alienação da participação de 50% na Brasilcel, conforme mencionado acima, a participação da Portugal Telecom nos resultados desta *joint venture* para todos os períodos apresentados foi incluída na rubrica “Resultado das operações descontinuadas” (Nota 21).

Empresas associadas (Anexo III)

Uma empresa associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, ajustado, quando aplicável, para respeitar as políticas contabilísticas da Portugal Telecom. De acordo com este método, as participações financeiras em empresas associadas são reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ao custo e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas, por contrapartida de resultados financeiros na rubrica “Ganhos em empresas participadas, líquidos” (Nota 34). Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas são registados como uma diminuição do respetivo valor dos investimentos financeiros.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas associadas tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade controlada conjuntamente ou associada, na respetiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido na IFRS 3 *Concentrações Empresariais* (IFRS 3). Atendendo à exceção prevista na IFRS 1 *Primeira Adoção das IFRS*, o Grupo aplicou as disposições da IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2004. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2004 foram mantidos com base no valor contabilístico dessas operações, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O *goodwill* relativo a investimentos em empresas sedeadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertido para Euros à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial".

O *goodwill* relativo a empresas subsidiárias e entidades controladas conjuntamente é incluído na rubrica "Ativos intangíveis" (Nota 36), não sendo amortizado, mas sujeito a testes anuais de imparidade ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados do período e não é suscetível de reversão posterior. O *goodwill* relativo a empresas associadas é incluído na rubrica "Investimentos em empresas participadas" (Nota 34). Estes investimentos são também sujeitos a testes de imparidade.

Na alienação de uma empresa controlada, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

b) Alterações ocorridas no Grupo

Aquisições

Em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu a aquisição de participações diretas e indiretas na Telemar e na Contax, no seguimento da qual consolidou proporcionalmente os ativos e passivos destas empresas a partir de 31 de março de 2011 e os seus resultados desde 1 de abril de 2011, conforme explicado acima. O investimento na Telemar foi realizado através da aquisição de uma participação direta nesta empresa e, indiretamente, através da aquisição de participações no capital social dos seus acionistas controladores, enquanto o investimento na Contax foi realizado indiretamente através da aquisição de participações diretas no capital social da CTX e dos seus acionistas controladores. Os investimentos na Telemar e na Contax foram adquiridos através das empresas subsidiárias Bratel Brasil, S.A. e Portugal Telecom Brasil, S.A., respetivamente, e estavam estruturados da seguinte forma em 28 de março de 2011 (data de aquisição):

Participação em 28 de março de 2011(a)					
Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	Efetiva
PASA Participações, S.A.		Belo Horizonte	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, SA (35,0%)	35,0%
EDSP75 Participações, S.A.		São Paulo	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, SA (35,0%)	35,0%
AG Telecom Participações, S.A.		Belo Horizonte	Gestão de investimentos.	PASA Participações, SA (100%)	35,0%
Luxemburgo Participações, S.A.		Belo Horizonte	Gestão de investimentos.	AG Telecom Participações, SA (100%)	35,0%
LF Tel, S.A.		São Paulo	Gestão de investimentos.	EDSP75 Participações, SA (100%)	35,0%
Telemar Participações, S.A.	(b)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, SA (12,1%); AG Telecom Participações, SA (12,9%); Luxemburgo Participações, SA (6,5%); LF Tel, SA (19,4%)	25,6%
Tele Norte Leste Participações, S.A.	(c)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, SA (10,5%); Luxemburgo Participações, SA (2,4%); LF Tel, SA (2,4%); Telemar Participações (22,2%)	17,9%
Telemar Norte Leste, S.A.	(d)	Rio de Janeiro	Concessionária dos serviços de telecomunicações no Brasil.	Bratel Brasil, SA (9,4%); Luxemburgo Participações, SA (3,3%); LF Tel, SA (3,3%); Telemar Participações (3,8%); TNL (70,5%)	25,3%
CTX Participações, S.A.	(b)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	Portugal Telecom Brasil, SA (16,2%); AG Telecom Participações, SA (25,4%); Luxemburgo Participações, SA (11,4%); LF Tel, SA (36,8%)	42,0%
Contax Participações, S.A.	(e) (f)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	CTX Participações (33,5%)	14,1%
Contax, S.A.	(f)	Rio de Janeiro	Serviços de <i>call center</i> .	Contax Participações (100%)	14,1%

(a) A estrutura de participações da Telemar e da Contax em 31 de dezembro de 2011, incluindo as suas subsidiárias e os seus acionistas controladores, encontra-se descrita no Anexo II.

(b) No âmbito dos termos da aquisição das participações na Oi e na Contax e dos acordos celebrados com os seus acionistas controladores, a Portugal Telecom partilha o controlo das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais estratégicas, resultando na consolidação proporcional da posição acionista direta e indireta na Telemar Participações (25,6%), que consolida integralmente a TNL, a Telemar e todas as suas subsidiárias, e na CTX (42,0%), que consolida integralmente a Contax Participações, a Contax e as suas subsidiárias. No seguimento das operações concluídas em 1 de julho de 2011 relacionadas com a Contax, tal como mencionado acima, a Portugal Telecom aumentou a sua participação efetiva na CTX para 44,4%.

(c) A Telemar Participações tinha 56,4% dos direitos de voto da TNL em 28 de março de 2011.

(d) A TNL tinha 98,0% dos direitos de voto da Telemar em 28 de março de 2011.

(e) A CTX tinha 69,3% dos direitos de voto da Contax Participações em 28 de março de 2011.

(f) No seguimento das operações concluídas em 1 de julho de 2011 relacionadas com a Contax, tal como mencionado acima, a Portugal Telecom obteve uma participação direta de 4,3% na Contax Participações, tendo aumentado a sua participação efetiva na Contax Participações e na Contax, S.A. de 14,1% para 19,5%.

O Grupo Oi é líder no fornecimento de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro, através da Telemar e das suas subsidiárias (Anexo II), como segue:

- Telemar fornece o serviço fixo de telefone na Região I do Brasil;
- TNL PCS, S.A. fornece o serviço móvel de telefone nas Regiões I e III do Brasil (99,7% detida pela Telemar);
- Brasil Telecom fornece o serviço fixo de telefone na Região II do Brasil (49,3% detida indiretamente pela Telemar, com direitos de voto de 79,6%);
- 14 Brasil Telecom Celular, S.A. fornece o serviço móvel de telefone na Região II do Brasil (100% detida pela Brasil Telecom);
- Outras empresas, incluindo empresas *holding* e empresas que prestam serviços de gestão de rede, serviços de gestão de tráfego, serviços financeiros, serviços relacionados com sistemas de pagamento e de crédito e serviços de *call centre* e *telemarketing*.

No seguimento destas aquisições, a Empresa efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos através destas combinações de negócios, pelo que as alocações dos preços de compra estão ainda sujeitas a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pela IFRS 3 *Concentrações Empresariais*. Não obstante, a Empresa não estima alterações materiais na sua posição financeira em resultado de eventuais alterações à alocação realizada em 2011. O detalhe dos ativos líquidos da Telemar (25,6%), da Contax (42,0%) e dos seus acionistas controladores, os quais foram consolidados proporcionalmente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom, e do *goodwill* apurado no âmbito da transação acima mencionada é como segue:

MILHÕES DE EUROS			
	Valor contabilístico	Ajustamentos a valor de mercado (i)	Valor de mercado
Ativos	9.275	1.527	10.802
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 47.i)	1.504	-	1.504
Investimentos financeiros de curto prazo (Nota 25)	192	-	192
Contas a receber correntes	767	-	767
Impostos a recuperar correntes	300	-	300
Depósitos judiciais correntes (Nota 31)	208	-	208
Ativos intangíveis (Nota 36)	2.031	1.527	3.558
Ativos tangíveis (Nota 37)	2.632	-	2.632
Impostos diferidos (Nota 20)	658	-	658
Depósitos judiciais não correntes (Nota 31)	776	-	776
Benefícios de reforma (Nota 14)	11	-	11
Outros (ii)	197	-	197
Passivos	6.756	519	7.275
Dívida de curto prazo (Nota 38)	656	-	656
Contas a pagar correntes (Nota 39)	303	-	303
Acréscimos de custos correntes (Nota 40)	367	-	367
Impostos a pagar correntes	318	-	318
Provisões correntes (Nota 42)	213	-	213
Dívida de médio e longo prazo (Nota 38)	3.092	-	3.092
Impostos a pagar não correntes (iii)	312	-	312
Provisões não correntes (Nota 42)	594	-	594
Benefícios de reforma (Nota 14)	63	-	63
Impostos diferidos (Nota 20)	353	519	873
Outros (iv)	484	-	484
Ativos líquidos adquiridos	2.519	1.008	3.526
Interesses não controladores (Nota 22)	710	106	816
Ativos líquidos adquiridos atribuíveis a acionistas da Portugal Telecom	1.809	902	2.711
Ações próprias adquiridas (Nota 1) (v)	61	-	61
Sub-total com base na taxa de câmbio em vigor em 31 de março de 2011 (vi)	1.870	902	2.772
Sub-total com base na taxa de câmbio considerada no preço de aquisição (vi)	1.905	919	2.824
<i>Goodwill</i> (Nota 36) (vii)			904
Preço de aquisição (Nota 47.i)			3.728

(i) A natureza dos ajustamentos a valor de mercado encontra-se descrita abaixo em maior detalhe.

(ii) Esta rubrica inclui essencialmente custos diferidos e impostos a recuperar não correntes.

(iii) Os impostos a pagar não correntes referem-se a programas de pagamento parcelar de impostos federais em vigor no Brasil, no âmbito dos quais as empresas inscreveram uma parcela substancial da sua dívida fiscal vencida até 30 de novembro de 2008 junto da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional da Segurança Social.

(iv) Esta rubrica inclui essencialmente (1) dividendos a pagar, os quais estão classificados na rubrica "Outros passivos correntes" da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, (2) contas a pagar não correntes, nomeadamente relacionadas com licenças a pagar à Anatel, e (3) proveitos diferidos.

(v) Em 31 de março de 2011, a Oi tinha uma participação de 3,1% na Portugal Telecom. Este investimento foi registado como ações próprias na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom e foi adquirido no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1).

(vi) No seguimento da conclusão do processo de aquisição dos investimentos na Oi, na Contax e nos seus acionistas controladores em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente o justo valor dos ativos líquidos adquiridos pela primeira vez em 31 de março de 2011, com base na taxa de câmbio Euro/Real nesta data, a qual difere da taxa de câmbio Euro/Real implícita nas transferências de fundos de Portugal para o Brasil para o pagamento do preço de aquisição. O impacto da diferença entre estas taxas de câmbio foi reconhecido diretamente no capital próprio e incluído na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial".

(vii) Nas combinações de negócios, é usual existir uma parcela do custo de aquisição que não é possível atribuir em termos contabilísticos ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, sendo portanto reconhecida como *goodwill*. No caso da aquisição da Oi e da Contax, este *goodwill* está relacionado com diversos elementos, os quais não podem ser individualmente quantificados de forma fiável e isolados uns dos outros, incluindo sinergias decorrentes de poupanças de custos, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado estabelecida.

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Na determinação do justo valor dos ativos adquiridos, para além de diversas outras considerações, foi tida em conta a informação de peritos. Os ajustamentos a valor de mercado efetuados no âmbito deste processo estão relacionados essencialmente com: (1) licenças móveis detidas pela TNL PCS, S.A. (TCL PCS) para as regiões I e III e pela 14 Brasil Telecom Celular, S.A. (Brasil Telecom Celular) para a região II, as quais serão amortizadas até 2038, ano em que termina o final do primeiro período de renovação destas licenças; (2) concessões de rede fixa detidas pela Telemar Norte Leste para a Região I e pela Brasil Telecom para a Região II, as quais serão amortizadas até 2025, o final do período inicial destas concessões; e (3) listas de clientes das operações móveis da Oi e da Contax, as quais serão amortizadas, linearmente, com base no prazo médio estimado de retenção de clientes em de cada negócio. O detalhe destes ajustamentos a valor de mercado é como segue:

MILHÕES DE EUROS			
	Oi	Contax	Total
Valor contabilístico	1.797	11	1.809
Ajustamentos a valor de mercado:			
Ativos intangíveis			
Licenças móveis e concessões de rede fixa	1.191	-	1.191
Listas de clientes	171	165	336
Efeito fiscal	(463)	(56)	(519)
Interesses não controladores	(34)	(73)	(106)
	865	36	902
Ações próprias adquiridas	61	-	61
Valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos com base na taxa de câmbio em 31 de março de 2011	2.724	48	2.772
Valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos com base na taxa de câmbio considerada no preço de aquisição	2.775	49	2.824
Goodwill (Nota 36)	872	31	904
Preço de compra (Notas 1 e 47.i)	3.647	80	3.728

A contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores para o resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi negativa em 32 milhões de Euros. Essa contribuição diverge do resultado líquido constante das demonstrações financeiras preparadas por essas entidades, essencialmente pelo impacto da amortização dos ajustamentos a valor de mercado acima descritos. O detalhe da referida contribuição é como segue:

MILHÕES DE EUROS	
RECEITAS	2.768
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)	
Custos com o pessoal (Nota 8)	505
Custos diretos (Nota 9)	521
Custo das mercadorias vendidas (Nota 10)	32
Marketing e publicidade	48
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas (Nota 11)	597
Impostos indiretos (Nota 13)	146
Provisões e ajustamentos	135
Amortizações	545
Custos com benefícios de reforma, líquidos (Nota 14)	5
Outros custos, líquidos	2
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	231
Juros suportados, líquidos (Nota 16)	175
Outros custos financeiros, líquidos	70
Resultado antes de impostos	(15)
Imposto sobre o rendimento (Nota 20)	7
Resultado líquido (antes de interesses não controladores)	(22)
Resultados atribuíveis a interesses não controladores	10
Prejuízo atribuível a acionistas da Portugal Telecom	(32)

Caso a Oi e a Contax tivessem sido consolidadas proporcionalmente desde 1 de janeiro de 2011, os valores proforma das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses não controladores da Portugal Telecom, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, seriam como segue:

MILHÕES DE EUROS			
	Valores reportados	Efeito da Oi e da Contax	Informação pro-forma
Receitas operacionais	6.147	890	7.037
Resultado líquido (antes de interesses não-controladores)	423	(75)	348

A contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de dezembro de 2011, a qual não inclui o *goodwill* gerado pela Empresa em resultado da aquisição dos investimentos nestas empresas, é como segue:

MILHÕES DE EUROS	
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo	1.563
Contas a receber correntes	798
Impostos a recuperar correntes	287
Depósitos judiciais correntes	229
Ativos intangíveis	3.401
Ativos tangíveis	2.573
Benefícios de reforma	12
Impostos diferidos	626
Depósitos judiciais não correntes	855
Outros	172
Activo	10.515
Dívida de curto prazo	601
Contas a pagar correntes	362
Acréscimos de custos correntes	361
Impostos a pagar correntes	338
Provisões correntes	191
Dívida de médio e longo prazo	3.281
Impostos a pagar não correntes	311
Provisões não correntes	570
Benefícios de reforma	74
Impostos diferidos	776
Outros	477
Passivo	7.341
Interesses não controladores	694
Ativos líquidos	2.480

Em abril de 2011, tal como mencionado acima, a Contax adquiriu um investimento na Allus pelo montante de 245 milhões de Reais Brasileiros (Nota 1), ou seja 103 milhões de Reais Brasileiros correspondentes à percentagem da participação consolidada proporcionalmente pela Portugal Telecom. Este investimento foi consolidado proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 30 de abril de 2011. O justo valor dos ativos líquidos consolidados proporcionalmente em 30 de abril de 2011 e o *goodwill* apurado em resultado desta transação, é como segue:

MILHÕES		
	Reais Brasileiros	Euros
Ativos	94	40
Ativos correntes (i)	41	18
Ativos intangíveis (Nota 36)	31	13
Ativos tangíveis (Nota 37)	16	7
Outros	5	2
Passivos	59	25
Passivos correntes	46	19
Dívida de médio e longo prazo	13	5
Outros	1	0
Ativos líquidos adquiridos	35	15
<i>Goodwill</i> (Nota 36)	68	29
Preço de aquisição (Nota 47.i)	103	44

(i) Esta rubrica inclui caixa e equivalentes de caixa no montante de 2 milhões de Euros, os quais foram incluídos na Demonstração dos Fluxos de Caixa na rubrica "Recebimentos provenientes de investimentos financeiros" (Nota 47.i).

No dia 7 de fevereiro de 2010, a Portugal Telecom, através da Dedic, empresa que atua no mercado de *call centre* no Brasil, celebrou um acordo para a aquisição de uma participação de 100% no capital da GPTI, S.A. (GPTI), empresa que presta serviços relacionados com tecnologias e sistemas de informação, os quais complementam os serviços prestados pela Dedic. O preço de compra desta aquisição inclui: (1) a emissão de ações pela Dedic correspondentes a uma participação financeira de 12,5%; e (2) uma opção concedida ao antigo acionista da GPTI de aumentar ou diminuir essa participação em até 7,5%, em função do desempenho operacional e financeiro da GPTI em 2010 e 2011. Na sequência desta aquisição, concluída em 1 de março de 2010 através da emissão de ações pela Dedic (data efetiva da aquisição de controlo), o antigo acionista da GPTI detém uma participação financeira de 12,5% na Dedic. O detalhe dos ativos líquidos da GPTI, que foram consolidados em 1 de março de 2010, e do *goodwill* apurado em resultado desta transação é como segue:

MILHÕES DE EUROS			
	Valor contabilístico	Ajustamentos a valor de mercado (i)	Justo valor
ATIVOS LÍQUIDOS ADQUIRIDOS			
Contas a receber	13	-	13
Impostos a recuperar	2	-	2
Ativos intangíveis	-	3	3
Ativos tangíveis	1	-	1
Outros ativos não correntes	0	-	0
Dívida de curto prazo	(18)	-	(18)
Contas a pagar	(2)	-	(2)
Impostos a pagar	(11)	-	(11)
Provisões não correntes	(4)	-	(4)
Dívida de médio e longo prazo	(13)	-	(13)
Provisões não correntes	(2)	(1)	(3)
Outros passivos	(3)	-	(3)
Total dos ativos líquidos adquiridos	(37)	2	(35)
Preço de compra (ii)			14
<i>Goodwill</i> total (Nota 36)			49

(i) Os ajustamentos para o justo valor dos ativos intangíveis correspondem ao valor estimado de contratos recorrentes celebrados entre a GPTI e determinados clientes. Os ajustamentos para o justo valor das provisões não correntes correspondem ao justo valor de determinadas contingências fiscais cujo desfecho era considerado como possível na data de aquisição.

(ii) Tal como mencionado acima, o preço de compra inclui (a) 28 milhões de reais (11 milhões de Euros) correspondentes ao valor de mercado do aumento de capital da Dedic na data de aquisição, e (b) 5 milhões de Reais (2 milhões de Euros) correspondentes ao justo valor da opção concedida ao antigo acionista da GPTI a 1 de março de 2010.

A contribuição da GPTI para os resultados da Portugal Telecom no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 corresponde a um resultado líquido antes de interesses não controladores de, aproximadamente, 4 milhões de Euros, incluindo receitas operacionais de 56 milhões de Euros. Caso a GPTI tivesse sido consolidada desde 1 de janeiro de 2010, os valores proforma das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses não controladores da Portugal Telecom, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, são como segue:

MILHÕES DE EUROS			
	Valores reportados	Resultados da GPTI entre janeiro e fevereiro de 2010	Informação pro-forma
Receitas operacionais	3.742	8	3.751
Resultado líquido (antes de interesses não controladores)	5.820	(5)	5.815

Alienações

Em 2010, a Vivo foi classificada como operação descontinuada no seguimento do acordo celebrado pela Portugal Telecom com a Telefónica em 28 de julho de 2010 para a alienação da sua participação de 50% na Brasilcel, a qual foi concluída em setembro de 2010; conseqüentemente, nas demonstrações financeiras do exercício de 2010, a informação financeira relativa a este negócio foi apresentada como operação descontinuada (Nota 21).

Outras transações societárias

Conforme explicado na Nota 1, em 1 de julho de 2011, os Conselhos de Administração e as Assembleias Gerais de Acionistas da Dedic, da Contax e da CTX aprovaram as seguintes operações: (1) a troca do investimento da Portugal Telecom na Dedic/GPTI por uma participação de 7,6% na Contax; (2) a troca de uma participação de 1,3% detida pela Portugal Telecom na Contax por uma participação adicional de 3,7% na CTX; e (3) a alienação pela Portugal Telecom à CTX de uma participação de 2,0% na Contax por um montante de 49,7 milhões de Reais Brasileiros. Todas estas operações foram reconhecidas a justo valor, incluindo a permuta dos investimentos na Dedic e na GPTI por um investimento na Contax, a qual foi registada com base no valor de mercado atribuído nos termos da troca. Em resultado destas operações, foi apurado um *goodwill* total de 28 milhões de Euros (Nota 36), correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico dos ativos adquiridos pela Portugal Telecom e pela Contax. Este *goodwill* representa as sinergias decorrentes da integração destas empresas, uma vez que ambas atuam no negócio de *call centre*.

Em resultado destas operações, as participações diretas e indiretas da Portugal Telecom na CTX e na Contax foram aumentadas de 42,0% para 44,4% e de 14,1% para 19,5%, respetivamente, e a Dedic/GPTI tornou-se uma subsidiária integral da Contax. Conseqüentemente, os ativos, passivos e resultados da Dedic/GPTI foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de julho de 2011, em conjunto com a Contax, enquanto até essa data foram consolidados integralmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom. O detalhe dos ativos e passivos da Dedic/GPTI que foram consolidados integralmente em 30 de junho de 2011, os quais foram subsequentemente integrados na Contax e, com base na participação efetiva de 44,4% na CTX, consolidados proporcionalmente a partir de 1 de julho de 2011, é como segue:

MILHÕES DE EUROS	
30 Jun 2011	
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	3
Contas a receber	74
Ativos intangíveis (incluindo o <i>goodwill</i> sobre a GPTI) (Nota 36)	70
Ativos tangíveis (Nota 37)	46
Ativos por impostos diferidos (Nota 20)	22
Outros	8
	223
Passivos	
Dívida bruta	21
Contas a pagar	19
Acréscimos de custos	19
Impostos a pagar	12
Provisões (Nota 42)	9
	79

Com exceção das operações acima mencionadas, não ocorreram quaisquer outras alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Principais políticas contabilísticas

a) Classificação da Demonstração Consolidada da Posição Financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira são classificados como correntes. Os passivos são também classificados como correntes quando são liquidados a menos de um ano, ou quando não existe um direito incondicional de diferir a sua liquidação, para um período de pelo menos 12 meses após a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

b) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição. As existências são ajustadas por motivos de obsolescência tecnológica ou baixa rotação de determinados bens.

c) Ativos tangíveis

Em 2008, a Portugal Telecom alterou a política contabilística de valorização dos imóveis e da rede de condutas, deixando de utilizar o modelo do custo e passando a adotar o modelo de reavaliação, uma vez que entende que este último reflete de uma melhor forma o valor económico destas classes de ativos, tendo em conta a natureza dos ativos reavaliados, os quais não estão sujeitos a obsolescência tecnológica. O incremento de valor dos ativos tangíveis resultante destas reservas de reavaliação, não distribuíveis, está a ser amortizado de acordo com o critério utilizado na amortização dos bens reavaliados. A Portugal Telecom adotou uma política de revisão do montante reavaliado de três em três anos.

Os restantes ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido de amortizações acumuladas, subsídios ao investimento e perdas por imparidade, quando aplicável. O custo de aquisição inclui: (1) o preço de compra do ativo; (2) as despesas diretamente imputáveis à compra; e (3) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e requalificação do local (Notas 3.g e 43). Decorrente da exceção prevista na IFRS 1, as reavaliações efetuadas aos ativos tangíveis, em exercícios anteriores a 1 de janeiro de 2004, de acordo com os índices de atualização monetária previstos na legislação portuguesa, foram mantidas, designando-se esse valor reavaliado como valor de custo para efeitos de IFRS.

A amortização dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de amortização usadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	3 - 50
Equipamento básico	
Instalações e equipamento de rede	7 - 40
Rede de condutas	40
Equipamento terminal	3 - 10
Cabos submarinos	15 - 20
Estações, equipamento e instalações de satélites	5 - 7
Outros equipamentos de telecomunicações	4 - 10
Outro equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos tangíveis	4 - 8

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, bem como as perdas por imparidade, são reconhecidas como uma dedução ao valor do ativo respetivo por contrapartida de resultados do período. Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo, quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias significativas nos ativos tangíveis são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando os mesmos possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os ganhos e perdas nas alienações de ativos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica “Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidos”.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis incluem basicamente o *goodwill* (Nota 2.a), a aquisição da Rede Básica detida pela PT Comunicações, licenças e concessões de telecomunicações, relacionadas essencialmente com a Oi e a TMN e licenças de utilização de *software*.

Os ativos intangíveis, excluindo o *goodwill*, são amortizados pelo método das quotas constantes, a partir do início do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante o período estimado de vida útil ou, se inferior, o período dos contratos (incluindo os períodos de renovação adicionais se aplicável), como segue:

Propriedade da rede básica detida pela PT	Comunicações Período da concessão (até 2025)
Licenças e concessões de telecomunicações:	
Licença UMTS detida pela TMN	Período da licença com período de renovação (até 2030)
Licença LTE detida pela TMN	Período da licença com período de renovação (até 2041)
Concessões fixas da Oi (detidas pela Telemar e Brasil Telecom)	Período da concessão (até 2025)
Licenças móveis da Oi (detidas pela TNL PCS e Brasil Telecom Celular)	Período da licença com período de renovação (até 2038)
Direitos de aquisição de capacidade de satélite	Período do contrato (até 2015)
Licenças de utilização de <i>software</i>	3 – 6 anos
Outros ativos intangíveis	3 – 8 anos

O período de renovação das licenças depende basicamente de as empresas cumprirem determinados objetivos e obrigações pré-definidos nos acordos através das quais essas licenças foram inicialmente atribuídas.

e) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, incluídas na rubrica “Outros investimentos” (Nota 35), compreendem essencialmente imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital, ou ambos, e não para utilização no decurso da atividade corrente dos negócios (exploração, serviços prestados ou vendas).

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas (método de quotas constantes) e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício a que se referem.

As propriedades de investimento são amortizadas durante o período de vida expectável pelo método de quotas constantes (Nota 3.c).

f) Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo *goodwill*

As empresas do Grupo efetuam testes de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício a que se refere.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Os ativos tangíveis registados de acordo com o modelo de reavaliação são periodicamente mensurados. Qualquer perda por imparidade nestes ativos é reconhecida como uma diminuição à reserva de reavaliação reconhecida inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores no montante da reserva de reavaliação inicial são reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados.

g) Provisões, passivos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos internos e o montante da referida obrigação possa ser estimada com razoabilidade. Quando alguma destas condições não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a probabilidade de uma saída de recursos seja remota.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando o Grupo tem um plano detalhado, formalizado, e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

As provisões são atualizadas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, considerando a melhor estimativa obtida pelos órgãos de gestão.

As obrigações para os custos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local são reconhecidas a partir do mês em que os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade (Notas 3.c) e 43). O montante da obrigação reconhecida corresponde ao respetivo valor presente, sendo a atualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica de "Juros suportados, líquidos".

h) Responsabilidades com pensões e complementos de pensão

A PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação, S.A. (PT SI) eram responsáveis por conceder a alguns dos seus empregados prestações pecuniárias a título de pensão e complemento de pensão de reforma. Em resultado da transferência realizada em 2010 das responsabilidades não financiadas com pensões regulamentares para o Estado Português, como explicado na Nota 14.1, a PT Comunicações e a PT SI são, desde dezembro de 2010, responsáveis somente por pagar complementos de pensão. Para financiar estas obrigações, foram constituídos vários fundos pela PT Comunicações (Nota 14.1.1).

A Telemar e as suas subsidiárias promovem planos de pensões privados e outros benefícios de reforma aos seus empregados, os quais são geridos por duas fundações. A Telemar e as suas subsidiárias têm planos de benefício definido e planos de contribuição definida (Nota 14.2)

A fim de estimar as suas responsabilidades com os planos de benefício definido acima mencionados, o Grupo obtém periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinados de acordo com o "Método da Unidade de Crédito Projetada". O Grupo decidiu adotar o tratamento alternativo previsto no IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, nomeadamente os resultantes de mudanças nos pressupostos atuariais e de diferenças entre dados reais e pressupostos atuariais.

As alterações aos planos relativas a reduções ou aumentos de benefícios concedidos aos empregados são registadas como ganhos e perdas com serviços passados. Os ganhos e perdas com serviços passados relativos a direitos vencidos são reconhecidos na rubrica "Custo com benefícios de reforma, líquidos", quando obtidos ou incorridos, e aqueles relativos a direitos não vencidos são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores, na maioria dos casos, na data de reforma. Os ganhos obtidos com a liquidação de um plano são reconhecidos, quando incorridos, na rubrica "Custos com redução de efetivos".

As responsabilidades reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira representam o valor atual das obrigações com os planos de benefícios definidos de pensões, deduzido do justo valor dos ativos dos fundos de pensões e dos ganhos ou perdas com serviços passados ainda não reconhecidos.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

As contribuições efetuadas no âmbito dos planos de contribuição definida são determinadas com base em cálculos atuariais, quando aplicável, e são registadas como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados na data em que as mesmas são devidas. De acordo com estes planos, o patrocinador não tem a obrigação legal ou construtiva de fazer contribuições adicionais, no caso de o fundo não ter ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados no ano corrente e em anos anteriores.

i) Responsabilidades com cuidados de saúde

A PT Comunicações e a PT SI têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados, bem como aos respetivos familiares elegíveis, cuidados de saúde a prestar após a idade da reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos. O Plano de Saúde é gerido pela Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (PT ACS), tendo em 2004 sido constituído um fundo autónomo para financiar estas responsabilidades (Nota 14.1.2), gerido pela PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. (PT Prestações).

A Telemar e as suas subsidiárias gerem um plano de benefícios definidos destinado a prestar assistência médica a reformados e pensionistas.

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento das referidas prestações após a data de reforma, o Grupo obtém periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades, determinados de acordo com o “Método da Unidade de Crédito Projetada”. O Grupo decidiu adotar o tratamento alternativo previsto no IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, nomeadamente os resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e de diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais.

As alterações aos planos relativas a reduções ou aumentos de benefícios concedidos aos empregados são registadas como ganhos e perdas com serviços passados. Os ganhos e perdas com serviços passados relativos a direitos vencidos são reconhecidos na rubrica “Custo com benefícios de reforma, líquidos”, quando obtidos ou incorridos. Os ganhos e perdas com serviços passados relativos a direitos não vencidos são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma). Os ganhos obtidos com a liquidação de um plano são reconhecidos quando incorridos na rubrica “Custos com redução de efetivos”.

As responsabilidades com cuidados de saúde reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira representam o valor presente das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzidas do justo valor dos ativos do fundo constituído e dos ganhos ou perdas de serviços passados ainda não reconhecidos.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

j) Pré-reforma e suspensões do contrato de trabalho

No âmbito dos programas de pré-reforma ou suspensão do contrato de trabalho, é reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira um passivo correspondente ao valor presente dos salários a pagar até à idade da reforma. O respetivo custo é registado na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica “Custos com redução de efetivos” (Nota 14.1.3).

k) Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração para formação de colaboradores são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados de acordo com os custos correspondentes incorridos. Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são deduzidos ao valor dos respetivos ativos (Nota 3.c).

I) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira quando o Grupo se torna parte na respetiva relação contratual.

(i) Contas a receber (Notas 26 e 27)

Contas a receber, empréstimos atribuídos e outras contas a receber que tenham pagamentos fixos ou definidos e que não se encontrem cotados em mercados ativos são classificados como valores a receber ou empréstimos atribuídos.

As contas a receber não têm implícitos juros, sendo apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas, calculadas essencialmente com base (a) na antiguidade do saldo a receber e (b) no perfil de crédito do devedor específico.

(ii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual da transação e com a definição do passivo financeiro e instrumento de capital próprio. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido de custos de emissão.

As obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom foram reconhecidas inicialmente em duas componentes: (i) o valor atual da dívida, estimado com base em taxas de juro de mercado para empréstimos não convertíveis com características semelhantes, reconhecido no passivo; e (ii) o valor de mercado da opção de conversão da obrigação em ações, por parte do detentor da obrigação, reconhecido diretamente no capital próprio. À data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, o passivo é registado pelo seu custo amortizado.

(iii) Empréstimos bancários (Nota 38)

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido das respetivas despesas com a emissão desses empréstimos. Os juros e outros encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, bem como prémios pagos antecipadamente, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

(iv) Contas a pagar (Nota 39)

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(v) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura (Nota 45)

As atividades do Grupo estão essencialmente expostas a riscos financeiros, decorrentes de variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro. O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados, com o objetivo de efetuar cobertura daqueles riscos financeiros sujeitos à análise económica detalhada e aprovação por parte da Comissão Executiva.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente mensurados ao seu justo valor na data de contratação, sendo reavaliados subsequentemente pelo respetivo justo valor na data de cada Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39. Atualmente, para efeitos contabilísticos, a Portugal Telecom classifica os seus instrumentos financeiros derivados como de cobertura de justo valor e de fluxos de caixa.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de justo valor, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do exercício.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de fluxos de caixa são registadas diretamente no capital próprio, na sua componente efetiva, e em resultados financeiros, na sua componente não efetiva. Os valores registados no capital próprio são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tiver igualmente efeito em resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como “derivados detidos para negociação” e as respetivas variações no justo valor são registadas na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício em que ocorrem.

(vi) Ações próprias (Nota 44)

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do capital próprio na rubrica “Ações próprias”, e os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação são registados em “Resultados acumulados”.

Os *equity swaps* sobre ações próprias, que incluam uma opção de exercício físico executável pela PT, são reconhecidos como um passivo financeiro por contrapartida da redução de capital próprio, e registados de forma similar a uma aquisição de ações próprias, na data de celebração do contrato.

As ações da Portugal Telecom adquiridas por alguma das suas empresas afiliadas são reconhecidas em ações próprias ao custo de aquisição de acordo com a participação da Empresa na entidade que adquiriu essas ações.

(vii) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo (Nota 25)

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor. A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui também depósitos de clientes e outras entidades que ainda não foram compensados.

Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica de “Dívida de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo compreendem investimentos com objetivo de gerar rendimento, razão pela qual não foram classificados como equivalentes de caixa.

(viii) Operações de *Qualified Technological Equipment*

O Grupo celebrou em exercícios anteriores operações de *Qualified Technological Equipment* (QTE), pelas quais alienou a determinados investidores um conjunto de equipamentos de telecomunicações. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com o Grupo contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos. O Grupo mantém legalmente a posse dos equipamentos envolvidos.

Estas operações configuram um *sale and lease-back*, mantendo-se os equipamentos registados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira. As empresas constituídas no âmbito destas operações foram consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras, dado o Grupo ter obtido a maioria dos benefícios económicos gerados por estas entidades no decorrer das suas atividades e, conseqüentemente, estar exposto ao risco resultante das atividades dessas entidades. Assim, a Portugal Telecom registou um ativo corrente e não corrente pelo montante da venda do equipamento (Nota 32) e um passivo corrente e não corrente pelo montante das rendas vincendas (Nota 43).

m) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão de obra e transportes) incorridos na produção de ativos tangíveis são objeto de capitalização, apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- os ativos tangíveis desenvolvidos são identificáveis;
- existe forte probabilidade de que os ativos tangíveis venham a gerar benefícios económicos futuros; e
- os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

A contrapartida na Demonstração Consolidada dos Resultados é registada através da redução dos correspondentes custos operacionais, não sendo reconhecidas quaisquer margens geradas internamente. Quando não são preenchidas as condições acima descritas, os custos incorridos são contabilizados na Demonstração Consolidada dos Resultados como custos do exercício em que ocorrem.

Os custos incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos em resultados como custo, no período em que ocorrem.

n) Locações (a empresa como locatária)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos para o locatário substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais (Nota 12). A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são contabilizados pelo método financeiro, de acordo com o plano financeiro contratual (Nota 38). Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação (Nota 12).

o) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é reconhecido de acordo com o preconizado pela IAS 12 *Impostos sobre o Rendimento* (IAS 12), sendo composto por imposto corrente e imposto diferido.

A Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (atualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que a Portugal Telecom participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que, simultaneamente, sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo Portugal Telecom, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos ativos e passivos em determinado momento e o correspondente valor para efeitos fiscais.

Os passivos por impostos diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. Na data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos diretamente no capital próprio, é registado diretamente nestas mesmas rubricas. Deste modo, o impacto de alterações na taxa de imposto também é reconhecido no resultado líquido, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente ao capital próprio, caso em que esse impacto também é reconhecido diretamente no capital próprio.

p) Rédito

As receitas da atividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto no momento da prestação do serviço e faturadas numa base mensal ao longo do mês. Os valores não faturados a clientes ou não faturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efetuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

As receitas de aluguer de equipamento terminal são registadas como locação operacional no período a que respeitam, como receitas operacionais.

As receitas dos serviços de *Internet Service Provider* resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas do serviço de televisão por subscrição resultam essencialmente de e são reconhecidas como segue:

Natureza da receita	Rubrica	Reconhecimento
Assinatura mensal pela utilização do serviço	Prestação de serviços	No momento da prestação de serviços
Aluguer de equipamento	Prestação de serviços	No período do aluguer
Venda de equipamento	Vendas de mercadorias	No momento da venda
Penalidades impostas aos clientes	Outras receitas	No momento do recebimento

As receitas da atividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, da utilização da rede móvel pelos clientes e operadores de telecomunicações. O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da atividade de telecomunicações móveis, bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, podem-se resumir da seguinte forma:

Natureza da receita	Rubrica	Reconhecimento
Utilização da rede	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestações de serviços	No momento da prestação do serviço
Banda larga móvel	Prestações de serviços	No momento da prestação do serviço
Equipamentos terminais e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda
Penalidades impostas aos clientes	Outras receitas	No momento do recebimento

As receitas provenientes da venda de produtos ou serviços compostos são imputadas a cada um dos seus componentes de acordo com o seu respetivo valor de mercado e reconhecidas separadamente, de acordo com os critérios definidos para cada um desses componentes.

O Grupo opera programas de fidelização para alguns dos seus clientes, ao abrigo dos quais, em função do consumo, os clientes têm direito a pontos de fidelização que podem ser trocados por equipamentos, acessórios e descontos em subsequentes aquisições de serviços de telecomunicações. A Portugal Telecom contabiliza estas transações como transações contendo múltiplos elementos, pelo que o montante recebido inicialmente é alocado entre a receita relativa ao tráfego consumido e os pontos que o cliente obteve. Desta forma, a receita diferida é reconhecida quando os pontos são consumidos ou perdem a validade.

q) Saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euros à taxa de câmbio da data da transação. Na data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, é efetuada a atualização cambial de ativos e passivos, aplicando a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados do período em que foram determinadas. As variações cambiais geradas em itens não monetários, incluindo o *goodwill*, e em itens monetários que constituam extensão do investimento e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, são reconhecidos diretamente no capital próprio na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", sendo apresentadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

A conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de câmbio vigente à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, para a conversão dos ativos e passivos;
- Taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados;
- Taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações); e
- Taxa de câmbio histórica, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão são incluídas no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”, e são apresentadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. De acordo com o IAS 21, quando ocorre uma redução no investimento da Portugal Telecom numa entidade estrangeira, através da venda ou reembolso de capital, o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial é transferido para a Demonstração Consolidada de Resultados, de forma proporcional à redução ocorrida no investimento.

O Grupo optou por utilizar a exceção prevista no IFRS 1, transferindo o montante relativo a variações cambiais acumuladas até à data da transição, contabilizado na rubrica de “Ajustamentos de conversão cambial” em 1 de janeiro de 2004, para a rubrica de “Resultados transitados”. A partir de 1 de janeiro de 2004, o Grupo começou a registar diretamente no capital próprio as variações cambiais permitidas pelos IFRS, passando as variações cambiais geradas após a data de transição a ser reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados apenas na data da alienação dos respetivos investimentos financeiros ou quando se verifica o reembolso do investimento efetuado.

r) Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo quando incorridos. O Grupo não capitaliza os encargos financeiros, ainda que relacionados com empréstimos incorridos na aquisição, construção ou produção de um ativo, nos casos em que o período de construção dos ativos tangíveis e intangíveis é relativamente curto.

s) Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica de “Dívida de curto prazo”.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de benefícios de reforma, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, compra e venda de ações próprias e pagamentos de dividendos.

t) Eventos subsequentes (Nota 50)

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data da referida demonstração são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IFRS, o Conselho de Administração da Portugal Telecom utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

- (a) **Benefícios de reforma** – O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias atuariais, as quais utilizam determinados pressupostos atuariais. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 14. A Empresa tem como política rever periodicamente os principais pressupostos atuariais, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.

- (b) Análise de imparidade do goodwill** – A Portugal Telecom testa anualmente o *goodwill* com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxos de caixa esperados e a estimativa de uma taxa de desconto apropriada para cada unidade geradora de caixa.
- (c) Valorização e vida útil de ativos intangíveis e tangíveis** – A Portugal Telecom utiliza diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos ativos intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de empresas, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos ativos. A Portugal Telecom também utilizou estimativas para determinar a vida útil dos seus ativos tangíveis.
- (d) Reconhecimento de provisões e ajustamentos** – A Portugal Telecom é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetuou um julgamento para determinar o reconhecimento de eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 49). Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.
- (e) Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros** – A Portugal Telecom escolhe o método de avaliação que considera apropriado para os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo com base no seu melhor conhecimento do mercado e dos ativos, aplicando as técnicas de avaliação usualmente utilizadas no mercado e usando pressupostos com base em taxas de mercado.
- (f) Determinação do valor de mercado dos ativos reavaliados** – A Portugal Telecom utiliza o modelo da reavaliação para mensurar o valor contabilístico de determinadas classes de ativos tangíveis. Para determinar o valor reavaliado desses ativos, a Empresa utilizou o método do custo de reposição no caso da rede de condutas e o valor de mercado no caso dos imóveis. Estes métodos implicaram a utilização de determinados pressupostos relativos ao custo de construção das condutas e de indicadores específicos relacionados com o mercado imobiliário, conforme explicado em maior detalhe na Nota 37.
- (g) Impostos diferidos** – O Grupo reconhece e liquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária local, considerando os preceitos da legislação fiscal, os quais são significativamente diferentes dos valores calculados de acordo com as IFRS. De acordo com a IAS 12, a empresa reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contabilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. A Empresa analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos e reconhece uma perda por imparidade sempre que seja provável que esses ativos não sejam realizáveis, com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporais. Estes cálculos requerem o uso de estimativas e pressupostos, sendo que a aplicação de diferentes estimativas e pressupostos poderia resultar no reconhecimento de uma provisão para redução do valor recuperável de todo ou parte significativa dos ativos por impostos diferidos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto pelo IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS E ESTIMATIVAS

Durante o ano findo em 31 de dezembro 2011, as seguintes normas, normas revistas ou interpretações aprovadas pela União Europeia ficaram efetivas, apesar de a sua adoção não ter tido impacto nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom:

- Alterações à IAS 24 *Divulgação de Partes Relacionadas*;
- Alterações à IFRIC 14 *O Limite sobre um Ativo de Benefícios Definidos, Requisitos Mínimos de Financiamento e a sua Interação*;
- IFRIC 19 *Extinção de Passivos Financeiros através de Instrumentos de Capital Próprio*;
- Alterações à IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS*;
- Alterações à IAS 32 *Instrumentos Financeiros*;
- Alterações à IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*; e
- Alterações à IAS 1 *Apresentação de Demonstrações Financeiras e ao IFRS 3 Concentração de Atividades Empresariais*, como uma parte de um documento emitido em 2010 relacionado com pequenas melhorias de diversas normas.

Em 2011, o IASB publicou outras normas e interpretações, ainda não adotadas pela Portugal Telecom, uma vez que ainda não foram aprovadas pela União Europeia, sendo a sua aplicação requerida apenas em períodos subseqüentes:

- Em 16 de junho de 2011, o IASB emitiu alterações à IAS 19 *Benefícios aos Empregados*, as quais incluem essencialmente: (i) a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo “método do corredor”; (ii) a simplificação da apresentação das alterações nos ativos e passivos resultantes de planos de benefícios definidos, incluindo remensurações a serem apresentadas na Demonstração do Rendimento Integral, separando-as das alterações que podem ser vistas como resultado das operações do dia-a-dia da empresa; e (iii) melhorias nos requisitos de divulgação para planos de benefícios definidos, prestando melhor informação acerca das características desses planos e dos riscos a que as entidades estão expostas quando participam nos mesmos. Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A Empresa está a avaliar os impactos da adoção desta norma revista, sendo no entanto de salientar que a Portugal Telecom já reconhece os ganhos e perdas atuariais diretamente no capital próprio;
- Em 16 de junho de 2011, o IASB emitiu alterações à IAS 1 *Apresentação das Demonstrações Financeiras* que requerem divulgações adicionais a serem efetuadas na demonstração do rendimento integral de modo a que os itens incluídos nesta demonstração sejam agrupados em duas categorias: (1) itens que não vão ser subseqüentemente reclassificados para resultados; e (2) itens que vão ser subseqüentemente reclassificados para resultados quando determinadas condições são cumpridas. Estas alterações à IAS 1 são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2012;
- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*, a qual estabelece os princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades. A IFRS 10, com base nos princípios existentes, identifica o conceito de controlo como o fator decisivo para determinar se uma empresa deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. Esta norma disponibiliza igualmente orientações para determinar a existência de controlo nas situações em que tal é difícil. A IFRS 10 substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 *Consolidação* e na IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais*. A Empresa está a analisar os impactos decorrentes da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013;
- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos*, a qual classifica os empreendimentos conjuntos como operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados conjuntamente e de operações controladas conjuntamente) ou como *joint ventures* (equivalente ao conceito existente de uma entidade controlada conjuntamente) e requer a utilização do método de equivalência patrimonial nas *joint ventures*, eliminando desta forma o método de consolidação proporcional. Esta norma, que vem substituir a IAS 31 *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC 13 *Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não-Monetárias dos Ventures*, é aplicável em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. Com a adoção desta nova norma, a Portugal Telecom deixará de consolidar proporcionalmente os seus investimentos na Oi, na Contax e nos seus acionistas controladores;
- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 12 *Divulgação de Participações em Outras Entidades*, a qual é aplicável a entidades com participação em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas, e vem estabelecer os objetivos de divulgação e especificar o nível mínimo de informações a divulgar pela entidade para cumprir com esses objetivos. De acordo com esta norma, uma entidade deve divulgar informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados às participações financeiras em outras entidades e os efeitos das mesmas nas suas demonstrações financeiras. A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013;
- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 13 *Mensuração a Valor de Mercado*, a qual procura estabelecer uma fonte única de orientação para a mensuração a valor de mercado de acordo com as IFRS. O valor de mercado é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”. A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013;

- Na sequência das alterações supra mencionadas, as normas IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais* e IAS 28 *Investimentos em Associadas* foram revistas em conformidade;
- Em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu alterações à IAS 12 *Imposto sobre o Rendimento* que vêm criar uma exceção ao princípio geral da IAS 12 de que os ativos e passivos por impostos diferidos devem refletir as consequências fiscais decorrentes da forma como a entidade espera recuperar o valor contabilístico do ativo. Especificamente, em resultado destas alterações, as propriedades de investimento que são mensuradas ao abrigo do modelo de revalorização de acordo com a IAS 40 *Propriedades de Investimento*, devem-se presumir como sendo recuperáveis através da venda para efeitos de mensuração dos impostos diferidos, a não ser que essa presunção seja rebatida em determinadas circunstâncias. A Empresa está a avaliar os impactos destas alterações à IAS 12, as quais são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012;
- Em 7 de outubro de 2010, o IASB emitiu alterações à IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*, as quais vêm aumentar os requisitos de divulgação para transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Estas alterações têm como objetivo dar maior transparência acerca dos riscos a que uma entidade está exposta quando transfere um ativo financeiro mas retém algum nível de exposição continuada a esse mesmo ativo. Estas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2011;
- Em novembro de 2009, o IASB emitiu a IFRS 9 *Instrumentos Financeiros*, a qual introduz novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. Subsequentemente, em outubro de 2010, a IFRS 9 foi alterada de modo a incluir os requisitos para a classificação e mensuração de passivos financeiros e para o desconhecimento dos mesmos. A Empresa está a avaliar os impactos da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

5. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao Euro:

Moeda	2011	2010
Coroa dinamarquesa	7,4342	7,4535
Coroa norueguesa	7,7540	7,8000
Coroa sueca	8,912	8,966
Dirham marroquino	11,095	11,221
Dobra de S. Tomé e Príncipe	24.500,0	24.500,0
Dólar australiano	1,2723	1,3136
Dólar canadiano	1,3215	1,3322
Dólar namibiano	10,4830	8,8625
Dólar de Hong Kong	10,0510	10,3856
Dólar dos EUA	1,2939	1,3362
Escudo de Cabo Verde	110,2650	110,2650
Forint húngaro	314,5800	277,9500
Franco CFA	655,9570	655,9570
Franco suíço	1,2156	1,2504
Iene japonês	100,2000	108,6500
Libra esterlina	0,8353	0,8608
Metical de Moçambique	34,9600	43,6500
Pataca de Macau	10,353	10,697
Peso argentino	5,5683	5,3125
Pula de Botsuana	9,6704	8,8932
Rand da África Sul	10,483	8,863
Real do Brasil	2,4159	2,2177
Xelim queniano	109,9168	108,0318
Xelim ugandês	3.208,9	3.086,6
Yuan Renmimbi da China	8,159	8,822

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações dos resultados das empresas controladas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para Euros com base nas seguintes taxas de câmbio médias:

Moeda	2011	2010
Dirham marroquino	11,2677	11,1623
Dólar namibiano	10,0970	9,6981
Dobra de S. Tomé e Príncipe	24.500,0	24.500,0
Dólar dos EUA	1,392	1,326
Escudo de Cabo Verde	110,2650	110,2650
Forint húngaro	279,37	275,48
Franco CFA	655,9570	655,9570
Franco suíço	1,2326	1,3802
Metical de Moçambique	40,5400	45,3431
Pataca de Macau	11,1619	10,6125
Peso argentino	5,7591	5,2000
Pula de Botsuana	9,5133	9,0274
Real do Brasil	2,3265	2,3315
Xelim queniano	122,8537	105,2131
Xelim ugandês	3.501,2	2.883,0
Yuan Renmimbi da China	8,996	8,972

6. RECEITAS OPERACIONAIS

As receitas operacionais consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 têm a seguinte composição:

	EUROS	
	2011	2010
Telecomunicações em Portugal (Nota 7.a) (i)	2.868.688.041	3.102.159.717
Prestações de serviços (Nota 3.p)	2.726.419.561	2.918.735.659
Vendas	115.138.271	146.489.093
Outras receitas	27.130.209	36.934.965
Telecomunicações no Brasil – Oi (Nota 7.b) (ii)	2.409.199.493	-
Prestações de serviços (Nota 3.p)	2.297.480.556	-
Vendas	12.028.870	-
Outras receitas	99.690.067	-
Outros negócios (iii)	868.957.187	640.094.121
Prestações de serviços	835.386.776	597.288.304
Vendas	14.288.268	19.126.757
Outras receitas	19.282.143	23.679.060
	6.146.844.721	3.742.253.838

(i) As informações sobre o desempenho deste segmento operacional, incluindo explicações para a evolução das receitas operacionais, estão descritas na Nota 7.a).

(ii) Como mencionado na Nota 2, os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente desde 1 de abril de 2011. As informações sobre o desempenho deste segmento operacional estão descritas na Nota 7.b).

(iii) O aumento da contribuição dos outros negócios para as receitas consolidadas é explicado essencialmente por (1) o impacto da consolidação proporcional da Contax a partir 1 de abril de 2011 (359 milhões de Euros) e (2) pelo aumento das receitas na MTC (operador móvel na Namíbia) e na Timor Telecom. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um menor contributo do negócio da Dedic/GPTI, o qual foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrado na Contax.

O rédito é reconhecido de acordo com os princípios referidos na Nota 3.p). As prestações de serviços incluem receitas provenientes essencialmente de (1) serviços de telecomunicações fixas e internacionais, incluindo receitas de faturação e interligação, (2) serviços de televisão por subscrição, incluindo a assinatura mensal e o aluguer de equipamentos, (3) serviços de telecomunicações móveis, incluindo o uso de rede, tarifas de interligação, *roaming*, cartões pré-pagos e banda larga sem fios, e (4) publicidade em listas telefónicas. As vendas correspondem essencialmente à alienação de equipamento terminal, incluindo telefones fixos, *modems*, boxes de TV e equipamento terminal móvel. As outras receitas incluem principalmente receitas de publicidades nos portais, benefícios com as penalidades contratuais impostas aos clientes, aluguer de equipamentos e outras infraestruturas e receitas resultantes de projetos de consultoria.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as receitas operacionais por mercado geográfico são conforme segue:

EUROS		
	2011	2010
Portugal	2.925.290.790	3.176.056.481
Brasil (i)	2.901.881.154	261.672.665
Outros	319.672.777	304.524.692
	6.146.844.721	3.742.253.838

(i) Em 2011, esta rubrica inclui receitas da Oi e da Contax no montante de 2.768 milhões de Euros, as quais foram consolidadas proporcionalmente desde 1 de abril de 2011, conforme explicado acima.

7. COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

No seguimento da aquisição de um interesse económico de 25,3% na Oi, cujos resultados foram consolidados proporcionalmente desde 1 de abril de 2011, a Portugal Telecom passou a divulgar a Oi como um segmento operacional uma vez que a gestão da Empresa revê e analisa periodicamente os resultados deste negócio. Este segmento operacional, denominado "Telecomunicações no Brasil – Oi", inclui a empresa holding TNL e a Telemar Norte Leste e as suas subsidiárias.

Até 30 de junho de 2011, os segmentos operacionais da Portugal Telecom em Portugal, os quais estavam organizados por tipo de tecnologia utilizada para fornecer os seus serviços e produtos a clientes, incluíam os segmentos da Rede Fixa (serviços de telecomunicações fixas prestados através da PT Comunicações e da PT Prime) e do Móvel (serviços de telecomunicações móveis prestados através da TMN). No seguimento da progressiva integração dos produtos e serviços das redes fixa e móvel, o Conselho de Administração da Portugal Telecom alterou, a partir daquela data, a forma com revê e avalia a performance dos seus negócios em Portugal, e consequentemente alterou a divulgação dos seus segmentos operacionais em Portugal, substituindo os anteriores segmentos "Rede fixa em Portugal" e "Móvel em Portugal" por um segmento operacional denominado "Telecomunicações em Portugal" que inclui todos os serviços de telecomunicações em Portugal. No seguimento desta alteração, a informação financeira correspondente ao ano anterior foi reexpressa.

Em resultado das alterações mencionadas acima, os segmentos operacionais em 31 de dezembro de 2011 são como segue: (i) Telecomunicações em Portugal; e (ii) Telecomunicações no Brasil - Oi. Não existe nenhuma diferença entre os segmentos operacionais e os reportados.

Além dos segmentos atrás mencionados, o Grupo tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas do Grupo: (1) Contax, que presta serviços em regime de *outsourcing* e de *call centre*; (2) MTC, Cabo Verde Telecom e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis, e (3) algumas empresas Portuguesas que prestam serviços de suporte ao negócio, nomeadamente a PT – Sistemas de Informação, Portugal Telecom Inovação, PT Pro Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados e PT Contact – *Telemarketing* e Serviços de Informação.

A informação por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é apresentada em baixo.

a) Telecomunicações em Portugal

A informação financeira deste segmento reportável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	EUROS	
	2011	2010
RECEITAS (i)		
Prestações de serviços - clientes externos (Nota 6)	2.726.419.561	2.918.735.659
Prestações de serviços - intragrupo	13.549.575	14.859.164
Vendas - clientes externos (Nota 6)	115.138.271	146.489.093
Vendas - intragrupo	1.137.761	2.950.652
Outras receitas - clientes externos (Nota 6)	27.130.209	36.934.965
Outras receitas - intragrupo	8.623.453	4.485.632
	2.891.998.830	3.124.455.165
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)		
Custos com o pessoal (Nota 8)	252.457.557	274.983.361
Custos diretos dos serviços prestados (ii)	480.297.290	535.052.022
Custos comerciais (iii)	318.304.226	345.003.890
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas (iv)	535.438.223	591.830.390
Amortizações (v)	703.169.318	681.638.261
Custos com benefícios de reforma, líquidos (vi)	53.917.498	38.145.723
Custos de redução de efetivos e liquidação (vii)	34.003.038	142.543.090
Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidos	(556.261)	(2.490.280)
Outros custos, líquidos (viii)	16.613.077	102.657.831
	2.393.643.966	2.709.364.288
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	498.354.864	415.090.877

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição das receitas por segmento de cliente é conforme segue:

	MILHÕES DE EUROS	
	2011	2010
Residencial	682	647
Pessoal	768	865
Empresas	982	1.080
Serviços a operadores, outros e eliminações	459	533
	2.892	3.124

A redução nas receitas é explicada essencialmente por: (1) menores receitas no segmento de cliente Pessoal (97 milhões de Euros), incluindo menores receitas de interligação (29 milhões de Euros), principalmente em resultado do impacto negativo da redução das Tarifas de Terminação Móvel, menores receitas de cliente (55 milhões de Euros) que refletem condições económicas adversas, incluindo o aumento do IVA (+3pp no primeiro semestre de 2011 e +2pp no terceiro trimestre de 2011), em conjunto com o aumento de popularidade dos planos tribais, e menores vendas; (2) menores receitas no segmento de cliente Empresas (97 milhões de Euros), penalizadas por um ambiente económico adverso e consequentes esforços de contenção de custos por parte das empresas e também por um projeto não recorrente realizado nas escolas públicas em 2010; e (3) menores receitas no segmento de cliente Serviços a operadores e outros negócios (74 milhões de Euros), incluindo o impacto decorrente do declínio no negócio das listas (20 milhões de Euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento nas receitas do segmento de cliente Residencial (35 milhões de Euros), relacionado essencialmente com as receitas de televisão por subscrição e banda larga, as quais estão suportados no sucesso das ofertas *double* e *triple play* do Meo.

(ii) O decréscimo nos custos diretos é explicado essencialmente pela redução nos custos de interligação, principalmente em resultado do decréscimo das Tarifas de Terminação Móvel, e do declínio no negócio das listas telefónicas, cujos efeitos mais do que compensaram o aumento nos custos com programação explicado pelo contínuo crescimento dos clientes de TV por subscrição, não obstante uma redução nos custos de programação por cliente, uma vez que o negócio de TV por subscrição está a começar a atingir massa crítica.

(iii) Esta rubrica inclui os custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com *marketing* e publicidade. A redução em 2011 reflete essencialmente o decréscimo no custo das mercadorias vendidas, explicado pela racionalização do portefólio de equipamentos da TMN e por menores vendas.

(iv) A redução nesta rubrica é explicada essencialmente pela redução nos custos com manutenção e reparação, no seguimento do desenvolvimento da rede FTTH, a qual é mais eficiente, e dos benefícios decorrentes de iniciativas de controlo de custos nas operações em Portugal.

(v) O aumento nos custos com amortizações está relacionado essencialmente com os investimentos efetuados no desenvolvimento do serviço de televisão por subscrição, o que mais do que compensou a redução relacionada com a troca de equipamento 2G na TMN por equipamentos habilitados para usar a tecnologia LTE (4G).

(vi) Como explicado em maior detalhe na Nota 14, o aumento nesta rubrica está relacionado essencialmente com um ganho com serviços passados reconhecido em 2010 no montante de 31 milhões de Euros, o qual está relacionado com uma alteração na fórmula de cálculo da pensão introduzida pelo Decreto-lei n.º 3-B/2010, cujo efeito mais do que compensou o impacto positivo da transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões.

(vii) Em 2010, esta rubrica inclui essencialmente custos com o programa de redução de efetivos no valor de 136 milhões de Euros, relacionados com um plano de reestruturação aprovado no final de 2010 (Nota 14.5), e um custo de 7,5 milhões de Euros relacionado com a liquidação dos planos de benefícios definidos transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

(viii) Os outros custos em 2010, conforme mencionado na Nota 15, incluem provisões e ajustamentos não recorrentes, que foram reconhecidos de modo a ajustar determinadas contas a receber e inventários para os respetivos montantes recuperáveis e refletir as perdas estimadas com determinadas ações legais.

Os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio diminuíram de 657 milhões de Euros em 2010 para 647 milhões de Euros em 2011. Esta evolução reflete o declínio dos investimentos no segmento de cliente residencial devido a uma redução nos investimentos relacionados com cliente em resultado de: (1) um menor número de *set-top boxes* por cliente de TV através de fibra, em comparação com ADSL; (2) um menor custo unitário de *set-top boxes*, terminais óticos e *home gateways*, e (3) melhores taxas de reacondicionamento de *set-top boxes*. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento dos investimentos relacionados com a rede móvel, explicado pelo investimento na troca de equipamentos 2G por equipamentos preparados para a LTE (4G) e por investimentos em capacidade nas redes existentes de 3G e 3,5G, nomeadamente nas áreas urbanas. Adicionalmente, a Portugal Telecom tem vindo a reforçar a capacidade de dados no móvel e a qualidade da sua rede, aproveitando o desenvolvimento da rede FTTH para impulsionar a qualidade da rede móvel e liderar o arranque do 4G no mercado português. Além dos investimentos acima mencionados, este segmento de negócio incorreu em investimentos não recorrentes nos montantes totais de 136 milhões de Euros em 2011 e 227 milhões de Euros em 2010, conforme mencionado nas Notas 36 e 37.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número de empregados afetos a este segmento era de 7.535 e de 7.206, respetivamente.

b) Telecomunicações no Brasil | Oi

A informação financeira deste segmento reportável para o período de nove meses entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2011, a qual foi consolidada proporcionalmente na Demonstração dos Resultados da Portugal Telecom, é como segue:

EUROS	
2011	
RECEITAS	
Prestações de serviços - clientes externos (Nota 6)	2.297.480.556
Vendas - clientes externos (Nota 6)	12.028.870
Outras receitas - clientes externos (Nota 6)	99.690.067
Outras receitas - intragrupo	2.917.385
	2.412.116.878
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)	
Custos com o pessoal	163.243.344
Custos diretos dos serviços prestados	517.527.789
Custos comerciais	174.426.926
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	809.288.452
Amortizações	512.203.623
Custos com benefícios de reforma, líquidos	4.516.002
Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidas	(8.711.820)
Outros custos, líquidos	10.136.238
	2.182.630.554
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	229.486.324

Os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio para o período de nove meses entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2011 ascenderam a 444 milhões de Euros. Os investimentos foram direcionados essencialmente para projetos de melhoria da qualidade da rede fixa, expansão da cobertura da rede fixa e móvel, aumento de velocidade da banda larga fixa, aumento de capacidade de tráfego de dados 3G em locais estratégicos e fornecimento de pacotes de dados para clientes corporativos.

Em 31 de dezembro de 2011, o número de empregados afetos a este segmento (considerando a percentagem de 25,6% utilizada para a consolidação proporcional) é de 7.892, o que compara com 7.343 empregados em 31 de março de 2011.

c) Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a reconciliação entre as receitas dos segmentos reportáveis e o total das receitas consolidadas é como segue:

EUROS		
	2011	2010
Receitas relativas aos segmentos reportados	5.304.115.708	3.124.455.165
Receitas relativas a outras operações (i)	1.441.145.339	1.088.297.486
Eliminação de receitas intragrupo (i)	(598.416.326)	(470.498.813)
Total das receitas consolidadas	6.146.844.721	3.742.253.838

(i) Como supra mencionando, os outros negócios incluem essencialmente as empresas Contax, MTC, Cabo Verde Telecom, Timor Telecom e algumas empresas portuguesas de suporte ao negócio, as quais são monitorizadas pela gestão numa base individual. O aumento nesta rubrica no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está relacionado essencialmente com (1) o impacto da consolidação proporcional da Contax a partir 1 de abril de 2011 (469 milhões de Euros) e (2) a melhoria da performance da MTC (operador móvel na Namíbia) e da Timor Telecom. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um menor contributo do negócio Dedic/GPTI (128 milhões de Euros), o qual foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrado na Contax. O elevado nível de eliminações em 2011, quando comparado com 2010, é explicado pela eliminação dos serviços de *call centre* e outros serviços corporativos prestados pela Contax à Oi, desde 1 de abril de 2011, data a partir da qual estas empresas passam a ser consolidadas proporcionalmente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos reportáveis e o resultado líquido consolidado é como segue:

EUROS		
	2011	2010
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais:		
Telecomunicações em Portugal	498.354.864	415.090.877
Telecomunicações no Brasil - Oi	229.486.324	-
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outros negócios (i)	16.168.950	(1.334.473)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos consolidado	744.010.138	413.756.404
Ganhos (perdas) financeiros		
Juros suportados, líquidos (Nota 16)	(297.114.673)	(185.044.935)
Perdas com variações cambiais, líquidas (Nota 17)	(18.146.031)	(6.814.213)
Ganhos em ativos financeiros e outros investimentos, líquidos (Nota 18)	577.737	1.860.287
Ganhos em empresas participadas, líquidos (Nota 34)	209.183.860	141.709.104
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 19)	(107.402.475)	(33.300.530)
Imposto sobre o rendimento (Nota 20)	(108.196.813)	(77.525.848)
Resultado das operações continuadas	422.911.743	254.640.269
Resultado das operações descontinuadas (Nota 21)	-	5.565.426.533
Resultado líquido (antes de interesses não-controladores)	422.911.743	5.820.066.802

(i) A melhoria desta rubrica é explicada essencialmente (1) pelos custos incorridos no terceiro trimestre de 2010, no montante de 25 milhões de Euros, com os serviços prestados no âmbito do processo de aquisição do investimento na Oi, tal como mencionado na Nota 15, (2) pela melhoria nos resultados de algumas operações internacionais, nomeadamente a MTC e a Timor Telecom, e (3) pelo impacto da consolidação proporcional da Contax desde 1 de abril de 2011. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo menor contributo do negócio Dedic/GPTI, o qual foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrado na Contax.

O total do ativo, passivo, e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2011 e 2010, e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 apresentam os seguintes valores:

EUROS					
	2011		2010		
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis (Nota 37)	Ativos intangíveis (Nota 36)	Investimento em ativos tangíveis intangíveis (iii)
Portugal (i)	10.332.630.891	11.613.173.915	3.498.585.410	966.750.723	660.819.438
Brasil (ii)	11.503.977.140	7.337.963.518	2.572.891.593	4.270.430.011	482.918.619
Outros	1.107.182.921	249.847.426	157.145.565	186.919.725	80.083.124
	22.943.790.952	19.200.984.859	6.228.622.568	5.424.100.459	1.223.821.181

EUROS

2010

	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis (Nota 37)	Ativos intangíveis (Nota 36)	Investimento em ativos tangíveis intangíveis (iii)
Portugal (i)	13.861.345.667	10.187.945.012	3.649.050.519	879.705.779	680.332.172
Brasil (ii)	276.929.107	124.576.877	46.801.227	67.841.069	27.320.165
Outros	1.031.657.387	248.265.137	178.761.668	164.145.736	90.794.997
	15.169.932.161	10.560.787.026	3.874.613.414	1.111.692.584	798.447.334

(i) O decréscimo no total do ativo das operações em Portugal é essencialmente explicado pelo montante pago pela aquisição do investimento na Oi e na Contax (3.728 milhões de Euros), o qual é parcialmente compensado pelos empréstimos de financiamento contratados em 2011, o que originou um aumento no total dos ativos e dos passivos.

(ii) O aumento da contribuição do Brasil para todas as rubricas é basicamente explicado pelo contributo da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, que foram consolidados proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom desde 31 de março de 2011.

(iii) O total dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 inclui investimentos em ativos tangíveis nos montantes de 1.049 milhões de Euros e 692 milhões de Euros (Nota 37), respetivamente, e investimentos em ativos intangíveis nos montantes de 175 milhões de Euros e 106 milhões de Euros (Nota 36), respetivamente. Adicionalmente, para além destes montantes, o Grupo incorreu em diversos investimentos não recorrentes em ativos tangíveis e intangíveis, tal como descrito nas Notas 37 e 36.

8. CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

EUROS

2011

2010

Remunerações	771.408.966	507.131.463
Encargos sociais	174.072.680	101.981.635
Cuidados de saúde com empregados no ativo	24.768.398	8.138.338
Formação	6.098.169	7.163.740
Outros (i)	44.127.242	12.700.446
	1.020.475.455	637.115.622

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui custos da Oi e da Contax relacionados com despesas de transporte, de seleção de pessoal e despesas de recrutamento.

O aumento nos custos consolidados com o pessoal é essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011, no montante de 505 milhões de Euros (Nota 2.b), o qual foi parcialmente compensado por menores contributos: (1) do segmento operacional "Telecomunicações em Portugal" (23 milhões de Euros - Nota 7.a), refletindo essencialmente menores remunerações variáveis e o pagamento de horas extraordinárias, melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com o pessoal em resultado do plano de reestruturação aprovado no final do ano 2010; e (2) da Dedic/GPTI (78 milhões de Euros), a qual foi consolidada integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrada na Contax.

9. CUSTOS DIRETOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS

2011

2010

Custos com telecomunicações (i)	729.640.282	312.919.690
Alugueres (i)	45.352.281	22.608.474
Custos de programação (ii)	120.025.530	115.781.049
Listas telefónicas (Nota 3.p) (iii)	38.194.685	50.248.451
Outros (iv)	79.061.672	46.001.437
	1.012.274.450	547.559.101

(i) Em 2011 e 2010, estas rubricas incluem custos relacionados com locação operacional no total de 92.317.816 Euros e 44.538.490 Euros, respetivamente (Nota 12).

(ii) Esta rubrica refere-se basicamente aos custos de programação incorridos pelo negócio de televisão por subscrição.

(iii) A redução nesta rubrica está diretamente relacionada com o declínio do negócio da publicação de listas telefónicas.

(iv) Esta rubrica inclui principalmente custos com conteúdos móveis e o aumento incorrido em 2011 é explicado essencialmente pela consolidação proporcional da Oi desde 1 de abril de 2011.

O aumento no total dos custos diretos consolidados é essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011, no montante de 521 milhões de Euros (Nota 2.b), o qual foi parcialmente compensado pela menor contribuição do segmento operacional "Telecomunicações em Portugal" (55 milhões de Euros), em resultado da redução nos custos com interligação, basicamente devido a menores taxas de terminação móvel (MTRs), e do declínio no negócio das listas telefónicas.

10. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2011	2010
Custo das mercadorias vendidas	175.720.765	180.819.046
Aumentos nos ajustamentos a existências (Nota 42)	3.532.983	2.667.642
Reduções nos ajustamentos a existências (Nota 42)	(9.378.626)	(3.592.773)
	169.875.122	179.893.915

A diminuição no custo das mercadorias vendidas está essencialmente relacionada com uma menor contribuição do segmento operacional "Telecomunicações em Portugal" (38 milhões de Euros), devido à racionalização do portfólio de equipamentos da TMN e menores vendas no exercício, cujo efeito foi parcialmente compensado pelo impacto da consolidação proporcional da Oi desde 1 de abril de 2011, no total de 32 milhões de Euros (Nota 2.b).

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2011	2010
Manutenção e reparação	347.252.300	145.966.906
Serviços de suporte	237.489.708	123.073.847
Comissões	216.666.335	131.953.259
Trabalhos especializados	198.757.611	93.771.359
Eletricidade	110.842.723	48.243.912
Locação operacional (Nota 12)	75.518.065	48.134.257
Comunicação	24.203.560	23.300.704
Outros	70.652.419	110.075.432
	1.281.382.721	724.519.676

O aumento no total dos custos com fornecimentos e serviços externos é essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011, no montante de 597 milhões de Euros (Nota 2.b), o qual foi parcialmente compensado por uma redução no segmento operacional "Telecomunicações em Portugal" (48 milhões de Euros), refletindo essencialmente um rigoroso controlo de custos, e por uma menor contribuição da Dedic/GPTI (21 milhões de Euros), que foi consolidada integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrada na Contax.

12. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os custos incorridos com contratos de locação operacional foram reconhecidos nas seguintes rubricas:

EUROS		
	2011	2010
Custos diretos dos serviços prestados (Nota 9)	92.317.816	44.538.490
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas (Nota 11) (i)	75.518.065	48.134.257
	167.835.881	92.672.747

(i) Esta rubrica respeita essencialmente a custos com o aluguer de imóveis e de equipamento de transporte.

Em 31 de dezembro de 2011, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional não canceláveis têm a seguinte maturidade:

EUROS	
2012	45.789.930
2013	23.737.172
2014	19.858.401
2015	17.226.545
2016	15.181.652
2017 e anos seguintes	46.654.344
	168.448.044

13. IMPOSTOS INDIRETOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2011	2010
Taxas de utilização de espectro (i)	81.019.498	30.493.286
Outros (ii)	106.441.262	14.924.960
	187.460.760	45.418.246

(i) Esta rubrica inclui essencialmente taxas de utilização de espectro das operações de serviço móvel da Oi (53 milhões de Euros em 2011) e da TMN (17 milhões de Euros em 2011 e 21 milhões de Euros em 2010).
(ii) O aumento desta rubrica reflete essencialmente a consolidação proporcional da Oi desde 1 de abril de 2011, no total de 91 milhões de Euros, inclui basicamente (1) impostos diretos relacionados com os fundos "Fust" (fundo para melhorar o acesso generalizado aos serviços de telecomunicações) e "Funtel" (Fundo de Telecomunicações Nacionais) no total de 29 milhões de Euros, (2) despesas com imposto sobre o valor acrescentado (13 milhões de Euros), (3) taxas de concessão (9 milhões de Euros), e (4) outros impostos municipais, federais e estatais no Brasil.

O aumento nos impostos indiretos consolidados é explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, desde 1 de abril de 2011, no montante total de 146 milhões de Euros (Nota 2.b).

14. CUSTOS COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

14.1. Operações em Portugal

Conforme referido na Nota 3, a PT Comunicações e a PT SI patrocinam planos de benefícios definidos ao abrigo dos quais garantem o pagamento de complementos de pensões de reforma a empregados reformados e ativos, de cuidados de saúde após a idade da reforma e de salários a empregados suspensos e pré-reformados até à idade da reforma. Anteriormente à transferência de responsabilidades com pensões para o Estado Português, ocorrida em 2010, a PT Comunicações era também responsável pelo pagamento de pensões de reforma, ao abrigo dos referidos planos.

Em 2 de dezembro de 2010, a Portugal Telecom chegou a um acordo com o Estado Português para a transferência para a Caixa Geral de Aposentações das responsabilidades com pensões de reforma patrocinadas pela PT Comunicações, e dos respetivos fundos constituídos para fazer face a essas responsabilidades. A transferência incluiu o “Plano de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom/CGA”, o “Plano de Pensões Regulamentares da Companhia Portuguesa Rádio Marconi” e as responsabilidades respeitantes ao benefício de sobrevivência incluídas no “Plano de Pensões Marconi” (em conjunto “Planos de Pensões Regulamentares”). A data de transferência do “Plano de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom/CGA” foi 1 de dezembro de 2010 e do “Plano de Pensões Regulamentares da Companhia Portuguesa Rádio Marconi” e do “Plano de Pensões Marconi” foi 31 de dezembro de 2010.

O valor atual das responsabilidades passadas com os Planos de Pensões Regulamentares, na data de transferência, ascendia a 2.804 milhões de Euros (Nota 14.1.1) e foi determinado por um atuário independente utilizando pressupostos atuariais consistentes com as melhores práticas de transações semelhantes. O valor de mercado dos fundos de pensões nas datas de transferência ascendia a 1.782 milhões de Euros (Nota 14.1.1). Consequentemente, o valor das responsabilidades não financiadas transferidas ascendia a 1.022 milhões de Euros, dos quais 100 milhões de Euros foram pagos em dezembro de 2010 (Nota 14.4). Conforme mencionado na Nota 38.8, do montante remanescente em dívida de 922 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2010, a Portugal Telecom liquidou 17,4 milhões de Euros em janeiro de 2011 e 450 milhões de Euros em dezembro de 2011. O montante remanescente de 454,3 milhões de Euros deverá ser pago até 20 de dezembro de 2012.

O valor contabilístico das responsabilidades com pensões transferidas calculado de acordo com os pressupostos atuariais utilizados pela Portugal Telecom ascendeu a 2.796 milhões de Euros, em comparação com o montante de 2.804 milhões de Euros calculado por um atuário independente utilizado na transação. A diferença de 7,5 milhões de Euros foi registada como um custo de liquidação (Nota 14.1.1).

No seguimento da transferência dos Planos de Pensões Regulamentares, a PT Comunicações passou a ser responsável por uma contribuição mensal fixa para a Segurança Social e para a CGA com o objetivo de financiar o serviço futuro dos beneficiários ativos incluídos nestes planos.

Os estudos atuariais dos planos de benefícios definidos da Portugal Telecom relativos às operações em Portugal, com referência a 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, foram elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada” e utilizando essencialmente os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2011	2010	2009
Pressupostos financeiros			
Taxa de desconto para responsabilidades com:			
Complementos de pensões	4,75%	4,75%	5,50%
Salários de suspensos e pré-reformados	3,75%	3,75%	5,50%
Cuidados de saúde	4,75%	4,75%	5,50%
Taxa de crescimento salarial para responsabilidades com:			
Complementos de pensões e cuidados de saúde	1,75%	1,75%	1,75%
Salários de suspensos e pré-reformados	0% - 1,75% (i)	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões	Indexado a PIB	Em função do PIB	Em função do PIB
Fator de sustentabilidade	Aplicável	Aplicável	Não Aplicável
Taxa de inflação	2,00%	2,00%	1,75%
Taxa de crescimento dos custos com saúde	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rendimento dos fundos	6,00%	6,00%	6,00%
Pressupostos demográficos			
Tábuas de mortalidade para os beneficiários ativos:			
Homens	AM (92)	AM (92)	AM (92)
Mulheres	AF (92)	AF (92)	AF (92)
Tábuas de mortalidade para os beneficiários não ativos:			
Homens	PA (90)m - ajustada	PA (90)m ajustada	PA (90)m ajustada
Mulheres	PA (90)f - ajustada	PA (90)f ajustada	PA (90)f ajustada
Tabela de Invalidez (Swiss Reinsurance Company)	25%	25%	100%
Empregados ativos com cônjuges inscritos no plano	35%	35%	50%
Rotatividade dos empregados	Nula	Nula	Nula

(i) Para os salários a pagar entre 2012 e 2016, a taxa de crescimento salarial varia entre 0% e 1% em função do valor do salário. A partir de 2017, a taxa de crescimento salarial será de 1,75% para todas as situações.

As alterações nos pressupostos atuariais devem-se essencialmente a alterações ocorridas nas condições de mercado.

A taxa anual de desconto das responsabilidades foi estimada com base em taxas de rendimentos de longo prazo de obrigações de *rating* elevado à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, com maturidades equiparáveis às das responsabilidades com pensões, complementos de pensões, salários e cuidados de saúde (entre 4 e 13 anos).

A taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo foi estimada essencialmente com base em informação histórica sobre a rentabilidade das várias classes de ativos em carteira, na evolução expectável da composição da carteira de ativos (definida de acordo com a maturidade espectável das responsabilidades) e em indicadores de mercados financeiros habitualmente considerados neste tipo de análises.

A taxa anual de crescimento salarial foi determinada de acordo com a política salarial definida pelo Grupo e o fator de sustentabilidade foi estabelecido em linha com informação do Governo Português.

Os pressupostos demográficos considerados pela Portugal Telecom têm por base as tábuas de mortalidade geralmente aceites para efeitos de valorização atuarial, com estas tabelas a serem ajustadas periodicamente de modo a refletir a experiência de mortalidade ocorrida no universo fechado dos participantes nos planos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o impacto total das alterações nos pressupostos atuariais correspondeu a um ganho líquido de 19.426.453 Euros e uma perda líquida de 441.787.345 Euros (Nota 14.6), respetivamente, e foi reconhecido diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

O impacto de um aumento de 25bp na taxa de desconto atuarial utilizada, corresponderia a uma diminuição das responsabilidades com benefícios de reforma em aproximadamente 21 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, enquanto o impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de crescimento dos custos com saúde corresponderia a um aumento (diminuição) das responsabilidades com benefícios de reforma em aproximadamente 61 milhões de Euros (50 milhões de Euros) em 31 de dezembro de 2011.

O impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de rentabilidade de longo prazo dos ativos dos fundos levaria a uma diminuição (aumento) dos custos com benefícios de reforma no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em, aproximadamente, 4 milhões de Euros, decorrente do aumento (diminuição) da rentabilidade esperada dos ativos dos fundos. O impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de crescimento dos custos com saúde levaria a um aumento (diminuição) dos custos com benefícios de reforma no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em, aproximadamente, 4 milhões de Euros (3 milhões de Euros).

14.1.1. Pensões de reforma e complementos de pensões

Conforme referido na Nota 3.h, a PT Comunicações é responsável pelo pagamento de complementos de pensões de reforma a empregados reformados ou ainda no ativo. Anteriormente à transferência das responsabilidades com pensões para o Estado Português, a PT Comunicações era também responsável pelo pagamento de pensões de reforma. Estas responsabilidades, estimadas com base em cálculos atuariais, são como segue:

- a) Os reformados e empregados oriundos da Telecom Portugal (Plano CGA) e contratados antes de 14 de maio de 1992, têm direito a receber da PT Comunicações uma pensão de reforma. Os empregados contratados após essa data encontram-se abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. No seguimento da transferência das responsabilidades com pensões para o Estado Português, a PT Comunicações deixou de ser responsável por estes benefícios de pensões, desde 31 de dezembro de 2010.
- b) Os reformados e empregados oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A. ("Marconi", uma empresa incorporada na PT Comunicações em 2002), contratados antes de 1 de fevereiro de 1998, têm direito a receber da Caixa Marconi uma pensão de reforma, bem como um complemento adicional ("Fundo Complementar Marconi"). Adicionalmente, a PT Comunicações contribui para o "Fundo de Melhoria Marconi" com 1,55% dos salários pagos a esses empregados, o qual por sua vez é responsável pelo pagamento do complemento adicional de pensão. No seguimento da transferência das responsabilidades com pensões para o Estado Português, a PT Comunicações deixou de ser responsável pelos benefícios de pensões a partir de 31 de dezembro de 2010, mas continua responsável pelos complementos de pensões e pela contribuição fixa para o Fundo de Melhoria Marconi.
- c) Os reformados e empregados oriundos dos TLP e TDP, contratados antes de 23 de junho de 1994, têm direito a receber da PT Comunicações um complemento da pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social.
- d) No momento da reforma, a PT Comunicações paga uma gratificação de valor fixo a cada empregado, em função dos seus anos de serviço.

Os empregados contratados pela PT Comunicações ou por alguma das suas empresas predecessoras após as datas acima indicadas não têm direito a estes benefícios, dado que se encontram abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

Os empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações ou da Marconi, e que estavam abrangidos por algum dos planos de benefícios de reforma acima referidos, mantêm tais benefícios.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os planos da PT Comunicações e da PT SI abrangiam 19.624 e 19.897 beneficiários, respetivamente, dos quais cerca de 64% e 65% já não se encontram no ativo, respetivamente.

De acordo com os estudos atuariais, as responsabilidades com pensões e o valor de mercado dos fundos de pensões em 31 de dezembro de 2011 e 2010 eram como segue:

EUROS		
	2011	2010
Valor atual das responsabilidades projetadas	121.564.812	129.890.253
Valor de mercado dos fundos	(98.480.548)	(109.335.604)
Valor atual das responsabilidades não financiadas	23.084.264	20.554.649
Ganhos com serviços passados (i)	4.541.608	5.217.983
Responsabilidades líquidas reconhecidas (Nota 14.3)	27.625.872	25.772.632

(i) Esta rubrica está relacionada com ganhos ou perdas com serviços passados resultantes das alterações nos benefícios dos planos de complementos de pensões relacionadas com direitos vincendos. Este montante será reconhecido em resultados durante o período estimado ao longo do qual esses benefícios serão usufruídos pelos empregados (9 anos).

Durante os exercícios de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nas responsabilidades projetadas com pensões foi como segue:

EUROS		
	2011	2010
Saldo inicial das responsabilidades projetadas	129.890.253	2.710.211.583
Pagamentos de benefícios e contribuições		
Benefícios pagos pela Empresa (Nota 14.4)	(1.109.982)	(824.091)
Benefícios pagos pelos fundos	(9.692.964)	(152.374.072)
Contribuições dos empregados	-	9.038.663
Custos com pensões		
Custo com o serviço do exercício	484.444	4.129.105
Custo financeiro do exercício	5.741.453	134.434.975
Ganho com serviços passados	-	(31.215.000)
Custos com o programa de redução de efetivos	10.245	279.299
Perda reconhecida em resultado da transferência para a CGA	-	7.492.956
Perdas (ganhos) atuariais, líquidas	(3.758.637)	322.618.134
Transferência para responsabilidades com salários (Nota 14.1.3)	-	(70.112.300)
Responsabilidades com pensões transferidas para o Estado Português	-	(2.803.788.999)
Saldo final das responsabilidades projetadas	121.564.812	129.890.253

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição do valor de mercado dos ativos dos fundos de pensões era como segue:

EUROS				
	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Ações	19.994.550	20,3%	24.703.635	22,6%
Obrigações	58.907.519	59,8%	32.084.229	29,3%
Imobiliário (i)	2.713.542	2,8%	10.851.414	9,9%
Disponibilidades, contas a receber e outros ativos	16.864.937	17,1%	41.696.326	38,1%
	98.480.548	100,0%	109.335.604	100,0%

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no seguimento da transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões, a Portugal Telecom adquiriu aos fundos de pensões imóveis que estavam arrendados a empresas do Grupo, os quais foram reconhecidos na rubrica "Ativos fixos tangíveis" pelo montante de 236 milhões de Euros (Notas 37). Em 2011, no seguimento deste processo, a PT Comunicações adquiriu um último imóvel por um montante de 3 milhões de Euros (Nota 37).

A Portugal Telecom está igualmente exposta ao risco de alterações no justo valor dos ativos dos fundos associados aos planos de benefícios de reforma definidos. O principal propósito da política de investimento é a manutenção do capital através de cinco princípios base: (1) diversificação; (2) imputação estratégica estável dos ativos e balanceamento disciplinado; (3) menor exposição a flutuações de moeda; (4) instrumentos especializados para cada classe de ativos; e (5) controlo de custos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor de mercado dos ativos dos fundos de pensões foi como segue:

EUROS		
	2011	2010
Saldo inicial dos ativos dos fundos de pensões	109.335.604	1.954.770.520
Rendimento real dos fundos	(2.812.092)	44.477.969
Pagamento de benefícios	(9.692.964)	(152.374.072)
Contribuições efetuadas pela Empresa (Nota 14.4)	1.650.000	35.535.127
Contribuições dos empregados	-	9.038.662
Fundos transferidos para o Estado Português juntamente com as respetivas responsabilidades	-	(1.782.112.602)
Saldo final dos ativos dos fundos de pensões	98.480.548	109.335.604

A composição do custo líquido com pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

EUROS		
	2011	2010
Custo com o serviço do exercício	484.444	4.129.105
Custo financeiro do exercício	5.741.453	134.434.975
Rendimento estimado dos fundos	(6.278.854)	(104.871.000)
Ganhos com serviços passados reconhecidos no exercício (i)	-	(31.215.000)
Amortização de ganhos com serviços passados (ii)	(664.094)	(1.071.344)
Custo corrente (Nota 14.5)	(717.051)	1.406.736
Custos com o programa de redução de efetivos	10.245	279.299
Ganhos com serviços passados (amortização extraordinária)	(12.281)	(3.120.673)
Perda reconhecida em resultado da transferência para a CGA (iii)	-	7.492.956
Custo de redução de efetivos (Nota 14.5)	(2.036)	4.651.582
Custo total com pensões	(719.087)	6.058.318

- (i) O ganho com serviços passados reconhecido em 2010 está relacionado com a Lei n.º 3B/2010, que alterou a forma com a pensão é calculada, originando uma redução de benefícios.
(ii) Em 2011 e 2010, esta rubrica corresponde à amortização anual dos ganhos com serviços passados diferidos em anos anteriores.
(iii) Esta rubrica corresponde à diferença entre o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado Português, calculado com base nos pressupostos atuariais acordados entre ambas as partes, e o valor dessas mesmas responsabilidades calculado com base nos pressupostos atuariais utilizados pela Portugal Telecom (Nota 14.1).

Os ganhos e perdas atuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos atuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos diretamente no capital próprio, e apresentados na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento nas perdas atuariais acumuladas líquidas foi como segue:

EUROS		
	2011	2010
Saldo inicial	116.701.883	1.528.264.321
Alteração de pressupostos atuariais (Nota 14.6)	(374.801)	345.774.504
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (Nota 14.6):		
Relacionados com as responsabilidades (i)	(3.383.836)	(23.156.369)
Relacionados com os ativos dos fundos	9.090.946	60.393.031
Perdas atuariais transferidas para resultados transitados (Nota 44.5) (ii)	-	(1.794.573.604)
Saldo final (Nota 44.5)	122.034.192	116.701.883

- (i) As diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais relacionados com as responsabilidades resultam essencialmente de informação atualizada relativa aos beneficiários.
(ii) No seguimento da transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões, concluída em dezembro de 2010, o valor acumulado das perdas atuariais líquidas associadas a essas responsabilidades foi transferido para resultados transitado, líquidos do correspondente efeito fiscal.

14.1.2. Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 3.i), a PT Comunicações patrocina o financiamento de Planos de Saúde aplicáveis aos seus empregados ativos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respetivos familiares elegíveis. A prestação dos serviços de assistência médica é assegurada pela PT-ACS, que foi constituída com o único objetivo de proceder à gestão corrente dos Planos de Saúde.

Estes Planos de Saúde patrocinados pela PT Comunicações abrangem todos os empregados contratados pela PT Comunicações até 31 de dezembro de 2000 e os empregados contratados pela Marconi até 1 de fevereiro de 1998. Alguns empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações são igualmente cobertos por este plano.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os Planos de Saúde da PT Comunicações e da PT SI abrangiam 24.401 e 24.857 beneficiários relativos a empregados ativos e reformados, respetivamente, dos quais aproximadamente 76% e 75% eram não ativos, respetivamente. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estes planos abrangiam ainda 11.036 e 11.735 beneficiários que são familiares dos empregados ativos e reformados.

O financiamento do Plano de Saúde é composto pelas contribuições definidas dos beneficiários titulares para a PT-ACS, sendo o remanescente garantido pela PT Comunicações que, em 2004, constituiu um fundo autónomo para o efeito.

Com base nos estudos atuariais, as responsabilidades projetadas com cuidados de saúde, o valor atual do fundo autónomo e os ganhos com serviços passados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

	EUROS	
	2011	2010
Valor atual das responsabilidades projetadas	352.564.459	342.490.660
Valor de mercado do fundo autónomo	(246.214.842)	(338.810.084)
Valor atual das responsabilidades não financiadas	106.349.617	3.680.576
Ganhos com serviços passados (i)	12.222.435	13.087.000
Responsabilidades líquidas reconhecidas (Nota 14.3)	118.572.052	16.767.576

(i) Este montante respeita ao ganho com serviços passados decorrente das alterações relativas aos benefícios do Plano de Saúde ocorridas em 2006 que ainda não se encontram vencidos, o qual foi diferido e será reconhecido em resultados durante o período estimado em que esses benefícios sejam adquiridos pelos colaboradores.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor atual das responsabilidades projetadas foi como segue:

	EUROS	
	2011	2010
Saldo inicial das responsabilidades projetadas	342.490.660	335.261.865
Benefícios pagos pela Empresa (Nota 14.4)	(17.964.841)	(18.882.633)
Custos com pensões		
Custo com o serviço do exercício	3.042.635	3.027.076
Custo financeiro do exercício	15.871.525	17.933.044
Custos com redução de efetivos	186.854	2.694.286
Perdas atuariais, líquidas	8.937.626	2.457.022
Saldo final das responsabilidades projetadas	352.564.459	342.490.660

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição do justo valor do fundo autónomo afeto à cobertura de responsabilidades com cuidados de saúde era como segue:

EUROS				
	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Ações (i)	41.289.896	16,8%	88.085.111	26,0%
Obrigações (ii)	89.155.632	36,2%	127.845.608	37,7%
Disponibilidades, contas a receber e outros ativos (iii)	115.769.314	47,0%	122.879.365	36,3%
	246.214.842	100,0%	338.810.084	100,0%

(i) Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica corresponde a investimentos em ações do Banco Espírito Santo (Nota 48).

(ii) Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui investimentos em obrigações da Portugal Telecom no montante de 56 milhões de Euros (Nota 48).

(iii) Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui essencialmente investimentos nos fundos de capital de risco *Ongoing International Capital Markets* e *Ongoing International Private Equity* no montante total de 79 milhões de Euros, os quais são geridos pela *Ongoing International* (Nota 48).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor de mercado dos ativos deste fundo foi como segue:

EUROS		
	2011	2010
Saldo inicial dos ativos do fundo	338.810.084	414.753.964
Rendimento real dos fundos (i)	(69.303.386)	8.365.989
Reembolsos (Nota 14.4) (ii)	(23.291.856)	(84.309.869)
Saldo final dos ativos do fundo	246.214.842	338.810.084

(i) Em 2011, o desempenho dos ativos dos fundos de pensões foi significativamente afetado pela redução do justo valor dos investimentos em ações e obrigações.

(ii) Esta rubrica inclui (1) reembolsos de despesas de saúde pagas pela PT Comunicações por conta da PT ACS, no montante de 23.291.856 Euros em 2011 e 9.309.869 Euros em 2010, e (2) o reembolso em 2010 do excesso de financiamento determinado durante o ano, no montante de 75.000.000 Euros.

A composição do custo (ganho) com cuidados de saúde nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

EUROS		
	2011	2010
Custo com o serviço do exercício	3.042.635	3.027.076
Custo financeiro do exercício	15.871.525	17.933.044
Rendimento estimado dos fundos (i)	(19.827.477)	(24.332.838)
Ganhos com serviços passados	(858.263)	(865.000)
Custo (ganho) corrente (Nota 14.5)	(1.771.580)	(4.237.718)
Custos com o programa de redução de efetivos	186.854	2.694.286
Ganhos com serviços passados (amortização extraordinária)	(6.302)	-
Custo de redução de efetivos (Nota 14.5)	180.552	2.694.286
Custo (ganho) com cuidados de saúde	(1.591.028)	(1.543.432)

(i) O rendimento estimado dos fundos é calculado com base nos pressupostos atuariais do rendimento dos fundos e no justo valor dos ativos dos fundos.

Os ganhos e perdas atuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos atuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. O movimento no valor acumulado das perdas atuariais líquidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como segue:

EUROS		
	2011	2010
Saldo inicial	219.695.366	201.271.495
Alteração de pressupostos atuariais (Nota 14.6)	-	40.384.304
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais assumidos (Nota 14.6):		
Relacionadas com as responsabilidades	8.937.626	(37.927.282)
Relacionadas com os ativos do fundo	89.130.863	15.966.849
Saldo final (Nota 44.5)	317.763.855	219.695.366

14.1.3. Salários

Conforme referido na Nota 3j), a Portugal Telecom é responsável pelo pagamento de salários a empregados suspensos e pré-reformados, até à idade da reforma, em resultado de acordos entre ambas as partes. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, existiam 5.779 e 6.209 empregados suspensos e pré-reformados, respetivamente.

Estas responsabilidades não estão sujeitas a qualquer requisito legal de financiamento, pelo que o pagamento mensal dos salários é efetuado diretamente pela PT Comunicações.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no valor atual das responsabilidades projetadas é como segue:

EUROS		
	2011	2010
Saldo inicial das responsabilidades projetadas	924.324.397	791.441.961
Benefícios pagos pela Empresa (Nota 14.4)	(174.044.745)	(160.288.354)
Custo financeiro do exercício (Nota 14.5)	31.387.011	39.610.000
Custos com redução de efetivos (Nota 14.5)	32.434.698	134.208.621
Perdas (ganhos) atuariais, líquidas	(31.603.105)	49.239.869
Transferência de responsabilidades com pensões (Nota 14.1.1)	-	70.112.300
Saldo final das responsabilidades projetadas (Nota 14.3)	782.498.256	924.324.397

Os ganhos e perdas atuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos atuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. O movimento no valor acumulado das perdas atuariais acumuladas líquidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como segue:

EUROS		
	2011	2010
Saldo inicial	115.100.581	65.860.712
Alteração de pressupostos atuariais (Nota 14.6)	(19.051.652)	55.628.537
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (Nota 14.6)	(12.551.453)	(6.388.668)
Saldo final (Nota 44.5)	83.497.476	115.100.581

14.2. Operações no Brasil – Oi

No seguimento da aquisição do investimento na Oi, concluída em 28 de março de 2011 (Nota 1), a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente as responsabilidades com benefícios de reforma da Telemar e das suas subsidiárias, as quais ascendiam a 52 milhões de Euros em 31 de março de 2011, incluindo um passivo de 63 milhões de Euros (Nota 2.b) e um ativo de 11 milhões de Euros (Nota 2.b), conforme detalhado nas tabelas abaixo. A Telemar e as suas subsidiárias patrocinam planos de benefícios de reforma para os seus empregados que tenham optado por fazer parte dos mesmos e, para os participantes assistidos. A tabela abaixo discrimina os planos de reforma existentes em 31 de dezembro de 2011 e as suas principais características:

Plano de benefícios de reforma	Benefícios	Gestor (i)	Tipo	Características
BrTPREV (ii)	Complemento de pensão	FATL	Contribuições definidas	Contribuições determinadas com base em estudos atuariais, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário, conforme a idade do participante. Opcionalmente, o participante pode fazer contribuições adicionais para o plano, mas sem a paridade da patrocinadora. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.
Fundador/ Alternativo (ii)	Complemento de pensão	FATL	Benefícios definidos	A contribuição normal da patrocinadora para este plano é paritária à contribuição normal do participante, cujas taxas variam em função da idade, tempo de serviço e salário. Para os participantes vinculados às regras do antigo Plano Alternativo-BrT, as contribuições estão limitadas a três vezes o teto de benefício do INSS e o participante também paga uma "jóia", dependendo da idade em que aderiu ao plano.
PBS-TELEMAR	Complemento de pensão	FATL	Benefícios definidos	Plano fechado ao ingresso de novos participantes desde a criação do TelemarPrev. Aproximadamente 96% dos antigos participantes migraram para o TelemarPrev. A contribuição dos participantes ativos corresponde ao somatório de: (1) percentagem de 0,5% a 1,5% incidente sobre o salário-de-participação (de acordo com a idade do participante); (2) 1% incidente sobre a parcela do salário que ultrapassar a metade da Unidade Padrão; e (3) 11% incidente sobre a parcela do salário que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados participantes ativos do plano, dos quais 8% são destinados ao plano PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA e ao PAMA/PCE, este último no caso de participantes migrados. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.
TCSPREV	Complemento de pensão	FATL	Contribuições e benefícios definidos	As contribuições são determinadas com base em estudos atuariais, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente, o participante pode efetuar aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. No grupo PBS-TCS, a contribuição da patrocinadora corresponde a 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de serviço e salário, podendo também pagar uma "jóia" dependendo da idade que ingressou no plano. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.
TelemarPrev	Complemento de pensão e benefícios programáveis (rendas)	FATL	Benefícios definidos	A contribuição normal do participante é composta de duas parcelas: (1) básica - equivalente a 2% do salário e (2) padrão - equivalente a 3% sobre a diferença positiva entre o salário e a parcela previdenciária. A contribuição extraordinária adicional do participante é de caráter facultativo, em percentagem que represente múltiplos de 0,5% do salário, e por prazo não inferior a seis meses. Contribuições extraordinárias eventuais do participante, também em caráter facultativo, não poderão ser inferiores a 5% do teto do salário. O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras, até o limite de 8% do salário, observando que a patrocinadora não é obrigada a acompanhar as contribuições extraordinárias realizadas pelo participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.
PBS-A	Complemento de pensão	SISTEL	Benefícios definidos	Contribuições dependem da existência de um défice acumulado.
PBS-TNCP	Complemento de pensão e assistência médica	SISTEL	Benefícios definidos	Contribuições correspondem a 15,9% do salário dos empregados que participam no plano. O benefício de reforma é determinado pela diferença entre 90% do salário médio nos últimos 36 meses, ajustado pela inflação, e o benefício pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).
CELPREV	Complemento de pensão e assistência médica	SISTEL	Benefícios definidos	Os participantes podem efetuar três tipos de contribuição: (1) regular, entre 0% e 2% do salário; (2) regular adicional, entre 0% e 6% da parcela do salário que excede um Unidade Referência do Plano; e (3) voluntária, uma percentagem do salário escolhida livremente pelo participante. Os patrocinadores também podem efetuar quatro tipos de contribuição: (1) regular, idêntica à contribuição do empregado; (2) regular adicional, idêntica à contribuição do empregado; (3) não recorrente, determinada livremente em termos de valor e frequência; e (4) especial, aplicável apenas a alguns empregados que aderiram ao plano num determinado período temporal.
PAMEC	Assistência médica	BrT	Benefícios definidos	As contribuições foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Brasil Telecom, não há património constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida na Demonstração da Posição Financeira.

(i) Os planos de benefícios de reforma na Oi são geridos por duas fundações: Fundação Atlântico de Seguridade Social (FATL) e Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL). A FATL é uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que tem por objetivo a gestão e administração dos planos de benefício de reforma para os empregados que são patrocinados por este fundo. SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, constituída em 1977, e tem por objetivo instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios semelhantes ou complementares aos da segurança social, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da Sistel.

(ii) Incluídos em conjunto nas tabelas seguintes com a designação "BrTPREV/FA".

Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos acordos celebrados com as referidas fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. Os planos de benefício definido patrocinados não preveem novas adesões por serem planos fechados. As contribuições dos participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Os estudos atuariais dos planos de benefícios definidos da Oi, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada” e utilizando essencialmente os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2011	2010
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto		
Planos FATL	10,35%	10,77%
Planos SISTEL		
PBS-A	10,35%	10,77%
PBS-TNCP/CELPREV	10,35%	11,40%
PAMEC	10,35%	10,70%
Taxa de crescimento salarial		
Planos FATL		
TelemarPrev	Entre 4,50% e 14,95%	Entre 4,52% e 9,73%
Outros planos FATL	9,31%	7,95%
Planos SISTEL		
PBS-TNCP	9,31%	4,50%
CELPREV	9,31%	6,59%
PBS-A/PAMEC	N/A	N/A
Taxa nominal de crescimento de benefícios	4,50%	4,50%
Taxa de inflação	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento dos custos com saúde	7,64%	7,64%
Taxa de rendimento dos fundos		
Planos FATL	11,50%	10,95%
Planos SISTEL	Entre 11% e 12%	Entre 9% e 11%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade		
TelemarPrev	5% a.a.; nula a partir dos 50 anos e para o benefício saldado	5% a.a.; nula a partir dos 50 anos e para o benefício saldado
CELPREV	1.5% a.a.; nula a partir dos 50 anos e para o benefício saldado	1.5% a.a.; nula a partir dos 50 anos e para o benefício saldado
BrTPREV-FA/TCSPREV	5,5% p.a.	15% p.a.
PBS-Telemar/PBS-A/PBS-TNCP/PAMEC	Nula	Nula

Baseado nos estudos atuariais, as obrigações dos planos de pensões abaixo mencionados e o justo valor dos respetivos fundos em 31 de dezembro de 2011 eram como segue:

EUROS									
	BrTPREV-FA	PBS-Telemar	TCSPREV	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	TOTAL
Valor atual das responsabilidades projetadas	202.010.902	24.409.836	50.032.035	278.010.495	388.132.308	2.441.082	16.659	394.495	945.447.812
Valor de mercado dos fundos	(128.724.504)	(31.396.498)	(145.950.411)	(339.944.072)	(605.422.867)	(4.248.949)	(175.733)	-	(1.255.863.034)
Valor atual das responsabilidades não financiadas	73.286.398	(6.986.662)	(95.918.376)	(61.933.577)	(217.290.559)	(1.807.867)	(159.074)	394.495	(310.415.222)
Efeito do limite no reconhecimento de ativos dos planos (IFRIC 14) (i)	-	6.986.662	83.985.996	61.933.577	217.290.559	1.807.867	159.074	-	372.163.735
Responsabilidades líquidas reconhecidas (Nota 14.3)	73.286.398	-	(11.932.380)	-	-	-	-	394.495	61.748.513

(i) Esta rubrica está relacionada com planos que apresentam uma posição excedentária, a qual não pode ser reconhecida como ativo uma vez que não existe autorização expressa para compensar esse excedente com contribuições patronais futuras, conforme previsto na IFRIC 14 e no parágrafo 58(b) da IAS 19. O ativo reconhecido no plano TCSPREV respeita (1) a contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que saíram do plano e (2) a parte do *superavit* do plano atribuído à patrocinadora.

Durante o período de nove meses decorrido entre 31 de março e 31 de dezembro de 2011, o movimento nas responsabilidades projetadas com pensões foi como segue:

EUROS									
	BrTPREV-FA	PBS-Telemar	TCSPREV	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	TOTAL
Saldo inicial das responsabilidades projetadas	198.864.031	23.699.167	47.990.234	262.924.761	387.582.750	2.331.494	19.790	396.590	923.808.817
Custos com pensões									-
Custo com o serviço do exercício	149.239	15.138	95.844	463.882	-	2.122	595	(2)	726.818
Custo financeiro do exercício	14.895.943	1.778.481	3.621.013	19.837.829	28.955.771	175.549	1.459	42.057	69.308.102
Pagamentos de benefícios e contribuições									-
Benefícios pagos pelos fundos	(17.078.275)	(1.693.161)	(3.197.242)	(18.173.116)	(34.484.190)	(160.510)	-	(4.405)	(74.790.899)
Contribuições dos empregados	5.869	7.842	-	-	-	3.052	578	-	17.341
Perdas (ganhos) atuariais, líquidas	14.706.122	1.751.224	3.871.750	25.979.568	24.441.180	203.922	(4.947)	(21.057)	70.927.762
Ajustamentos de conversão cambial	(9.532.027)	(1.148.855)	(2.349.564)	(13.022.429)	(18.363.203)	(114.547)	(816)	(18.688)	(44.550.129)
Saldo final das responsabilidades projetadas	202.010.902	24.409.836	50.032.035	278.010.495	388.132.308	2.441.082	16.659	394.495	945.447.812

Em 31 de dezembro de 2011, a composição dos ativos dos fundos de pensões era como segue:

EUROS										
	BrTPREV-FA	PBS-Telemar	TCSPREV	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	TOTAL	%
Rendimento variável	20.595.921	5.023.440	23.352.066	54.391.051	121.084.573	509.874	35.147	-	224.992.072	18%
Rendimento fixo	104.266.848	25.431.163	118.219.833	275.354.697	454.067.150	3.526.627	130.043	-	980.996.361	78%
Imóveis	2.574.490	627.930	2.919.008	6.798.881	24.216.915	-	-	-	37.137.224	3%
Outros	1.287.245	313.965	1.459.504	3.399.443	6.054.229	212.448	10.543	-	12.737.377	1%
Total	128.724.504	31.396.498	145.950.411	339.944.072	605.422.867	4.248.949	175.733	-	1.255.863.034	100%

Durante o período de nove meses decorrido entre 31 de março e 31 de dezembro de 2011, o movimento nos ativos dos fundos foi como segue:

EUROS									
	BrTPREV-FA	PBS-Telemar	TCSPREV	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	TOTAL
Saldo inicial dos ativos dos fundos de pensões	136.146.520	31.098.221	141.735.085	334.425.762	648.877.297	4.573.962	155.171	1.103	1.297.013.121
Rendimento real dos fundos	15.807.245	3.456.790	14.282.549	39.729.944	20.067.613	34.359	27.390	-	93.405.890
Pagamento de benefícios	(17.078.275)	(1.693.161)	(3.197.242)	(18.173.116)	(34.484.190)	(160.510)	-	(4.405)	(74.790.899)
Contribuições efetuadas pela Empresa (Nota 14.4)	980	9.970	(485)	-	-	2.056	728	3.312	16.561
Contribuições dos empregados	5.869	7.842	-	-	-	3.052	578	-	17.341
Ajustamentos de conversão cambial	(6.157.835)	(1.483.164)	(6.869.496)	(16.038.518)	(29.037.853)	(203.970)	(8.134)	(10)	(59.798.980)
Saldo final dos ativos dos fundos de pensões	128.724.504	31.396.498	145.950.411	339.944.072	605.422.867	4.248.949	175.733	-	1.255.863.034

A composição do custo líquido com pensões no período de nove meses decorrido entre 31 de março e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

EUROS									
	BrTPREV-FA	PBS-Telemar	TCSPREV	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	TOTAL
Custo com o serviço do exercício	149.239	15.138	95.844	463.882	-	2.122	595	(2)	726.818
Custo financeiro do exercício	14.895.943	1.778.481	3.621.013	19.837.829	28.955.771	175.549	1.459	42.057	69.308.102
Rendimento estimado dos fundos	(9.862.110)	(2.395.117)	(11.099.201)	(25.841.047)	(53.064.198)	(368.399)	(13.133)	-	(102.643.205)
Efeito do limite no reconhecimento de ativos dos planos (IFRIC 14)	-	611.467	5.530.763	5.539.336	24.108.427	192.783	11.808	-	35.994.584
Outros custos (Nota 14.4)	1.129.704	-	-	-	-	-	-	-	1.129.704
Custo corrente total com pensões (Notas 2.b e 14.5)	6.312.776	9.969	(1.851.581)	-	-	2.055	729	42.055	4.516.003

Os ganhos e perdas atuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos atuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos diretamente no capital próprio, e apresentados na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. Durante o período de nove meses decorrido entre 31 de março e 31 de dezembro de 2011, o movimento no valor acumulado das perdas atuariais líquidas, foi como segue:

EUROS									
	BrTPREV-FA	PBS-Telemar	TCSPREV	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	TOTAL
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alteração de pressupostos atuariais (Nota 14.6)	(6.915.269)	(706.590)	(467.975)	(9.492.747)	(10.372.383)	(30.800)	11.256	49.105	(27.925.403)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (Nota 14.6):									
Relacionados com as responsabilidades	21.621.391	2.457.814	4.339.725	35.472.315	34.813.563	234.722	(16.203)	(70.162)	98.853.165
Relacionados com os ativos dos fundos	(5.945.136)	(1.061.673)	(3.183.349)	(13.888.896)	32.996.585	334.039	(14.257)	-	9.237.313
Saldo final (Nota 44.5)	8.760.986	689.551	688.401	12.090.672	57.437.765	537.961	(19.204)	(21.057)	80.165.075

14.3. Responsabilidades com os planos de benefícios de reforma

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 nas responsabilidades líquidas reconhecidas com benefícios de reforma foram como segue:

EUROS									
	Operações em Portugal				Operações no Brasil				Total
	Pensões e complementos de reforma (Nota 14.1.1)	Cuidados de saúde (Nota 14.1.2)	Salários de suspensos e pré-reformados (Nota 14.1.3)	Sub-total	Pensões e complementos de reforma (Nota 14.2)	Cuidados de saúde (Nota 14.2)	Sub-total		
Saldo em dezembro de 2009	764.851.063	(65.540.099)	791.441.961	1.490.752.925	-	-	-	1.490.752.925	
Custo (ganho) do exercício (Nota 14.5)	1.406.736	(4.237.718)	39.610.000	36.779.018	-	-	-	36.779.018	
Custos com redução de efetivos (Nota 14.5)	4.651.582	2.694.286	134.208.621	141.554.489	-	-	-	141.554.489	
Pagamentos, contribuições e reembolsos (Nota 14.4)	(36.359.218)	65.427.236	(160.288.354)	(131.220.336)	-	-	-	(131.220.336)	
Perdas atuariais, líquidas (Nota 14.6)	383.011.166	18.423.871	49.239.869	450.674.906	-	-	-	450.674.906	
Transferências entre pensões e salários (Notas 14.1.1 e 14.1.3)	(70.112.300)	-	70.112.300	-	-	-	-	-	
Responsabilidades não financiadas transferidas para o Estado Português (Nota 14.1.1)	(1.021.676.397)	-	-	(1.021.676.397)	-	-	-	(1,021,676,397)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	25.772.632	16.767.576	924.324.397	966.864.605	-	-	-	966.864.605	
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 2)	-	-	-	-	52.083.050	406.094	52.489.144	52,489,144	
Custo (ganho) do exercício (Nota 14.5)	(717.051)	(1.771.580)	31.387.011	28.898.380	4,473,948	42,055	4,516,003	33,414,383	
Custos com redução de efetivos (Nota 14.5)	(2,036)	180,552	32,434,698	32,613,214	-	-	-	32,613,214	
Pagamentos, contribuições e reembolsos (Nota 14.4)	(2,759,982)	5,327,015	(174,044,745)	(171,477,712)	(1,142,953)	(3,312)	(1,146,265)	(172,623,977)	
Perdas (ganhos) atuariais, líquidas (Nota 14.6)	5,332,309	98,068,489	(31,603,105)	71,797,693	8,760,984	(21,057)	8,739,927	80,537,620	
Ajustamento de conversão cambial	-	-	-	-	(2,821,011)	(29,285)	(2,850,296)	(2,850,296)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.625.872	118.572.052	782.498.256	928.696.180	61.354.018	394.495	61.748.513	990.444.693	

Alguns planos de pensões e de cuidados de saúde apresentam posições excedentárias, pelo que os mesmos foram apresentados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira separadamente dos saldos daqueles fundos com posição deficitária. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor líquido das responsabilidades com planos de pensões e saúde foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

	EUROS	
	2011	2010
Planos com uma situação deficitária		
Pensões	102.600.825	27.700.623
Cuidados de saúde	118.966.547	16.767.576
Salários de pré-reformados e suspensos	782.498.256	924.324.397
	1.004.065.628	968.792.596
Planos com uma situação excedentária		
Pensões	(13.620.935)	(1.927.991)
	(13.620.935)	(1.927.991)
	990.444.693	966.864.605

14.4. Fluxos de caixa com os planos de benefícios de reforma

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os pagamentos e contribuições respeitantes a benefícios de reforma foram como segue:

	EUROS	
	2011	2010
Operações em Portugal		
Pensões		
Contribuições para os fundos (Nota 14.1.1)	1.650.000	35.535.127
Pagamentos de prémios a pré-reformados e suspensos (Nota 14.1.1)	1.109.982	824.091
Sub-total (Nota 14.3)	2.759.982	36.359.218
Cuidados de saúde		
Reembolsos (Nota 14.1.2)	(23.291.856)	(84.309.869)
Pagamentos de despesas com cuidados de saúde (Nota 14.1.2)	17.964.841	18.882.633
Sub-total (Nota 14.3)	(5.327.015)	(65.427.236)
Outros pagamentos		
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos (Notas 14.1.3 e 14.3)	174.044.745	160.288.354
Pagamento por cessação de contrato de trabalho (Nota 14.5)	3.816.660	3.958.763
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i)	21.783.360	-
Pagamento ao Estado Português relativo à transferência dos planos de pensões	-	100.000.000
Sub-total	199.644.765	264.247.117
Operações no Brasil		
Contribuições para os fundos - pensões (Nota 14.2)	13.249	-
Contribuições para os fundos - cuidados de saúde (Nota 14.2)	3.312	-
Outros pagamentos (Nota 14.2)	1.129.704	-
Sub-total (Nota 14.3)	1.146.265	-
	198.223.997	235.179.099

(i) Esta rubrica corresponde à contribuição paga pela Portugal Telecom à Segurança Social relacionada com o serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

14.5. Custos com os planos de benefícios de reforma

Os custos com os planos de benefícios de reforma e com o programa de redução de efetivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram com segue:

	EUROS	
	2011	2010
Custos com benefícios de reforma		
Operações em Portugal		
Pensões (Notas 14.1.1 e 14.3)	(717.051)	1.406.736
Cuidados de saúde (Notas 14.1.2 e 14.3)	(1.771.580)	(4.237.718)
Salários (Notas 14.1.3 e 14.3)	31.387.011	39.610.000
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i)	25.112.665	1.430.820
Sub-total	54.011.045	38.209.838
Oi		
Pensões (Nota 14.2)	4.473.948	-
Cuidados de saúde (Nota 14.2)	42.055	-
Sub-total	4.516.003	-
Total de custos com benefícios de reforma	58.527.048	38.209.838
Custos de redução de efetivos e liquidação (ii)		
Pensões (Notas 14.1.1 e 14.3)	(2.036)	4.651.582
Cuidados de saúde (Notas 14.1.2 e 14.3)	180.552	2.694.286
Salários (Notas 14.1.3 e 14.3)	32.434.698	134.208.621
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho (Nota 14.4)	3.816.660	3.958.763
	36.429.874	145.513.252

(i) Esta rubrica corresponde à contribuição fixa paga pela Portugal Telecom à Segurança Social relacionada com o serviço anual dos empregados ativos e suspensos que tinham direito a pensão no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa que foram transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

(ii) Em 2010, os custos de redução de efetivos e liquidação incluem (1) uma perda de 7,5 milhões de Euros (Nota 14.1.1) reconhecida em resultado da transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões, (2) uma amortização extraordinária dos ganhos com serviços passados no montante de 3,1 milhões de Euros (Nota 14.1), e (3) custos com redução de efetivos no montante total de 141,1 milhões de Euros, os quais estão relacionados essencialmente com um programa de redução de efetivos aprovado no final de 2010.

14.6. Perdas (ganhos) atuariais líquidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as perdas (ganhos) atuariais líquidos (Notas 14.3 e 44.5) registados na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral são conforme segue:

	EUROS	
	2011	2010
Operações em Portugal		
Alterações nos pressupostos atuariais		
Pensões (Nota 14.1.1)	(374.801)	345.774.504
Cuidados de saúde (Nota 14.1.2)	-	40.384.304
Salários (Nota 14.1.3)	(19.051.652)	55.628.537
Sub-total	(19.426.453)	441.787.345
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais		
Pensões (Nota 14.1.1)	5.707.110	37.236.662
Cuidados de saúde (Nota 14.1.2)	98.068.489	(21.960.433)
Salários (Nota 14.1.3)	(12.551.453)	(6.388.668)
Sub-total	91.224.146	8.887.561
Sub-total das operações em Portugal	71.797.693	450.674.906
Operações no Brasil		
Alterações nos pressupostos atuariais (Nota 14.2)	(27.925.403)	-
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (Nota 14.2)	108.090.478	-
Efeito do limite no reconhecimento de ativos dos planos (IFRIC 14)	(71.425.148)	-
Sub-total	8.739.927	-
Total (Notas 14.3 e 44.5)	80.537.620	450.674.906

As perdas e ganhos atuariais líquidos relativos aos planos das operações em Portugal decorrentes de alterações nos pressupostos atuariais estão relacionados com as alterações nos pressupostos atuariais financeiros e demográficos detalhados na Nota 14.1, conforme segue:

- Os ganhos atuariais reconhecidos em 2011, no montante de 19 milhões de Euros, correspondem ao impacto da redução da taxa de crescimento salarial utilizada na determinação das responsabilidades com salários pagos a empregados suspensos e pré-reformados;
- As perdas atuariais reconhecidas em 2010, no montante de 442 milhões de Euros, estão relacionadas essencialmente com a redução na taxa de desconto (352 milhões de Euros) e com um ajustamento nas tábuas de mortalidade (100 milhões de Euros).

O detalhe dos ganhos e perdas atuariais decorrentes das diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais, relativo a planos de pensões das operações em Portugal, é como segue:

- As perdas atuariais reconhecidas em 2011, no montante de 91 milhões de Euros, incluem: (1) uma perda de 98 milhões de Euros relacionada com a diferença entre a rentabilidade real (-16,6%) e a rentabilidade esperada (+6,0%) dos ativos dos fundos, e (2) um ganho de 7 milhões de Euros relativo à diferença entre os dados reais e os pressupostos atuariais relacionados com as responsabilidades projetadas;
- As perdas atuariais reconhecidas em 2010, no montante de 9 milhões de Euros, incluem: (1) uma perda de 76 milhões de Euros relacionada com a diferença entre a rentabilidade real (2,8%) e a rentabilidade esperada (6,0%) dos ativos dos fundos, e (2) um ganho de 67 milhões de Euros relativo à diferença entre os dados reais e os pressupostos atuariais relacionados com as responsabilidades, nomeadamente menores despesas com cuidados de saúde do que o estimado e diferenças face à taxa de crescimento salarial.

As perdas atuariais líquidas reconhecidas pela Oi no período de nove meses decorrido entre 31 de março e 31 de dezembro de 2011, no montante de 9 milhões de Euros, incluem (1) um ganho atuarial de 28 milhões de Euros relativo às alterações nos pressupostos atuariais descritos na Nota 14.2, refletindo essencialmente o aumento na rentabilidade esperada dos ativos dos fundos, (2) uma perda atuarial no montante de 108 milhões de Euros decorrente da diferença entre os dados reais e os pressupostos atuariais, e (3) um ganho atuarial de 71 milhões de Euros, correspondente ao efeito do limite ao reconhecimento de posições excedentárias nos planos (IFRIC 14).

14.7. Outras divulgações

As tabelas abaixo apresentam o valor atual das responsabilidades projetadas, o valor de mercado dos fundos, as responsabilidades não financiadas e os ganhos e perdas atuariais líquidos. O detalhe desta informação em 31 de dezembro de 2011, 2010, 2009, 2008 e 2007 e nos exercícios findos nessas datas é como segue:

	EUROS				
	2011	2010	2009	2008	2007
Valor atual das responsabilidades projetadas (i)	2.202.075.339	1.396.705.310	3.836.915.409	3.941.510.416	4.203.125.154
Valor de mercado dos fundos (i)	(1.600.558.424)	(448.145.688)	(2.369.524.484)	(2.131.646.536)	(2.899.144.514)
Responsabilidades não financiadas líquidas	601.516.915	948.559.622	1.467.390.925	1.809.863.880	1.303.980.640
Ganhos com serviços passados	16.764.043	18.304.983	23.362.000	25.430.000	25.891.000
Efeito do limite no reconhecimento de ativos dos planos (IFRIC 14)	372.163.735	-	-	-	-
Responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas	990.444.693	966.864.605	1.490.752.925	1.835.293.880	1.329.871.640

(i) O aumento nestas rubricas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é explicado essencialmente pela consolidação proporcional da Oi desde 31 de março de 2011. O decréscimo ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está relacionado basicamente com a transferência dos planos de benefícios de reforma para o Estado Português, tal como mencionado acima.

	EUROS				
	2011	2010	2009	2008	2007
Alterações nos pressupostos atuariais	(47.351.856)	441.787.345	(1.660.464)	(232.309.178)	(150.947.555)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais:					
Relacionadas com as responsabilidades projetadas	91.855.502	(67.472.319)	15.523.139	26.821.855	(208.946.281)
Relacionadas com os ativos dos planos	107.459.122	76.359.880	(178.636.090)	800.296.495	74.656.771
Efeito do limite no reconhecimento de ativos dos planos (IFRIC 14)	(71.425.148)	-	-	-	-
Total das perdas (ganhos) atuariais	80.537.620	450.674.906	(164.773.415)	594.809.172	(285.237.065)

15. OUTROS CUSTOS, LÍQUIDOS

Os outros custos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ascenderam a 33 milhões de Euros e 141 milhões de Euros, respetivamente. Em 2011, esta rubrica inclui essencialmente donativos, multas e outras penalidades e o *write-off* de certos ativos fixos tangíveis. A redução em comparação com o mesmo período do ano anterior está relacionada essencialmente com os seguintes itens não recorrentes reconhecidos no terceiro trimestre de 2010: (1) ajustamentos e provisões não recorrentes no total de 50 milhões de Euros (Nota 42), que foram reconhecidos de modo a ajustar determinadas contas a receber e inventários para os respetivos montantes recuperáveis e refletir as perdas estimadas com determinadas ações judiciais; e (2) custos incorridos no terceiro trimestre de 2010 por serviços prestados relativos à aquisição do investimento no Grupo Oi (25 milhões de Euros).

16. JUROS SUPORTADOS, LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica compõe-se como segue:

	EUROS	
	2011	2010
Juros suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	638.279.821	282.729.191
Outros	1.159.137	1.424.231
Juros obtidos		
Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(335.443.333)	(79.815.461)
Outros	(6.880.952)	(19.293.026)
	297.114.673	185.044.935

O aumento dos juros suportados líquidos é explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores a partir de 1 de abril de 2011, no montante de 175 milhões de Euros (Nota 2.b). Ajustando por este efeito, os juros suportados líquidos teriam ascendido a 122 milhões de Euros em 2011, uma diminuição de 63 milhões, face aos 185 milhões de Euros em 2010, refletindo (1) os juros obtidos no primeiro trimestre de 2011 relativos aos depósitos em Reais Brasileiros que foram utilizados para pagar o investimento estratégico na Oi, em 31 de março de 2011, e (2) os ganhos com juros relativos ao efeito do valor atual da conta a receber da Telefónica no âmbito da alienação da Vivo. Estes efeitos mais que compensaram o impacto do aumento da dívida líquida média nas operações em Portugal.

17. PERDAS COM VARIAÇÕES CAMBIAIS, LÍQUIDAS

As perdas com variações cambiais líquidas aumentaram para 18 milhões de Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, face a 7 milhões de Euros em 2010, refletindo essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi a partir de 1 de Abril de 2011 (16 milhões de Euros), cujas perdas respeitam fundamentalmente ao impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Dólar na dívida bruta da Oi denominada em Dólares que não está coberta por derivados de taxa de câmbio ou aplicações de tesouraria (Nota 45). Adicionalmente, o contributo da Oi para esta rubrica inclui ganhos com derivados de taxa de câmbio os quais compensam as perdas com variações cambiais líquidas resultantes da dívida expressa em Dólares que está coberta por esses derivados de taxa de câmbio.

18. GANHOS EM ATIVOS FINANCEIROS E OUTROS INVESTIMENTOS, LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2011	2010
Instrumentos financeiros derivados (Nota 45)	(586.752)	(740.501)
Investimentos em imóveis	308.619	(792.832)
Outros, líquidos	(299.604)	(326.954)
	(577.737)	(1.860.287)

19. OUTROS CUSTOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2011	2010
Comissões e outros serviços bancários (i)	60.734.765	25.952.241
Outros (ii)	46.667.710	7.348.289
	107.402.475	33.300.530

(i) O aumento desta rubrica é explicado essencialmente pela consolidação proporcional da Oi a partir 1 de abril de 2011, no montante de 24 milhões de Euros, e por um maior nível de comissões bancárias nas operações em Portugal.

(ii) O aumento nesta rubrica reflete essencialmente (1) impostos suportados no Brasil durante o primeiro trimestre de 2011 com a transferência de fundos da Portugal Telecom para o investimento na Oi (14 milhões de Euros), e (2) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, no montante de 29 milhões de Euros. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um ganho no montante de 2 milhões de Euros (Nota 38.2) reconhecido em 2011, correspondente à diferença entre o valor nominal e o preço de aquisição de obrigações próprias adquiridas durante o quarto trimestre de 2011.

20. IMPOSTOS E TAXAS

A partir de 1 de janeiro de 2010, na sequência da alteração na legislação fiscal ocorrida no segundo trimestre de 2010, a Portugal Telecom e as suas subsidiárias com sede em Portugal passaram a ser tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa agregada máxima de 29,0%, correspondente a uma taxa base de 25%, acrescida de (1) uma Derrama Municipal até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável e, (2) uma Derrama Estadual de 2,5% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 2 milhões de Euros. Antes desta alteração, a Derrama Estadual não existia e, conseqüentemente, a taxa máxima agregada era de aproximadamente 26,5%.

Nos exercícios de 2012 e 2013, na sequência de uma alteração na legislação fiscal ocorrida em dezembro de 2011, a Empresa será tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 25%, que será acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de Euros e 10 milhões de Euros e de 5,0% aplicável sobre lucro tributável que exceda 10 milhões de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5%.

A Portugal Telecom é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

As subsidiárias localizadas no Brasil, nomeadamente a Oi e a Contax que foram consolidadas proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, são tributadas em sede de imposto sobre o rendimento a uma taxa nominal de 34%.

De acordo com a legislação Portuguesa em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. No Brasil, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011, considerando as provisões reconhecidas pela Empresa (Nota 42).

20.1. Impostos diferidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos são como segue:

EUROS										
			Aumentos e reduções		Alteração de taxa de imposto (ii)					
	Saldo 31 dez 2010	Alterações ao perímetro de consolidação (i)	Resultado líquido (ii)	Outras reservas e resultados acumulados	Resultado líquido	Outras reservas e resultados acumulados	Ajustamentos de conversão cambial (iii)	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 dez 2011	
Ativos por impostos diferidos										
Benefícios de reforma	472.135.250	21.448.786	(164.300.412)	20.927.603	41.889	6.930	(1.043.629)	1.365.962	350.582.379	
Prejuízos fiscais reportáveis (iv)	-	187.473.960	125.252.556	-	-	-	(8.897.134)	3.485.308	307.314.690	
Provisões e ajustamentos	58.844.838	364.043.889	(22.455.814)	-	3.339.208	-	(15.972.732)	(6.050.765)	381.748.624	
Contribuição adicional para os fundos de pensões	92.519.047	-	(6.694.075)	-	-	-	-	(1.475.923)	84.349.049	
Instrumentos financeiros	4.439.337	-	(139.606)	195.139	(157.240)	(94.045)	-	(89.117)	4.154.468	
Outros	25.136.726	72.386.750	(6.832)	385.301	(77.632)	-	(5.113.147)	21.633	92.732.799	
	653.075.198	645.353.385	(68.344.183)	21.508.043	3.146.225	(87.115)	(31.026.641)	(2.742.903)	1.220.882.009	
Passivos por impostos diferidos										
Ajustamentos a valor de mercado em alocações de preço de compra (v)	-	869.597.942	(56.382.455)	-	-	-	(37.543.832)	111.981	775.783.636	
Reavaliação de ativos fixos	228.412.010	-	(14.406.175)	(31.541.890)	-	-	-	-	182.463.945	
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	1.622.117	-	(280.394)	-	-	-	-	-	1.341.723	
Instrumentos financeiros	15.143.542	-	-	-	-	(857.181)	-	-	14.286.361	
Outros (vi)	66.419.668	3.047.935	17.950.762	1.137.324	977.616	-	(9.688.664)	(1.263.078)	78.581.563	
	311.597.337	872.645.877	(53.118.262)	(30.404.566)	977.616	(857.181)	(47.232.496)	(1.151.097)	1.052.457.228	
		(227.292.492)	(15.225.921)	51.912.609	2.168.609	770.066	16.205.855	(1.591.806)		

(i) As alterações no perímetro de consolidação incluem (1) o impacto da consolidação proporcional dos ativos e passivos por impostos diferidos da Oi e da Contax, nos montantes de 658 milhões de Euros e 873 milhões de Euros (Nota 2.b), respetivamente, totalizando um montante líquido de 215 milhões de Euros, e (2) o efeito líquido de 12 milhões de Euros relacionados com os ativos por impostos diferidos da Dedic/GPTI, os quais foram consolidados integralmente até 30 de junho de 2011, no montante de 22 milhões de Euros (Nota 2.b), e consolidados proporcionalmente a partir desta data no seguimento da integração na Contax.

(ii) Esta rubrica corresponde essencialmente ao impacto do aumento na taxa de imposto aplicável em Portugal para os de 2012 e 2013, conforme referido acima.

(iii) Os ajustamentos de conversão cambial estão essencialmente relacionados com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro desde 31 de março de 2011.

(iv) Esta rubrica corresponde aos prejuízos fiscais reportáveis da Portugal Telecom (116 milhões de Euros), da Oi (203 milhões de Euros) e da Contax (13 milhões de Euros). Os prejuízos fiscais reportáveis da Portugal Telecom, os quais foram gerados em 2011, podem ser usados durante os cinco anos subsequentes ao ano em que foram gerados, com um limite de 75% da matéria coletável em cada exercício. Os prejuízos fiscais reportáveis da Oi e da Contax foram originados essencialmente em anos anteriores e não têm maturidade, podendo apenas ser usados com um limite de 30% da matéria coletável em cada exercício.

(v) Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui essencialmente os efeitos fiscais sobre: (1) ajustamentos a justo valor registados pela Oi em resultado de processos de alocação do preço de compra ocorridos em anos anteriores (293 milhões de Euros); e (2) os ajustamentos a justo valor realizados pela Portugal Telecom no âmbito do processo de alocação do preço de compra da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax concluída em março de 2011 (483 milhões de Euros).

(vi) Os outros passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2011 incluem principalmente o efeito fiscal sobre dividendos atribuídos e não liquidados por empresas associadas, no montante de 49 milhões de Euros.

	Saldo 31 dez 2009	Alterações ao perímetro de consolidação Nota 21) (i)	Aumentos e reduções		Alteração de taxa de imposto (ii)		Ajustamentos de conversão cambial (iv)	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 dez 2010
			Resultado líquido (ii)	Outras reservas e resultados acumulados	Resultado líquido (ii) (iii)	Outras reservas e resultados acumulados			
Ativos por impostos diferidos									
Benefícios de reforma	395.049.525	-	(7.683.306)	112.672.609	(979.097)	(26.924.481)	-	-	472.135.250
Prejuízos fiscais reportáveis	211.674.665	(199.926.955)	(29.986.431)	-	-	-	18.238.721	-	-
Provisões e ajustamentos	123.278.281	(82.680.665)	8.382.717	-	3.143.037	-	6.786.636	(65.168)	58.844.838
Contribuição adicional para os fundos de pensões	124.179.032	-	(30.611.749)	-	(1.048.236)	-	-	-	92.519.047
Instrumentos financeiros	1.114.304	-	3.343.070	(18.037)	-	-	-	-	4.439.337
Outros	164.215.321	(149.710.535)	(7.315.930)	-	(277.578)	-	13.613.254	4.612.194	25.136.726
	1.019.511.128	(432.318.155)	(63.871.629)	112.654.572	838.126	(26.924.481)	38.638.611	4.547.026	653.075.198
Passivos por impostos diferidos									
Reavaliação de ativos fixos	258.470.817	-	(15.782.658)	-	-	(14.181.908)	-	(94.241)	228.412.010
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	2.050.322	-	(322.381)	-	(105.824)	-	-	-	1.622.117
Instrumentos financeiros (v)	-	-	-	15.143.542	-	-	-	-	15.143.542
Outros (vi)	222.591.195	(134.494.091)	(43.609.089)	720.691	508.561	(23.354)	20.008.228	717.527	66.419.668
	483.112.334	(134.494.091)	(59.714.128)	15.864.233	402.737	(14.205.262)	20.008.228	623.286	311.597.337
		(297.824.064)	(4.157.501)	96.790.339	435.389	(12.719.219)	18.630.383	3.923.740	

(i) As alterações no perímetro de consolidação correspondem a 50% dos ativos e passivos por impostos diferidos da Vivo no seguimento da conclusão da venda da participação de 50% na Brasilcel em setembro de 2010.

(ii) A repartição entre operações continuadas e descontinuadas das alterações nos impostos diferidos registados através de resultados inclui um ganho de 24.867.108 milhões de Euros e uma perda de 28.589.220, respetivamente.

(iii) Os impactos no resultado líquido decorrentes de alterações na taxa de imposto correspondem essencialmente à revisão da taxa de imposto aplicável a certas empresas em Portugal, em resultado do aumento na taxa legal de imposto em Portugal e da redução na taxa de imposto aplicável a certas empresas que estimam vir a apresentar prejuízos fiscais nos próximos anos.

(iv) Os ajustamentos de conversão cambial estão principalmente relacionados com o impacto da apreciação do Real face ao Euro até à conclusão da venda da participação de 50% na Brasilcel.

(v) O aumento nesta rubrica corresponde ao efeito fiscal associado à componente de capital do empréstimo por obrigações convertíveis obtido pela Portugal Telecom em 2007 (Nota 38), a qual foi reconhecida em resultado de alterações ocorridas na legislação fiscal portuguesa em 2010.

(vi) Os outros passivos por impostos diferidos correspondem principalmente ao efeito fiscal sobre dividendos atribuídos e não liquidados por empresas associadas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o total dos ativos por impostos diferidos incluía 628 milhões de Euros e 19 milhões de Euros relacionados com países estrangeiros, respetivamente, enquanto o total dos passivos por impostos diferidos incluía 852 milhões de Euros e 64 milhões de Euros relacionados com países estrangeiros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos por impostos diferidos de países estrangeiros estavam relacionados essencialmente com a Oi e a Contax.

20.2. Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é como segue:

	EUROS	
	2011	2010
Resultado antes de impostos	531.108.556	332.166.117
Taxa nominal de imposto	29,0%	29,0%
	154.021.481	96.328.174
Taxas de imposto diferenciadas (i)	(29.347.432)	(8.276.417)
Diferenças permanentes (ii)	21.049.235	34.336.554
Excesso de estimativa para impostos de exercícios anteriores (iii)	(32.100.361)	(3.697.527)
Incentivos fiscais obtidos pela Oi	(10.817.261)	-
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento (Nota 42)	7.559.759	13.795.652
Alteração na taxa de imposto (iv)	(2.168.608)	(435.389)
Ganho decorrente de uma redução de impostos diferidos passivos (v)	-	(59.045.199)
Reconhecimento e reversão de prejuízos fiscais de exercícios anteriores por certas empresas estrangeiras	-	4.520.000
	108.196.813	77.525.848
Imposto sobre o rendimento (vi)		
Imposto corrente	95.139.501	102.392.956
Imposto diferido	13.057.312	(24.867.108)
	108.196.813	77.525.848

(i) Esta rubrica corresponde ao impacto da diferença entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e outras taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo, nomeadamente às operações no estrangeiro. O aumento nesta rubrica é explicado essencialmente por (1) menores prejuízos fiscais na PT Comunicações, cuja respetiva taxa de imposto aplicável de 25% é inferior à taxa de 29%, e (2) os prejuízos fiscais da Oi, a qual foi consolidada proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, o que originou o aumento desta rubrica, uma vez que a taxa de imposto de 34% no Brasil é superior à taxa de 29% aplicada em Portugal.

(ii) A redução nesta rubrica é explicada essencialmente: (1) pela diminuição dos juros suportados não dedutíveis fiscalmente; e (2) pelo reconhecimento de perdas não recorrentes sobre investimentos em empresas associadas no terceiro trimestre de 2010, tal como mencionado na Nota 34, as quais não foram dedutíveis fiscalmente.

(iii) Em 2011, em resultado de decisões judiciais favoráveis, a Portugal Telecom reconheceu uma conta a receber do Estado no montante de 13 milhões de Euros pela Derrama Municipal de 1,5% paga em excesso em anos anteriores.

(iv) Esta rubrica diz respeito ao impacto da alteração na taxa nominal de imposto aplicável em Portugal em 2011 e 2010, conforme descrito acima. Em 2010, a taxa agregada máxima aplicável em Portugal subiu de 26,5% para 29%, para as empresas cujo lucro tributável exceda os 2 milhões de Euros, pelo que os impostos diferidos de certas empresas em Portugal foram ajustados em conformidade, resultando num ganho de 0,4 milhões de Euros. A partir de janeiro de 2012, a taxa agregada máxima subiu para 31,5% e, consequentemente, os impostos diferidos das empresas em Portugal foram ajustados em conformidade, o que resultou num ganho de 2 milhões de Euros.

(v) O ganho registado em 2010 resulta da diminuição dos passivos por impostos diferidos relacionados com dividendos não atribuídos por empresas associadas localizadas no estrangeiro em resultado da redução na taxa de imposto estimada aplicável, no seguimento da decisão da Portugal Telecom em alterar a sede da empresa-mãe destes investimentos para a Madeira, onde a taxa de imposto aplicável aos dividendos recebidos das operações no estrangeiro é inferior à aplicada em Portugal Continental.

(vi) O aumento no imposto sobre o rendimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em comparação com o ano 2010, é explicado essencialmente por: (1) o ganho de 59 milhões de Euros registado em 2010, e (2) o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores desde 1 de Abril de 2011, no montante de 7 milhões de Euros (Nota 2.b)

21. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Na sequência do acordo celebrado pela Portugal Telecom com a Telefónica em 28 de julho de 2010 para a venda da sua participação de 50% na Brasilcel, operação concluída em setembro de 2010, a Vivo foi classificada como uma operação descontinuada em 2010. Consequentemente, a informação financeira relativa ao segmento móvel no Brasil foi reexpressa de modo a ser apresentada como uma operação descontinuada. A venda foi acordada por um valor total de 7.500 milhões de Euros, dos quais a Portugal Telecom recebeu 4.500 milhões de Euros em 27 de setembro de 2010, 1.000 milhões de Euros em 30 de dezembro de 2010 e 2.000 milhões de Euros em 31 de outubro de 2011, de acordo com os termos do acordo com a Telefónica.

A Portugal Telecom reconheceu um ganho líquido de 5.423 milhões de Euros (Nota 1) com a venda da Vivo, o qual inclui: (1) 4.390 milhões de Euros correspondentes à diferença entre o preço acordado com a Telefónica (7.500 milhões de Euros) e o valor contabilístico do investimento na Brasilcel à data da alienação (3.110 milhões de Euros); (2) 1.134 milhões de Euros correspondentes ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial transferidos para resultado líquido; (3) 47 milhões de Euros relativos à diferença entre os montantes em dívida por parte da Telefónica em 27 de setembro de 2010 (3.000 milhões de Euros) e o respetivo

valor presente (2.953 milhões de Euros); e (4) 54 milhões de Euros relativos a honorários legais e de consultoria e outros custos relacionados com a venda. De acordo com a legislação fiscal portuguesa, a mais-valia apurada com a alienação da Vivo não é tributável.

O resultado líquido das operações descontinuadas em 2010 inclui (1) o ganho de 5.423 milhões de Euros reconhecido com a venda, conforme explicado acima, (2) o resultado líquido antes de interesses não controladores da Vivo até à conclusão da alienação de 50% deste investimento (110 milhões de Euros), e (3) ajustamentos de conversão cambial positivos (CTA's) transferidos para resultado líquido antes da venda (32 milhões de Euros), no seguimento de reduções de capital realizadas pela Brasilcel em 2010. O detalhe do resultado líquido das operações descontinuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

EUROS	
2010	
Ganho líquido registado no âmbito da venda da Brasilcel	
Mais-valia	4.389.916.509
CTA's transferidos para resultado líquido com a venda	1.134.159.099
Efeito do valor presente da conta a receber da Telefónica	(46.753.264)
Custos relacionados com a venda	(54.281.187)
	5.423.041.157
Resultado líquido antes de interesses não controladores da Vivo	110.444.523
CTA's transferidos para resultado líquido decorrentes de reduções de capital	31.940.853
Resultado líquido das operações descontinuadas	5.565.426.533

Os resultados da Vivo (parcela de 50% da Portugal Telecom) em 2010, até à conclusão da venda deste negócio, foram como segue:

EUROS	
2010	
Receitas	2.593.095.228
Custos:	
Custos com pessoal	150.109.495
Custos diretos	545.450.454
Custos comerciais	555.099.483
Amortizações (Notas 36 e 37)	530.428.173
Outros custos	567.996.080
Total de custos	2.349.083.685
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	244.011.543
Perdas financeiras	38.752.802
Resultados antes de impostos	205.258.741
Imposto sobre o rendimento	94.814.218
Resultado líquido	110.444.523

Os ativos e passivos relativos a operações descontinuadas na data da venda eram como segue:

EUROS	
	2010
Ativos:	
Ativos correntes	1.456.657.504
Ativos intangíveis (Nota 36)	3.115.051.129
Ativos tangíveis (Nota 37)	1.271.300.163
Impostos diferidos (Nota 20)	432.318.155
Outros ativos não correntes	299.323.133
Total dos ativos	6.574.650.084
Passivos:	
Passivos correntes	1.344.666.287
Dívida de médio e longo prazo	764.475.652
Impostos diferidos (Nota 20)	134.494.091
Outros passivos não correntes	171.516.849
Total dos passivos	2.415.152.879
Capital próprio excluindo interesses não-controladores	3.110.083.492
Interesses não-controladores (Nota 22)	1.049.413.713
Total do capital próprio	4.159.497.205
Total do capital próprio e do passivo	6.574.650.084

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas incluem (1) os montantes, líquidos de despesas relacionadas, obtidos com a alienação da participação de 50% na Brasilcel, os quais estão classificados como fluxos de caixa de atividades de investimento, (2) a participação de 50% da Portugal Telecom nos fluxos de caixa da Vivo, e (3) montantes recebidos pela PT Móveis por reduções de capital efetuadas pela Brasilcel antes da venda deste investimento, os quais também estão classificados como fluxos de caixa de atividades de investimento. O detalhe dos fluxos de caixa de atividades de investimento relacionados com as operações descontinuadas é o seguinte:

EUROS		
	2011	2010
Alienação da participação de 50% anteriormente detida pela Portugal Telecom (i)	2.000.000.000	5.474.967.956
Reduções de capital na Brasilcel (ii)	-	89.935.775
Consolidação proporcional dos fluxos de caixa de atividades de investimento da Vivo	-	(191.295.243)
Fluxos das atividades de investimento	2.000.000.000	5.373.608.488

(i) Esta rubrica inclui 5.500 milhões de Euros (Nota 1) relativos à primeira e segunda prestações recebidas da Telefónica em 2010, líquidos de despesas relacionadas com a venda, e 2.000 milhões de Euros relativos à terceira e última prestação recebida da Telefónica em 2011 (Nota 1).

(ii) Esta rubrica corresponde a recebimentos decorrentes de reduções de capital realizadas pela Brasilcel anteriormente à venda deste investimento, os quais estão incluídos nos fluxos de caixa de atividades de financiamento da Vivo, como detalhado abaixo.

A participação de 50% da Portugal Telecom nos fluxos de caixa da Vivo em 2010, até à conclusão da venda deste negócio, é como segue:

EUROS	
2010	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Recebimentos de clientes	2.893.087.731
Pagamentos a fornecedores	(1.863.175.077)
Pagamentos ao pessoal	(152.705.823)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	(25.099.067)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	(249.074.381)
Fluxos das atividades operacionais	603.033.383
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Recebimentos provenientes de:	
Juros e proveitos similares	11.349.529
Outras atividades de investimento	5.616.759
	16.966.288
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros	(207.313.414)
Outras atividades de investimento	(948.117)
	(208.261.531)
Fluxos das atividades de investimento	(191.295.243)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Recebimentos provenientes de:	
Empréstimos obtidos	172.578.466
Outras atividades de financiamento	3.299.354
	175.877.820
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	(336.418.441)
Juros e custos similares	(74.696.080)
Dividendos	(32.706.668)
Reduções de capital	(89.935.775)
	(533.756.964)
Fluxos das atividades de financiamento	(357.879.144)

22. INTERESSES NÃO CONTROLADORES

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, realizaram-se os seguintes movimentos nos interesses não controladores:

EUROS							
	Saldo 31 dez 2010	Aquisições, (alienações) e aumentos (reduções de capital)	Resultado líquido	Dividendos	Variações cambiais (i)	Outros movimentos	Saldo 31 dez 2011
Oi (ii)	-	691.389.420	11.708.462	(86.347.388)	(26.934.659)	(7.711.255)	582.104.580
Africatel (iii)	62.454.852	(6.250.000)	28.237.819	-	(578.824)	-	83.863.847
MTC	78.575.740	-	21.138.739	(20.146.905)	(12.924.882)	-	66.642.692
Contax (ii)	-	126.125.770	(1.597.578)	(8.834.558)	(5.709.371)	417.494	110.401.757
Cabo Verde Telecom	43.168.760	-	12.279.048	(14.169.848)	-	628	41.278.588
Timor Telecom	11.574.144	-	8.156.575	(7.501.544)	261.652	384	12.491.211
CST (iv)	2.256.337	5.352.320	510.800	-	-	-	8.119.457
LTM	1.813.427	-	1.221.136	(1.106.157)	390.330	-	2.318.736
Kenya Postel Directories	1.677.597	-	419.995	(693.756)	(29.838)	-	1.373.998
Previsão	577.919	-	(80.949)	-	-	45	497.015
Dedic (v)	9.932.141	(7.851.519)	(1.314.431)	-	(766.191)	-	-
Outras	4.665.656	-	3.102.895	(2.266.000)	(183.623)	325.500	5.644.428
	216.696.573	808.765.991	83.782.511	(141.066.156)	(46.475.406)	(6.967.204)	914.736.309

(i) Os ajustamentos de conversão cambial estão essencialmente relacionados com os impactos da desvalorização do Real Brasileiro e do Dólar Namibiano face ao Euro em 2011.

(ii) Os movimentos ocorridos na Oi e na Contax na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" incluem essencialmente o saldo dos interesses não controladores destas empresas em 31 de março de 2011, no montante total de 816 milhões de Euros (Nota 2.b), data em que estes investimentos foram consolidados proporcionalmente pela primeira vez. O movimento na Oi incluído na rubrica "Dividendos", no montante de 86 milhões de Euros, está relacionado com uma bonificação a pagar em ações resgatáveis de emissão da Brasil Telecom (Notas 1 e 43).

(iii) O movimento incluído na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" está relacionado com a participação dos interesses não controladores numa redução de capital efetuada por esta empresa.

(iv) O movimento incluído na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" está relacionado com a participação dos interesses não controladores num aumento de capital efetuado por esta empresa.

(v) O movimento incluído na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" está relacionado com a transação Contax concluída em 1 de julho de 2011 (Nota 1), no seguimento da qual esta empresa foi integrada na Contax.

EUROS							
	Saldo 31 dez 2009	Aquisições, (alienações) e aumentos (reduções de capital)	Resultado líquido	Dividendos	Variações cambiais (i)	Outros movimentos	Saldo 31 dez 2010
Brasilcel (ii)	906.925.980	(1.049.413.713)	61.299.227	-	81.188.506	-	-
Africatel (iii)	23.710.534	(7.363.103)	33.865.108	-	11.985.478	256.835	62.454.852
MTC	67.246.405	-	24.874.186	(27.926.299)	14.381.448	-	78.575.740
Cabo Verde Telecom	52.146.099	-	14.169.848	(22.818.501)	-	(328.686)	43.168.760
Timor Telecom	9.082.848	-	8.037.518	(6.141.784)	595.548	14	11.574.144
CST	2.188.308	-	448.446	(410.351)	29.934	-	2.256.337
LTM	1.572.039	-	1.049.728	(858.612)	95.996	(45.724)	1.813.427
Kenya Postel Directories	1.512.151	-	863.894	(719.634)	(4.208)	25.394	1.677.597
Previsão	759.283	-	(181.409)	-	-	45	577.919
Dedic (iv)	-	8.666.366	250.722	-	1.010.553	4.500	9.932.141
Outras	3.991.565	-	3.194.567	(2.608.539)	52.864	35.199	4.665.656
	1.069.135.212	(1.048.110.450)	147.871.835	(61.483.720)	109.336.119	(52.423)	216.696.573

(i) Os ajustamentos de conversão cambial estão essencialmente relacionados com a apreciação do Real face ao Euro.

(ii) O movimento na Brasilcel incluído na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" corresponde aos interesses não controladores da Vivo na data de alienação (Nota 21).

(iii) O movimento incluído na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" está relacionado com a participação dos interesses não controladores resultantes numa redução de capital efetuada por esta empresa.

(iv) O movimento na Dedic incluído na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" está relacionado com a aquisição da GPTI, uma vez que o preço de compra incluía a emissão de ações da Dedic correspondentes a uma participação de 12,5% (Nota 2.b).

23. DIVIDENDOS

Na Assembleia-Geral realizada em 16 de abril de 2010, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de pagamento de um dividendo por ação de 57,5 cêntimos referente ao exercício de 2009. Deste modo, em maio de 2010, foi pago um dividendo total de 503.626.688 Euros (Nota 47.k).

Adicionalmente, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Portugal Telecom em 16 de dezembro de 2010, a Empresa pagou aos seus acionistas em dezembro de 2010 um adiantamento sobre os lucros de 2010 no montante de 875.872.500 Euros (Nota 47.k), equivalente a um dividendo por ação de 1 Euro.

O adiantamento sobre os lucros de 2010 acima mencionado foi pago no âmbito de uma nova política de remuneração acionista anunciada pela Portugal Telecom após a venda da participação anteriormente detida na Brasilcel e em antecipação do investimento proposto no Grupo Oi, o qual foi concluído em 28 de março de 2011. Esta política inclui: (1) um dividendo extraordinário de 1,65 Euros por ação relativo ao ano de 2010, do qual 1 Euro por ação foi pago em dezembro de 2010 e os remanescentes 0,65 Euros foram pagos em Junho 2011; e (2) um dividendo ordinário de 0,65 Euros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2011, sendo que o primeiro foi aprovado na Assembleia-Geral realizada em 6 de maio de 2011 e o segundo será sujeito a aprovação na Assembleia-Geral a realizar em Abril de 2012.

Na Assembleia-Geral Anual da Portugal Telecom de 6 de maio de 2011, como mencionado acima, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 1,30 Euros, o qual foi pago em 3 de junho de 2011. Este montante inclui 65 cêntimos por ação correspondentes ao dividendo ordinário relativo ao exercício de 2010 e 65 cêntimos por ação relativos ao dividendo extraordinário de 1,65 Euros proposto pela Portugal Telecom no seguimento da venda da Brasilcel, dos quais 1 Euro por ação já tinha sido pago em dezembro de 2010. Consequentemente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1.117.987.321 Euros (Nota 47.k).

No Conselho de Administração da Portugal Telecom de 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o pagamento aos acionistas de um adiantamento sobre os lucros de 2011 no montante de 184.799.868 Euros, equivalente a um dividendo de 21,5 cêntimos por ação, pago em 4 de janeiro de 2012 (Nota 43).

Os montantes acima mencionados, correspondem ao dividendo unitário pago considerando as 896.512.500 ações emitidas, ajustadas por ações próprias reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira, incluindo 20.640.000 ações detidas através de contratos de *equity swap* e pela participação de 25,3% da Portugal Telecom nas suas 64.557.566 ações adquiridas pela Telemar.

24. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram calculados como segue:

		EUROS	
		2011	2010
Resultado das operações continuadas, líquido de interesses não controladores	(1)	339.129.232	168.067.661
Resultado das operações descontinuadas, líquido de interesses não controladores	(2)	-	5.504.127.306
Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom	(3)	339.129.232	5.672.194.967
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(4)	30.138.517	28.631.462
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído	(5)	369.267.749	5.700.826.429
Número médio de ações ordinárias em circulação no período (i)	(6)	864.161.921	875.872.500
Efeito das obrigações convertíveis (ii)		74.833.069	64.655.173
	(7)	938.994.990	940.527.673
Resultado por ação das operações continuadas, líquido de interesses não controladores			
Básico	(1)/(6)	0,39	0,19
Diluído	[(1)+(4)]/(7)	0,39	0,19
Resultado por ação das operações descontinuadas, líquido de interesses não controladores			
Básico	(2)/(6)	-	6,28
Diluído	(2)/(7)	-	5,85
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom			
Básico	(3)/(6)	0,39	6,48
Diluído	(5)/(7)	0,39	6,06

(i) O número médio de ações ordinárias em circulação foi calculado considerando 896.512.500 ações emitidas ajustadas por (1) 20.640.000 ações próprias detidas através de contratos de *equity swap*, aplicável para todos os períodos apresentados, e (2) a participação de 25,3% da Portugal Telecom nas suas 64.557.566 ações adquiridas pela Telemar Norte Leste em 2011, no âmbito da parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1).

(ii) Em 2011 e 2010, os resultados diluídos incluíam o impacto das obrigações convertíveis emitidas em agosto de 2007. A variação nesta rubrica reflete o impacto dos ajustamentos ao preço de conversão das obrigações convertíveis no seguimento dos dividendos pagos em dezembro de 2010 e junho de 2011.

25. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Esta rubrica inclui essencialmente aplicações financeiras de curto prazo, as quais têm as condições previamente acordadas com as instituições financeiras. O aumento desta rubrica prende-se sobretudo com a consolidação proporcional dos investimentos de curto prazo da Oi e da Contax a partir de 31 de março de 2011, no montante de 192 milhões de Euros (Nota 2.b), os quais incluem principalmente fundos de investimento exclusivos e títulos privados. Todos os fundos de investimento em que a TNL e as suas subsidiárias investem, são fundos exclusivos do Grupo Oi, e incluem principalmente (1) operações *overnight* e certificados de depósito bancário, os quais são considerados como caixa e equivalentes de caixa, e (2) títulos de dívida pública, obrigações, depósitos a prazo e títulos privados, os quais são considerados como investimentos de curto-prazo.

26. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2011	2010
Contas a receber de clientes, correntes:		
Contas a receber de clientes	1.543.084.044	1.165.301.965
Acréscimos de proveitos	430.570.934	212.658.107
Sub-total	1.973.654.978	1.377.960.072
Ajustamentos a contas a receber de clientes (Nota 42)	(393.320.226)	(323.931.472)
	1.580.334.752	1.054.028.600

O aumento nesta rubrica é essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, no montante de 745 milhões de Euros em 31 de março de 2011, cujo efeito foi parcialmente compensado por uma diminuição nas contas a receber de clientes nas operações em Portugal.

27. CONTAS A RECEBER | OUTROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2011	2010
Outras contas a receber correntes:		
Contas a receber de partes relacionadas (i)	130.877.171	254.607.148
Juros a faturar	25.000.067	37.429.783
Adiantamentos a fornecedores (ii)	81.858.366	25.720.865
Conta a receber da Telefónica (iii)	-	1.967.387.207
Outros (ii)	113.106.336	62.795.219
Sub-total	350.841.940	2.347.940.222
Ajustamentos a outras contas a receber correntes (Nota 42)	(18.206.544)	(17.844.605)
	332.635.396	2.330.095.617
Outras contas a receber não correntes:		
Outras contas a receber não correntes	38.993.769	17.661.730
Ajustamentos a outras contas a receber não correntes (Nota 42)	(16.897.769)	-
	22.096.000	17.661.730

(i) Esta rubrica inclui principalmente dividendos a receber da empresa associada Unitel (Nota 34). Em 2010, a Unitel atribuiu dividendos à Portugal Telecom no montante de 332,5 milhões de Dólares Americanos, os quais incluem (1) dividendos no montante de 175 milhões de Dólares (Nota 47.g), relacionados com os lucros de 2009, e conforme aprovado na Assembleia-Geral de Acionistas da Unitel realizada em junho de 2010, e (2) dividendos no montante de 157,5 milhões de Dólares relativos à distribuição de reservas livres, conforme aprovado na Assembleia-Geral de Acionistas realizada em dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2010, ambos os montantes estavam em dívida, no total de 249 milhões de Euros (Nota 48), enquanto em 31 de dezembro de 2011 apenas estava em dívida a atribuição de reservas livres, no montante de 122 milhões de Euros (Nota 48), dado que o dividendo relativo a lucros de 2009 foi pago durante o ano de 2011.

(ii) O aumento destas rubricas é explicado sobretudo pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax.

(iii) Em 31 de dezembro de 2010, esta rubrica corresponde ao valor presente dos 2.000 milhões a receber da Telefónica, no âmbito da alienação da participação de 50% na Brasilcel, os quais foram recebidos em 31 de outubro de 2011, conforme explicado na Nota 21.

28. EXISTÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

			EUROS	
	2011		2010	
Mercadorias (i)	130.220.482		98.466.392	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	39.112.533		41.162.690	
Produtos e trabalhos em curso	5.674.684		8.631.552	
Sub-total	175.007.699		148.260.634	
Ajustamento para depreciação de existências (Nota 42)	(41.500.732)		(46.744.879)	
	133.506.967		101.515.755	

(i) O aumento nesta rubrica é explicado sobretudo pelas mercadorias da Oi que foram consolidadas proporcionalmente na Demonstrações da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 31 de março de 2011, no montante de 13 milhões de Euros. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui essencialmente equipamentos terminais móveis e telefones fixos, modems (acesso à Internet por ADSL) e TV boxes do negócio de telecomunicações em Portugal.

29. IMPOSTOS A PAGAR E A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

					EUROS	
	2011		2010			
	Devedor	Credor	Devedor	Credor		
Impostos correntes						
Operações em Portugal						
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.996.958	28.968.767	16.788.500	12.166.324		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	60.941.922	2.553.152	6.556.347	3.051.817		
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	-	9.127.657	-	2.512.405		
Segurança Social	-	9.972.843	-	7.395.470		
Outros	-	591.375	-	443.307		
	67.938.880	51.213.794	23.344.847	25.569.323		
Impostos em países estrangeiros	306.561.520	360.563.083	14.200.474	31.841.517		
	374.500.400	411.776.877	37.545.321	57.410.840		
Impostos não correntes						
Impostos em países estrangeiros	56.406.992	314.374.825	267.622	3.805.301		

O aumento no total dos impostos a pagar e a recuperar é explicado basicamente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 31 de março de 2011, cujas contas a receber e a pagar foram incluídas nas rubricas "Impostos em países estrangeiros".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição das rubricas “Impostos em países estrangeiros”, é como segue:

EUROS				
	2011		2010	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos correntes:				
Impostos indiretos (i)	165.314.829	85.147.046	-	121.175
Imposto sobre o rendimento	88.810.848	81.578.785	5.905.999	20.631.947
Programa de financiamento fiscal no Brasil (ii)	-	11.505.141	-	-
Outros (iii)	52.435.843	182.332.111	8.294.475	11.088.395
	306.561.520	360.563.083	14.200.474	31.841.517
Impostos não correntes:				
Programa de financiamento fiscal no Brasil (ii)	-	113.205.688	-	-
Impostos indiretos (i)	49.037.024	43.001.813	-	-
Outros (iv)	7.369.968	158.167.324	267.622	3.805.301
	56.406.992	314.374.825	267.622	3.805.301

(i) Os impostos indiretos respeitam essencialmente ao imposto sobre o valor acrescentado (ICMS). O saldo devedor de impostos indiretos não correntes (ICMS) resulta fundamentalmente de créditos a recuperar no âmbito de investimentos em ativos tangíveis, os quais podem ser compensados com ICMS a pagar durante um período de 48 meses, de acordo com a legislação fiscal brasileira.

(ii) Esta rubrica inclui essencialmente impostos a pagar pela Oi e pela Contax relacionados com os programas de refinanciamento fiscal em vigor no Brasil, no âmbito dos quais as empresas inscreveram uma parcela substancial da sua dívida fiscal vencida até 30 de novembro de 2008 junto da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional da Segurança Social. Os montantes em dívida no âmbito destes programas incluem essencialmente os impostos Pis (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Segurança Social), impostos sobre o rendimento, o IOF (imposto sobre operações financeiras) e o CPMF (imposto sobre transações bancárias). De acordo com os termos destes programas, as empresas pagam mensalmente os montantes em dívida, essencialmente até 2024, e podem ser excluídas destes programas no caso de não efetuarem por diversas vezes os pagamentos nas datas devidas.

(iii) Os outros impostos correntes a pagar em 31 de dezembro de 2011 respeitam essencialmente (1) aos impostos federais Pis e Cofins, (2) às taxas associadas aos fundos Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e Funtel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações), e (3) a encargos sociais em dívida ao sistema de segurança social brasileiro.

(iv) Os outros impostos a pagar não correntes em 31 de dezembro de 2011 incluem essencialmente impostos com tributação suspensa, de acordo com a legislação fiscal brasileira.

30. CUSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2011	2010
Despesas com publicidade e propaganda pagas antecipadamente	18.141.381	6.366.138
Juros pagos antecipadamente	13.704.800	1.944.918
Rendas e alugueres	7.480.934	5.984.088
Manutenção e reparação	6.038.091	5.881.592
Publicação de listas telefónicas	2.764.781	4.661.786
Outros	25.454.341	14.779.277
	73.584.328	39.617.800

O aumento nesta rubrica é explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi.

31. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Oi e a Contax têm diversos litígios judiciais, incluindo contingências civis, laborais e fiscais (Nota 42.2), para os quais, de acordo com a legislação brasileira, as empresas, em determinadas situações, devem constituir depósitos judiciais ou apresentar garantias financeiras junto das entidades judiciais responsáveis. Estes depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Empresa como provável, possível ou remota, dependendo da decisão das autoridades judiciais, e geralmente vencem juros ou são atualizados pela inflação.

Os depósitos judiciais correntes e não correntes da Oi e da Contax que foram consolidados proporcionalmente pela primeira vez em 31 de março de 2011 ascendiam a 208 milhões de Euros (Nota 2.b) e 776 milhões de Euros (Nota 2.b), respetivamente, totalizando 984 milhões de Euros. Em 31 de dezembro de 2011, os depósitos judiciais ascendiam a 1.084 milhões de Euros e apresentavam a seguinte composição:

EUROS	
2011	
Depósitos judiciais	
Civis	640.543.088
Fiscais	216.079.532
Laborais	196.017.480
Depósitos bloqueados judicialmente	31.443.063
	1.084.083.163
Corrente	229.321.275
Não corrente	854.761.888

32. OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas têm a seguinte composição:

EUROS		
	2011	2010
Outros ativos correntes		
Contas a receber de operações QTE (Notas 3.I.viii) e 43)	37.124.881	24.558.468
Outros	3.903.448	1.088.533
	41.028.329	25.647.001
Outros ativos não correntes		
Contas a receber de operações QTE (Notas 3.I.viii) e 43)	95.849.637	273.592.641
Outros (i)	36.860.417	1.048.115
	132.710.054	274.640.756

(i) O aumento nesta rubrica é essencialmente explicado pela consolidação proporcional da Oi.

Conforme explicado na Nota 3.I.viii, a Portugal Telecom celebrou em anos anteriores operações de QTE, ao abrigo das quais reconheceu na Demonstração Consolidada da Posição Financeira contas a receber e a pagar pelo mesmo montante, relativas à venda dos equipamentos e à locação financeira dos mesmos, respetivamente. A maioria destas contas a receber e a pagar são com a mesma entidade, tendo a Portugal Telecom prestado determinadas garantias no âmbito destas operações (Nota 46). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa acordou com as outras partes nestes acordos em terminar antecipadamente algumas destas operações de QTE, o que explica a redução nas respetivas contas a receber e a pagar não correntes. Em resultado do fim desses contratos, a Empresa não incorreu em custos materiais (Nota 43).

33. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em dezembro de 2010, a Portugal Telecom celebrou com um terceiro um acordo para a alienação da participação de 28,78% na UOL pelo montante total de 356 milhões de Reais Brasileiros (equivalente a 160,4 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2010), na sequência do qual o valor contabilístico deste investimento em 31 de dezembro de 2010 foi ajustado para o seu valor recuperável, correspondente ao valor de venda, e foi classificado como um ativo não corrente detido para venda. A operação foi concluída em 27 de janeiro de 2011, tendo a Portugal Telecom recebido o montante total de 155,5 milhões de Euros (Nota 47.e) e reconhecido um ganho de 37,6 milhões de Euros (Nota 34) correspondente ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial relativos ao investimento na UOL que foi transferido para resultado líquido.

34. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS PARTICIPADAS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2011	2010
Partes de capital em empresas associadas	515.272.033	343.634.959
Empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas	15.607.314	15.946.116
Partes de capital em outras empresas	2.565.068	1.876.527
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	60.000
	533.444.415	361.517.602

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Partes de capital em empresas associadas" tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2011	2010
Unitel (i)	378.420.947	205.066.419
CTM - Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL (CTM) (ii)	47.300.129	43.887.468
Páginas Amarelas, SA (Páginas Amarelas) (iii)	83.075.839	89.132.539
Hungaro Digital KFT	2.676.261	3.261.164
INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (iv)	2.992.788	2.992.788
Outras empresas	3.798.857	2.287.369
	518.264.821	346.627.747
Ajustamentos a partes de capital em empresas associadas (Nota 42)	(2.992.788)	(2.992.788)
	515.272.033	343.634.959

(i) O aumento no valor contabilístico deste investimento é explicado pela participação da Portugal Telecom nos resultados da Unitel (156 milhões de Euros) e também pelo impacto da valorização do dólar americano face ao Euro em 2011 (18 milhões de Euros).

(ii) A variação no valor contabilístico deste investimento reflete essencialmente a participação da Portugal Telecom nos resultados da CTM (23 milhões de Euros), parcialmente compensada pelos dividendos atribuídos por esta empresa associada no montante de 20 milhões de Euros (Nota 47.g).

(iii) A redução nesta rubrica é explicada essencialmente pela perda de 7 milhões de Euros reconhecida sobre o investimento nas Páginas Amarelas, refletindo o declínio do negócio das listas telefónicas.

(iv) Em 31 de dezembro de 2011, este investimento encontra-se integralmente ajustado.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras destinam-se essencialmente a financiar as suas atividades, nomeadamente o desenvolvimento de novos negócios, e não apresentam maturidade definida. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estes empréstimos tinham a seguinte composição:

EUROS		
	2011	2010
Sportinveste Multimédia	32.618.668	33.618.668
INESC	2.916.971	3.018.566
SIRESP	4.423.980	4.292.800
Outras empresas	3.905.410	3.165.153
	43.865.029	44.095.187
Ajustamentos a empréstimos concedidos a empresas associadas e outras (Nota 42)	(2.588.741)	(2.588.741)
Ajustamentos resultantes da aplicação da equivalência (Nota 42) (i)	(25.668.974)	(25.560.330)
	15.607.314	15.946.116

(i) Esta rubrica corresponde às perdas acumuladas decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial que excederam o valor do investimento inicial, tendo por este motivo sido reconhecidas como uma redução ao valor dos empréstimos concedidos às mesmas. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estes ajustamentos estão relacionados com o investimento na Sportinveste Multimédia. Se as perdas acumuladas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial forem superiores ao total do investimento (incluindo empréstimos) em empresas associadas, é registada uma provisão na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos – outros". Em 31 de dezembro 2011 e 2010, essa provisão ascendia a 1.127.525 Euros e 1.518.114 Euros (Nota 42), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Partes de capital em outras empresas" tem a seguinte composição:

EUROS		
	2011	2010
Janela Digital	2.176.966	1.592.652
Outras empresas	3.083.816	2.930.657
Sub-total	5.260.782	4.523.309
Ajustamentos a partes de capital em empresas participadas (Nota 42)	(2.695.714)	(2.646.782)
	2.565.068	1.876.527

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Ganhos em empresas participadas, líquidos" tem a seguinte composição:

EUROS		
	2011	2010
Unitel	155.711.207	145.852.610
CTM	23.387.431	21.463.141
UOL (i)	37.628.337	(14.300.133)
Sportinveste Multimédia (ii)	(108.645)	(8.181.581)
Páginas Amarelas (iii)	(10.544.148)	(7.777.341)
Outras	3.109.678	4.652.408
	209.183.860	141.709.104

(i) O ganho reconhecido em 2011 está relacionado com a conclusão da alienação do investimento na UOL, na sequência da qual o valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial positivos relacionados com este investimento foi reclassificado para resultado líquido (Nota 33). Em 2010, esta rubrica inclui: (1) uma perda por imparidade de 28 milhões de Euros, reconhecida de modo a ajustar o valor contabilístico deste investimento para o valor recuperável obtido através da alienação do mesmo, concluída em janeiro de 2011, e (2) a participação da Portugal Telecom nos ganhos desta empresa associada até ao momento da venda no montante de 14 milhões de Euros.

(ii) Em 2010, a Portugal Telecom reconheceu uma perda por imparidade no montante de 8,0 milhões de Euros sobre o investimento nesta empresa associada, no seguimento da análise de imparidade efetuada a este investimento. O respetivo valor recuperável foi determinado a partir do respetivo valor em uso através da metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando fluxos de caixa previsionais preparados internamente para um horizonte temporal de quatro anos. O valor recuperável foi calculado para valores mínimo e máximo da taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa previsionais (7,7% e 9,7%) e da taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxos de caixa para além do horizonte temporal coberto pelas previsões preparadas internamente (2,5% e 3,0%).

(iii) Em 2011, esta rubrica inclui uma perda de 7 milhões neste investimento, derivada essencialmente do declínio do negócio das listas.

Os dados financeiros das principais empresas associadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e nos exercícios findos nessas datas são como segue:

2011							EUROS
	Participação direta	Total do ativo	Total do passivo	Capital próprio	Receitas operacionais	Resultado líquido	
Unitel	25,00%	2.106.272.509	698.582.741	1.407.689.768	1.281.826.149	622.844.828	
CTM	28,00%	266.166.962	97.237.930	168.929.032	356.470.366	83.526.539	

2010							EUROS
	Participação direta	Total do ativo	Total do passivo	Capital próprio	Receitas operacionais	Resultado líquido	
Unitel	25,00%	1.848.005.721	1.133.734.065	714.271.656	1.132.798.948	583.410.440	
UOL	28,78%	575.136.817	156.143.886	418.992.931	248.604.332	47.522.625	
CTM	28,00%	223.196.354	66.455.397	156.740.957	260.085.092	76.654.075	

35. OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Propriedades de investimento, líquido de amortizações acumuladas	12.845.647	15.145.810
Outros investimentos financeiros	21.339.524	2.970.749
	34.185.171	18.116.559
Ajustamentos a outros investimentos (Nota 42)	(11.205.872)	(411.902)
Ajustamentos a propriedades de investimento (Nota 42)	(94.709)	(24.043)
	22.884.590	17.680.614

A rubrica "Propriedades de investimento" respeita, essencialmente, a terrenos e edifícios detidos pela PT Comunicações que não se encontram afetos à sua atividade operacional. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A PT Comunicações efetua avaliações regulares a estes imóveis.

As rendas obtidas pela PT Comunicações provenientes destes imóveis decorrem dos alugueres destes ativos, os quais ascenderam a 80.186 Euros e a 1.358.650 Euros em 2011 e 2010, respetivamente. As rendas obtidas deduzidas dos custos de amortização estão incluídas na rubrica "Ganhos em ativos financeiros e outros investimentos, líquidos".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os outros investimentos financeiros, os quais para efeitos contabilísticos são reconhecidos ao custo de aquisição deduzidos de perdas por imparidade, têm a seguinte composição:

	2011	2010
Tagusparque	1.296.875	1.296.875
Seguradora Internacional	617.224	617.224
Outras empresas (i)	19.425.425	1.056.650
Sub-total	21.339.524	2.970.749
Ajustamentos a outros investimentos (Nota 42)	(11.205.872)	(411.902)
	10.133.652	2.558.847

(i) O aumento nesta rubrica é explicado essencialmente pela consolidação proporcional da Oi, incluindo em 31 de dezembro de 2011 (1) o custo de aquisição do investimento da Telemar na Hispamar Satélites S.A., e (2) investimentos obtidos, através de incentivos fiscais, os quais se encontram integralmente ajustados.

36. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis foram como segue:

EUROS						
	Saldo 31 dez 2010	Alterações no perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos de conversão cambial	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 dez 2011
Valor de custo						
Propriedade industrial e outros direitos	1.327.613.702	4.417.311.747	265.822.111	(212.484.160)	22.687.807	5.820.951.207
Goodwill	416.615.158	(15.384.841)	959.956.868	(63.696.454)	-	1.297.490.731
Outros ativos intangíveis	29.827.068	126.899.457	19.191.339	(6.135.160)	10.213.457	179.996.161
Ativos intangíveis em curso	26.081.876	17.777	26.306.338	424.735	4.889.374	57.720.100
	1.800.137.804	4.528.844.140	1.271.276.656	(281.891.039)	37.790.638	7.356.158.199
Amortizações acumuladas						
Propriedade industrial e outros direitos	669.237.948	870.917.665	308.722.312	(50.824.112)	(2.087.726)	1.795.966.087
Outros ativos intangíveis	19.207.272	100.355.172	6.152.397	(4.593.357)	14.970.169	136.091.653
	688.445.220	971.272.837	314.874.709	(55.417.469)	12.882.443	1.932.057.740
	1.111.692.584	3.557.571.303	956.401.947	(226.473.570)	24.908.195	5.424.100.459

EUROS						
	Saldo 31 dez 2009	Alterações no perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos de conversão cambial	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 dez 2010
Valor de custo						
Propriedade industrial e outros direitos	5.028.444.726	(4.176.916.941)	122.265.148	353.788.551	32.218	1.327.613.702
Goodwill	1.162.224.812	(882.719.789)	48.881.931	90.991.241	(2.763.037)	416.615.158
Outros ativos intangíveis	38.569.669	(8.939.581)	3.120.329	737.406	(3.660.755)	29.827.068
Ativos intangíveis em curso	29.918.739	(23.942.676)	42.292.828	2.343.027	(24.530.042)	26.081.876
	6.259.157.946	(5.092.518.987)	216.560.236	447.860.225	(30.921.616)	1.800.137.804
Amortizações acumuladas						
Propriedade industrial e outros direitos	2.155.816.362	(1.970.436.544)	293.145.320	157.739.620	32.973.190	669.237.948
Outros ativos intangíveis	29.038.386	(7.026.786)	5.493.520	558.291	(8.856.139)	19.207.272
	2.184.854.748	(1.977.463.330)	298.638.840	158.297.911	24.117.051	688.445.220
	4.074.303.198	(3.115.055.657)	(82.078.604)	289.562.314	(55.038.667)	1.111.692.584

36.1. Alterações no perímetro de consolidação

As alterações no perímetro de consolidação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de 3.558 milhões de Euros, incluem principalmente:

- Os ativos intangíveis da Oi e da Contax que foram consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 31 de março de 2011, no montante total de 3.558 milhões de Euros (Nota 2.b), incluindo o valor contábilístico desses ativos (2.031 milhões de Euros) e os ajustamentos a valor de mercado reconhecidos no âmbito do processo de alocação do preço de compra destes investimentos (1.527 milhões);
- Os ativos intangíveis do Grupo Allus consolidados proporcionalmente em 30 de abril de 2011, no montante de 13 milhões de Euros (Nota 2.b);
- O impacto da transação da Contax (Nota 1), finalizada em 1 de julho de 2011, correspondente a uma redução líquida dos ativos intangíveis no montante de 40 milhões de Euros, incluindo: (1) os ativos intangíveis da Dedic/GPTI que foram consolidados integralmente em 30 de junho de 2011, no montante de 70 milhões de Euros (Nota 2.b); e (2) a consolidação proporcional destes mesmos ativos na Contax, com base na participação efetiva da Portugal Telecom na CTX de 44,4%; e
- O impacto do aumento na percentagem de consolidação proporcional da Contax, de 42,0% para 44,4%.

Em 2010, as alterações no perímetro de consolidação, no montante de 3.115 milhões de Euros, estão relacionados com a venda da participação de 50% na Brasilcel, que tinha ativos intangíveis no montante de 3.115 milhões de Euros à data da venda (Nota 21), e com a alienação da participação de 35,6% na PT Prime Tradecom.

36.2. Aumentos

O detalhe dos aumentos nos ativos intangíveis é o seguinte:

	EUROS	
	2011	2010
Valor de custo		
Operações continuadas		
Investimentos em ativos intangíveis (Nota 7.c)	175.242.533	106.345.704
Goodwill (i)	959.956.868	48.881.931
Licença 4G adquirida pela TMN da (ii)	106.492.862	-
Compromissos assumidos pela PT Comunicações no âmbito da licença TDT (iii)	23.595.179	-
Compromissos assumidos pela Cabo Verde Telecom no âmbito da licença 3G (iv)	5.989.214	-
Operações descontinuadas	-	61.332.601
	1.271.276.656	216.560.236
Amortizações acumuladas		
Operações continuadas	314.874.709	113.065.768
Operações descontinuadas (Nota 21)	-	185.573.072
	314.874.709	298.638.840
	956.401.947	(82.078.604)

(i) Em 2011, esta rubrica inclui: (1) o *goodwill* no montante total de 904 milhões de Euros gerado em resultado da aquisição dos investimentos na Oi, na Contax e nos seus acionistas controladores, incluindo 872 milhões de Euros relativos à Oi e 31 milhões de Euros relativos à Contax (Nota 2.b), (2) o *goodwill* de 29 milhões de Euros registado pela Contax em resultado da aquisição da Allus, e (3) o *goodwill* no montante total de 28 milhões de Euros (Nota 1) reconhecido em resultado da transação da Contax, finalizada em 1 de Julho de 2011. Em 2010, esta rubrica corresponde ao *goodwill* gerado na aquisição da GPPI (Nota 2.b).

(ii) Em relação ao leilão de espectro da rede móvel conduzido pelo regulador português de telecomunicações ICP – ANACOM, a TMN submeteu a melhor proposta em todos os blocos que estavam em leilão, acabando por vencer e obter o espectro em três frequências de banda, pelo montante total de 113 milhões de Euros, reforçando o seu compromisso com a tecnologia LTE. A TMN reforça deste modo as suas capacidades de dados móveis e a qualidade da sua rede, com o objetivo de liderar o desenvolvimento dos serviços 4G. Consequentemente, a TMN reconheceu um ativo intangível no montante de 106 milhões de Euros (Notas 7.b e 39), correspondente ao valor presente das prestações a pagar à Anacom no montante total de 113 milhões de Euros.

(iii) Esta rubrica corresponde ao valor presente dos compromissos assumidos pela PT Comunicações no âmbito da licença de TDT (Nota 7.a).

(iv) Em 2011, a Cabo Verde Telecom reconheceu como ativo intangível os compromissos assumidos no âmbito da licença 3G, no montante de 6 milhões de Euros.

36.3. Ajustamentos de conversão cambial

Os ajustamentos de conversão cambial em 2011 estão relacionados essencialmente com o impacto da desvalorização do Real face ao Euro desde 31 de março de 2011, data da primeira consolidação proporcional da Oi e da Contax. Os ajustamentos de conversão cambial em 2010 estão relacionados essencialmente com o impacto da valorização do Real face ao Euro até 27 de setembro de 2010, data em que a Portugal Telecom concluiu a alienação do investimento que detinha na Brasilcel.

36.4. Outras situações relativas a ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2011, o valor líquido contabilístico da rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui essencialmente os seguintes itens:

- Um montante de 2.800 milhões de Euros relativo a licenças obtidas pelo Grupo Oi, incluindo licenças de rede móvel e concessões de rede fixa, as quais foram ajustadas a valor de mercado em resultado da alocação do preço de compra do investimento na Oi (Nota 2.b).
- Um montante de 378 milhões de Euros relativo às licenças 3G e 4G obtidas pela TMN em 2000 e 2011, respetivamente, correspondendo a um valor bruto de 500 milhões de Euros líquido de amortizações acumuladas de 122 milhões de Euros. O valor bruto inclui essencialmente:

- (i) 133 milhões de Euros relativos à licença UMTS adquirida em 2000;
 - (ii) 242 milhões de Euros capitalizados em 2007, no seguimento do compromisso assumido em 2000 pela TMN e pelos outros operadores móveis de efetuar contribuições para a sociedade da informação durante o período de duração da licença, e 11,5 milhões de Euros capitalizados em 2009 relativos a compromissos adicionais nos termos da licença de UMTS. À data da atribuição da licença não era possível determinar de forma fiável o modo como esses compromissos iriam ser realizados, pelo que a Portugal Telecom não registou qualquer ativo e responsabilidade naquela data. Durante o segundo semestre de 2007, a TMN chegou a um acordo com o Estado estabelecendo o montante e o calendário das iniciativas a tomar (o programa "E Escolas" liderado pelo governo com o objetivo de oferecer computadores e conceder descontos em serviços de internet a alunos e professores), pelo que em 2007 a Portugal Telecom reconheceu como custo da licença o montante dessas contribuições a valor presente; e
 - (iii) 106 milhões de Euros (Notas 7 e 39) relativos à licença de 4G adquirida pela TMN em 2011.
- Um montante de 282 milhões de Euros relativo ao valor contabilístico das listas de clientes das operações móveis da Oi e da Contax, as quais foram reconhecidas a justo valor em 31 de março de 2011 em resultado da alocação do preço de compra dos investimentos na Oi e na Contax, realizada pela Portugal Telecom (Nota 2.b);
 - Um montante de 201 milhões de Euros relativo à aquisição da propriedade plena da Rede Básica ao Estado Português, incluindo um valor bruto capitalizado em 2002 no montante de 339 milhões de Euros;
 - Um montante de 189 milhões de Euros relativo a licenças de *software*;
 - Um montante de 34 milhões de Euros relativo ao custo incorrido com contratos de fidelização com clientes de serviços móveis pós-pagos, os quais estão a ser amortizados durante o período de duração dos respetivos contratos de aluguer, correspondente a um período de dois anos;
 - Um montante de 25 milhões de Euros relativo a um contrato celebrado pela PT Comunicações em 2007 e 2009, para a aquisição de capacidade de satélite até 2015, o qual foi registado como locação financeira;
 - Um montante de 24 milhões de Euros (Notas 7 e 39) relativo aos compromissos assumidos pela PT Comunicações no âmbito da licença TDT.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o *goodwill* relacionado com empresas subsidiárias repartia-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2011	2010
Brasil e outros países da América Latina		
Telecomunicações no Brasil - Oi (i)	825.639.041	-
Serviços de <i>call center</i> - Contax (ii)	118.861.685	-
GPTI (iii)	-	51.571.809
	944.500.726	51.571.809
Portugal		
Telecomunicações fixas em Portugal	270.955.133	270.955.133
PT Sistemas de Informação	8.956.960	8.956.960
	279.912.093	279.912.093
Outros negócios		
Telecomunicações móveis na Namíbia - MTC (iv)	65.919.640	77.972.985
Telecomunicações fixas e móveis em Cabo Verde - Cabo Verde Telecom	7.124.252	7.124.252
Outras operações internacionais	34.020	34.019
	73.077.912	85.131.256
	1.297.490.731	416.615.158

(i) Esta rubrica respeita fundamentalmente ao *goodwill* gerado na aquisição do investimento total na Oi, cuja operação foi finalizada em 28 de março de 2011. A diferença entre o montante apresentado na tabela e o *goodwill* registado à data de aquisição deve-se essencialmente ao impacto da desvalorização do Real face ao Euro desde aquela data.

(ii) Esta rubrica inclui essencialmente (1) o *goodwill* gerado na aquisição do investimento na Contax, finalizada em 28 de março de 2011, (2) o *goodwill* gerado em resultado das transações concluídas em 1 de julho de 2011 relativas à finalização do processo de aquisição do investimento na Contax, e (3) o *goodwill* registado na Contax em 2011 relativo à aquisição dos investimentos no grupo Allus e na GPTI.

(iii) Esta rubrica corresponde ao *goodwill* registado pela Dedic relativamente à aquisição do investimento na GPTI, finalizada em 7 de fevereiro de 2010 (Nota 2.b), o qual em 31 de dezembro de 2011 está consolidado proporcionalmente na Contax, conforme mencionado acima.

(iv) A variação nesta rubrica está relacionada essencialmente com o impacto da valorização do Dólar da Namíbia face ao Euro durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Relativamente ao *goodwill* associado à unidade geradora de caixa da rede fixa em Portugal, o qual resultou da aquisição de diversas empresas, algumas das quais foram subsequentemente incorporadas, a Empresa monitora o *goodwill* a este nível, que é um nível inferior ao do segmento operacional ao qual ela pertence.

Para o *goodwill* relativo a outras unidades geradoras de caixa, a Portugal Telecom também concluiu que a participação da Empresa nos ativos líquidos desses investimentos representa o nível mais baixo de ativos que geram fluxos de caixa, uma vez que esses investimentos são totalmente independentes entre si.

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa. O valor recuperável foi determinado a partir do respetivo valor em uso através da metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando fluxos de caixa previsionais preparados internamente para um horizonte temporal de quatro anos (exceto no Brasil onde foi utilizada uma previsão para fluxos de caixa por um período de 15 anos). A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxos de caixa, a qual foi determinada tendo em consideração o risco associado a cada negócio, e as taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de fluxos de caixa para além do horizonte temporal coberto pelas previsões preparadas internamente foram como segue:

Pressupostos	Telecomunicações no Brasil	Telecomunicações em Portugal	Outros negócios
Taxa de crescimento	4,5% - 5,0%	0,0% - 2,0%	0,0% a 2,5% - 0,5% a 3,0%
Taxa de desconto	9,0% - 9,5%	8,5% - 10,0%	5,9% a 11,4% - 5,9% a 13,4%

O valor recuperável de cada unidade geradora de caixa foi determinado para os valores mínimos e máximos incluídos na tabela acima e a gestão da Empresa concluiu que em 31 de dezembro de 2011 o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo *goodwill*, não excedia o respetivo valor recuperável

37. ATIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

	Saldo 31 dez 2010	Alterações no perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos de conversão cambial	Reavaliações	Transferências e outras movimentos	Saldo 31 dez 2011
Valor de custo							
Terrenos e recursos naturais	165.045.024	24.349.296	893.328	(1.109.337)	15.801.253	255.412	205.234.976
Edifícios e outras construções	805.355.545	804.527.730	23.517.972	(38.869.709)	47.403.756	37.206.409	1.679.141.703
Equipamento básico	10.121.678.306	9.332.678.930	575.648.209	(459.113.213)	(189.372.570)	(478.103.272)	18.903.416.390
Equipamento de transporte	80.951.949	2.263.347	5.731.504	26.868	-	(11.946.166)	77.027.502
Ferramentas e utensílios	25.519.009	16.729.624	1.305.704	(1.107.190)	-	(122.512)	42.324.635
Equipamento administrativo	1.062.445.429	239.569.398	62.920.050	(11.691.179)	-	51.151.488	1.404.395.186
Outros ativos tangíveis	54.284.090	56.622.812	1.663.473	(2.858.675)	-	1.313.405	111.025.105
Ativos tangíveis em curso	221.423.967	300.664.624	383.261.356	(21.835.757)	-	(292.615.893)	590.898.297
Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	511.125	-	-	-	-	-	511.125
	12.537.214.444	10.777.405.761	1.054.941.596	(536.558.192)	(126.167.561)	(692.861.129)	23.013.974.919
Amortizações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	9.493.330	-	-	-	-	325.908	9.819.238
Edifícios e outras construções	253.764.177	443.683.578	91.819.029	(22.497.072)	-	28.111.459	794.881.171
Equipamento básico	7.352.076.475	7.466.017.366	799.225.548	(362.412.819)	-	(655.193.752)	14.599.712.818
Equipamento de transporte	47.552.684	2.211.982	11.197.945	(29.032)	-	(8.144.663)	52.788.916
Ferramentas e utensílios	20.460.427	20.188.058	2.261.848	(1.035.684)	-	(1.082.224)	40.792.425
Equipamento administrativo	934.775.304	178.432.717	101.454.885	(8.726.606)	-	(7.834.458)	1.198.101.842
Outros ativos tangíveis	44.478.633	45.435.144	4.750.645	(2.180.847)	-	(3.227.634)	89.255.941
	8.662.601.030	8.155.968.845	1.010.709.900	(396.882.060)	-	(647.045.364)	16.785.352.351
	3.874.613.414	2.621.436.916	44.231.696	(139.676.132)	(126.167.561)	(45.815.765)	6.228.622.568

EUROS

	Saldo 31 dez 2009	Alterações no perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos de conversão cambial	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 dez 2010
Valor de custo						
Terrenos e recursos naturais	127.806.363	(21.893.342)	61.325.452	1.825.338	(4.018.787)	165.045.024
Edifícios e outras construções	661.037.717	(66.831.441)	198.638.310	9.136.606	3.374.353	805.355.545
Equipamento básico	13.570.504.676	(4.150.214.502)	506.051.400	388.281.961	(192.945.229)	10.121.678.306
Equipamento de transporte	76.106.527	(3.433.780)	18.550.988	487.067	(10.758.853)	80.951.949
Ferramentas e utensílios	28.890.634	(6.359.021)	1.715.488	999.606	272.302	25.519.009
Equipamento administrativo	1.204.106.756	(247.593.971)	58.560.167	21.571.543	25.800.934	1.062.445.429
Outros ativos tangíveis	52.210.185	(4.056)	1.425.664	432.544	219.753	54.284.090
Ativos tangíveis em curso	267.196.605	(73.047.062)	284.732.803	8.618.833	(266.077.212)	221.423.967
Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	258.046	-	286.798	(18.078)	(15.641)	511.125
	15.988.117.509	(4.569.377.175)	1.131.287.070	431.335.420	(444.148.380)	12.537.214.444
Amortizações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	9.664.867	-	-	-	(171.537)	9.493.330
Edifícios e outras construções	232.518.473	(21.246.514)	49.285.353	3.549.050	(10.342.185)	253.764.177
Equipamento básico	9.758.891.480	(3.090.239.667)	838.494.142	271.546.107	(426.615.587)	7.352.076.475
Equipamento de transporte	45.159.957	(1.976.840)	13.048.903	231.781	(8.911.117)	47.552.684
Ferramentas e utensílios	23.310.019	(4.612.563)	1.722.406	494.489	(453.924)	20.460.427
Equipamento administrativo	1.031.598.761	(179.597.951)	86.163.040	14.726.484	(18.115.030)	934.775.304
Outros ativos tangíveis	43.105.752	(326.872)	1.643.302	82.305	(25.854)	44.478.633
	11.144.249.309	(3.298.000.407)	990.357.146	290.630.216	(464.635.234)	8.662.601.030
	4.843.868.200	(1.271.376.768)	140.929.924	140.705.204	20.486.854	3.874.613.414

37.1. Alterações no perímetro de consolidação

As alterações no perímetro de consolidação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de 2.621 milhões de Euros, incluem principalmente:

- Os ativos tangíveis da Oi e da Contax que foram consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 31 de março de 2011, no total de 2.632 milhões de Euros (Nota 2.b);
- Os ativos tangíveis do Grupo Allus consolidados proporcionalmente em 30 de abril de 2011, no montante de 7 milhões de Euros (Nota 2.b);
- O impacto da transação da Contax (Nota 1), finalizada em 1 de julho de 2011, correspondente a uma redução líquida dos ativos tangíveis no montante de 26 milhões de Euros, relacionada com: (1) os ativos tangíveis da Dedic/GPTI que foram consolidados integralmente em 30 de junho de 2011, no montante de 46 milhões de Euros (Nota 2.b); e (2) a consolidação proporcional destes mesmos ativos tangíveis na Contax, com base na participação efetiva de 44,4%, da Portugal Telecom na CTX; e
- O impacto do aumento na percentagem de consolidação proporcional da Contax, de 42,0% para 44,4%.

Em 2010, as alterações no perímetro de consolidação, no montante de 1.271 milhões, estão relacionados com a venda da participação de 50% na Brasicel, a qual tinha ativos tangíveis no montante de 1.271 milhões de Euros à data da alienação deste investimento (Nota 21), e com a alienação da participação de 35,6% na PT Prime Tradecom.

37.2. Aumentos

O detalhe dos aumentos nos ativos tangíveis é o seguinte:

	EUROS	
	2011	2010
Valor de custo		
Operações continuadas		
Investimentos em ativos tangíveis (Nota 7.c)	1.048.578.648	692.101.630
Aquisição de imóveis aos fundos de pensões (Nota 14.1.1) (i)	3.403.556	235.910.806
<i>Data Centre</i> (Nota 7.a)	2.959.392	-
Operações descontinuadas	-	203.274.634
	1.054.941.596	1.131.287.070
Amortizações acumuladas		
Operações continuadas	1.010.709.900	645.502.045
Operações descontinuadas (Nota 21)	-	344.855.101
	1.010.709.900	990.357.146
	44.231.696	140.929.924

(i) Conforme mencionado na nota 14.1.1, no seguimento da transferência para o Estado Português das responsabilidades não financiadas com pensões, a Portugal Telecom adquiriu, no âmbito deste processo, em 2010 imóveis aos fundos de pensões, no montante de 236 milhões de Euros, dos quais 226 milhões de Euros foram adquiridos pela PT Comunicações e, consequentemente, registados no segmento operacional "Telecomunicações em Portugal", e os restantes 10 milhões de Euros foram adquiridos por outras empresas do Grupo. Em 2011, a PT Comunicações adquiriu, um último imóvel pelo montante de 3 milhões de Euros, no âmbito deste processo.

37.3. Ajustamentos de conversão cambial

Os ajustamentos de conversão cambial em 2011 estão relacionados essencialmente com o impacto da desvalorização do Real face ao Euro desde 31 de março de 2011, data da primeira consolidação proporcional da Oi e da Contax. Os ajustamentos de conversão cambial em 2010 estão relacionados essencialmente com o impacto da valorização do Real face ao Euro até 27 de setembro de 2010, data em que a Portugal Telecom concluiu a alienação do investimento que detinha na Brasilcel.

37.4. Reavaliações

Em 2008, a Portugal Telecom alterou a política contabilística relativa à valorização dos imóveis e da rede de condutas, passando do modelo do custo para o modelo de reavaliação (Nota 3). As reavaliações dos imóveis e da rede de condutas foram reconhecidas a 30 de Junho e 30 de Setembro de 2008 e resultaram na reavaliação desses ativos pelos montantes de 208.268.320 Euros e 866.764.702 Euros, respetivamente, correspondente a um montante total de 1.075.033.022 Euros reconhecido na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

A determinação do valor de mercado dos imóveis foi efetuada por uma entidade independente e baseou-se essencialmente: (i) em preços disponíveis num mercado ativo ou determinados a partir de transações recentes ocorridas no mercado; (ii) no método da rentabilidade para imóveis comerciais e administrativos; e (iii) no custo de adquirir ou produzir um imóvel semelhante com a mesma utilização para os edifícios técnicos. Na aplicação da primeira metodologia, em 2008, os principais pressupostos utilizados foram a taxa de desconto (média de 8%) e a renda mensal por metro quadrado (média de 6 Euros).

A determinação do valor de mercado da rede de condutas foi efetuada internamente com base no método do custo de reposição. O processo de valorização baseou-se essencialmente: (i) em preços correntes de materiais e trabalhos de construção relativos à instalação das condutas no subsolo; (ii) na natureza do tipo de solo e pavimento onde as condutas estão instaladas, situação que tem impacto nos custos de construção; (iii) em custos internos diretamente atribuíveis à construção da rede de condutas; (iv) num fator de depreciação, de forma a garantir que o custo de reposição é consistente com a vida útil remanescente dos ativos reavaliados; e (v) num fator tecnológico, o qual reflete as alterações tecnológicas ocorridas, nomeadamente relacionadas com os tipos de condutas que já deixaram de existir e foram substituídas por outras. Genericamente, os preços de materiais e dos trabalhos de construção, juntamente com outros pressupostos de natureza qualitativa mencionados acima, resultaram numa valorização da rede de condutas em 2008 que reflete um custo médio por metro de conduta entre 58 Euros e 119 Euros, em função da zona geográfica onde a rede de condutas está instalada.

De acordo com a política contabilística do Grupo de reavaliar estes ativos de três em três anos, a Portugal Telecom realizou uma nova reavaliação dos seus ativos imobiliários e da rede de condutas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, utilizando as metodologias acima descritas. Estas reavaliações foram realizadas com efeitos a 31 de dezembro de 2011 e resultaram numa diminuição líquida dos ativos tangíveis no montante de 131.418.994 Euros, dos quais 126.167.561 Euros foram reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral (Nota 44.5) na rubrica “Reserva de reavaliação”, e 5.251.433 Euros foram reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica “Depreciações e amortizações”. Estes impactos dividem-se entre os imóveis e a rede de condutas como se segue:

- Redução do valor contabilístico da rede de condutas no montante de 189.372.570 Euros, reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral a deduzir às reservas de reavaliação existentes para esses ativos, sendo esta diminuição explicada basicamente pela redução no custo de construção e por melhorias tecnológicas, conduzindo a uma redução do custo médio por metro de conduta para entre 42 Euros e 70 Euros, dependendo da localização geográfica da conduta; e
- Aumento líquido do valor contabilístico dos imóveis, no montante de 57.953.576 Euros, que inclui um ganho de 63.205.008 Euros registado na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral e uma perda de 5.251.432 Euros registada na Demonstração Consolidada dos Resultados. O aumento no valor contabilístico dos imóveis reconhecido em resultado desta reavaliação reflete essencialmente o impacto dos custos com amortizações registados ao longo dos últimos três anos, uma vez que a renda mensal por metro quadrado dos imóveis reavaliados tanto em 2008 como em 2011 manteve-se relativamente estável nos 6 Euros, apesar de a renda mensal por metro quadrado de todos os imóveis ter aumentado para aproximadamente 7 Euros, em resultado de imóveis adquiridos entre os anos acima referidos.

A amortização do acréscimo de valor resultante da reserva de reavaliação dos imóveis e da rede de condutas ascendeu a aproximadamente 12 milhões de Euros e 45 milhões de Euros no exercício de 2010, respetivamente, e a aproximadamente 11 milhões de Euros e 45 milhões de Euros no exercício de 2011, respetivamente. Consequentemente, se estes ativos estivessem reconhecidos de acordo com o modelo do custo, o valor contabilístico dos imóveis e da rede de condutas seria mais baixo em, aproximadamente, 145 milhões de Euros e 398 milhões de Euros, respetivamente.

37.5. Outras situações relativas a ativos tangíveis

Relativamente aos ativos tangíveis, são de referir as seguintes situações:

- O equipamento básico inclui essencialmente instalações e equipamento de rede, incluindo a rede de condutas, equipamento de comutação, equipamento terminal e cabos submarinos;
- Os bens que se encontram incluídos no imobilizado tangível da PT Comunicações e que nos termos do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão se encontram afetos à Concessão ascendem a 1.995 milhões de Euros;
- A PT Comunicações tem ativos tangíveis localizados no estrangeiro no valor de 19 milhões de Euros, dos quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos;
- A PT Comunicações tem ativos tangíveis instalados em propriedade alheia ou em propriedade pública no montante de 9 milhões de Euros, e tem ainda ativos que não se encontram registados no seu nome no montante de 8 milhões de Euros; e
- Em exercícios anteriores, diversas empresas do Grupo celebraram contratos de QTE (Notas 32 e 43), os quais compreenderam a alienação de determinados equipamentos de telecomunicações a investidores estrangeiros. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com as empresas do Grupo contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos, por um valor idêntico ao da referida alienação. As empresas do Grupo PT mantêm legalmente a posse desses equipamentos, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possam vir a efetuar. Estas operações de *cross border lease* configuram globalmente operações de *sale and lease-back*, pelo que não foi reconhecida a venda destes equipamentos, mantendo-se os mesmos registados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

38. DÍVIDA

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos financiamentos obtidos é como segue:

	EUROS			
	31 dez 2011		31 dez 2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	723.363.242	-	714.242.672
Empréstimos por obrigações não convertíveis	1.562.012.437	5.307.954.540	-	4.375.693.026
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	563.455.908	2.808.877.947	172.398.792	662.384.203
Empréstimos internos	355.699	-	3.430.491	-
Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias	93.767.521	-	178.071.827	-
Papel comercial	554.000.000	-	88.000.000	-
Locação financeira	26.979.404	35.609.152	27.456.857	47.744.387
Instrumentos financeiros derivados	(2.206.840)	(4.185.879)	2.099.040	-
Outros financiamentos	493.194.176	117.781.329	480.464.272	454.316.000
	3.291.558.305	8.989.400.331	951.921.279	6.254.380.288

O aumento da dívida bruta em 5.075 milhões de Euros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está relacionado essencialmente com os seguintes efeitos:

- A dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores que foi consolidada proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 31 de março de 2011, no montante de 3.748 milhões de Euros, dos quais 656 milhões de Euros (Nota 2.b) venciam a menos de um ano e 3.092 milhões de Euros (Nota 2.b) a mais de um ano. No período de nove meses decorrido entre 31 de março e 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, consolidada proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom, aumentou de 3.748 milhões de Euros para 3.882 milhões de Euros, refletindo essencialmente as *debentures* emitidas pelo grupo Oi durante esse período, no total de 6.450 milhões de reais (684 milhões de Euros ao câmbio de 31 de dezembro de 2011) conforme detalhado na Nota 38.2, cujo efeito foi parcialmente compensado pelo reembolso de determinadas *debentures* e de outros empréstimos que se encontravam em dívida em 31 de março de 2011, no montante total de 3.500 milhões de Reais Brasileiros (389 milhões de Euros) e pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (153 milhões de Euros).
- Um *Eurobond* de 600 milhões de Euros emitido pela PT Finance BV em 8 de fevereiro de 2011 (Nota 38.2);
- Um montante de 750 milhões de Euros utilizado em 2011 no âmbito de uma nova linha de crédito contratada pela Portugal Telecom em 23 de março de 2011 (Nota 38.3);
- Um aumento de 466 milhões de Euros no montante em dívida no âmbito de programas de papel comercial (Nota 38.5); e
- Um reembolso de 467 milhões de Euros relativo à dívida ao Estado Português no âmbito da transferência das responsabilidades não financiadas com pensões concluída em 31 de dezembro de 2010 (Nota 38.8).

Conforme mencionado acima, a dívida da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores que foi consolidada proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 31 de março de 2011, ascendia a 3.748 milhões de Euros. A essa data, a maturidade média da dívida era de aproximadamente quatro anos e cerca de 90% da dívida estava denominada em Reais Brasileiros, direta ou indiretamente através de derivados cambiais. Em relação ao custo da dívida, em 31 de março de 2011 aproximadamente 20% vencia juros a taxas fixas, enquanto 80% vencia juros a taxas variáveis, nomeadamente à taxa de depósito interbancário no Brasil (CDI) e à taxa de juro de longo-prazo (TJLP). As características dos financiamentos obtidos pela Oi, pela Contax e pelos seus acionistas controladores estão descritas detalhadamente nas notas apresentadas abaixo.

38.1. Empréstimos por obrigações convertíveis

Em 28 de agosto de 2007, a PT Finance emitiu obrigações no montante total de 750.000.000 Euros, convertíveis em ações ordinárias da Portugal Telecom, nos seguintes termos:

- Preço de conversão: 13,9859 Euros por ação ordinária da Portugal Telecom, ajustado para 11,60 Euros em 30 de outubro de 2007, no seguimento do *spin-off* da PT Multimédia, para 11,06 Euros em 28 de dezembro de 2010 e para 9,4 Euros em 31 de maio de 2011, no seguimento dos dividendos pagos em dezembro de 2010 e em junho de 2011, respetivamente, de acordo com os termos e condições destas obrigações;

- Valor nominal de cada obrigação: 50.000 Euros;
- Maturidade: 28 de agosto de 2014, exceto se previamente adquiridas, canceladas ou convertidas; e
- Taxa de juro fixa: 4,125% por ano, paga semestralmente.

As obrigações convertíveis representam um instrumento financeiro composto, pelo que o valor de mercado da componente de capital foi reconhecido diretamente em capital próprio na rubrica “Outras reservas e resultados acumulados” na data de emissão das obrigações e ascendia a 57.145.442 Euros, enquanto a componente do passivo financeiro foi registada ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado das obrigações convertíveis, determinado com base em informação de mercado, ascendia a 621 milhões de Euros.

38.2. Empréstimos por obrigações não convertíveis

A tabela abaixo inclui informação detalhada sobre os empréstimos por obrigações não convertíveis em dívida em 31 de dezembro de 2011:

EUROS						
Emitente (i)	Dívida	Moeda local (ii)	Euro (iii)	Data emissão	Maturidade esperada (iv)	Taxa de juro
Operações em Portugal:						
PT Finance	<i>Eurobond</i>	600.000.000	600.000.000	fev-11	2016	5,625%
PT Finance	<i>Eurobond</i>	750.000.000	750.000.000	nov-09	2019	5,00%
PT Finance	Fixed rate notes	250.000.000	250.000.000	jul-09	2017	5,242%
PT Finance	<i>Eurobond</i> (v)	936.000.000	936.000.000	abr-09	2013	6,00%
PT Finance	Obrigações não convertíveis	50.000.000	50.000.000	jan-09	2019	6,95%
PT Finance	<i>Floating rate notes</i>	50.000.000	50.000.000	ago-08	2013	Euribor a 3 meses mais 1,50%
PT Finance	<i>Eurobond</i>	500.000.000	500.000.000	jun-05	2025	4,50%
PT Finance	<i>Eurobond</i> (vi)	1.300.000.000	1.300.000.000	mar-05	2012	3,75%
PT Finance	<i>Eurobond</i>	500.000.000	500.000.000	mar-05	2017	4,375%
	Despesas de transação (vii)		(16.173.292)			
			4.919.826.708			
Operações no Brasil:						
Brasil Telecom	<i>Debentures</i>	2.350.000.000	249.198.829	dez-11	Entre 2016 e 2018	CDI + 1,15%
Telemar Participações	<i>Debentures</i>	500.000.000	53.021.027	out-11	Entre 2014 e 2018	CDI + 1,35%
Brasil Telecom	<i>Senior Notes</i>	1.100.000.000	116.646.260	set-11	2016	9,75%
Brasil Telecom	<i>Debentures</i>	1.000.000.000	106.042.055	ago-11	2017	CDI + 1%
TNL	<i>Debentures</i>	1.500.000.000	159.063.082	mai-11	2012	CDI + 0,65%
TNL	<i>Senior Notes</i> (viii)	1.825.650.000	193.595.677	dez-10	2017	5,13%
Telemar	<i>Senior Notes</i> (ix)	3.352.101.495	355.463.730	set-10	2020	5,50%
Telemar	<i>Debentures</i>	2.000.000.000	212.084.109	nov-09	2014	CDI + 1,2%
Telemar	<i>Bond</i> (viii)	266.472.396	28.257.280	abr-09	2019	9,50%
Telemar Participações	<i>Debentures</i>	920.000.000	97.558.690	abr-08	Entre 2012 e 2015	Entre 1,4% e 1,55%
AG/LF	<i>Debentures</i>	1.443.362.441	209.105.035	fev-08	Semestralmente até 2020	IPCA (inflação) + 5,0%
Brasil Telecom	<i>Debentures</i>	720.360.000	76.388.455	jun-06	Anualmente até 2013	CDI + 3,5%
Telemar	<i>Debentures</i>	540.000.000	57.262.710	mar-06	2013	103% do CDI e CDI + 0,55%
	Outros financiamentos e despesas de transação		36.453.330			
			1.950.140.269			
			6.869.966.977			

(i) Todas as emissões da PT Finance foram efetuadas no âmbito do Euro Medium Term Notes Program (EMTN).

(ii) Todos os montantes estão expressos em Euros, com exceção das emissões realizadas por empresas localizadas no Brasil, em que os montantes estão expressos em Reais Brasileiros e correspondem a 100% do montante emitido.

(iii) Relativamente às emissões de empresas localizadas no Brasil, os montantes são apresentados com base na respetiva percentagem de consolidação proporcional.

(iv) Os empréstimos são reembolsados na data final de maturidade, exceto quando indicado em contrário.

(v) O montante no âmbito deste *Eurobond* foi de 1.000 milhões de Euros, e durante o ano 2011, a PT Finance adquiriu obrigações próprias com um valor nominal de 64.000.000 Euros, as quais a Empresa pretende cancelar ou manter até ao vencimento. Estas obrigações foram adquiridas num montante de 61.870.750 Euros, resultando num ganho financeiro no montante de 2.129.250 Euros (Nota 19).

(vi) Inclui 300.000.000 de Euros emitidos em 5 de Fevereiro de 2009.

(vii) Despesas incorridas na data de emissão destas obrigações, as quais estão relacionadas com: (i) a diferença entre o cupão da *eurobond* com maturidade em 2012 e a *yield* das obrigações não convertíveis no montante de 300.000.000 Euros emitidas em 2009; (ii) arredondamentos na definição da taxa do cupão; e (iii) comissões. Estas despesas são reconhecidas em resultados ao longo do período dos empréstimos.

(viii) Estas Senior Notes foram emitidas em Euros.

(ix) Estas Senior Notes foram emitidas em Dólares Americanos.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor máximo utilizável no âmbito do Programa EMTN da PT Finance ascendia a 7.500.000.000 Euros, dos quais 5.000.000.000 Euros estavam utilizados em 31 de dezembro de 2011, conforme descrito acima.

Com exceção das obrigações de taxa fixa no montante de 50 milhões de Euros, cujo valor de mercado foi determinado com base numa metodologia de fluxos de caixa descontados, o valor de mercado das restantes obrigações emitidas pelas operações em Portugal foi determinado com base em informação de mercado e ascendia a 4.188 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011. O valor de mercado estimado das obrigações emitidas pelas operações no Brasil ascendia a 1.970 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, o qual inclui algumas obrigações a valor contabilístico.

38.3. Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

EUROS				
	31 dez 2011		31 dez 2010	
	Moeda original	Euros	Moeda original	Euros
Reais Brasileiros	5.224.610.373	2.162.593.805	15.146.150	6.829.666
Euros	997.361.633	997.361.633	831.192.248	831.192.248
Outras moedas		212.734.116		191.572
		3.372.689.554		838.213.486

Em 31 de dezembro de 2011, a Portugal Telecom tinha as seguintes *revolving credit facilities* com tomada firme:

Data inicial	Maturidade	Montante
Abril de 2011 (i)	Março de 2014	1.200.000.000
Janeiro de 2009	Janeiro de 2013	50.000.000
Outubro de 2008	Outubro de 2013	65.000.000
Abril de 2008	Abril de 2014	75.000.000
Outubro de 2004	Janeiro 2015	100.000.000
Junho de 2004	Junho de 2012	150.000.000
		1.640.000.000

(i) Esta *revolving credit facility* foi assegurada em março de 2011 por um montante inicial de 900 milhões de Euros e uma maturidade de três anos, a qual foi aumentada para 1.050 milhões em 12 de abril de 2011 e para 1.200 milhões de Euros em 13 de abril de 2011.

Adicionalmente, em 2011, a Portugal Telecom contratou:

- Uma *export credit facility* no montante de 180 milhões de Euros, a qual inclui uma parcela de 80 milhões de Euros com tomada firme; e
- Um acordo de financiamento com o BEI, no montante de 100 milhões de Euros, para financiar o investimento na rede da próxima geração, não estando a ser utilizado qualquer montante em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos bancários em dívida incluem essencialmente:

- Um montante de 900 milhões de Euros utilizado no âmbito das *facilities* acima referidas, e um montante de 21 milhões de Euros utilizado no âmbito da *export credit facility*;
- Financiamentos obtidos pela Portugal Telecom junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) no montante de 594 milhões de Euros com vencimento até 2021, incluindo essencialmente: (1) dois empréstimos obtidos em 2010 de 100 milhões de Euros cada um, com o propósito de investir na rede da próxima geração da Portugal Telecom, com vencimentos entre 2014 e 2021, e (2) um empréstimo obtido em 2011 no montante de 140 milhões de Euros, destinado à investigação e desenvolvimento, com vencimento em 2019;
- Um empréstimo obtido pela Portugal Telecom em 2010 no montante de 50 milhões e com maturidade entre 2013 e 2015;

- Em dezembro de 2009, diversas empresas do Grupo Oi celebraram contratos de financiamento com o BNDES no montante total de 4.403 milhões de Reais Brasileiros, com o objetivo de financiar investimentos entre 2009 e 2011. Em 2009, 2010 e 2011, as empresas do Grupo Oi utilizaram os montantes de 1.500 milhões de Reais Brasileiros, 1.093 milhões de Reais Brasileiros e 1.068 milhões de Reais Brasileiros, respetivamente, no âmbito dos referidos contratos de financiamento. Os juros são pagos trimestralmente até dezembro de 2011 e serão devidos mensalmente entre janeiro de 2012 e maio de 2018. O capital será reembolsado em 84 prestações mensais, desde janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2011 era de 3.054 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 324 milhões de Euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (2.593 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, equivalente a 288 milhões de Euros consolidados proporcionalmente);
- Em maio de 2008, a Telemar obteve 4.300 milhões de Reais Brasileiros junto do Banco do Brasil para a aquisição de uma participação financeira na Brasil Telecom. Os juros são pagos semestralmente, desde maio de 2015 até maio de 2018. No seguimento do reembolso de duas prestações em maio de 2010 e maio de 2011, no montante de 614 milhões de Reais Brasileiros cada uma, o montante em dívida remanescente é reembolsável em quatro prestações anuais, a começar em maio de 2015. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2011 era de 3.071 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 326 milhões de Euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (3.686 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, equivalente a 410 milhões de Euros consolidados proporcionalmente);
- Em novembro de 2006, a Telemar celebrou uma *credit facility* com o BNDES com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da sua rede fixa de telecomunicações, programada para o período entre 2006 e 2008. Este acordo está dividido em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, que se destinava especialmente à aquisição de equipamentos nacionais e serviços associados, no valor de 1.771 milhões de Reais Brasileiros, e (ii) sub-crédito B, que se destinava à aquisição de equipamentos de telecomunicações que cumprissem com o Processo Produtivo Básico, no valor de 200 milhões de Reais Brasileiros. Os juros foram pagos trimestralmente até junho de 2009 e vencem-se mensalmente desde então até junho de 2014. O capital é reembolsável em 60 prestações mensais desde julho de 2009. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2011 era de 760 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 81 milhões de Euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (988 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 110 milhões de Euros consolidados proporcionalmente);
- Em novembro de 2006, a Brasil Telecom celebrou uma *credit facility* com o BNDES no montante de 2.004 milhões de Reais Brasileiros (captação efetiva de 2.055 milhões de Reais Brasileiros). Os juros são pagos mensalmente desde maio de 2009 até maio de 2014. Este financiamento é reembolsado em 60 prestações mensais desde junho de 2009 até maio de 2014. Este financiamento é reembolsável em 60 prestações mensais, desde junho de 2009 até maio de 2014. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2011 era de 681 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 72 milhões de Euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (892 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 99 milhões de Euros consolidados proporcionalmente).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em Euros, variavam entre:

	31 dez 2011	31 dez 2010
Taxa máxima	6,56%	5,00%
Taxa mínima	0,20%	1,34%

Em 31 de dezembro de 2011, o justo valor da totalidade dos empréstimos bancários, calculado com base no método dos fluxos de caixa descontados, ascendia a 3.139 milhões de Euros, o qual inclui determinados financiamentos de operações no Brasil a valor contabilístico.

38.4. Passivo relativo a *equity swaps* sobre ações próprias

Esta rubrica respeita a contratos de *equity swap* celebrados pela Portugal Telecom sobre 20.640.000 ações próprias, os quais foram reconhecidos como uma aquisição efetiva de ações próprias, originando o registo de um passivo financeiro pelo correspondente custo de aquisição no montante de 178.071.827 Euros (Nota 44.2). Em dezembro de 2011, a Portugal Telecom liquidou um montante de 84.304.306 Euros (Nota 47.j) do total anteriormente em dívida, pelo que o valor em dívida em 31 de dezembro de 2011 foi reduzido para 93.767.521 Euros.

38.5. Papel comercial

A Portugal Telecom celebrou diversos programas de papel comercial, no âmbito dos quais tinha emitido um montante total de 554 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, com maturidade em janeiro de 2012. Adicionalmente, no âmbito destes programas, a Empresa tinha disponível um montante de 200 milhões de Euros com tomada firme em 31 de dezembro de 2011.

38.6 Locações

As obrigações com contratos de locação financeira em 31 de dezembro de 2011 estão relacionadas essencialmente com a locação de veículos e edifícios e com contratos para a aquisição de capacidade de satélite. A capacidade de satélite adquirida através de contratos de locação financeira é usada atualmente pela PT Comunicações para o seu serviço de televisão. Os equipamentos de transporte no âmbito de contratos de locação financeira, os quais incluem geralmente opções de compra na maturidade dos mesmos, foram adquiridos por diversas empresas do Grupo e estão a ser utilizados correntemente nos negócios do Grupo. Em 31 de dezembro de 2011, o valor contabilístico dos ativos adquiridos através de contratos de locação financeira apresenta a seguinte composição:

EUROS			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor contabilístico
Propriedade industrial e outros direitos	67.169.807	35.627.413	31.542.394
Equipamento de transporte	41.452.555	21.297.242	20.155.313
Outros	2.467.328	589.682	1.877.646
	111.089.690	57.514.337	53.575.353

Em 31 de dezembro de 2011, o detalhe dos pagamentos mínimos futuros de locação financeira é o seguinte:

EUROS			
	Valor presente	Custos financeiros	Total
2012	26.862.262	2.621.139	29.483.401
2013	16.001.686	1.547.533	17.549.219
2014	16.040.756	757.553	16.798.309
2015	3.613.189	48.945	3.662.134
2016	70.663	2.096	72.759
	62.588.556	4.977.266	67.565.822

38.7. Instrumentos financeiros derivados

Esta rubrica corresponde essencialmente à contratação de instrumentos financeiros derivados cujo objetivo consiste em minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de câmbio e de taxa de juro. O justo valor destes instrumentos era positivo em 6,4 milhões de Euros e negativo em 2,1 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respetivamente (Nota 45.2).

38.8 Outros empréstimos

Esta rubrica inclui essencialmente os seguintes financiamentos:

- Um montante de 454 milhões de Euros em dívida ao Estado Português em 31 de dezembro de 2011 (Nota 14), no âmbito da transferência das responsabilidades regulamentares não financiadas com pensões, de um total de 922 milhões de Euros que estavam em dívida a 31 de dezembro de 2010, uma vez que a Portugal Telecom reembolsou 17,4 milhões de Euros e 450,0 milhões de Euros em janeiro e dezembro de 2011, respetivamente. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2011 será liquidado até 20 de dezembro de 2012, vencendo juros à taxa de juro anual de 3,25%. O justo valor deste financiamento em 31 de dezembro de 2011, calculado com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados, ascendia a 437 milhões de Euros;

- Um montante de 135 milhões de Euros a 31 de dezembro de 2011, relacionado com a emissão de 1.000.000 ações preferenciais pela Telemar Participações em abril de 2008, ao valor nominal de 1.239,6 Reais Brasileiros por ação, no montante total de 1.239,6 milhões de Reais Brasileiros. Estas ações preferenciais foram integralmente subscritas pelo BNDES Participações, S.A., um dos principais acionistas da Telemar Participações, e as suas principais características são: (1) prioridade na distribuição de um dividendo fixo equivalente a 5% ao ano do seu preço de emissão, ajustado pela inflação; (2) reembolsos anuais, desde abril de 2011, ao preço de emissão, ajustado pela inflação; (3) opção do detentor das ações preferenciais de exigir o reembolso através de ações da Telemar Norte Leste detidas pela Telemar Participações; (4) convertíveis em ações ordinárias no caso do reembolso das ações preferenciais não ser efetuado de acordo com o previsto ou o dividendo fixo não ser pago; e (5) não terem direitos de voto. Considerando as características acima descritas, estas ações preferenciais estão classificadas como dívida e ascendiam a 1.276 milhões de Reais Brasileiros em 31 de dezembro de 2011, equivalente a 135 milhões de Euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (1.457 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 162 milhões de Euros consolidados proporcionalmente).

38.9 Dívida de médio e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2011, a maturidade da dívida de médio e longo prazo era como se segue:

	EUROS
2013	1.522.922.669
2014	2.042.658.603
2015	383.175.917
2016	1.170.176.988
2017 e anos seguintes	3.870.466.154
	8.989.400.331

38.10 Condicionalismos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida eram como segue:

• Alteração de controlo

As obrigações convertíveis, as *revolving credit facilities* no montante total de 1.640 milhões de Euros, os empréstimos obtidos junto do BEI no montante total de 594 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, um empréstimo contratado em 2011 no montante de 50 milhões de Euros e uma *export credit facility* de 180 milhões de Euros estabelecem penalidades no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom. De acordo com os termos e condições destes financiamentos, uma alteração de controlo ocorreria no caso de uma qualquer pessoa ou grupo de pessoas atuando concertadamente adquirir ou controlar mais de 50% dos direitos de voto, quer seja através de capital, de direitos de voto ou dos termos previstos no acordo de acionistas. Em determinados casos, obter o direito de nomear ou remover todos ou a maioria dos administradores ou diretores da Empresa, ou de dar diretivas relativamente às políticas operacionais e financeiras da Empresa, as quais tenham de ser respeitadas pelos administradores ou diretores, também são aspetos a considerar como uma alteração de controlo.

As obrigações de 1.000 milhões de Euros e 750 milhões de Euros emitidas em 2009 e as obrigações de 600 milhões de Euros emitidas em 2011 também estabelecem penalidades no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom, conforme descrito acima, se simultaneamente a notação de *rating* da Empresa for reduzida para *sub-investment grade* ou ocorrer uma redução da notação de *rating* (no caso da notação de *rating* já ser anteriormente *sub-investment grade*) durante o Período de Alteração de Controlo, conforme definido nos termos e condições destas obrigações.

• Notações de *rating*

Determinados empréstimos obtidos junto do BEI, no montante total de 129 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, estabelecem que, caso o *rating* de longo prazo atribuído à Portugal Telecom pelas agências de *rating* seja reduzido do *rating* atribuído no momento em que a cláusula foi incluída (BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch), a Portugal Telecom pode ser chamada a apresentar uma garantia aceitável pelo BEI. Em 31 de dezembro de 2011, o reembolso previsto destes financiamentos no montante total de 129 milhões de Euros é como segue: 46 milhões de Euros em 2012, 46 milhões de Euros em 2013 e 36 milhões de Euros em 2014.

Em 3 de junho de 2011, a S&P anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído a Portugal Telecom, diminuindo o *rating* de longo prazo de BBB para BBB-, com *outlook* negativo, e o *rating* de curto prazo de A-2 para A-3. Em 7 de junho de 2011, a Moodys anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído a Portugal Telecom, diminuindo o *rating* de longo prazo de Baa2 para Baa3 e mantendo-o em revisão para possível *downgrade*. Em 29 de julho de 2011, a Moodys confirmou o *rating* de crédito Baa3 atribuído a Portugal Telecom, com *outlook* negativo. Considerando o condicionalismo financeiro relativo ao *rating* de crédito descrito acima, a Portugal Telecom e o BEI acordaram aumentar o *spread* desses financiamentos, sem nenhuma outra consequência em resultado da revisão do *rating* de crédito da Portugal Telecom.

Em 23 de dezembro de 2011, a Moody's anunciou a redução do *rating* de longo prazo da Portugal Telecom de Baa3 para Ba1. Em 16 de fevereiro de 2012, a S&P anunciou a revisão do *rating* atribuído à Portugal Telecom, reduzindo o *rating* de longo prazo de BBB- para BB+, e diminuindo o *rating* de curto prazo de A-3 para B. No seguimento destes desenvolvimentos, em 2012 a Portugal Telecom acordou com o BEI constituir um depósito a favor do BEI pelo montante correspondente a uma parcela do valor em dívida no âmbito dos financiamentos que incluem o condicionalismo relativo à notação de *rating*. O montante depositado nesta conta será reduzido à medida que os financiamentos são reembolsados. A Portugal Telecom e o BEI acordaram ainda que quaisquer revisões adicionais em alta ou em baixa do *rating* de crédito atribuído à Empresa terão como consequência, respetivamente, reduções ou aumentos no montante depositado, sem qualquer outra consequência.

O *spread* pago pela Portugal Telecom no âmbito da *revolving credit facility* de 1.200 milhões de Euros depende de o *rating* de crédito atribuído à Empresa ser ou não mais elevado que BBB- (conforme atribuído pela S&P) e Baa3 (conforme atribuído pela Moody's). O *spread* pago pela Portugal Telecom no âmbito da parcela de 200 milhões de Euros com tomada firme do programa de papel comercial também depende do *rating* de crédito atribuído à Empresa pela S&P e pela Moody's.

- **Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas**

Determinadas *credit facilities* no montante total de 1.445 milhões de Euros estabelecem que a Portugal Telecom terá de manter, direta ou indiretamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas *Material Subsidiaries*. *Material Subsidiaries* são aquelas empresas cujo ativo bruto seja igual ou superior a 10% do ativo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados.

- **Alienação de ativos**

As *credit facilities* no montante total de 150 milhões de Euros e os empréstimos obtidos junto do BEI no montante total de 594 milhões de Euros em 31 de dezembro 2011 incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de ativos da Portugal Telecom.

- **Rácios financeiros**

Determinadas *facilities* e empréstimos no montante total de 1.745 milhões de Euros preveem a obrigação de assegurar que o rácio de dívida líquida consolidada/EBITDA não excede determinados valores, os quais variam em função dos financiamentos em causa. Adicionalmente, as condições aplicáveis a determinadas *facilities* no montante total de 215 milhões de Euros podem ser alteradas em função do rácio dívida líquida consolidada/EBITDA.

- **Negative pledge**

O Programa Euro Medium Term Notes da PT Finance, o empréstimo por obrigações convertíveis, as *revolving credit facilities*, a *export credit facility* e os programas de papel comercial estão abrangidos por cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os ativos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento de qualquer um destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado dos financiamentos obtidos ou no cancelamento das linhas de crédito disponíveis. Em 31 de dezembro de 2011, a Portugal Telecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

39. CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2011	2010
Contas a pagar correntes		
Fornecedores conta corrente	786.756.124	429.333.218
Fornecedores de imobilizado	229.415.723	184.116.757
Pessoal	26.472.318	10.601.965
Autorizações e concessões	127.083.681	-
Outros	74.511.615	87.437.355
	1.244.239.461	711.489.295
Contas a pagar não correntes		
Autorizações e concessões	174.562.130	-
Outros	27.394.166	11.110.580
	201.956.296	11.110.580

O aumento nas contas a pagar correntes e não correntes é essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, nos montantes de 303 milhões de Euros (Nota 2.b) e 202 milhões de Euros em 31 de março de 2011, respetivamente.

As licenças e concessões a pagar a 31 de dezembro de 2011 ascendiam a 302 milhões de Euros, incluindo (1) 106 milhões de Euros a pagar pela TMN à Anacom na sequência da aquisição da licença de 4G em dezembro de 2011 (Nota 36), correspondente ao valor presente das prestações em dívida no total de 113 milhões de Euros, e (2) 196 milhões de Euros a pagar pelo Grupo Oi à Anatel na sequência das concessões e licenças adquiridas em leilão público para a prestação de serviços móveis e serviços de telecomunicações fixas.

40. ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2011	2010
Fornecimentos e serviços externos	407.123.815	154.668.971
Juros e outras despesas financeiras	279.659.632	180.678.848
Encargos com férias, subsídio de férias e outros encargos com pessoal	145.758.210	113.198.643
Descontos a conceder a clientes	40.410.751	42.596.436
Outros	49.826.726	67.832.029
	922.779.134	558.974.927

O aumento verificado desta rubrica é explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e Contax, no montante de 367 milhões de Euros à data de 31 de março de 2011 (Nota 2.b).

41. PROVEITOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

EUROS		
	2011	2010
Faturação antecipada:		
Tráfego não consumido	113.514.794	53.009.857
Outra faturação antecipada	59.313.832	53.176.589
Indemnizações por incumprimento contratual dos clientes	27.110.366	84.163.223
Programas de fidelização de clientes (Nota 3.p) (i)	11.586.233	16.649.282
Outros	87.826.912	80.809.142
	299.352.137	287.808.093

(i) Esta rubrica corresponde às receitas diferidas no âmbito dos programas de fidelização de clientes de operações móveis, as quais são reconhecidas em resultados como receita no momento em que os pontos são consumidos.

O aumento desta rubrica é explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, no montante de 79 milhões de Euros em 31 de março de 2011, parcialmente compensado por uma redução nas receitas diferidas relativamente às penalidades contratuais aplicadas a clientes, as quais a partir de 1 de janeiro de 2011, com base na sua antiguidade, são classificadas como uma redução das respetivas contas a receber.

42. PROVISÕES E AJUSTAMENTOS

Os movimentos nas rubricas de provisões e ajustamentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram como segue:

EUROS							
	Saldo 31 dez 2010	Alterações no perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Ajustamentos de conversão cambial	Outros movimentos	Saldo 31 dez 2011
Ajustamentos							
Contas a receber (Notas 26 e 27)	341.776.077	127.021.930	94.679.637	(7.810.632)	(8.343.850)	(118.898.623)	428.424.539
Existências (Nota 28)	46.744.879	2.541.206	4.053.438	(10.920.937)	(210.042)	(707.812)	41.500.732
Investimentos financeiros (Notas 34 e 35)	34.224.586	11.363.771	764.024	(584.714)	(468.949)	(51.920)	45.246.798
	422.745.542	140.926.907	99.497.099	(19.316.283)	(9.022.841)	(119.658.355)	515.172.069
Provisões para riscos e encargos							
Processos judiciais em curso (Nota 49)	27.263.459	701.753.863	84.165.932	(14.896.270)	(34.832.423)	(82.993.078)	680.461.483
Impostos (Nota 49)	54.761.153	106.889.565	21.130.226	(13.296.010)	(5.261.542)	(778.631)	163.444.761
Outras	46.605.721	(528.776)	2.226.487	(1.780.544)	(129.981)	(28.414.628)	17.978.279
	128.630.333	808.114.652	107.522.645	(29.972.824)	(40.223.946)	(112.186.337)	861.884.523
	551.375.875	949.041.559	207.019.744	(49.289.107)	(49.246.787)	(231.844.692)	1.377.056.592

EUROS

	Saldo 31 dez 2009	Alterações no perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Ajustamentos de conversão cambial	Outros movimentos	Saldo 31 dez 2010
Ajustamentos							
Contas a receber (Notas 26 e 27)	397.678.206	(48.941.260)	81.241.919	(5.518.775)	5.891.129	(88.575.142)	341.776.077
Existências (Nota 28)	39.791.436	(5.080.260)	19.845.670	(8.367.285)	628.458	(73.140)	46.744.879
Investimentos financeiros (Notas 34 e 35)	33.093.661	(4.510.164)	8.181.581	(3.072.806)	483.285	49.029	34.224.586
	470.563.303	(58.531.684)	109.269.170	(16.958.866)	7.002.872	(88.599.253)	422.745.542
Provisões para riscos e encargos							
Processos judiciais em curso (Nota 49)	69.769.307	(54.450.230)	37.881.407	(2.809.850)	4.662.179	(27.789.354)	27.263.459
Impostos (Nota 49)	37.969.785	(8.166.695)	31.123.696	(13.051.898)	2.294.489	4.591.776	54.761.153
Outras	72.706.563	(40.430.146)	16.011.201	(1.684.021)	3.173.241	(3.171.117)	46.605.721
	180.445.655	(103.047.071)	85.016.304	(17.545.769)	10.129.909	(26.368.695)	128.630.333
	651.008.958	(161.578.755)	194.285.474	(34.504.635)	17.132.781	(114.967.948)	551.375.875

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de "Provisões para riscos e encargos" foi classificada na Demonstração Consolidada da Posição Financeira de acordo com a data expectável de liquidação da correspondente obrigação, conforme segue:

EUROS

	31 dez 2011	31 dez 2010
Provisões correntes		
Processos judiciais em curso	195.614.873	26.777.138
Impostos	73.977.357	49.325.590
Outras	12.895.490	11.580.403
	282.487.720	87.683.131
Provisões não correntes		
Processos judiciais em curso	484.846.610	486.321
Impostos	89.467.404	5.435.563
Outras	5.082.789	35.025.318
	579.396.803	40.947.202
	861.884.523	128.630.333

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Outras provisões para riscos e encargos" tem a seguinte composição:

EUROS

	2011	2010
Investimentos financeiros negativos (Nota 34) (i)	1.127.525	1.518.114
Remoção e desmantelamento de ativos fixos (Nota 3.g) (ii)	-	31.295.560
Outros	16.850.754	13.792.047
	17.978.279	46.605.721

(i) Esta provisão corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederam o valor das componentes do investimento financeiro, incluindo empréstimos.

(ii) Esta rubrica corresponde às obrigações com a remoção e desmantelamento de ativos fixos da TMN, as quais a partir de 2011 estão incluídas na rubrica "Outros passivos não correntes" (Nota 43).

42.1. Alterações no perímetro de consolidação

Em 2011, as alterações no perímetro de consolidação estão relacionadas essencialmente com a consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 31 de março de 2011. As respetivas provisões correntes e não correntes, nos montantes de 213 milhões de Euros (Nota 2.b) e 594 milhões de Euros (Nota 2.b), foram consolidadas proporcionalmente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, totalizando 807 milhões de Euros (Nota 49). Em 2010, as alterações ao perímetro de consolidação correspondem essencialmente à alienação da participação de 50% na Brasilcel.

42.2. Aumentos e reduções

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os aumentos nas provisões e ajustamentos foram registados nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados:

EUROS		
	2011	2010
Operações continuadas		
Provisões e ajustamentos	187.166.417	45.825.541
Imposto sobre o rendimento (Nota 20)	14.193.736	19.036.271
Custo das mercadorias vendidas (Nota 10)	3.532.983	2.667.642
Perdas em empresas participadas	108.645	8.181.581
Outros (i)	2.017.963	54.156.148
Operações descontinuadas	-	64.418.291
	207.019.744	194.285.474

(i) Em 2010, esta rubrica inclui principalmente provisões e ajustamentos não recorrentes no montante de, aproximadamente, 50 milhões (Nota 15), as quais foram reconhecidas para ajustar determinadas contas a receber e existências para os seus valores recuperáveis e para refletir perdas estimadas com determinadas ações legais.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as reduções nas provisões e ajustamentos foram registadas nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados:

EUROS		
	2011	2010
Operações continuadas		
Provisões e ajustamentos	29.901.721	10.335.275
Custo das mercadorias vendidas (Nota 10)	9.378.626	3.592.773
Imposto sobre o rendimento (Nota 20)	6.633.977	5.240.619
Outros	3.374.783	4.099.272
Operações descontinuadas	-	11.236.696
	49.289.107	34.504.635

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2011 e 2010, a rubrica "Provisões e ajustamentos" da Demonstração Consolidada dos Resultados consiste em:

EUROS		
	2010	2009
Aumentos nas provisões e ajustamentos para contas a receber e outros	187.166.417	45.825.541
Reduções nas provisões e ajustamentos para contas a receber e outros	(29.901.721)	(10.335.275)
Dívidas incobráveis	2.006.963	2.552.853
Recuperação de dívidas incobráveis	(3.007.549)	(3.091.175)
	156.264.110	34.951.944

42.3. Ajustamentos de conversão cambial

Os ajustamentos de conversão cambial em 2011 estão relacionados essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro a partir de 31 de março de 2011, data da primeira consolidação proporcional da Oi e da Contax. Os ajustamentos de conversão cambial em 2010 estão relacionados essencialmente com o impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro até 27 de setembro de 2010, data da alienação do investimento na Brasilcel.

42.4. Outros movimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os outros movimentos em provisões e ajustamentos incluem essencialmente:

- O *write-off* de contas a receber de clientes que já se encontravam integralmente ajustadas;
- O impacto da resolução desfavorável de algumas ações cíveis contra a Oi, o que resultou em pagamentos no montante de 62 milhões de Euros e na utilização de depósitos judiciais no valor de 35 milhões de Euros, cujos efeitos mais do que compensaram o efeito financeiro nas provisões existentes;
- O impacto da reclassificação das obrigações com remoção e desmantelamento de ativos para a rubrica "Outros passivos não correntes".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os outros movimentos em provisões e ajustamentos incluem essencialmente:

- O *write-off* de contas a receber, que acenderam a 89 milhões de Euros e incluem 52 milhões de Euros e 34 milhões de Euros relacionados com operações descontinuadas e com o segmento de telecomunicações em Portugal, respetivamente;
- Outros movimentos nas provisões para processos judiciais em curso, os quais ascenderam a 28 milhões de Euros e incluem 19 milhões de Euros relativos a operações descontinuadas e 7 milhões de Euros referentes ao processo apresentado pela Oni SGPS, S.A. contra a TMN (Nota 49).

43. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	EUROS	
	2011	2010
Outros passivos correntes		
Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.l.viii) e 32)	37.124.881	24.558.468
Dividendos a pagar (i)	214.743.143	3.193.702
Outros (ii)	107.792.714	639.422
	359.660.738	28.391.592
Outros passivos não correntes		
Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.l.viii) e 32)	95.849.637	273.592.641
Obrigações com desmantelamento de ativos (Nota 3.g) (iii)	54.655.850	-
Outros (iv)	96.973.889	12.881.924
	247.479.376	286.474.565

(i) Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui essencialmente (1) um montante de 185 milhões de Euros a pagar aos acionistas da Portugal Telecom relativamente aos dividendos antecipados aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2011 (Nota 23), os quais foram pagos em 4 de janeiro de 2012, e (2) um montante de 22 milhões de Euros a pagar a interesses não controladores da Oi.

(ii) Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui essencialmente uma conta a pagar a interesses não controladores da Brasil Telecom no montante de 86 milhões de Euros (Nota 1 e 22), no seguimento da aprovação da distribuição de ações resgatáveis.

(iii) Esta rubrica inclui obrigações com desmantelamento de ativos registadas pela TMN (32 milhões de Euros), as quais em 31 de dezembro de 2010 estavam incluídas na rubrica "Provisões", e pela Oi (22 milhões de Euros).

(iv) O aumento nesta rubrica é explicado essencialmente pela consolidação proporcional da Oi, incluindo essencialmente em 31 de dezembro de 2011 uma conta a pagar aos acionistas não controladores do Grupo Oi, no montante de 23 milhões de Euros, relacionada com operações de agrupamento de ações efetuadas em anos anteriores. No âmbito destas operações, as ações emitidas por diversas empresas foram agrupadas em lotes, tendo cada um deles sido trocado por uma nova ação. Em virtude de determinados acionistas não possuírem o número suficiente de ações para receber uma nova ação, foi efetuado um leilão das ações não atribuídas/trocadas, tendo cada empresa reconhecido o montante recebido nesse leilão como um passivo a pagar aos antigos acionistas, o qual será liquidado na medida que esses acionistas o solicitem. Adicionalmente, esta rubrica também inclui o justo valor de instrumentos financeiros derivados, nos montantes de 8,0 milhões de Euros e 3,4 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Nota 45.2), respetivamente.

44. CAPITAL PRÓPRIO

44.1. Capital social

O capital social da Portugal Telecom, totalmente subscrito e realizado, ascende em 31 de dezembro de 2011 a 26.895.375 Euros, representado por 896.512.500 ações, com um valor nominal de três cêntimos de Euro cada e com a seguinte distribuição:

- 896.512.000 ações ordinárias; e
- 500 ações de Categoria A.

Na Assembleia-Geral de Acionistas da Portugal Telecom realizada em 26 de julho de 2011, foi aprovada uma alteração aos estatutos da Empresa que eliminou os direitos especiais concedidos às 500 ações de Categoria A (designados por *golden share*). Em consequência desta aprovação, estas ações não têm qualquer direito especial.

44.2. Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica inclui *equity swaps* contratados pela Portugal Telecom sobre 20.640.000 ações próprias, a um preço de 8,63 Euros por ação, totalizando um montante de 178.071.827 milhões de Euros, os quais foram reconhecidos como uma aquisição efetiva de ações próprias. Em 31 de dezembro de 2011, a Portugal Telecom tinha registado um passivo financeiro no âmbito destes contratos no montante de 93.767.521 Euros, em resultado do reembolso efetuado em 2011 no montante de 84.304.306 Euros (Nota 38.4).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui ações próprias da Portugal Telecom adquiridas pela Oi no âmbito da parceria estratégia entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1), em que estava previsto a aquisição de até 10% do capital social da Portugal Telecom pela Oi. Até 31 de dezembro de 2011, a Oi tinha adquirido 64.557.566 ações da Portugal Telecom, representativas de 7,2% do capital social. A participação da Empresa neste investimento, detida indiretamente através da Bratel Brasil, foi classificada na Demonstração Consolidada da Posição Financeira como ações próprias e ascendia a 148.311.037 Euros (Nota 1), correspondente ao custo de aquisição das ações.

44.3. Reserva Legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital. Em 31 de dezembro de 2011, a reserva legal já se encontrava totalmente constituída, correspondendo a mais de 20% do capital social.

44.4. Reserva de ações próprias

A reserva de ações próprias está relacionada com o reconhecimento de uma reserva indisponível de valor equivalente ao valor nominal das ações canceladas ou ao custo de aquisição das ações próprias detidas pela Portugal Telecom. A reserva de ações próprias tem um regime legal equivalente ao da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta reserva refere-se às ações canceladas em 20 de dezembro de 2007, 24 de março de 2008 e 10 de dezembro de 2008.

44.5. Reserva de reavaliação e outras reservas e resultados acumulados

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram como segue:

EUROS					
	Saldo 31 dez 2010	Rendimento integral	Dividendos (Nota 23)	Outros movimentos (ii)	Saldo 31 dez 2010
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio					
Perdas atuariais líquidas					
Perdas atuariais líquidas (Nota 14)	(451.497.830)	(80.537.620)	-	-	(532.035.450)
Efeito fiscal	112.874.458	20.934.533	-	-	133.808.991
Interesses não controladores	-	2.924.555	-	-	2.924.555
Ajustamentos de conversão cambial e outros (i)	56.909.480	(300.693.933)	-	-	(243.784.453)
Derivados de cobertura	(1.699.950)	(411.648)	-	-	(2.111.598)
	(283.413.842)	(357.784.113)	-	-	(641.197.955)
Reservas reconhecidas diretamente no capital próprio					
Reservas de reavaliação de ativos tangíveis (Nota 37)	910.287.026	(126.167.561)	-	(56.152.183)	727.967.282
Efeito fiscal (Nota 20)	(217.003.624)	31.541.890	-	14.038.046	(171.423.688)
	693.283.402	(94.625.671)	-	(42.114.137)	556.543.594
Total de resultados e reservas reconhecidos diretamente no capital	409.869.560	(452.409.784)	-	(42.114.137)	(84.654.361)
Resultados transitados e outras reservas	(676.310.472)	-	-	3.720.449.283	3.044.138.811
Resultado líquido atribuível aos acionistas da Portugal Telecom	5.672.194.967	339.129.232	(1.117.987.321)	(4.554.207.646)	339.129.232
Dividendos antecipados	(875.872.500)	-	(184.799.868)	875.872.500	(184.799.868)
	4.529.881.555	(113.280.552)	(1.302.787.189)	-	3.113.813.814

(i) Esta rubrica inclui os ajustamentos de conversão cambial de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira desde 1 de janeiro de 2004 até à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira (Nota 3.q). Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro, desde 31 de março de 2011, sobre os investimentos da Portugal Telecom na Oi e na Contax.

(ii) Os outros movimentos correspondem às transferências para resultados transitados de (1) as reservas de reavaliação e o respetivo impacto fiscal, no seguimento do reconhecimento na Demonstração Consolidada de Resultados da amortização dos ativos reavaliados, e (2) a parcela de resultados de 2010 que não foi distribuída como dividendos.

EUROS						
	Saldo 31 dez 2009	Rendimento integral	Dividendos (Nota 23)	Efeito fiscal na componente de capital das obrigações convertíveis (Nota 20)	Outros movimentos (i)	Saldo 31 dez 2010
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio						
Perdas atuariais líquidas (Nota 14)	(1.795.396.528)	(450.674.906)	-	-	1.794.573.604	(451.497.830)
Ajustamentos de conversão cambial e outros	909.629.554	(852.720.074)	-	-	-	56.909.480
Derivados de cobertura	(2.673.669)	68.060	-	-	-	(2.605.609)
	(888.440.643)	(1.303.326.920)	-	-	1.794.573.604	(397.193.959)
Efeito fiscal	476.693.427	85.730.091	-	-	(448.643.401)	113.780.117
	(411.747.216)	(1.217.596.829)	-	-	1.345.930.203	(283.413.842)
Reservas reconhecidas diretamente no capital próprio						
Reservas de reavaliação de ativos tangíveis	967.694.440	-	-	-	(57.407.414)	910.287.026
Efeito fiscal	(245.586.305)	14.181.908	-	-	14.400.773	(217.003.624)
	722.108.135	14.181.908	-	-	(43.006.641)	693.283.402
Total de resultados e reservas reconhecidos diretamente no capital	310.360.919	(1.203.414.921)	-	-	1.302.923.562	409.869.560
Resultados transitados e outras reservas	460.649.177	-	181.107.455	(15.143.542)	(1.302.923.562)	(676.310.472)
Resultado líquido atribuível aos acionistas da PT	684.734.143	5.672.194.967	(684.734.143)	-	-	5.672.194.967
Dividendos antecipados	-	-	(875.872.500)	-	-	(875.872.500)
	1.455.744.239	4.468.780.046	(1.379.499.188)	(15.143.542)	-	4.529.881.555

(i) Os outros movimentos incluem (1) as perdas atuariais transferidas para resultados transitados, em resultado da transferência das responsabilidades não financiadas com pensões para o Estado Português (Nota 14), e (2) a transferência para resultados transitados da reserva de reavaliação e respetivo impacto fiscal.

45. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

45.1. Riscos financeiros

A Portugal Telecom encontra-se exposta essencialmente a (i) riscos de mercado relacionados com alterações nas taxas de câmbio e taxas de juro, (ii) riscos de crédito e (iii) riscos de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco da Portugal Telecom é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável. Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Portugal Telecom têm como objetivo minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação destes derivados é efetuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e envolvem a consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva. O valor de mercado (*fair value*) destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, com base em informação de mercado, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras de diferentes cenários. A Comissão Executiva monitora regularmente estes riscos financeiros.

Relativamente aos instrumentos financeiros da Oi, os quais representam a maioria do total de instrumentos financeiros do Grupo, a Comissão Executiva da Oi acorda anualmente com o Conselho de Administração a Diretriz de Risco a ser seguida, a qual é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo Oi, com 95% de confiança. De modo a assegurar a gestão do risco financeiro de acordo com os objetivos definidos, a Oi pode contratar instrumentos financeiros de cobertura, incluindo operações de derivados de cobertura como *swaps*, *forwards* e opções. A Oi e as suas subsidiárias não utilizam instrumentos financeiros derivados para quaisquer outros fins.

45.1.1. Risco de taxa de câmbio

Os riscos de taxa de câmbio estão essencialmente relacionados com os investimentos da Portugal Telecom no Brasil e em outras operações estrangeiras, e com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional do país onde a empresa opera.

Em 31 de dezembro de 2011, os riscos relacionados com os investimentos da Empresa em operações estrangeiras respeitam fundamentalmente aos investimentos na Oi e na Contax. Em 31 de dezembro de 2011, a exposição líquida (ativos menos passivos, líquidos de interesses não controladores) ao Brasil ascendia a 8.667 milhões de Reais Brasileiros (3.587 milhões de Euros à taxa de câmbio Euro/Real de 31 de dezembro de 2011). A Portugal Telecom não tem qualquer instrumento contratado para cobertura do risco de taxa de câmbio associado aos investimentos em empresas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2011, os riscos relacionados com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional das empresas do Grupo estavam relacionados essencialmente com a dívida denominada em moeda estrangeira contratada pela Oi e as suas subsidiárias, a qual representava 29,9% da dívida bruta do Grupo Oi. No sentido de minimizar este risco, a Oi contratou instrumentos derivados de cobertura junto de instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2011, 96,2% da dívida da Oi denominada em moeda estrangeira estava coberta através de derivados de taxa de câmbio, *forwards* e aplicações em moeda estrangeira, enquanto a parcela remanescente de 3,8%, no montante de 319 milhões de Reais Brasileiros (34 milhões de Euros, correspondentes à participação de 25,6% da Portugal Telecom consolidada proporcionalmente), estava exposta ao risco de variação na taxa de câmbio Dólar/Real.

Os efeitos nos resultados e no capital próprio da Portugal Telecom decorrentes de hipotéticas variações nas variáveis de risco relevantes são os seguintes:

- O impacto da valorização (desvalorização) do Real face ao Euro em 0,1, de 2,42 para 2,32 (2,52) seria um aumento (redução) dos ativos líquidos em 31 de dezembro de 2011 em aproximadamente 155 milhões de Euros (143 milhões de Euros), o qual corresponde a ajustamentos de conversão cambial sobre os investimentos no Brasil;
- Mantendo todas as restantes variáveis constantes, o impacto da valorização (desvalorização) do Dólar Americano face ao Real em 0,1 durante o ano 2011 seria um aumento (redução) da contribuição da Oi para as despesas financeiras da Portugal Telecom em aproximadamente 0,1 milhões de Euros, em resultado da parcela da dívida da Oi denominada em moeda estrangeira que não se encontrava coberta através de instrumentos financeiros derivados ou aplicações em moeda estrangeira;
- A maioria dos restantes ativos e passivos financeiros estão denominados na moeda funcional direta ou indiretamente através da utilização de derivados. Consequentemente, variações nas taxas de câmbio não teriam qualquer impacto material nos resultados e no capital próprio das empresas onde esses ativos e passivos estão registados.

45.1.2. Risco de taxa de juro

Os riscos de taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados e obtidos com dívida e aplicações financeiras a taxas de juro variáveis. Em 31 de dezembro de 2011, a Portugal Telecom está essencialmente exposta a estes riscos na zona Euro e no Brasil. A dívida consolidada do Grupo está exposta basicamente às seguintes taxas: (1) Euribor, aplicável a determinados financiamentos obtidos na zona Euro; (2) TJLP, uma taxa de juro de longo-prazo definida pelo Conselho Monetário Nacional do Brasil; (3) IPCA, o Índice de Preços do Consumidor publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; (4) CDI, uma taxa de juro interbancária para dívida denominada em Reais; e (5) Libor, uma taxa de juro interbancária para dívida denominada em Dólares Americanos. Com o propósito de reduzir o impacto deste risco, o Grupo contratou *swaps* de taxa de juro, de modo a converter a dívida de taxa variável em dívida de taxa fixa.

Em 31 de dezembro de 2011, considerando os efeitos dos derivados contratados, 38,9% da dívida consolidada, no montante de 4.779 milhões de Euros, encontrava-se exposta a taxas de juros variáveis. Adicionalmente, o montante total de caixa e equivalentes de caixa mais os investimentos de curto prazo, no valor de 5.668 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, também vencia juros a taxas de juro variáveis, eliminando desta forma o risco de taxa de juro sobre a dívida bruta. Consequentemente, a exposição líquida do Grupo a taxas de juro variáveis ascendia a uma posição líquida de caixa no montante de 889 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011. Se as taxas de juro de mercado tivessem sido inferiores (superiores) em 1% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os juros suportados líquidos teriam sido superiores (inferiores) em aproximadamente 2 milhões de Euros (2 milhões de Euros).

Os riscos de taxa de juro também resultam da exposição a alterações no justo valor da dívida de médio e longo prazo sujeita a taxas de juro fixas, devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

45.1.3. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando numa perda financeira para o Grupo. A Portugal Telecom está sujeita essencialmente ao risco de crédito nas suas atividades operacionais e de tesouraria.

O risco de crédito nas operações está essencialmente relacionado com contas a receber de serviços prestados a clientes (Notas 26 e 27). O Grupo não apresenta um risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes, espalhados por diversos negócios e áreas geográficas. Estes riscos são monitorizados numa base regular por cada um dos negócios do Grupo, sendo que o objetivo da gestão do Grupo Portugal Telecom é: (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e a antiguidade da conta a receber de cada cliente; (b) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; (c) realizar análises de recuperabilidade dos valores a receber numa base regular; e (d) analisar o risco do mercado onde o cliente está localizado. Deste modo, os critérios utilizados para calcular estes ajustamentos têm por base estes fatores. O movimento destes ajustamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 encontra-se divulgado na Nota 42. Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber do Grupo com uma maturidade acima de 180 dias e que não se encontram ajustadas ou diferidas ascendiam a 88 milhões de Euros, o que compara com 111 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo entende que não existe a necessidade de reforçar os ajustamentos para contas a receber de cobrança duvidosa para além do montante já existente e incluído na Nota 42.

Os riscos relacionados com atividades de tesouraria resultam essencialmente dos investimentos efetuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de mitigar este risco, a política da Portugal Telecom é a de investir em aplicações de curto prazo, junto de instituições financeiras diversificadas e com reputação no mercado.

45.1.4. Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os obtidos através de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, para investimentos, para remuneração dos acionistas e reembolso de dívida. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações, nas disponibilidades de caixa e no valor não utilizado de linhas de crédito, conforme discriminado abaixo, a Portugal Telecom entende que o Grupo tem capacidade para cumprir as suas obrigações estimadas e considerando a informação disponível à data sobre os mais variados fatores exógenos aos seus negócios.

Como forma de mitigar este risco, a Portugal Telecom procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as suas obrigações contratuais, tal como mencionado acima. Em 31 de dezembro de 2011, o valor das disponibilidades de caixa, excluindo operações internacionais, mais os montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial (caixa disponível mediante um aviso de dois ou três dias) e linhas de crédito com tomada firme, totalizavam 5.095 milhões de Euros, uma redução face aos 6.297 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2010. Esta redução reflete essencialmente os investimentos efetuados na aquisição da Oi e da Contax e os dividendos pagos durante o exercício, os quais mais que compensaram os impactos decorrentes do recebimento da terceira e última prestação no âmbito da alienação da Vivo e de determinados financiamentos contratados em 2011. A maturidade média da dívida líquida em 31 de dezembro de 2011 é de 5,9 anos.

A estrutura de capital da Portugal Telecom é gerida de forma a assegurar a capacidade de prossecução das atividades dos diversos negócios e a maximização do retorno dos acionistas. A estrutura de capital do Grupo inclui a dívida (Nota 38), caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo (Nota 25) e o capital atribuível aos acionistas da empresa-mãe, o qual inclui o capital social emitido, ações próprias, reservas e resultados acumulados (Nota 44). O Grupo revê periodicamente a sua estrutura de capital considerando os riscos associados a cada uma das supra referidas classes de capital.

Em 31 de dezembro de 2011, o *gearing ratio*, determinado como a proporção da dívida líquida (dívida menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo) sobre a dívida líquida mais o capital aumentou para 63,9% em 31 de dezembro de 2011, face a 31,3% em 31 de dezembro de 2010, principalmente devido ao aumento da dívida líquida em resultado da aquisição e consolidação dos investimentos na Oi e na Contax, operação concluída em 28 de março de 2011. O indicador do capital mais a dívida de longo prazo sobre o total dos ativos diminuiu de 71,6% para 55,5% em 31 de dezembro de 2011.

A tabela abaixo resume as maturidades das obrigações contratuais esperadas e compromissos financeiros da Portugal Telecom em 31 de dezembro de 2011, em termos consolidados e não descontados:

MILHÕES DE EUROS					
	Total	Menos de um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	A mais de cinco anos
Dívida	12.357,0	3.304,2	3.590,9	1.578,7	3.883,1
Juros relativos à dívida bruta (i)	2.878,5	670,1	1.019,9	560,8	627,7
Pagamentos de benefícios de reforma (ii)	1.226,2	184,8	327,7	253,2	460,6
Licenças e concessões (iii)	507,8	127,1	141,8	111,9	127,0
Compromissos financeiros não contingentes (iv)	322,7	322,7	-	-	-
Locações operacionais (Nota 12)	168,4	45,8	43,6	32,4	46,7
Total de obrigações contratuais	17.460,6	4.654,7	5.123,9	2.537,0	5.145,0

(i) As obrigações esperadas da Portugal Telecom relacionadas com os juros suportados de empréstimos obtidos foram calculadas com base na dívida bruta em 31 de dezembro de 2011, assumindo que os reembolsos ocorrerão nas datas previstas e considerando pressupostos relativamente às taxas de juro sobre a parcela da dívida contratada com taxas de juro variáveis, pelo que estas obrigações podem variar significativamente dos montantes aqui apresentados, dependendo de eventuais refinanciamentos futuros e das taxas de juro de mercado. Estas obrigações correspondem exclusivamente aos juros sobre a dívida bruta, não incluindo portanto quaisquer juros obtidos sobre caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(ii) Esta rubrica inclui essencialmente os pagamentos não descontados a efetuar pela PT Comunicações relativos a salários devidos a pré-reformados e suspensos e a contribuições estimadas para os fundos. Para a parcela de responsabilidades não financiadas e para efeitos de cálculos, a Portugal Telecom assumiu contribuições lineares ao longo dos próximos anos. O montante relativo às obrigações das operações em Portugal difere do passivo reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira essencialmente por este último ser apresentado pelo seu valor presente. Adicionalmente, esta rubrica inclui também as contribuições estimadas para cobrir o défice atuarial do plano da Oi BrTPREV.

(iii) Esta rubrica inclui (1) as taxas bianuais devidas à Anatel no âmbito dos acordos de concessão da Oi, equivalentes a 2,0% das receitas líquidas da Brasil Telecom provenientes da prestação do serviço local de rede fixa (excluindo impostos e contribuições sociais), e (2) os montantes em dívida à Anatel e à Anacom em 31 de dezembro de 2011 no âmbito de licenças adquiridas anteriormente (Nota 39).

(iv) Os compromissos financeiros não contingentes respeitam essencialmente a acordos celebrados com fornecedores para a aquisição de ativos fixos tangíveis e existências, incluindo todos os montantes relativos a aquisição de equipamentos de rede, de telecomunicações e terminais móveis.

Adicionalmente, a Portugal Telecom anunciou uma proposta de remuneração acionista que inclui um dividendo ordinário de 0,65 Euros por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, dos quais 0,215 Euros por ação foram pagos em janeiro de 2012 e os restantes 0,435 Euros por ação estão sujeitos a aprovação na Assembleia-Geral de Acionistas a realizar no dia 27 de abril de 2012.

45.2. Instrumentos financeiros derivados

Instrumentos financeiros derivados de cobertura

O Grupo procede periodicamente à análise da classificação dos derivados contratados de modo a identificar os que cumprem os requisitos estabelecidos no IAS 39 para serem classificados como instrumentos de cobertura. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os seguintes instrumentos financeiros foram classificados como derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor (os instrumentos financeiros da Oi foram incluídos na tabela abaixo com base na respetiva percentagem de consolidação proporcional):

31 DEZ 2010

MILHÕES DE EUROS

Empresa	Tipo de operação	Maturidade (anos)	Valor Nacional	Justo Valor	Objetivo económico
Cobertura de fluxo de caixa					
Portugal Telecom	Swaps de taxa de juro em EUR (i)	0.2 - 2.0	163,6	(6,3)	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida
Oi	Swaps de taxa de juro em USD (ii)	0.1 - 3.5	25,7	(1,1)	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida
Oi	Swaps de taxa de juro sobre a CDI (iii)	8,8	18,4	(0,1)	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida
Oi	Swaps de taxa de câmbio USD/BRL (iv)	2.8 - 8.8	370,1	(2,1)	Eliminar o risco de variação cambial em instrumentos de dívida
Cobertura de justo valor					
MTC	Forwards USD/NAD	0.1 - 0.4	1,9	0,3	Eliminar o risco de variação cambial nas despesas em dólares

(i) A Portugal Telecom contratou *swaps* de taxa de juro para cobertura dos pagamentos da dívida de taxa variável.

(ii) A Oi e as suas subsidiárias contrataram *swaps* de taxa de juro para cobertura dos pagamentos de dívidas contratadas em Dólar com taxas de juro variáveis. Nestes contratos, a Empresa possui uma posição ativa em Libor de Dólar e uma posição passiva em taxa pré-fixada.

(iii) A Telemar contratou *swaps* de taxa de juro para conversão de uma posição de *swap* cambial passivo pré-fixado em Reais para um passivo em percentagem do CDI.

(iv) A Oi e as suas subsidiárias contrataram *swaps* de taxa de câmbio para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a Empresa possui uma posição ativa em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de Libor americana mais taxa pré-fixada e uma posição passiva em percentagem do CDI.

31 DEZ 2010

MILHÕES DE EUROS

Empresa	Tipo de operação	Maturidade (anos)	Valor Nacional	Justo Valor	Objetivo económico
Cobertura de fluxo de caixa					
Portugal Telecom	Swaps de taxa de juro em EUR	0.7 - 2.5	205,8	(2,1)	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida
Cobertura de justo valor					
MTC	Forwards USD/NAD	0,4	10,2	(0,7)	Eliminar o risco de variação cambial nas despesas em dólares

Instrumentos financeiros derivados classificados como detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Portugal Telecom tinha em aberto os seguintes instrumentos financeiros classificados de acordo com a IAS 39 como derivados detidos para negociação (os instrumentos financeiros da Oi foram incluídos na tabela abaixo com base na respetiva percentagem de consolidação proporcional):

31 DEZ 2011

MILHÕES DE EUROS

Empresa	Tipo de operação	Maturidade (anos)	Valor Nacional	Justo Valor	Objetivo económico
Portugal Telecom	Swaps de taxa de juro em EUR	0,7	14,5	(0,5)	Instrumentos resultantes de cobertura anteriores de risco e de taxa de juro
Oi	Swaps de taxa de juro em USD (i)	0.8 - 4.4	162,2	(1,3)	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida
Oi	Swaps de taxa de juro sobre a CDI (ii)	1.2 - 8.8	68,4	1,3	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida
Oi	Swaps de taxa de câmbio USD/BRL (iii)	8,8	39,8	1,8	Eliminar o risco de variação cambial em instrumentos de dívida
Oi	Swaps de taxa de câmbio USD/BRL (iii)	0.1 - 4.1	39,7	(6,9)	Eliminar o risco de variação cambial em instrumentos de dívida
Oi	Swaps de taxa de câmbio BRL/USD (iv)	4,1	25,8	0,8	Eliminar o risco de variação cambial em instrumentos de dívida
Oi	Non delivery forward USD/BRL (v)	0.1 - 0.3	114,9	10,1	Eliminar o risco de desvalorização (valorização) do BRL face ao USD em instrumentos de dívida (aplicações financeiras)
Oi	Non delivery forward EUR/BRL (v)	0.1 - 0.6	219,1	2,8	Eliminar o risco de desvalorização do BRL face ao EUR em instrumentos de dívida

(i) A Oi e as suas subsidiárias contrataram *swaps* de taxa de juro para cobertura dos pagamentos de dívidas contratadas em Dólar com taxas de juro variáveis. Nestes contratos, a Empresa possui uma posição ativa em Libor de Dólar e uma posição passiva em taxa pré-fixada.

(ii) A Telemar contratou *swaps* de taxa de juro para proteger os pagamentos das *debentures* contratadas em Reais com taxa do CDI mais *spread*. Nestes contratos, a Empresa possui posição ativa em CDI mais *spread* e posição passiva em percentagem do CDI.

(iii) A Oi e as suas subsidiárias contrataram *swaps* de taxa de câmbio para fazer a cobertura dos pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a Empresa possui uma posição ativa em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de Libor americana mais taxa pré-fixada e uma posição passiva em percentagem do CDI.

(iv) A Telemar contratou operações de *swap* cambial para reverter contratos de *swap*. No âmbito destas operações, a Empresa possui uma posição passiva em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e uma posição ativa em taxa pré-fixada.

(v) A Telemar contratou operações de compra futura de Dólar e Euro via instrumentos NDF (*Non Deliverable Forward*) para se proteger de uma desvalorização do Real Brasileiro face aquelas moedas sobre a dívida exposta ao Dólar e ao Euro antes de considerados os efeitos destas operações. Adicionalmente, a Brasil Telecom contratou operações de venda futura de Dólar via instrumentos NDF com o intuito de se proteger de uma desvalorização do Real Brasileiro face ao Dólar sobre as aplicações financeiras expostas ao Dólar antes de considerados os efeitos destas operações.

31 DEZ 2010

MILHÕES DE EUROS

Empresa	Tipo de operação	Maturidade (anos)	Valor Nacional	Justo Valor	Objetivo económico
Portugal Telecom	Swaps de taxa de juro em EUR	1,2	24,4	(1,3)	Instrumentos resultantes de coberturas anteriores de risco e de taxa de juro
Portugal Telecom	Swaps de taxa de câmbio EUR/USD	1,0	8,0	(2,1)	Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio em financiamentos

Efeitos dos instrumentos financeiros derivados nas demonstrações financeiras consolidadas

Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram registados nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada da Posição Financeira (valores em milhões de Euros):

	2011				2010			
	Outros ativos	Dívida (Nota 38)	Outros passivos não correntes (Nota 43)	Total	Dívida (Nota 38)	Acréscimos de custos	Outros passivos não correntes (Nota 43)	Total
Derivados de cobertura de justo valor								
Taxa de câmbio	0,3	-	-	0,3	-	(0,7)	-	(0,7)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa								
Taxa de câmbio e taxa de juro	-	(2,1)	-	(2,1)	-	-	-	-
Taxa de juro	-	-	(7,5)	(7,5)	-	-	(2,1)	(2,1)
Derivados detidos para negociação								
Taxa de câmbio e taxa de juro	-	8,5	-	8,5	(2,1)	-	-	(2,1)
Taxa de juro	-	-	(0,5)	(0,5)	-	-	(1,3)	(1,3)
Total	0,3	6,4	(8,0)	(1,3)	(2,1)	(0,7)	(3,4)	(6,2)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a variação no justo valor dos instrumentos financeiros derivados foi registada nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados (valores em milhões de Euros):

	2011				2010			
	Juros líquidos	Perdas com variações cambiais líquidas	Perdas (ganhos) em ativos financeiros líquidos (Nota 18)	Total	Juros líquidos	Perdas com variações cambiais líquidas	Perdas (ganhos) em ativos financeiros líquidos (Nota 18)	Total
Taxa de câmbio	-	(1,0)	-	(1,0)	-	0,3	-	0,3
Taxa de câmbio e taxa de juro	35,8	(86,5)	-	(50,7)	-	(1,0)	-	(1,0)
Taxa de juro	1,5	-	(0,6)	1,0	3,7	-	(0,7)	2,9
	37,4	(87,5)	(0,6)	(50,7)	3,7	(0,7)	(0,7)	2,2

Adicionalmente, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as empresas do Grupo reconheceram os seguintes itens diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral:

- Ganhos não realizados de 24,5 milhões de Euros e 3,9 milhões de Euros, respetivamente, correspondentes a alterações no justo valor de derivados de taxa de câmbio e taxa de juro classificados como de cobertura de fluxos de caixa;
- Perdas de 25,9 milhões de Euros e 3,8 milhões de Euros, respetivamente, correspondentes a ganhos não realizados transferidos, no momento da sua realização, da Demonstração do Rendimento Integral para a Demonstração dos Resultados.

45.3. Outras divulgações sobre instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, tal como definido pelo IAS 39, o valor contabilístico de cada uma das seguintes categorias de ativos e passivos financeiros, foi reconhecido como segue (valores em milhões de Euros):

MILHÕES DE EUROS		
Rubrica	2011	2010
Ativos financeiros registados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	4.930,0	4.764,7
Investimentos de curto-prazo (Nota 25)	738,1	341,8
Contas a receber - Clientes	1.581,6	1.055,5
Contas a receber - Outros	343,4	2.336,5
Outros ativos correntes e não correntes - transações de QTE (Nota 32)	133,0	298,2
Investimentos em empresas associadas - empréstimos concedidos (Nota 34)	15,6	15,9
	7.741,7	8.812,5
Passivos financeiros registados ao custo amortizado:		
Dívida - obrigações convertíveis (Nota 38)	723,4	714,2
Dívida - obrigações (Nota 38)	6.870,0	4.375,7
Dívida - empréstimos bancários (Nota 38)	3.372,7	838,2
Dívida - equity swaps sobre ações próprias (Nota 38)	93,8	178,1
Dívida - outros empréstimos (Nota 38)	1.165,0	1.022,8
Contas a pagar (i)	1.446,2	711,5
Acréscimo de custos	922,8	558,3
Outros passivos correntes	322,5	3,8
	14.916,3	8.402,6
Passivos financeiros registados de acordo com o IAS 17:		
Dívida - locações financeiras (Nota 38)	62,6	75,2
Outros passivos correntes e não correntes - transações de QTE (Nota 43)	133,0	298,2
	195,6	373,4
Derivados de cobertura de justo valor (Nota 45.2)		
Outros ativos (passivos) não-correntes - derivados de taxa de juro - cobertura de fluxo de caixa	(7,5)	(2,1)
Outros ativos não-correntes - derivados de taxa de juro e câmbio - cobertura de justo valor	0,3	-
Dívida - derivados de taxa de juro e câmbio - cobertura de fluxo de caixa	(2,1)	-
Acréscimo de custos - derivados de taxa de juro e câmbio - cobertura de justo valor	-	(0,7)
	(9,4)	(2,8)
Derivados detidos para negociação (Nota 45.2)		
Dívida - derivados de taxa de câmbio e taxa de juro	8,5	(2,1)
Outros ativos (passivos) não correntes - derivados de taxa de juro	(0,5)	(1,3)
	8,1	(3,4)

(i) A conta de recebimentos e pagamentos inclui determinados ativos, os quais não respeitam os requisitos para que sejam classificados como ativos ou passivos financeiros, respetivamente, como tal foram excluídos desta rubrica.

A IFRS 7 define justo valor como a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as partes. Adicionalmente, esta norma estabelece que o justo valor deve ser baseado nos pressupostos que os participantes de mercado utilizariam na definição do preço do ativo ou do passivo, e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver esses pressupostos. A hierarquia do justo valor atribui maior importância às informações de mercado disponíveis (dados observáveis) e menor importância às informações relativas a dados sem transparência (dados não observáveis). Com exceção da dívida, cujo justo valor é divulgado na Nota 38, e dos derivados, os quais se encontram registados ao justo valor, o valor de mercado dos restantes ativos e passivos financeiros é semelhante ao seu valor contabilístico. O valor de mercado dos instrumentos financeiros foi determinado da seguinte forma:

- Com exceção das obrigações de taxa fixa no montante de 50 milhões de Euros e das obrigações não convertíveis obtidas pelo Grupo Oi e pelos seus acionistas controladores no montante total de 1.950 milhões de Euros (Nota 38), cujos justos valores foram determinados com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado definida pela IFRS 7 (outros *inputs* observáveis que não valores cotados), o valor de mercado das restantes obrigações convertíveis e não convertíveis foi determinado com base em valores cotados em mercados ativos, o que é equivalente ao nível 1 da hierarquia de valor de mercado (valores cotados não ajustados em mercados ativos);
- No caso dos empréstimos bancários, o valor de mercado foi determinado internamente com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* diretamente observáveis no mercado, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado acima mencionada;
- No caso do passivo relativo a *equity swaps* sobre ações próprias, o valor de mercado destes instrumentos financeiros, representando um montante negativo de 7,7 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, foi determinado externamente através da diferença entre o preço de exercício destes *equity swaps* e a cotação da ação da Portugal Telecom àquela data, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado acima mencionada;
- No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados, o valor de mercado foi determinado externamente com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* observáveis no mercado, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado acima mencionada;
- No caso de outros empréstimos não mencionados acima, o valor de mercado foi determinado internamente com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* observáveis no mercado, o que é equivalente ao nível 2 da hierarquia de valor de mercado acima mencionada.

A Portugal Telecom considera que o principal pressuposto utilizado na metodologia de fluxos de caixa descontados preparada internamente está relacionado com a taxa de desconto, a qual para os instrumentos financeiros contratados pela Portugal Telecom ou por qualquer das suas participadas detidas a 100% com maturidades entre 1 mês e 10 anos varia entre 5,8% e 11,2%. Adicionalmente, a Portugal Telecom também utilizou *taxas forward* de juro e de câmbio obtidas diretamente através de informações de mercado, tomando em consideração a maturidade e a moeda de cada instrumento financeiro.

46. GARANTIAS E COMPROMISSOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa tinha apresentado as seguintes garantias bancárias e cartas de conforto a favor de terceiros:

	MILHÕES DE EUROS
Garantias bancárias e outras apresentadas pela Oi (i)	871.729.739
Garantias bancárias e outras apresentadas por empresas Portuguesas a favor de tribunais e das autoridades fiscais (ii)	273.675.513
Garantias bancárias a favor de terceiros, solicitadas por:	
PT Comunicações (iii)	21.791.615
TMN (iv)	17.206.927
Outras empresas	4.787.157
Total	1.189.190.951

(i) As garantias bancárias e outras garantias apresentadas pela Oi pretendem essencialmente garantir compromissos decorrentes de ações judiciais, obrigações contratuais e licitações com a Anatel.

(ii) As garantias bancárias e outras apresentadas por empresas portuguesas aos tribunais e autoridades fiscais incluem essencialmente 267 milhões de Euros relacionados com liquidações fiscais recebidas pela Portugal Telecom relativas aos anos 2005 a 2008 relativamente a questões fiscais levantadas que se prendem com a dedutibilidade de certos custos financeiros incorridos nesses anos e com uma menos-valia realizada em 2006 na sequência da liquidação de uma subsidiária, conforme explicado na Nota 49. De acordo com a legislação fiscal portuguesa, a Empresa apresentou estas garantias e submeteu um pedido de recurso, podendo desta forma continuar a contestar a liquidação numa instância superior e evitar o pagamento antecipado das respetivas liquidações fiscais. Em Portugal, estas duas condições devem ser cumpridas antes mesmo de o processo continuar, independentemente do montante da liquidação fiscal e da probabilidade de sucesso do recurso apresentado.

(iii) As garantias bancárias solicitadas pela PT Comunicações foram apresentadas essencialmente às seguintes entidades: (1) Autarquias e Câmaras Municipais, as quais estão relacionadas essencialmente com o pagamento de taxas e outros *fees* em relação a processos referentes às taxas de ocupação da via pública; e (2) Anacom, as quais estão relacionadas essencialmente com o concurso público para a atribuição do direito de utilização nacional das frequências para o de serviço de televisão.

(iv) As garantias bancárias solicitadas pela TMN incluem principalmente a garantia apresentada à Anacom no montante de 15 milhões de Euros no âmbito da licença de LTE, adquirida em 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, a Portugal Telecom tinha apresentado garantias no montante de 439 milhões de Euros a favor do Banco Europeu de Investimento, relativos a empréstimos bancários obtidos junto deste banco (Nota 38.3). Adicionalmente, alguns empréstimos obtidos pelo Grupo Oi, no montante total de 715 milhões de Euros, estão garantidos por contas a receber ou por garantias apresentadas pela empresa-mãe ou pelas suas subsidiárias.

No âmbito das operações de *cross-border lease* celebradas pela TMN (Notas 32 e 43), a Empresa contratou a emissão de cartas de crédito por instituições financeiras a favor de entidades envolvidas nestas transações (entidades que financiaram estas operações). Em 31 de dezembro de 2011, o montante total dessas cartas de crédito ascendia a 5 milhões de Dólares Americanos, equivalentes a 4 milhões de Euros à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, a Portugal Telecom tinha depósitos bancários no montante de 3 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, cuja utilização estava restrita em resultado destas operações de *cross-border lease*.

47. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

(a) Fluxos de caixa relacionados com operações continuadas

No seguimento da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, concluída em 28 de março de 2011, os fluxos de caixa dessas empresas foram consolidados proporcionalmente na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa da Portugal Telecom desde 1 de abril de 2011, o que explica o aumento dos recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores e a empregados, e os pagamentos de impostos indiretos.

(b) Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento

O aumento desta rubrica é explicado essencialmente pelo (1) impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (62 milhões de Euros) e, (2) por impostos retidos na fonte pagos pela Bratel Brasil e pela PT Móveis relativos aos juros obtidos com as aplicações financeiras realizadas com a alienação da Vivo.

(c) Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros

Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na Demonstração Consolidada de Resultados na rubrica "Impostos indiretos" (Nota 13), e ainda pagamentos de Imposto sobre o Valor Acrescentado em Portugal.

(d) Aplicações financeiras de curto prazo

Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrente de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os recebimentos líquidos ascenderam a 204.168.957 Euros em 2011, em comparação com 320.167.898 Euros em 2010.

(e) Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui essencialmente os rendimentos obtidos com a alienação do investimento na UOL, no montante de 155,5 milhões de Euros (Nota 33).

(f) Recebimentos (pagamentos) provenientes de juros e proveitos similares

Os pagamentos respeitantes a juros e custos similares líquidos dos recebimentos provenientes de juros e proveitos similares ascenderam a 308.144.601 Euros e 227.055.122 Euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respetivamente. Este aumento está relacionado essencialmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (185 milhões de Euros). Este efeito foi parcialmente compensado pelos juros recebidos durante o primeiro trimestre de 2011 nas aplicações financeiras constituídas com os fundos provenientes da alienação do investimento da Vivo.

(g) Recebimentos provenientes de dividendos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os recebimentos provenientes de dividendos foram como segue:

	MILHÕES DE EUROS	
	2011	2010
Unitel (i)	125.865.835	44.087.222
CTM (Nota 34)	19.924.726	8.347.332
Outras	1.418.552	1.668.186
	147.209.113	54.102.740

(i) Em 2011 e 2010, esta rubrica inclui 175 milhões de Dólares Americanos (Nota 27) relativos aos lucros de 2009 e 60 milhões de Dólares Americanos relativos aos lucros de 2008, respetivamente.

(h) Recebimentos provenientes de outras atividades de investimento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui essencialmente o reembolso no terceiro trimestre de 2011, dos empréstimos que haviam sido concedidos à Dedic antes da sua integração na Contax, no montante de 39 milhões de Euros.

(i) Pagamentos relativos a investimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os recebimentos provenientes de investimentos financeiros foram como segue:

	EUROS	
	2011	2010
Aquisição dos investimentos na Oi e na Contax (Nota 2.b)		
Preço de aquisição	3.727.568.622	-
Caixa e equivalentes em 31 de março de 2011	(1.503.868.462)	-
Aquisição do investimento na Allus (Nota 2.b)		
Preço de compra	43.744.918	-
Caixa e equivalentes na data da compra	(1.891.216)	-
Outras	114.183	3.654.405
	2.265.668.045	3.654.405

No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax, a Portugal Telecom pagou impostos relativos à transferência de fundos para o Brasil e pagou ainda *fees* de aconselhamento jurídico e de outra natureza relacionados com a conclusão da transação, pagamentos estes que foram incluídos na rubrica "Pagamentos relativos a outras atividades de investimento".

(j) Empréstimos obtidos e reembolsados

Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os recebimentos provenientes de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 1.455.229.558 Euros, conforme explicado na Nota 38, e incluem essencialmente: (1) o *Eurobond* de 600 milhões de Euros emitido em janeiro de 2011; (2) o aumento do nível de utilização dos programas de papel comercial em 466 milhões de Euros; (3) o montante de 750 milhões de Euros utilizado no âmbito da nova *credity facility* assegurada em março de 2011; e (4) *debentures* emitidas pela Brasil Telecom e pela TNL durante o período de nove meses decorrido entre 31 de março e 31 de dezembro de 2011, no montante total de 6.450 milhões de Reais Brasileiros, o equivalente a 710 milhões de Euros. Estes efeitos foram parcialmente compensados por: (1) reembolsos efetuados pela TNL, durante o período de nove meses decorrido entre 31 de março e 31 de dezembro de 2011, de financiamentos que estavam em dívida em 31 de março de 2011, no montante total de 3.500 milhões de Reais Brasileiros, o equivalente a 385 milhões de Euros; (2) o reembolso de 450 milhões de Euros relativo ao montante total em dívida ao Estado Português no âmbito da transferência das responsabilidades não financiadas com pensões; e (3) um pagamento de 84 milhões de Euros referente a contratos de *equity swap* sobre ações próprias.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 199.302.809 Euros, e incluem essencialmente, conforme mencionado na Nota 38, dois empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento num total de 200 milhões de Euros.

(k) Dividendos pagos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos dividendos pagos é como segue:

			EUROS	
	2011	2010		
Portugal Telecom (Nota 23)				
Dividendos relativos aos lucros do ano anterior	1.117.987.321	503.626.688		
Dividendos antecipados relativos aos lucros do ano corrente	-	875.872.500		
Oi	41.996.344	-		
MTC	20.917.104	40.603.314		
Cabo Verde Telecom	14.132.586	22.727.792		
Timor Telecom	7.655.850	6.242.334		
TPT	2.266.000	1.936.000		
Outras	1.100.258	943.247		
	1.206.055.463	1.451.951.875		

(l) Pagamentos respeitantes a aquisição de ações próprias

Esta rubrica corresponde ao montante total pago pela Oi durante o segundo trimestre de 2011 para a aquisição de ações da Portugal Telecom, no âmbito da parceria estratégia celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1).

(m) Pagamentos respeitantes a outras atividades de financiamento

Em 2011, esta rubrica inclui essencialmente pagamentos respeitantes à liquidação de derivados de taxa de câmbio pela Oi, no montante de 46 milhões de Euros, e a pagamentos a acionistas não controladores da Africatel, no montante de 6 milhões de Euros, relacionados com reduções de capital realizadas por essa empresa.

48. PARTES RELACIONADAS

a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e as transações ocorridas durante os exercícios findos nessas datas entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e entidades controladas conjuntamente são como segue:

							EUROS	
Empresa	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos			
	31 dez 2011	31 dez 2010	31 dez 2011	31 dez 2010	31 dez 2011	31 dez 2010		
Oi	2.091.400	-	-	-	-	-		
Outras empresas internacionais:								
Unitel (i)	134.700.312	264.643.043	7.782.994	9.962.132	-	-		
Multitel	6.572.238	5.495.659	56.493	195.296	899.967	897.608		
CTM	267.296	191.380	126.389	61.249	-	-		
Other	927.814	1.492.935	26.760	173.452	-	-		
Empresas nacionais:								
Páginas Amarelas	4.117.229	8.722.197	11.012.396	13.880.468	-	-		
PT-ACS	4.606.221	3.974.227	2.217.668	1.093.317	-	-		
Fundação PT	263.520	431.712	21	20	-	-		
Sportinveste Multimédia	63.327	21.978	535.574	400.912	32.618.668	33.618.668		
Siresp	8.412	7.341	-	95	4.423.980	4.292.800		
Outras	149.741	321.691	521.316	482.498	3.333.674	457.068		
	153.767.510	285.302.163	22.279.611	26.249.439	41.276.289	39.266.144		

(i) As contas a receber da Unitel em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem dividendos ou reservas livres atribuídos nos montantes de 122 milhões de Euros e 249 milhões de Euros, respetivamente (Nota 27).

EUROS						
Empresa	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Oi (i)	2.032.352	-	79.581.553	-	503.185	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel	9.490.919	13.387.555	13.471.935	13.981.301	-	-
Multitel	183.277	161.880	1.518.082	1.105.396	-	-
CTM	90.610	130.686	271.993	254.770	-	-
Outras	300.613	353.449	130.008	376.055	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas (ii)	36.496.709	49.854.541	2.256.988	4.053.841	-	-
PT-ACS	4.289.932	5.218.260	3.752.210	2.367.743	-	-
Sportinveste Multimédia	1.081.514	1.325.699	279.426	82.614	87.242	93.676
Siresp	-	-	15.102.300	13.666.789	132.210	114.076
Outras	5.994.031	1.234.069	3.855.932	4.431.306	-	-
	59.959.957	71.666.139	120.220.427	40.319.815	722.637	207.752

(i) Esta rubrica inclui essencialmente as transações entre a Oi e a Contax e corresponde aos montantes que resultam da diferença entre as percentagens de consolidação proporcional da Contax (44,4%) e da Oi (25,6%), diferença essa que não é eliminada no processo de consolidação;

(ii) A redução nos custos com as Páginas Amarelas está relacionada principalmente com o declínio no negócio das listas telefónicas conforme mencionado na Nota 7.

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas relacionado com a produção e distribuição de lista telefónicas;
- Empréstimos concedidos à Sportinveste Multimédia, no âmbito do acordo de acionistas desta empresa, com o objetivo de financiar a sua atividade;
- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel; e
- Serviços de *call centre* prestados pela Contax à Oi.

Conforme mencionado acima, a Portugal Telecom concluiu em 27 de setembro de 2010 a venda à Telefónica da sua participação de 50% na Brasilcel (a *joint-venture* que controla a Vivo) por um valor total de 7.500 milhões de Euros, tendo recebido 4.500 milhões de Euros nesse dia, 1.000 milhões de Euros em 30 de dezembro de 2010, e 2.000 milhões de Euros em 31 de outubro de 2011, conforme previsto nos termos do acordo celebrado com a Telefónica. Em resultado desta venda, a Portugal Telecom reconheceu um ganho líquido de 5.423 milhões de Euros e a Vivo já não foi considerada uma parte relacionada em 31 de dezembro de 2010. As transações entre a Portugal Telecom e a Vivo em 2010, até à conclusão da alienação, consistiram essencialmente em serviços de *call centre* prestados pela Dedic, no montante de 101 milhões de Euros, e respeitam essencialmente a 100% das receitas operacionais reconhecidas pela Portugal Telecom e pelas suas subsidiárias com a Vivo, uma vez que os resultados da Vivo deixaram de ser consolidados proporcionalmente.

b) Acionistas

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no normal curso da atividade, incluindo depósitos bancários e investimentos de curto prazo efetuados pela Empresa nessas instituições financeiras, bem como a prestação de serviços de telecomunicações pela Empresa a essas entidades. As transações ocorridas em 2011 e os saldos em 31 de dezembro de 2011 com os principais acionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

EUROS

Empresa	Receitas e ganhos (i)	Custos e perdas (i)	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	54.171.401	11.185.302	5.610.759	506.281
BES	107.846.541	31.849.608	3.348.902	-
Visabeira	6.251.177	97.957.253	2.497.519	12.643.673
Controlinveste	2.696.760	50.994.482	236.228	8.212.821
Ongoing	1.114.823	3.337.710	379.247	366.677
Barclays	407.638	10.368.511	177.504	-
	172.488.340	205.692.866	12.250.159	21.729.452

(i) As receitas e ganhos incluem vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom e juros recebidos sobre depósitos bancários, enquanto os custos e perdas incluem fornecimentos e serviços externos prestados à Portugal Telecom e juros pagos em contratos de financiamento e *equity swaps*.

Os termos destes acordos comerciais são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 14.1), são geridos de acordo com uma política de investimentos definida pela Portugal Telecom. As carteiras de ativos dos fundos incluem ações, obrigações e outros investimentos dos nossos acionistas. Em 31 de dezembro de 2011, a exposição total desses investimentos ao BES, Ongoing e Portugal Telecom ascendia a 43 milhões de Euros, 79 milhões de Euros e 56 milhões de Euros, respetivamente.

c) Outros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as remunerações fixas dos administradores, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 5,32 milhões de Euros e 6,68 milhões de Euros, respetivamente.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir (i) uma remuneração variável anual (RVA) relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte, com exceção da parcela excedente a 50% da remuneração variável total atribuída no ano, cujo pagamento é diferido por um período de três anos, e (ii) uma remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo (RVMP), cujo pagamento é diferido por um período de três anos. A remuneração variável anual referente ao exercício de 2010 paga em 2011 aos cinco administradores executivos ascendeu a 2,34 milhões de Euros e, em 2010, a remuneração variável anual de 2009 paga aos sete administradores executivos ascendeu a 3,52 milhões de Euros. Em 2011 e 2010, não ocorreu qualquer pagamento de RVMP e, nos termos da política de remunerações estabelecida para os administradores executivos, o pagamento diferido da RVA e da RVMP ascendia a 4,28 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, o qual está condicionado ao desempenho positivo da Empresa nos termos da política de remunerações em vigor. Anualmente, a Portugal Telecom especializa o custo correspondente aos encargos relativos a estas remunerações variáveis.

No seguimento da recomendação de alguns acionistas na Assembleia-Geral anual de 2011 e com base na proposta da Comissão de Avaliação, a Comissão de Vencimentos aprovou uma remuneração variável extraordinária a pagar ao presidente do Conselho de Administração e aos cinco administradores executivos relativa à sua *performance* no âmbito da transação da Vivo (Nota 1) e da aquisição dos investimentos estratégicos na Oi e na Contax (Nota 1). De acordo com os termos da política de remunerações de administradores, em 2011 foi pago ao presidente do Conselho de Administração e aos cinco administradores executivos 50% da remuneração variável extraordinária acima mencionada, no montante de 2,55 milhões de Euros, ficando o pagamento dos restantes 50% diferido por um período de três anos, o qual está condicionado ao desempenho positivo da Empresa nos termos da política de remunerações em vigor. No seguimento da transação da Vivo e com base numa recomendação do Conselho de Administração, a comissão executiva aprovou em dezembro de 2010 o pagamento à maioria dos colaboradores da Portugal Telecom de uma remuneração variável extraordinária no montante total de 14 milhões de Euros.

Adicionalmente, no âmbito da parceria estratégica celebrada com a Oi e a Contax, seis dos administradores da Portugal Telecom desempenham funções executivas nestas empresas (entidades controladas conjuntamente pela Empresa), tendo recebido em 2011 uma compensação fixa total no montante de 1,21 milhões de Euros, a qual foi estabelecida pelos órgãos empresariais competentes para o efeito, de acordo com a legislação local.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 5,6 milhões de Euros e 6,9 milhões de Euros, respetivamente, e as remunerações variáveis ascenderam a 3,6 milhões de Euros e 3,4 milhões de Euros, respetivamente.

Em complemento da política de remuneração acima referidas, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 31 de dezembro de 2011, nenhum membro do Conselho de Administração tinha direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos da PT Comunicações, e sete dirigentes do Grupo Portugal Telecom tinham direitos a benefícios de reforma ao abrigo desse plano, cujas responsabilidades em 31 de dezembro de 2011 ascendiam a 0,5 milhões de Euros.

Em 31 de dezembro de 2011, não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Para informação adicional relacionada com as remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos dirigentes, remetemos os leitores para o Relatório do Governo da Sociedade incluído no Relatório Anual.

Um dos administradores não executivos da Portugal Telecom é gerente da “Heidrick & Struggles - Consultores de Gestão, Lda.”, a qual, no curso normal das suas operações, prestou serviços de consultoria à Portugal Telecom no montante de, aproximadamente, 1,2 milhões de Euros (excluindo IVA) em 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, a Portugal Telecom não tinha quaisquer saldos em aberto com membros do Conselho de Administração ou com dirigentes do Grupo.

49. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

49.1. Processos legais e contingências fiscais consolidadas

a) Processos com perda provável

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, existem diversos processos judiciais, arbitrais e contingências fiscais intentados contra diversas empresas do Grupo, classificados como processos com perda provável, de acordo com a IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. O Grupo, com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos, registou provisões (Nota 42) para estes processos judiciais, arbitrais e contingências fiscais para fazer face à saída provável de recursos, como segue:

	EUROS	
	2011	2010
Responsabilidade civil	455.240.630	18.117.450
Responsabilidade laboral	220.946.141	4.230.646
Outras responsabilidades	4.274.712	4.915.363
Sub-total	680.461.483	27.263.459
Impostos	163.444.761	54.761.153
Total	843.906.244	82.024.612

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional das provisões correntes e não correntes da Oi e da Contax na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de março de 2011, nos montantes de 213 milhões de Euros e 594 milhões de Euros, respetivamente, num total de 807 milhões de Euros (Nota 49.3).

Em 31 de dezembro de 2011, excluindo o efeito da consolidação proporcional da Oi e da Contax no montante de 760 milhões Euros (Nota 49.3), o valor total consolidado dos processos legais e das contingências fiscais seria de 79 milhões de Euros (Nota 49.2), o que compara com 82 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2010.

b) Processos com perda possível

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, existem diversos processos judiciais, arbitrais e contingências fiscais intentados contra algumas empresas do Grupo, para os quais a possibilidade de um desembolso futuro de caixa foi considerada como possível, de acordo com informações dos advogados que acompanham estes processos, e que por esse motivo não foram provisionados. O detalhe e a natureza destes processos são conforme segue:

	EUROS	
	2011	2010
Responsabilidade civil	213.348.131	55.083.437
Responsabilidade laboral	257.149.316	30.968.381
Outras responsabilidades	18.492.008	35.996.745
Sub-total	488.989.455	122.048.563
Impostos	1.969.003.002	43.380.565
Total	2.457.992.457	165.429.128

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é basicamente explicado pelos processos judiciais e contingências fiscais da Oi e da Contax que foram classificados como processos com perda possível, no montante de 2.346 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011 e 2.433 milhões de Euros em 31 de março de 2011 (Nota 49.3). Excluindo os efeitos da Oi e da Contax, os processos judiciais e contingências fiscais classificados como processos com perda possível totalizavam 112 milhões de Euros (Nota 49.2) em 31 de dezembro de 2011, o que compara com 165 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2010.

49.2. Processos judiciais e contingências fiscais contra empresas subsidiárias em Portugal e algumas operações internacionais

Excluindo a Oi e a Contax (Nota 49.3), os processos judiciais e as contingências fiscais cujas perdas foram consideradas como prováveis e como possíveis, os quais respeitam fundamentalmente às operações em Portugal, ascendiam a 79 milhões de Euros (Nota 49.1) e 112 milhões de Euros (Nota 49.1) em 31 de dezembro de 2011, respetivamente, o que compara com 82 milhões de Euros e 165 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2010, respetivamente. Os seguintes processos judiciais em curso relatam as principais queixas, ações legais e contingências fiscais contra algumas empresas subsidiárias sediadas em Portugal, alguns dos quais a Empresa considera que, com base na opinião dos seus consultores judiciais internos e externos e de acordo com a IAS 37, as perdas relativas aos mesmos são remotas, pelo que os respetivos valores em causa não estão deste modo incluídos nos montantes acima divulgados.

a) Ações relacionadas com a taxa municipal de direitos de passagem

No seguimento da legislação de 1 de agosto de 1997, como operador da rede básica de telecomunicações, a Portugal Telecom ficou isenta da obrigação do pagamento de taxas municipais, direitos de passagem e outras taxas relacionadas com a rede e com as obrigações inerentes à Concessão. Adicionalmente, no passado, o Estado Português informou a Portugal Telecom de que esta legislação confirmou a isenção de pagamento de taxas estabelecida no contrato de Concessão, e de que continuará a tomar as ações necessárias para que a Portugal Telecom mantenha os benefícios económicos previstos no Contrato de Concessão. Neste momento, não é possível à Portugal Telecom assegurar que os tribunais portugueses reconheçam que esta legislação resolverá favoravelmente todas as ações interpostas contra a Empresa relacionadas com as taxas municipais para o período anterior à sua entrada em vigor.

Em 1999, o Município do Porto instaurou um processo judicial solicitando o pagamento de taxas e outros encargos relacionados com a utilização pela PT Comunicações de direitos de passagem em 1998. O Tribunal Administrativo do Círculo do Porto decidiu a favor da PT Comunicações em março de 2003, declarando que os regulamentos do Município do Porto, que serviam de suporte para a imposição de taxas municipais e encargos pelo direito de passagem à PT Comunicações, eram inconstitucionais. O Município do Porto interpôs recurso da decisão do tribunal de 1ª Instância para o Tribunal Administrativo Central. Este recurso foi parcialmente favorável à PT Comunicações, mas o Município do Porto interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, onde a decisão ainda está pendente.

Em caso de decisão desfavorável deste recurso contra a PT Comunicações, outros municípios poderão interpor novas ações contra a Empresa. A legislação fiscal portuguesa determina um prazo limite de quatro anos para a liquidação de impostos, taxas ou encargos similares. No entanto, para taxas ou impostos anteriores a 1 de janeiro de 1998, o período de caducidade do direito de reclamação estende-se a cinco anos. Considerando que o prazo de caducidade já expirou, a Portugal Telecom não espera que sejam interpostas novas ações contra a Empresa.

A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, estabeleceu um novo regime para o direito de passagem em Portugal, no qual cada município pode aplicar uma taxa de 0,25% sobre a faturação de cada cliente que possua uma assinatura de rede no município. Este regime foi implementado em 2005, não sendo aplicado retroativamente, não tendo impacto sobre os processos indicados anteriormente. Entretanto, o Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, clarificou que nenhuma outra taxa deveria ser cobrada pelos municípios, além do regime estabelecido pela Lei n.º 5/2004. Em 6 de outubro de 2010, no âmbito do processo n.º 0363/10, esta interpretação foi confirmada pelo Supremo Tribunal Administrativo de Portugal.

Não obstante, alguns municípios continuam ainda a defender que a Lei 5/2004 não derogou outras taxas que os municípios queiram estabelecer, uma vez que a Lei 5/2004 não é aplicável ao domínio público municipal. Atualmente existem ações interpostas por alguns municípios contra a PT Comunicações sobre esta matéria.

b) Processos regulatórios

As operações da Portugal Telecom são sujeitas regularmente a investigações e inspeções, essencialmente pela ANACOM (regulador de telecomunicações), pela Comissão Europeia e pela Autoridade da Concorrência, no âmbito da verificação do cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis. Atualmente, estão em curso investigações conduzidas pela Autoridade da Concorrência relativamente à PT Comunicações e à TMN por alegadas práticas anticoncorrenciais no mercado da Televisão Digital Terrestre e rede móvel telefónica, respetivamente. A Portugal Telecom considera que as empresas do Grupo seguiram consistentemente a política de cumprimento da legislação em vigor. A Portugal Telecom revê continuamente as suas ofertas comerciais de forma a reduzir o risco de incumprimento da legislação da concorrência. No entanto, se empresas do Grupo PT forem consideradas como estando em violação da legislação aplicável no âmbito destas ou de outras investigações, elas poderão vir a estar sujeitas a penalidades, multas ou outras sanções. Com base na legislação nacional, é, no entanto, permitida a interposição de recurso judicial relativamente a qualquer decisão adversa nestas matérias. Este recurso tem efeito suspensivo relativamente às decisões da Autoridade da Concorrência.

Em abril de 2007, a Autoridade da Concorrência acusou ainda a PT Comunicações de abuso de posição dominante pela alegada atribuição de descontos discriminatórios no mercado de circuitos alugados. Em resposta a esta acusação, a PT Comunicações contestou as alegações da Autoridade da Concorrência nesta matéria. Contudo, em 1 de setembro de 2008, a Autoridade da Concorrência impôs uma coima de 2,1 milhões de Euros à PT Comunicações. Em 29 de setembro de 2008, a PT Comunicações recorreu para o Tribunal do Comércio de Lisboa e, em 29 de fevereiro de 2012, o Tribunal do Comércio de Lisboa absolveu a PT Comunicações da multa imposta pela Autoridade da Concorrência. A Portugal Telecom, com base na opinião dos seus consultores judiciais internos e externos, não tinha registado qualquer provisão para fazer face a esta situação.

Em setembro de 2009, a Portugal Telecom foi notificada da decisão da Autoridade da Concorrência relativa ao processo de contraordenação n.º 05/03, que a condena ao pagamento de uma coima de 45 milhões de Euros por alegado abuso de posição dominante relacionado com a aplicação, entre 22 de maio de 2002 e 30 de junho de 2003, das versões 11 a 15.9 da oferta grossista "Rede ADSL PT". Em 29 de setembro de 2009, a Portugal Telecom recorreu desta decisão para o Tribunal de Comércio de Lisboa, sendo que este recurso suspendeu a decisão da Autoridade da Concorrência. A Portugal Telecom discordava da decisão tomada e entendia que, ainda que uma sanção se justificasse, o que não aconteceu, a coima infligida ultrapassava de forma incompreensível o limite máximo permitido pelo quadro legal aplicável. Em 2011, a Portugal Telecom foi notificada da decisão do Tribunal de Comércio de Lisboa, que declarou a extinção do referido processo por efeitos de prescrição. A Portugal Telecom, baseada na opinião dos seus consultores legais internos e externos, não tinha registada qualquer provisão para este processo.

Em abril de 2006, a Comissão Europeia enviou ao Estado Português um pedido formal de abandono dos direitos especiais que detinha na Portugal Telecom, como detentor único das ações preferenciais da Categoria A (a denominada *golden share*). A Comissão Europeia acredita que os poderes especiais atribuídos ao Estado Português constituíam um desincentivo ao investimento por parte de empresas de outros Estados membros da União Europeia, em violação das regras do Tratado da Comunidade Europeia. Em 31 de janeiro de 2008, a Comissão Europeia informou que o caso dos direitos especiais detidos pelo estado português na Portugal Telecom foi encaminhado para o Tribunal Europeu de Justiça. Em 8 de julho de 2010, o Tribunal Europeu de Justiça decidiu que os direitos especiais detidos pelo estado português na Portugal Telecom eram contrários às regras e normas do Tratado da Comunidade Europeia. Na Assembleia-Geral Anual de 26 de julho de 2011, foi aprovada uma alteração aos Estatutos da Sociedade que eliminou os direitos especiais atribuídos às 500 ações da Categoria A, conforme referido na Nota 44.1.

Em 19 de janeiro de 2011, a Comissão Europeia iniciou uma investigação a um acordo celebrado entre a Telefónica e a Portugal Telecom com o alegado intuito de não concorrerem no mercado ibérico de telecomunicações. Em Outubro de 2011, a Portugal Telecom foi notificada de uma Declaração de Objecções da Comissão Europeia destinada à Portugal Telecom e à Telefónica sobre esta matéria. A Declaração de Objecções apenas cobre a alegada cooperação entre as duas empresas posteriormente à transação da Vivo. Em resposta à Declaração de Objecções, a Portugal Telecom contestou a alegação da Comissão Europeia. Não obstante, o envio da Declaração de Objecções não afeta o resultado final da investigação.

c) Outros processos legais

Em março de 2004, a TV TEL Grande Porto – Comunicações, S.A., ou TV TEL, uma empresa de telecomunicações sediada no Porto, instaurou uma ação contra a PT Comunicações no Tribunal Judicial de Lisboa. A TV TEL alegou que a PT Comunicações, desde 2001, restringiu e/ou recusou de forma ilegal o acesso às suas condutas de telecomunicações no Porto, atrasando a instalação e o desenvolvimento da rede de telecomunicações da TV TEL. A TV TEL alega que a PT Comunicações tinha a intenção de se autofavorecer e de favorecer a CATVP-TV Cabo Portugal, S.A., uma empresa subsidiária da PT Multimédia e concorrente direto da TV TEL. A TV TEL reclama da Portugal Telecom o montante aproximado de 15 milhões de Euros por danos e perdas alegadamente causadas, em resultado do atraso na instalação da sua rede de telecomunicações no Porto. Adicionalmente, a TV TEL solicitou que a PT Comunicações fosse obrigada a garantir acesso total às suas condutas no Porto. A PT Comunicações contestou a referida ação em junho de 2004, defendendo que: (1) a TV TEL não possui um direito de livre acesso à sua rede de condutas; (2) todos os pedidos da TV TEL foram legal e tempestivamente respondidos pela PT Comunicações de acordo com a sua política geral de gestão e acesso às suas infraestruturas; e (3) as perdas e danos invocados pela TV TEL não foram factualmente sustentados. O julgamento foi concluído em 2011 e as partes aguardam pela decisão judicial.

Em março de 2011, a Optimus - Comunicações S.A. (Optimus) instaurou um processo contra a Portugal Telecom no Tribunal Judicial de Lisboa para o pagamento de aproximadamente 11 milhões de Euros e, em outubro de 2011, a Onitelem - Infocomunicações, S.A (Oni) instaurou uma reclamação contra a Portugal Telecom no mesmo tribunal para o pagamento de aproximadamente 1,5 milhões de Euros, ambos relacionados com processos da Autoridade da Concorrência que terminaram em 2011 por efeitos de prescrição, em relação aos quais a Autoridade da Concorrência tinha aplicado uma multa à Portugal Telecom no montante aproximado de 45 milhões de Euros, como referido em cima. A Optimus e a Oni sustentam a sua posição argumentado que sofreram perdas e danos em resultado da conduta da Portugal Telecom. A Empresa rebateu todos os argumentos apresentados pela Optimus e pela Oni e, com base na opinião dos consultores externos e internos, não registou qualquer provisão para esta situação.

Em dezembro de 2008, a Oni SGPS, S.A. (Oni) instaurou um processo arbitral contra a TMN na Câmara do Comércio e Indústria de Lisboa para o reembolso de mais de 36 milhões de Euros, em resultado do não cumprimento do acordo nacional de *roaming* celebrado entre a TMN e a Oni Way – Infocomunicações, S.A.. A TMN submeteu a sua defesa a esta reclamação em fevereiro de 2009, afirmando que a Oni não tem quaisquer factos que suportem esta reclamação além da sua responsabilidade ou dos riscos inerentes ao negócio da Oni Way. Em fevereiro de 2010, o Centro de Comércio Arbitral divulgou a sua decisão final, condenando a TMN ao pagamento de um montante de 6,9 milhões de Euros (Nota 42). A Empresa tinha registado uma provisão para esta contingência em 31 de dezembro de 2009, tendo pago subsequentemente este montante em 2010.

d) Contingências fiscais

Existem algumas contingências fiscais contra determinadas empresas do Grupo localizadas em Portugal, as quais estão relacionadas essencialmente com a dedutibilidade de certos encargos financeiros incorridos entre 2004 e 2009 (173 milhões de Euros) e com a dedutibilidade de uma menos-valia apurada em 2006 na sequência da liquidação de uma empresa subsidiária (59 milhões de Euros). A Portugal Telecom já recebeu liquidações fiscais relativamente a parte destas contingências e apresentou garantias bancárias às autoridades fiscais para os anos de 2005 a 2007 no montante total de 267 milhões de Euros (Nota 46). Em 31 de dezembro de 2011, a Portugal Telecom discorda fortemente destas liquidações e, com base na opinião dos seus consultores fiscais, considera que existem argumentos sólidos para contrapor a posição das autoridades fiscais, pelo que não classifica estas contingências fiscais como prováveis ou possíveis.

49.3. Processos judiciais e contingências fiscais contra a Oi, Contax e os seus acionistas controladores

a) Processos com perda provável

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2011, a natureza e o detalhe dos principais processos contra o Grupo Oi, a Contax e os seus acionistas controladores, para os quais o risco de perda foi considerado como provável e que como tal estão totalmente provisionados, são como segue:

		31 dez 2011		31 mar 2011	
		Euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)	Euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)
Civis (i)	(i)				
Lei	(a)	249,2	2.350,1	271,6	2.444,1
Estimativas e multas ANATEL	(b)	99,8	941,0	94,4	849,5
Outras		92,8	873,4	97,4	875,5
Sub-total		441,8	4.164,5	463,4	4.169,1
Laborais (ii)	(ii)				
Horas extra	(a)	78,0	736,0	76,3	686,9
Diferenças salariais e efeitos relacionados	(b)	25,8	243,4	36,5	328,7
Condições de trabalho perigosas	(c)	24,0	226,3	25,8	232,5
Indemnizações	(d)	23,5	221,2	22,1	199,3
Estabilidade e reintegração	(e)	16,1	151,8	8,9	79,9
Complementos adicionais de reforma	(f)	8,1	76,4	11,4	102,7
Honorários de advogados e peritos	(g)	6,3	59,0	1,3	11,8
Rescisões contratuais	(h)	4,7	44,6	13,4	121,0
Outras	(i)	29,9	221,4	39,5	316,1
Sub-total		216,4	1.979,9	235,3	2.078,8
Fiscais (iii)	(iii)				
ICMS (Imposto sobre o Valor Acrescentado)	(a)	64,1	604,9	69,3	623,6
FUNTEL	(b)	12,8	120,6	12,3	110,9
Outras		25,0	189,6	27,0	221,3
Sub-total		101,9	915,1	108,7	955,9
Total (Nota 49.1)		760,1	7.059,5	807,3	7.203,8

(i) Contingências civis

(a) Lei Societária

Como sucessora da CRT (Companhia Rio Grandense de Telecomunicações), que foi adquirida em julho de 2000, a Oi está sujeita a várias ações cíveis interpostas contra essa entidade, nomeadamente diversas ações movidas por assinantes de linhas telefónicas no Estado do Rio Grande do Sul. A CRT assinou contratos de participação com seus assinantes de telefonia fixa, no âmbito dos quais os assinantes de telefonia fixa tinham direito a receber ações da CRT, sendo o número de ações emitidas para cada assinante determinado com base numa fórmula que dividia o custo da assinatura de telefonia fixa pelo valor contabilístico das ações da CRT. No princípio de junho de 1997, alguns assinantes de linha fixa da CRT moveram ações contra a empresa alegando que o cálculo usado para determinar o número de ações a que tinham direito de acordo com os contratos de participação estava incorreto e resultava num número menor de ações para cada assinante.

Adicionalmente, como sucessora das empresas Telecomunicações do Mato Grosso do Sul S.A. (Telems), Telecomunicações de Goiás S.A. (Telegoiás) e Telecomunicações do Mato Grosso S.A. (Telemat), operadoras adquiridas pela Brasil Telecom na privatização da Telebrás e que foram, subsequentemente, incorporadas na Oi, a Oi está sujeita a diversas ações civis com relação a programas de telefone (*Programas Telefônicos Comunitários*) estabelecidos nos Estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso.

A Brasil Telecom, com base em decisões proferidas nos tribunais de justiça em 2009, considera o risco de perda associado a estes processos como provável. Atualmente, as provisões para fazer face a estes processos são constituídas considerando (i) a existência de várias teses jurídicas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais).

No final de 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme notícia divulgada no seu *website*, fixou critérios de indemnização a serem adotados pela Brasil Telecom, em benefício dos acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indemnização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve ser calculada da seguinte forma: (i) definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respetiva integralização; (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las; e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária, a partir do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Em 31 de dezembro de 2011, a Oi registou provisões no montante de 2.350 milhões de Reais Brasileiros para fazer face àquelas ações em que o risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 2.444 Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

(b) Estimativas e multas ANATEL

A Oi recebe diversas notificações da ANATEL, principalmente pelo não cumprimento de metas ou requisitos estabelecidos no Plano Geral ou Serviço Universal, ou no Plano Geral de Metas de Qualidade, tais como responder a reclamações relacionadas com erros de cobrança, pedidos por serviços de reparação em prazos determinados e pedidos de locais com acesso coletivo ou individual. Em 31 de dezembro de 2011, registou-se uma provisão de 941 milhões de Reais Brasileiros para os processos cujo risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 850 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

(ii) Processos laborais

Os seguintes processos laborais relatam as principais queixas contra a Oi no seguimento do desempenho da sua atividade:

- (a) Horas extraordinárias** - Ações judiciais referentes a pedidos de recebimento de horas extraordinárias, por o número de horas trabalhadas ser alegadamente superior ao horário normal de trabalho.
- (b) Diferenças salariais e efeitos relacionados** - Representadas substancialmente, por montantes decorrentes da igualdade de salários/reclassificação de diferenças, reclamados por funcionários que alegadamente recebem uma remuneração inferior aos colegas de trabalho em situação semelhante, associada a outros requisitos na legislação brasileira.
- (c) Condições de trabalho perigosas** - Refletem essencialmente, o resultado esperado desfavorável no que respeita a um pagamento adicional aos empregados que trabalham em condições classificadas como perigosas, principalmente próximo das instalações de alta voltagem.
- (d) Indemnizações** - Correspondem a pedidos de reembolso ou compensação por danos sofridos enquanto trabalhador da empresa, por várias razões, tais como: acidentes de trabalho, estabilidade temporária, danos morais, devolução de descontos em folhas de pagamento, subsídios de creche e bônus de produtividade previstos no acordo coletivo de trabalho.
- (e) Estabilidade/Reintegração** - Reclamação devido ao alegado incumprimento da condição especial do empregado, a qual proíbe a rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.
- (f) Complemento de reforma adicional** - Reclamações referentes a diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da pensão.
- (g) Honorários de advogados e peritos** - Parcelas pagas nos processos aos advogados e peritos nomeados pelo tribunal, quando a prova pericial é necessária durante a fase de averiguação.
- (h) Rescisões contratuais** - Valores devidos a reclamações decorrentes na rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS, entre outros valores que deveriam entrar em conta no cálculo do valor a indemnizar.
- (i) Outras contingências laborais** - Incluem essencialmente reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária da Oi, reclamações relativas a diferenças devidas quanto ao depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do reclamante e ainda multas fiscais decorrentes de atrasos ou não pagamento de determinadas verbas previstas no contrato de trabalho.

Em 31 de dezembro de 2011, o total estimado das contingências laborais contra a Oi e a Contax relativamente a processos cujo risco de perda foi considerado como provável ascendia a 1.980 milhões de Reais Brasileiros, em comparação com 2.079 milhões de Reais Brasileiros, em 31 de março de 2011.

(iii) Contingências fiscais

(a) ICMS (Imposto de valor acrescentado)

De acordo com os regulamentos do ICMS em vigor nos diversos estados brasileiros, as empresas de telecomunicações são obrigadas a pagar ICMS sobre cada operação que envolve a venda de serviços de telecomunicações por elas fornecido. Essas mesmas regras permitem registar créditos de ICMS por cada uma das compras de ativos operacionais. As regras do ICMS permitirão deduzir os créditos que se registam pela compra de ativos operacionais no pagamento do ICMS pela venda dos serviços.

A Oi recebe diversos autos de infração questionando o valor dos créditos fiscais que regista para compensar os valores de ICMS devidos. A maioria desses autos de infração baseia-se em duas questões principais: (1) se o ICMS de serviços sujeitos a ISS é devido; e (2) se algum bem adquirido está relacionado com os serviços de telecomunicações fornecidos e, portanto, com direito a crédito para compensar valores de ICMS. Uma pequena parcela desses autos de infração, cujos riscos de perda são considerados prováveis, questionam: (1) se certas receitas estão sujeitas a ICMS ou ISS; (2) a compensação e uso de créditos fiscais na compra de bens e outros materiais, incluindo aqueles necessários para manter a rede; e (3) o não cumprimento com determinadas obrigações acessórias (não monetária).

Em 31 de dezembro de 2011, a Oi registou provisões no montante de 605 milhões de Reais Brasileiros, as quais se destinam a fazer face a estas responsabilidades para as quais o risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 624 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

(b) FUNTTEL

O FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) é um fundo criado para financiar a pesquisa em tecnologia de telecomunicações, para o qual a Oi tem que fazer contribuições. Devido a uma mudança imposta pela ANATEL, na base de cálculo das respetivas contribuições para o FUNTTEL, foi efetuado um questionamento pela Oi quanto à sua legalidade, tendo sido registada uma provisão para uma eventual contribuição adicional para este fundo. Em 31 de dezembro de 2011, a Oi registou uma provisão no montante de 121 milhões de Reais Brasileiros para fazer face às contribuições adicionais para o FUNTTEL, em comparação com 111 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

b) Processos com perda possível

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2011, o detalhe e a natureza dos processos judiciais e das contingências fiscais da Oi e da Contax para os quais o risco de perda foi considerado como possível são como segue:

EUROS				
	31 dez 2011		31 mar 2011	
	Euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)	Euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)
Civis (i)	140,2	1.297,1	162,0	1.439,6
Laborais (ii)	256,6	1.930,7	420,9	3.392,4
Fiscais (iii)	1.949,0	18.325,5	1.849,6	16.618,5
Total (Nota 49.1)	2.345,8	21.553,3	2.432,5	21.450,5

(i) Contingências cíveis

Referem-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indemnizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. O montante total incluído na tabela acima relativamente às contingências cíveis baseia-se exclusivamente nos montantes dos pedidos dos autores, os quais são normalmente superiores à realidade do processo.

Os questionamentos acima mencionados incluem também determinadas disputas em aberto com promitentes assinantes e com cessionários de promitentes assinantes dos seus serviços de telefonia fixa na Região I, os quais alegaram o não cumprimento integral de determinados contratos de participação financeira anteriores à privatização. Tais processos envolvem atualmente cerca de 50 mil contratos em disputa na esfera judicial e para os quais a Oi não registou qualquer provisão, já que os seus consultores avaliam o risco de perda como possível. Uma vez que em nenhum dos processos relacionados aos referidos contratos houve trânsito em julgado, não é praticável mensurar valores de eventuais desembolsos para tais processos. Consequentemente, de acordo com a IAS 37, a Oi não possui estimativa de valores envolvidos a ser divulgada nas demonstrações financeiras.

Em setembro de 2004, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro promoveram uma ação civil pública contra a TNL, Telemar, TNL PCS e o Governo Federal, requerendo a anulação da transferência de controle acionista da TNL PCS para a Telemar, bem como o pagamento de indenização por danos morais e materiais supostamente imputados aos acionistas não controladores e ao mercado financeiro. A venda do controle acionista da TNL PCS para a Telemar também é objeto de outras duas ações judiciais, movidas por dois acionistas não controladores, bem como de um processo administrativo instaurado pela CVM para apurar eventuais irregularidades na operação. Os três processos judiciais já foram julgados em 1.ª instância e todos os pedidos formulados foram julgados improcedentes pela 1.ª instância da justiça brasileira. Desta forma, os consultores jurídicos reavaliaram a probabilidade de perda como remota.

Em julho de 2009, foi ajuizada uma ação civil coletiva contra a Telemar pelo Governo Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e diversos órgãos de Defesa ao Consumidor requerendo compensação a título de reparação por supostos danos morais coletivos causados em razão de incumprimento das regras para fixar normas gerais sobre Serviço de Atendimento ao Consumidor. A Telemar apresentou a sua defesa em 16 de setembro de 2009, aguardando a decisão judicial de 1.ª instância.

A Telemar e as suas subsidiárias estão sujeitas a procedimentos administrativos e investigações preliminares conduzidas pelas autoridades brasileiras *antitrust* referentes a potenciais violações da lei brasileira *antitrust*. Essas investigações podem resultar em penalidades, incluindo multas. Até a presente data, nenhuma multa ou pena foi aplicada contra a Telemar e as suas subsidiárias. A Oi considera que o risco de ocorrência de multas em um ou mais processos é possível, e assim sendo não registrou qualquer provisão.

(ii) Contingências laborais

Estas contingências incluem essencialmente a pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extra, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, a natureza dos quais se encontra descrita acima.

(iii) Contingências fiscais

Em 31 de dezembro de 2011, as contingências fiscais estimadas contra a Oi e a Contax relativamente aos processos cujo risco de perda foi considerado como possível ascendiam a 18.276 milhões de Reais Brasileiros, em comparação com 16.618 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011. A legislação fiscal societária no Brasil é extremamente complexa, e a Oi e a Contax estão envolvidas atualmente em diversos processos fiscais relativamente a determinados impostos que as empresas entendem ser inconstitucionais, tendo sido apresentadas reclamações para evitar o respetivo pagamento. Estas contingências estão relacionadas essencialmente com o seguinte.

- (a) **Imposto sobre o Valor Acrescentado (ICMS)** - Autuações fiscais no montante de aproximadamente 5.646 milhões de Reais Brasileiros, das quais se destacam (1) a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e (2) o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.
- (b) **Impostos Municipais** - Autuações referentes a impostos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguer de equipamentos, serviços de despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente 2.487 milhões de Reais Brasileiros, o qual não está provisionado por se entender, com base nas informações dos advogados responsáveis, que o risco de perda é possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas em sede de ICMS. Adicionalmente, fortalecendo os argumentos da defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre a locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados respeita a esta modalidade de receita.
- (c) **INSS** - Processos no montante de aproximadamente R\$1.590 milhões de Reais Brasileiros relacionados, principalmente, com responsabilidade subsidiária, percentagem aplicável do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária.
- (d) **Impostos Federais** - As autuações de impostos federais são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos impostos, no montante de aproximadamente 6.085 milhões de Reais Brasileiros.

50. EVENTOS SUBSEQUENTES

No seguimento da revisão do *rating* de crédito soberano para BB, a Standard & Poors anunciou em 21 de janeiro de 2012 a revisão do *rating* de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o *rating* de longo prazo de BBB- para BB+, com *outlook* negativo, e o *rating* de curto prazo de A-3 para B.

No Conselho de Administração da Brasil Telecom realizado em 6 de fevereiro de 2012, foi aprovada a emissão de *debentures* não convertíveis no montante de 2.000 milhões de Reais Brasileiros.

Em fevereiro de 2012, a Brasil Telecom emitiu *Senior Notes* no montante de 1.500 milhões de Dólares Americanos, as quais têm maturidade em fevereiro de 2012 e vencem juros a uma taxa anual de 5,75%.

As Assembleias Gerais da Brasil Telecom, TNL, Coari e Telemar, realizadas em 27 de fevereiro de 2012, aprovaram a simplificação societária da Oi (Nota 1). No seguimento desta, a atual estrutura societária constituída pela TNL, Telemar e Brasil Telecom é integrada apenas na Brasil Telecom, a qual será redenominada Oi S.A. e terá apenas duas classes de ações (ON, ações ordinárias, e PN, ações preferenciais), as quais serão transacionadas na Bovespa e na NYSE, através de um programa de ADR. Em resultado da aprovação referida, serão emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A., passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de 6.816.467.847 Reais Brasileiros, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. O número de ações em circulação e por consequência a posição final da Telemar Participações, o acionista controlador da Oi, e da Portugal Telecom serão apuradas após o exercício do direito de recesso por parte dos acionistas com direito a tal, sendo que a posição económica estimada da Portugal Telecom na Oi, direta e indireta, será entre 21,5% e 25,1%. O prazo de requerimento do recesso encerra-se em 29 de março de 2012.

Com exceção do acima mencionado, não ocorreram quaisquer outros eventos após 31 de dezembro de 2011 que requeressem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras consolidadas.

ANEXOS

I. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

II. EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

III. EMPRESAS ASSOCIADAS

ANEXO I

EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

SUBSIDIÁRIAS LOCALIZADAS EM PORTUGAL				PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	Dez 11 Efetiva	Dez 10 Efetiva
Portugal Telecom (Empresa-mãe)	Nota 1	Lisboa	Empresa-mãe			
Directel - Listas Telefónicas Internacionais, Lda. (Directel)		Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais.	Africatel (100%)	75,00%	75,00%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda		Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet.	PT Prime (90%)	90,00%	90,00%
Janela Digital - Informativo e Telecomunicações, Lda	(a)	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	PT Comunicações (50%)	50,00%	50,00%
Openideia - Tecnologias de Telecomunicações e Sistemas de Informação	(a)	Aveiro	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Data Centre, SA	(b)	Covilhã	Prestação de serviços e fornecimento de produtos na área de sistemas e tecnologias de informação, incluindo processamento de dados, domiciliação de informação e aspectos relacionados.		100,00%	
Portugal Telecom Inovação, SA (PT Inovação)		Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
Postal Network – Prestação Serviços de Gestão Infra-estrutura.cominic. ACE	(a)	Lisboa	Prestação de serviços postais.	PT Prime (51%)	51,00%	51,00%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA		Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (82,05%)	82,05%	82,05%
PT Centro Corporativo, SA		Lisboa	Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA		Lisboa	Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Comunicações, SA		Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Contact - Telemarketing e Serviços de Informação, SA (PT Contact)		Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Imobiliária, SA		Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Investimentos Internacionais, SA (PT II)		Lisboa	Serviços de consultoria de negócio e gestão de negócios. Elaboração de projectos e estudos económicos e gestão de investimentos.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Móveis, SGPS, SA (PT Móveis)		Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios móveis.	TMN (100%)	100,00%	100,00%
PT Participações, SGPS, SA		Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Portugal, SGPS, SA		Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Prestações-Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, SA (PT Prestações)		Lisboa	Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA	(c)	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações, e atividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos.	-	-	100,00%
PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, SA		Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Sales - Serviços de Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA (PT Sales)		Lisboa	Prestações serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Ventures, SGPS, SA		Madeira	Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos internacionais.	Africatel (100%)	75,00%	75,00%
PT - Sistemas de Informação, SA (PT SI)		Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Portugal (99,8%); PT Comunicações (0,1%); TMN (0,1%)	100,00%	100,00%
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA		Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
TPT - Telecomunicações Públicas de Timor, SA (TPT)		Lisboa	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação em Timor.	PT Participações (76,14%)	76,14%	76,14%
Use.it® - Virott e Associados, Lda.	(a)	Lisboa	Prestação de serviços de <i>research</i> , desenho, programação, sistemas de informação e de suporte.	PT SGPS (52,50%)	52,50%	52,50%

(a) Estas empresas foram consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

(b) Esta empresa foi constituída em 2011.

(c) Esta empresa foi fundada por incorporação dos seus ativos e passivos na PT Comunicações.

SUBSIDIÁRIAS LOCALIZADAS NO BRASIL
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	Dez 11 Efetiva	Dez 10 Efetiva
Bratel Brasil, SA		São Paulo	Gestão de investimentos.	Bratel BV (98,77%); PT Brasil (1,23%)	100,00%	100,00%
Dedic, SA	(a)	São Paulo	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações.	-	-	87,50%
GPTI - Tecnologias de Informação, SA	(a)	São Paulo	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	-	-	87,50%
Istres Holding SA		São Paulo	Gestão de investimentos.	PT Inovação Brasil (90%); PT Brasil (10%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Brasil, SA		São Paulo	Gestão de investimentos.	PT SGPS (99,99%); PT Comunicações (0,01%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda.		São Paulo	Desenvolvimento de atividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimédia.com Brasil, Ltda. (PTM.com Brasil)		São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%

(a) Conforme referido na Nota 1, em 1 de julho de 2011, a Portugal Telecom trocou o seu investimento na Dedic e na GPTI por uma participação de 7,6% na Contax. Em resultado desta operação, estas empresas passaram a ser subsidiárias da Contax, a qual por sua vez é classificada pela Portugal Telecom como empresa controlada conjuntamente (Anexo II).

SUBSIDIÁRIAS LOCALIZADAS EM ÁFRICA
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Actividade	Direta	Dez 11 Efetiva	Dez 10 Efetiva
Cabo Verde Móvel	(a)	Praia	Exploração do serviço de telecomunicações móveis.	Cabo Verde Telecom (100%)	30,00%	30,00%
Cabo Verde Multimédia	(a)	Praia	Exploração de serviços de multimédia.	Cabo Verde Telecom (100%)	30,00%	30,00%
Cabo Verde Telecom	(a)	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações.	PT Ventures (40%)	30,00%	30,00%
Cellco - Ste Cellulaire du Congo SARL	(b)	Congo	Exploração de serviços de telecomunicações, no Congo.	PT II (61%)	61,00%	61,00%
Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, SA		Praia	Gestão de <i>call</i> e de <i>contact centre</i> .	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL		São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe.	Africatel (51%)	38,25%	38,25%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.		Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins em Cabo Verde.	Directel (60%); Cabo Verde Telecom (40%)	57,00%	57,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited	(b)	Uganda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (100%)	75,00%	75,00%
Elta - Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda.		Luanda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (55%)	41,25%	41,25%
Openideia Marrocos		Casablanca	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Openideia Angola		Casablanca	Prestações serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Kenya Postel Directories, Ltd.		Nairobi	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações.	Directel (60%)	45,00%	45,00%
LTM - Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.		Maputo	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações.	Directel (50%)	37,50%	37,50%
Mobile Telecommunications Limited	(c)	Namibia	Exploração do serviço móvel.	Africatel (34%)	25,50%	25,50%
TMM - Telecomunicações Móveis de Moçambique	(b)	Maputo	Exploração do serviço móvel.	Portugal Telecom (98%)	98,00%	98,00%
STP Cabo	(d)	São Tomé e Príncipe	Gestora de cabo submarino.	CST (74,5%)	28,50%	-

(a) A Portugal Telecom detém a maioria dos membros da comissão executiva da Cabo Verde Telecom, controlando deste modo as suas políticas financeiras e operacionais.

(b) Estas empresas foram consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

(c) A Portugal Telecom celebrou com os restantes acionistas da MTC um acordo parassocial, que lhe atribui o poder necessário para definir e controlar as políticas financeiras e operacionais desta participada.

(d) Esta empresa foi constituída em 2011 com o objetivo de gerir o cabo submarino localizado na costa africana.

OUTRAS SUBSIDIÁRIAS				PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	Dez 11 Efetiva	Dez 10 Efetiva
Carrigans Finance S.A.R.L.	(a)	Luxemburgo	Gestão de investimentos.	PT Móveis (100%)	100,00%	100,00%
Bratel BV	(a)	Amesterdão	Gestão de investimentos.	PT Móveis (100,00%)	100,00%	100,00%
Africatel		Amesterdão	Gestão de investimentos.	Portugal Telecom (75%)	75,00%	75,00%
CVTEL, BV	(a)	Amesterdão	Gestão de investimentos.	PT Móveis (100%)	100,00%	100,00%
Direct Media Ásia		Hong Kong	Publicação de diretórios B2B e similares em suporte de papel e/ou eletrónico.	Directel (100%)	75,00%	75,00%
Portugal Telecom Ásia, Lda. (PT Ásia)	(b)	Macau	Promoção e <i>marketing</i> de serviços de telecomunicações.	-	-	100,00%
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. (PT Europa)	(a)	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	Portugal Telecom (98,67%)	98,67%	98,67%
Portugal Telecom Internacional Finance B.V.		Amesterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Timor Telecom, SA		Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (54,01%)	41,12%	41,12%

(a) Estas empresas foram consolidadas pelo método da equivalência patrimonial dado que estão atualmente sem atividade.

(b) Esta empresa foi liquidada em 2011.

ANEXO II

EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO PROPORCIONAL

ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE - ACIONISTAS CONTROLADORES				PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL	
Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	Dez 11 Efetiva
PASA Participações, SA		Brasil	Gestão de investimentos	Bratel Brasil, SA (35%)	35,00%
EDSP75 Participações, SA		Brasil	Gestão de investimentos	Bratel Brasil, SA (35%)	35,00%
AG Telecom Participações, SA		Brasil	Gestão de investimentos	PASA Participações, SA (100%)	35,00%
LF Tel, SA		Brasil	Gestão de investimentos	EDSP75 Participações, SA (100%)	35,00%
Telemar Participações, SA		Brasil	Gestão de investimentos	Bratel Brasil, SA (12,1%); AG Telecom Participações, SA (19,4%); LF Tel, SA (19,4%)	25,60%
CTX Participações, SA		Brasil	Gestão de investimentos	PT Brasil, SA (19,9%); AG Telecom Participações, SA (35%); LF Tel, SA (35%)	44,40%

ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE - GRUPO OI

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL

Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	Dez 11 Efetiva
Tele Norte Leste Participações, SA (a)		Brasil	Gestão de investimentos	Bratel Brasil, SA (10.5%); AG Telecom Participações, SA (2.4%); LF Tel, SA (2.4%); Telemar Participações, SA (22.2%)	17,9%
Telemar Norte Leste, SA (b)		Brasil	Prestação de serviços fixos de telecomunicações	Bratel Brasil, SA (9.4%); AG Telecom Participações, SA (3.3%); LF Tel, SA (3.3%); Telemar Participações, SA (3.8%); Tele Norte Leste Participações, SA (70.5%)	25,3%
Tele Norte Celular Participações S.A.		Brasil	Gestão de investimentos	Telemar Norte Leste S.A. (99.7%)	25,2%
TNL PCS S.A.		Brasil	Prestação de serviços de telecomunicações móveis	Tele Norte Celular Participações S.A. (100%)	25,2%
Paggo Empreendimentos S.A.		Brasil	Gestão de investimentos	TNL PCS S.A. (100%)	25,2%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda		Brasil	Sistemas de pagamentos e de crédito	Paggo Empreendimentos S.A. (100%)	25,2%
Paggo Administradora de Crédito Ltda		Brasil	Sistemas de pagamentos e de crédito	Paggo Empreendimentos S.A. (100%)	25,2%
TNL Net Participações S.A		Brasil	Gestão de investimentos	Tele Norte Leste Participações, SA (100%)	17,9%
TNL Trading S.A		Brasil	Importação e exportação de bens de consumo	Tele Norte Leste Participações, SA (100%)	17,9%
Copart 4 Participações S.A.		Brasil	Investimentos em propriedades	Coari Participações S.A. (100%)	25,3%
TNL Exchange S/A		Brasil	Gestão de investimentos	Tele Norte Leste Participações, SA (100%)	17,9%
Coari Participações S.A.		Brasil	Gestão de investimentos	Telemar Norte Leste S.A. (100%)	25,3%
Brasil Telecom S.A. (c)		Brasil	Concessionária dos serviços de telecomunicações no Brasil	Coari Participações S.A. (49.3%)	12,5%
Copart 5 Participações S.A.		Brasil	Investimentos em propriedades	Brasil Telecom S.A. (100%)	12,5%
Telemar Internet Ltda		Brasil	Disponibilização de serviços de acesso à Internet	Telemar Norte Leste S.A. (100%)	25,3%
SEREDE – Serviços de Rede S/A		Brasil	Gestão de redes	Telemar Norte Leste S.A. (100%)	25,3%
Companhia AIX de Participações		Brasil	Serviços de transmissão de dados em alta velocidade	Telemar Norte Leste S.A. (50%)	12,7%
14 Brasil Telecom Celular S.A.		Brasil	Prestação de serviços de telecomunicações móveis	Brasil Telecom S.A. (100%)	12,5%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda.		Brasil	Serviços de transmissão de dados em alta velocidade	Brasil Telecom S.A. (90.5%)	12,5%
BRT Card Serviços Financeiros Ltda.		Brasil	Prestação de serviços financeiros	Brasil Telecom S.A. (100%)	12,5%
Vant Telecomunicações Ltda		Brasil	Exploração de serviços de multimídia	Brasil Telecom S.A. (100%)	12,5%
Brasil Telecom Call Center S.A.		Brasil	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	Brasil Telecom S.A. (100%)	12,5%
BRT Serviços de Internet S.A.		Brasil	Serviços de transmissão de dados em alta velocidade	Brasil Telecom S.A. (100%)	12,5%
IG Participações S.A.		Brasil	Gestão de investimentos	Brasil Telecom S.A. (0.2%)	12,5%
Internet Group do Brasil S.A.		Brasil	Disponibilização de serviços de acesso à Internet	Brasil Telecom S.A. (13.6%)	12,5%
Nova Tarrafa Participações Ltda		Brasil	Gestão de investimentos	Brasil Telecom S.A. (100%)	12,5%
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda.		Brasil	Exploração de rede de cabos de fibra óptica	Brasil Telecom S.A. (100%)	12,5%
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd.		Bermuda	Exploração de rede de cabos de fibra óptica	Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. (100%)	12,5%
Brasil Telecom of America Inc.		Estados Unidos	Exploração de rede de cabos de fibra óptica	Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. (100%)	12,5%
Brasil Telecom de Venezuela, SA		Venezuela	Prestação de serviços de tráfego de dados	Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. (100%)	12,5%
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal		Colômbia	Prestação de serviços de tráfego de dados	Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. (100%)	12,5%
Caryopocae Participações S/A		Brasil	Investimentos em propriedades	Telemar Norte Leste S.A. (100%)	25,3%
Tomboa Participações S.A		Brasil	Investimentos em propriedades	Telemar Norte Leste S.A. (100%)	25,3%
Bryophyta SP Participações S/A		Brasil	Investimentos em propriedades	Telemar Norte Leste S.A. (100%)	25,3%
Tete Participações S/A		Brasil	Investimentos em propriedades	Telemar Norte Leste S.A. (100%)	25,3%
Carpi RJ Participações S.A		Brasil	Investimentos em propriedades	Brasil Telecom S.A. (100%)	25,3%
Cremona RJ Participações S.A		Brasil	Investimentos em propriedades	Brasil Telecom S.A. (100%)	25,3%
Dommo Participações S.A.		Brasil	Holding	Telemar Norte Leste S.A. (100%)	25,3%
Sumbe Participações S.A.		Brasil	Investimentos em propriedades	Brasil Telecom S.A. (100%)	12,5%
Rio Alto Participações S.A.		Brasil	Investimentos em propriedades	Brasil Telecom S.A. (100%)	12,5%
Oi Paraguay Comunicaciones SRL		Paraguai	Prestação de serviços de tráfego de dados	Brasil Telecom S.A. (100%)	12,5%
Oi Brasil holdings Cooperatief UA		Holanda	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil Telecom S.A. (100%)	25,3%
Blackpool Participações Ltda ("Blackpool")		Brasil	Holding	Telemar Internet Ltda (100%)	25,3%
Pointer Networks ("Pointer")		Brasil	Internet Wifi	Blackpool Participações Ltda (100%)	25,3%
Pointer Networks SA - Suc Argentina		Argentina	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
Pointer Networks SA - Suc Peru		Perú	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
VEX Wifi S.A.		Urugai	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
VEX Wifi Tec España		Espanha	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
VEX venezuela		Venezuela	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
VEX Ukraine LLC		Ucrânia	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
VEX USA Inc		Estados Unidos	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
VEX Bolívia		Bolívia	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
VEX Wifi Canadá		Canadá	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
VEX Chile Networks		Chile	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
VEX Colombia		Colômbia	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
VEX Paraguay S.A.		Paraguai	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
VEX Portugal		Portugal	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%
VEX Panamá		Panamá	Internet Wifi	Pointer Networks, S.A. (100%)	25,3%

(a) A Telemar Participações, que controla e consolida integralmente a Tele Norte Leste Participações, tem 56,4% dos direitos de votos nesta empresa.

(b) A Tele Norte Leste Participações, que controla e consolida integralmente a Telemar Norte Leste, tem 98,0% dos direitos de votos nesta empresa.

(c) Coari Participações, que controla e consolida integralmente a Brasil Telecom, tem 79,6% dos direitos de votos nesta empresa.

ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE - GRUPO CONTAX					PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL
Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	Dez 11 Efetiva
Contax Participações, SA (a)		Brasil	Gestão de investimentos	CTX Participações, SA (34.2%)	19,5%
Contax, SA		Brasil	Serviços de <i>contact centre</i>	Contax Participações, SA (100%)	19,5%
Ability Comunicação Integrada Ltda.		Brasil	Prestação de serviços de trade marketing	Contax Participações, SA (100%)	19,5%
GPTI Tecnologia de Informação S.A.		Brasil	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação	Contax Participações, SA (100%)	19,5%
TODO BPO Soluções em Tecnologia S.A.		Brasil	Prestação de serviços de tecnologia da informação em geral e de informática, o desenvolvimento de <i>softwares</i> e de soluções integradas, completas e customizadas	Contax, SA (80%)	15,6%
BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda.		Brasil	Desenvolvimento e execução do projeto imobiliário inserido no Programa de Incentivos Seletivos ("Programa Nova Luz"), na área central do Município de São Paulo	Contax, SA (100%)	19,5%
Contax Sucursal Empresa Extranjera		Argentina	Serviços de <i>contact centre</i>	Contax, SA (100%)	19,5%
Contax Colômbia S.A.S		Colômbia	Prestação de serviços de teleatendimento em geral	Contax, SA (100%)	19,5%
Stratton Spain S.L.		Espanha	Prestação de serviços de <i>contact centre</i>	Contax, SA (100%)	19,5%
Allus Spain S.L.,		Espanha	Prestação de serviços de <i>contact centre</i>	Stratton Spain S.L. (100%)	19,5%
Stratton Argentina S.A.,		Espanha	Prestação de serviços de <i>contact centre</i>	Stratton Spain S.L. (100%)	19,5%
Stratton Peru S.A.,		Peru	Prestação de serviços de <i>contact centre</i>	Stratton Spain S.L. (100%)	19,5%
Multienlace S.A.		Colômbia	Prestação de serviços de <i>contact centre</i>	Contax Colômbia S.A.S (5%)	1,0%

(a) CTX Participações, que controla e consolida integralmente Contax Participações, tem 71,6% dos direitos de votos nesta empresa.

ANEXO III

EMPRESAS ASSOCIADAS

EMPRESAS ASSOCIADAS LOCALIZADAS EM PORTUGAL				PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	Dez 11 Efetiva	Dez 10 Efetiva
Broadnet Portugal		Lisboa	Disponibilização de serviços de acesso à internet.	Portugal Telecom (21,27%)	21,27%	21,27%
Caixanet – Telemática e Comunicações, SA		Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da internet.	PT Comunicações (10%); PT SI (5%)	15,00%	15,00%
Capital Criativo - SCR, SA		Loures	Gestão de investimentos.	PT Comunicações (20%)	20,00%	20,00%
Entigere – Entidade Gestora Rede Multiserviços, Lda.		Lisboa	Gestão de redes.	PT Participações (25%)	25,00%	25,00%
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, SA (INESC)		Lisboa	Gestão de redes.	Portugal Telecom (26,36%); PT Comunicações (9,53%)	35,89%	35,89%
INESC Inovação - Instituto de novas tecnologias		Lisboa	Gestão de redes.	INESC (90%)	32,30%	32,30%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, SA		Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica.	PT Comunicações (20%)	20,00%	20,00%
Páginas Amarelas, SA (Páginas Amarelas ^{*)})		Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras.	Portugal Telecom (24,88%); PT Comunicações (0,13%)	25,00%	25,00%
PT P&F ACE		Lisboa	Prestação de serviços de consultoria, assessoria e apoio à implementação de processos de envelopagem.	PT Comunicações (49%)	49,00%	49,00%
Yunit Serviços, SA	(a)	Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação	Portugal Telecom (33,33%)	33,33%	33,33%
SGPICE - Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria de Empresas, SA	(b)	Lisboa	Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da Internet.	-	-	33,33%
Siresp – Gestão de Rede Digitais de Segurança e Emergência, SA		Lisboa	Gestão de redes.	PT Participações (30,55%)	30,55%	30,55%
Sportinvest Multimédia, S.A.		Lisboa	Serviços de conteúdos desportivos para os principais agentes de mercado, nomeadamente Televisões, Operadores Móveis e ISPs.	Sportinvest Multimédia (100%)	50,00%	50,00%
Sportinvest Multimédia, SGPS, SA		Lisboa	Gestão de Participações Sociais.	Portugal Telecom (50%)	50,00%	50,00%
Tradeforum-Soluções de Comercio Electronico, A.C.E.		Lisboa	Fornecimento de soluções de comércio electrónico business-to-business no mercado nacional e de soluções de automatização dos processos de compra.	Yunit Serviços (50%)	16,50%	16,50%
Vantec – Tecnologias de Vanguarda Sistemas de Informação, SA.		Lisboa	Comercialização de soluções e equipamentos para o sector audiovisual.	Portugal Telecom (25%)	25,00%	25,00%
Vantec – Tecnologias de Vanguarda Sistemas de Informação, SA.		Lisboa	Comercialização de soluções e equipamentos para o sector audiovisual.	Portugal Telecom (25%)	25,00%	25,00%

(a) Em 2011, esta empresa alterou a sua denominação de PT Prime Tradecom para Yunit Serviços.

(b) Esta empresa fundiu-se por incorporação dos seus ativos e passivos na Yunit Serviços.

OUTRAS EMPRESAS ASSOCIADAS (INCLUINDO AS LOCALIZADAS NO BRASIL)				PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL		
Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	Dez 11 Efetiva	Dez 10 Efetiva
UOL, Inc (a)	(a)	São Paulo	Prestação de serviços de ISP e produção e disponibilização de conteúdos para Internet.		-	28,78%
Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda.		Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação.	PT Ventures (40%)	30,00%	30,00%
Unitel		Luanda	Exploração do serviço móvel celular em Angola.	PT Ventures (25%)	18,75%	18,75%
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL.		Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas em Macau.	PT Comunicações (3%); PT Participações (25%)	28,00%	28,00%
Hungaro Digital KFT		Budapeste	Prestação de serviços de comunicações empresariais.	PT Participações (44,62%)	44,62%	44,62%

(a) Como mencionado na Nota 33, a Portugal Telecom concluiu a 27 de janeiro de 2011 a alienação do seu investimento sobre a UOL, num montante total de 155,5 milhões de Euros.

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2011

1. Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade, vem a Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Sociedade" ou "PT SGPS") emitir o seu relatório e dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas Consolidados do Grupo Portugal Telecom para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

2. Actividades de fiscalização

No âmbito das suas competências enquanto órgão de fiscalização da Sociedade, em 2011, a Comissão de Auditoria acompanhou a gestão e a evolução dos negócios da Sociedade e o cumprimento das normas legais, regulamentares e contabilísticas aplicáveis e desenvolveu um conjunto de ações de fiscalização quanto à qualidade e integridade do processo de elaboração e divulgação da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Portugal Telecom.

No exercício de 2011, a Comissão de Auditoria emitiu (a) 13 Pareceres Prévios sobre Propostas de Transações com Partes Relacionadas, nos termos definidos na Ordem de Serviço n.º 111CA, de 23 de Fevereiro de 2011, bem como (b) cinco outros Pareceres e Deliberações sobre assuntos vários, a solicitação do Presidente do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva, dos quais se destacam o parecer relativo à proposta de atribuição de prémios à Comissão Executiva e a deliberação de consentimento ao pagamento de um adiantamento sobre os lucros do exercício.

Ao longo do exercício de 2011, a Comissão reuniu periodicamente com os responsáveis pela preparação do Relatório e Contas Consolidados da Sociedade e das contas de subsidiárias relevantes, bem como com os Auditores Externos e o Revisor Oficial de Contas da Sociedade, com quem comentou a adequação dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados no fecho das contas e dos critérios adotados na elaboração do relatório de gestão. Adicionalmente, a Comissão de Auditoria apreciou os termos da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e do Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, ambos sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas aprovadas pelo Conselho de Administração, os quais foram emitidos sem quaisquer reservas.

A Comissão de Auditoria exerceu também as suas competências em matéria de supervisão das habilitações, independência e exercício de funções dos Auditores Externos e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade e de supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno e de gestão de riscos e da função de auditoria interna da PT SGPS, tendo esta obtido em 2011 a renovação, pelo IIA, da sua certificação de qualidade.

Relativamente ao sistema de controlo interno, destaca-se a sua certificação em 2011 pelos Auditores Externos da Sociedade, por referência ao exercício de 2010, com base na metodologia definida pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations), em conformidade com os requisitos definidos na Section 404 do Sarbanes-Oxley Act, encontrando-se ainda em curso idêntica revisão com referência a 31/12/2011.

Conforme previsto no n.º 5 do Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria verificou, ainda, que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no Artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários que são aplicáveis ao Grupo PT.

As actividades de fiscalização acima descritas serão tratadas mais pormenorizadamente no relatório de actividades da Comissão de Auditoria relativo ao exercício de 2011 divulgado no *website* da Sociedade.

3. Declaração de Responsabilidade

Para efeitos do disposto no número 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA, abaixo identificados, declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhe competem tal como aí referidas, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio da Comissão de Auditoria, no exercício das suas funções:

- A informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e dos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação;
- O relatório de gestão relativo àquele exercício social expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Portugal Telecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente uma descrição correta dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se defrontam.

4. Parecer sobre o relatório e contas consolidados relativos ao exercício de 2011

Em face do exposto, é convicção da Comissão de Auditoria que o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Portugal Telecom do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as quais compreendem as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, da posição financeira, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa e respectivas notas anexas, referentes ao exercício findo naquela data, estão de acordo com os princípios contabilísticos e as disposições legais e estatutárias aplicáveis, pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia-Geral Anual da PT SGPS.

Lisboa, 23 de março de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AUDITORIA

(João Manuel de Mello Franco)

OS VOGAIS

(José Guilherme Xavier de Basto)

(Mário João de Matos Gomes)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Empresa) do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 22.943.790.952 Euros e um total do capital próprio de 3.742.806.093 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos acionistas da Empresa e reconhecido na demonstração consolidada dos resultados de 339.129.232 Euros e um total dos interesses não-controladores de 914.736.309 Euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro [International Financial Reporting Standards (IFRSs)], tal como adotadas pela União Europeia.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a atividade, posição financeira ou resultados das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adotadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com os restantes documentos de prestação consolidada de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2011, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro [International Financial Reporting Standards (IFRSs)], tal como adoptadas pela União Europeia, aplicadas de forma consistente com o exercício anterior.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e que o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 23 de Março de 2012

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por Pedro Matos Silva

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Empresa), as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2011, que evidencia um total de 22.943.790.952 Euros e capitais próprios de 3.742.806.093 Euros (líquidos da distribuição de um adiantamento sobre os lucros de 2011 no montante de 184.799.868 Euros), incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas da Empresa de 339.129.232 Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados, dos rendimentos integrais, das alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu resultado e rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2011, os resultados e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245.º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 23 de Março de 2012

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por João Luís Falua Costa da Silva

GLOSSÁRIO

ADR | *American Depositary Receipt*. Título que está cotado na NYSE em representação de ações de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 ação da PT.

ADSL | *Asymmetric Digital Subscriber Lines*. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.

ARPU | *Average Revenue per User*. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.

Capex | *Capital expenditure*. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.

Cash flow | A diferença entre os *cash inflows* e os *cash outflows* num determinado período.

Cash flow operacional | *Cash flow* operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneo +/- provisões não monetárias.

CCPU | *Cash Cost Per User*. Custo médio por cliente. CCPU = média mensal dos custos operacionais menos provisões e ajustamentos, amortizações, e custo das vendas de terminais, por número médio de utilizadores no período.

CDMA | *Code Division Multiple Access*. Tecnologia de interface para redes móveis baseadas na difusão do espetro do sinal de rádio e divisão de canais no domínio dos códigos.

CRM | *Customer Relationship Management*. Gestão do relacionamento com os clientes.

Custos de curtailment | Custos decorrentes do programa de redução de efetivos.

Dívida líquida | Dívida líquida = Dívida de curto prazo + dívida de médio e longo prazo – Disponibilidades e títulos negociáveis.

EBITDA | *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation*. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações + custos com benefícios de reforma.

Empresas | Segmento operacional que inclui todas as grandes, pequenas e médias empresas que subscrevem produtos e serviços da rede fixa e da rede móvel. Os valores não incluem eliminações intragrupo.

Euronext ou Euronext Lisbon | Bolsa de valores de Lisboa, mercado onde as ações da PT estão cotadas e são transacionadas.

Free cash flow | *Free cash flow* = *cash flow* operacional +/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.

FTTH | Rede de fibra ótica.

Gearing | *Gearing* = dívida líquida / (dívida líquida + capital próprio).

GSM | *Global System for Mobile*. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.

HDTV | *High Definition Television*. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução maior do que os formatos tradicionais.

IAS/IFRS | *International Accounting Standards*. Normas Internacionais de Contabilidade / *International Financial Reporting Standards*. Novo normativo contabilístico emanado pelo *International Accounting Standards Board*, que foi adotado a partir de 1 de janeiro de 2005.

IP | *Internet Protocol*. Standard que especifica o formato exato dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.

IPTV | *Internet Protocol Television*. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.

ISP | *Internet Service Provider*. Empresa que fornece o acesso à Internet.

Margem EBITDA | Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

MMS | *Multimedia Message Service*. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.

MOU | *Minutes of Usage*. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.

NGAN | *Next generation access network*. Redes de acesso de nova geração.

NYSE | *New York Stock Exchange*. Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Oferta triple-play | Oferta integrada de voz, TV e Internet.

PRB | *Post Retirement Benefits Costs*. Custos com Benefícios de Reforma.

PSTN | *Public Switched Telephone Network*. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.

Resultados líquidos por ação diluídos | Resultados líquidos por ação calculado considerando o resultado líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de ações diluídas.

RGU de retalho por acesso | Acessos de retalho por acesso por acessos PSTN/RDIS..

SARC | *Subscriber Acquisition and Retention Cost*. Custos de aquisição e de retenção por cliente. SARC = (70% dos custos de *marketing* e de publicidade + comissões + subsídios) / (adições brutas + upgrades).

SMS | *Short Message Service*. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.

Pessoal | Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede móvel, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.

Planos Tribais | Tarifa plana pré-paga com tráfego ilimitado entre subscritores com o mesmo plano tarifário.

Receitas não voz como % das receitas | Percentagem das receitas de serviço de retalho relacionadas com serviços de dados, vídeo e outros serviços que não voz.

Residencial | Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede fixa em casa, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.

VoD | *Video-on-demand*. Sistema que permite selecionar e ver vídeos.

Wholesale, outros e eliminações | Segmento de cliente que inclui o negócio de *wholesale* para a rede fixa e rede móvel, os outros negócios (ex.: listas telefónicas) e todas as eliminações intragrupo relacionadas com os negócios de telecomunicações em Portugal.

3G | *3Generation*. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à da tecnologia GSM.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração	Presidente Executivo	Administradores não executivos
Henrique Granadeiro	Zeinal Bava	Otávio Marques de Azevedo
	Administradores executivos	Francisco Manuel Marques Bandeira
	Luís Pacheco de Melo	José Guilherme Xavier de Basto
	Alfredo José Silva de Oliveira Baptista	João Manuel de Mello Franco
	Carlos Alves Duarte	Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
	Pedro Humberto M. Durão Leitão	Mário João de Matos Gomes
	Manuel Rosa da Silva	Gerald Stephen McGowan
	Shakhaf Wine	Rafael Luís Mora Funes
		Maria Helena Nazaré
		Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
		Francisco Teixeira Pereira Soares
		Jorge Humberto Correia Tomé
		Paulo José Lopes Varela
		Milton Almicar Silva Vargas
		Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos

INDICADORES-CHAVE

DESTAQUES FINANCEIROS CONSOLIDADOS ⁽¹⁾		MILHÕES DE EUROS		
	2011	2010	y.o.y	
Receitas operacionais	6.146,8	3.742,3	64,3%	
Custos operacionais ⁽²⁾	3.958,9	2.250,6	75,9%	
EBITDA ⁽³⁾	2.188,0	1.491,7	46,7%	
Resultado operacional ⁽⁴⁾	803,9	694,9	15,7%	
Resultado líquido ⁽⁴⁾	339,1	5.672,2	(94,0%)	
Capex ⁽⁵⁾	1.223,8	798,4	53,3%	
Capex em % das receitas operacionais (%)	19,9	21,3	(1,4 pp)	
EBITDA menos Capex	964,2	693,3	39,1%	
Cash flow operacional	1.185,0	405,6	192,1%	
Free cash flow ⁽⁶⁾	532,8	(14,5)	n.s.	
Dívida líquida ajustada ⁽⁷⁾	6.386,7	2.099,8	204,2%	
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax ⁽⁷⁾	4.067,9	2.099,8	93,7%	
Resp. não fin. com benef. de reforma líq. de impostos	683,9	711,4	(3,9%)	
Margem EBITDA (%) ⁽⁸⁾	35,6	39,9	(4,3pp)	
Dívida líquida ajustada / EBITDA (x) ^{(7) (9)}	2,6	1,4	1,2x	
Dívida líquida ajustada / EBITDA (x) ⁽⁶⁾	2,9	1,4	1,5x	
Resultado líquido por ação	0,39	6,48	(93,9)	
Resultado líquido por ação diluído ⁽¹⁰⁾	0,39	6,06	(93,5%)	

(1) No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, a PT consolidou proporcionalmente os ativos e passivos dessas empresas na sua demonstração da posição financeira e os seus resultados e *cash flows* a partir de 1 abril de 2011. (2) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (3) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos (5) O Capex não inclui 142 milhões de Euros em 2011 e 139 milhões de Euros no 4T11, relacionados principalmente com o reconhecimento da aquisição das licenças LTE e TDT no negócio de telecomunicações em Portugal e da licença 3G na CVT, enquanto no 4T10 exclui a aquisição de ativos imobiliários aos fundos de pensões (236 milhões de Euros). (6) Esta rubrica exclui o pagamento relativo à aquisição dos investimentos na Oi e na Contax (3.728 milhões de Euros em 2011) e os montantes recebidos no âmbito da transação da Vivo (2.000 milhões de Euros em 2011 e 5.500 milhões de Euros em 2010). (7) Em 31 de dezembro 2011, a dívida líquida encontra-se ajustada pelo efeito fiscal relativo à transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, incluindo 113 milhões de Euros relacionados com a contribuição de 2011, registados como prejuízo fiscal reportável. (8) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais. (9) Para efeitos deste rácio, o EBITDA em 2011 foi ajustado de forma a reconhecer a contribuição proporcional da Oi e da Contax no 1T11. (10) O resultado líquido por ação diluído considera o lucro líquido excluindo os custos relativos as obrigações convertíveis, dividido pelo número de ações diluídas.

DADOS OPERACIONAIS | PORTUGAL

	2011	2010	Δ10/11
Acessos fixos de retalho ('000)	4.795	4.527	5,9%
PSTN/RDIS	2.648	2.695	(1,8%)
Clientes de banda larga	1.105	1.001	10,4%
Clientes de TV	1.042	830	25,6%
Clientes móveis ('000)	7.444	7.419	0,3%
Pós-pagos	2.378	2.291	3,8%
Pré-pagos	5.066	5.129	(1,2%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	268	337	(20,3%)
PSTN/RDIS	(48)	(51)	6,4%
Clientes de banda larga	104	139	(25,2%)
Clientes de TV	212	249	(14,8%)
Clientes móveis ('000)	24	167	(85,4%)
Pós-pagos	87	56	55,8%
Pré-pagos	(63)	111	(156,6%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	27,7	24,6	3,1pp

DADOS OPERACIONAIS | SEGMENTO RESIDENCIAL

	2011	2010	Δ10/11
Acessos fixos de retalho ('000)	3.557	3.257	9,2%
PSTN/RDIS	1.674	1.673	0,1%
Clientes de banda larga	911	809	12,6%
Clientes de TV	972	775	25,5%
Clientes únicos	1.881	1.862	1,0%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	300	376	(20,2%)
PSTN/RDIS	1	11	(89,3%)
Clientes de banda larga	102	130	(22,1%)
Clientes de TV	198	235	(15,9%)
ARPU (Euros)	30,8	29,2	5,4%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	58,5	51,3	7,2pp

DADOS OPERACIONAIS | SEGMENTO PESSOAL

	2011	2010	Δ10/11
Clientes móveis ('000)	5.932	5.963	(0,5%)
Pós-pagos	1.064	1.021	4,1%
Pré-pagos	4.868	4.942	(1,5%)
Adições líquidas ('000)	(31)	157	(119,6%)
Pós-pagos	42	62	(31,7%)
Pré-pagos	(73)	96	(176,6%)
MOU (minutos)	89	84	5,3%
ARPU (Euros)	9,7	11,0	(11,6%)
Cliente	8,7	9,6	(8,9%)
Interligação	1,0	1,4	(30,4%)
SARC (Euros)	27,8	29,0	(3,9%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	30,9	29,1	1,7pp

DADOS OPERACIONAIS | SEGMENTO EMPRESAS

	2011	2010	Δ10/11
Acessos fixos de retalho ('000)	1.087	1.117	(2,6%)
PSTN/RDIS	826	873	(5,3%)
Clientes de banda larga	193	190	1,2%
Clientes de TV	68	54	26,7%
RGU de retalho por acesso	1,32	1,28	2,8%
Clientes móveis ('000)	1.445	1.390	4,0%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	(30)	(23)	(28,3%)
PSTN/RDIS	(46)	(45)	(2,9%)
Clientes de banda larga	2	8	(71,2%)
Clientes de TV	14	14	4,5%
Clientes móveis ('000)	56	16	250,1%
ARPU (Euros)	25,8	28,7	(10,0%)
Receitas não-voz em % das receitas (%)	46,4	43,5	3,0pp

DADOS OPERACIONAIS | OI

	2011	2010	Δ10/11
Residencial			
RGU ('000)	17.796	18.277	(2,6%)
ARPU (R\$) (4T11)	64,8	67,5	(4,0%)
Mobilidade Pessoal			
RGUs ('000)	43.264	37.757	14,6%
Clientes pós-pago	3.127	3.248	(3,7%)
Clientes pré-pago	37.978	32.605	16,5%
Oi controle	2.158	1.905	13,3%
Churn mensal (%) (4T11)	3,0%	2,8%	0,2pp
ARPU (R\$) (4T11)	22,3	23,5	(5,1%)
Empresas			
RGUs ('000)	7.848	7.094	10,6%
Outros			
TUP ('000)	771	827	(6,8%)
RGUs ('000)	69.680	63.956	8,9%

INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS

NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES E ADRs

As ações da PT estão cotadas na Euronext (código: PTC.LS) e na Bolsa de Nova Iorque, sob a forma de ADR - American Depositary Receipts (código: PT). Um ADR é equivalente a uma ação ordinária. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 896.512.500 ações com o valor nominal de 3 cêntimos cada, estando cotadas em bolsa 896.512.000 ações na Euronext e na Bolsa de Nova Iorque. Na mesma data, o número de ADRs registrados ascendia a 24.782.954, representando 2,8% do total do capital social da PT.

Em 31 de Dezembro de 2011 e à data de publicação deste relatório, a PT detinha para efeitos contabilísticos: 36.978.229 ações próprias, incluindo: (1) 20.640.000 ações próprias detidas através de *equity swaps* na PT SGPS, SA, e (2) 16.338.229 ações próprias detidas através da participação de 25,3% nas 64.557.566 ações da PT adquiridas pela Oi. Em 31 de dezembro de 2011, o número total de ações em circulação da PT era 859.534.271.

INFORMAÇÃO BOLSISTA

	2011	2010
Em 31 de dezembro		
Capital social (Euros)	26.895.375	26.895.375
Número de ações	896.512.500	896.512.500
Número de ações em circulação	859.534.271	875.872.500
Cotação (Euros)	4,450	8,380
Capitalização bolsista (milhões de Euros)	3.989	7.513
Dividendo bruto por ação (Euros)	0,65	2,30
<i>Dividend yield</i>	9,6%	26,3%
Resultado líquido (milhões de Euros)	339	5.672
<i>Pay-out-ratio</i>	164,8%	35,5%
Cotações / transações		
Cotação máxima (Euros)	8,848	11,000
Cotação mínima (Euros)	4,399	6,480
Cotação média (Euros)	6,771	8,736
Transações em volume (milhões de ações)	702	1.203
Transações em valor (milhões de Euros)	4.897	10.418
Variação anual		
Portugal Telecom	(46,9%)	7,0%
PSI-20	(27,6%)	(10,3%)
DJ Stoxx Telecom Europa	(6,2%)	2,9%

CALENDÁRIO FINANCEIRO 2012

10 de Maio | Resultados do primeiro trimestre de 2012

2 de Agosto | Resultados do primeiro semestre de 2012

8 de Novembro | Resultados dos primeiros nove meses de 2012

CONTACTOS

RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Nuno Vieira

Diretor de Relação com Investidores

Portugal Telecom

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069 - 300 Lisboa, Portugal

Tel: +351 215 001 701

Fax: +351 215 000 800

E-mail: nuno.t.vieira@telecom.pt

Acionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, form 20-F, *press releases*, etc.).

BANCO DEPOSITÁRIO

The Bank of New York

ADR Division

101 Barclay Street, 22nd Floor

New York, NY 10286, USA

Tel: +1 212 815 2367

Fax: +1 212 571 3050

Os detentores de ADRs podem também solicitar diretamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADRs da PT em Nova Iorque.

PÁGINA DA INTERNET

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

SEDE SOCIAL

Portugal Telecom, SGPS, SA

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069 - 300 Lisboa, Portugal

Tel: +351 215 002 000

